

Universidade Federal do Paraná  
Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas

**Todo, qualquer, cada: uma proposta de análise semântica**

Curitiba, março de 2015.

Universidade Federal do Paraná

Marina Chiara Legroski

## **Todo, qualquer, cada: uma proposta de análise semântica**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Letras, área de concentração: Linguística, do programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Professora Doutora Lígia Negri.

Curitiba, março de 2015.




Sétor de Ciências Humanas  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras  
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

## DECLARAÇÃO

Declaro que **MARINA CHIARA LEGROSKI** teve sua tese de doutorado intitulada **“TODO, QUALQUER, CADA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SEMÂNTICA”** aprovada pela Banca Examinadora composta pelos professores doutores **Lígia Negri, Roberta Pires de Oliveira, Rossana Finau, Sérgio de Moura Menuzzi e Márcio Renato Guimarães**, dispondo de 60 (sessenta) dias, a contar da sessão pública de defesa, ocorrida em data de hoje, para entregar 02 (dois) exemplares impressos e 02 (duas) cópias digitais em PDF da versão definitiva de seu trabalho, com o aval do professor orientador (Res. 62/03-CEPE, Art. 61), ocasião em que receberá cópia da Ata de Defesa assinada pela Banca Examinadora.

Por ser verdade, firmo a presente.

Curitiba, 20 de março de 2015.

  
Profª Drª Maria José Foltran  
Vice-Coordenadora

**Maria José Foltran**  
Vice-Coordenadora  
Matrícula SIAPE 0344084

*Quando a gente vê uma coisa que nunca viu, não quer mais parar de ver.*

*Vó Inez*

## Agradecimentos

Muitas pessoas me ajudaram no decorrer da escritura deste trabalho, tanto no que diz respeito ao que é discutido aqui quanto no que diz respeito aos problemas pessoais que enfrentei ao longo desses quatro anos. Vou tentar agradecer nominalmente e, caso tenha esquecido de citar algum nome, peço a você que me perdoe e não esqueça de mim.

Agradeço à Lara Frutos pela indicação de um texto muito importante para este trabalho. Ao professor e amigo Maximiliano Guimarães por toda a ajuda com a parte sintática. Ao Luisandro Mendes pela arguição do projeto deste trabalho, em 2013, que foi fundamental para os rumos que tomei. I wish to thank Mr. Kevin Traylor for helping me with English data. Agradeço a todo o pessoal do Facebook pela ajuda com a avaliação de sentenças (que não foi pouca).

Gostaria de agradecer, também, aos meus amigos Álvaro Fujihara, Ana Tezza, Andrea Knöpfle, Cindy Gavioli-Prestes, Giovanna Valenza, Guida Bittencourt, Gustavo Nishida, Jeniffer Albuquerque, Livy Real, Luana de Conto, Rodrigo Bueno, Marcos Carreira, Maurício Benfatti e Simone Petry que não só são acadêmicos excelentes como também amigos pessoais sem os quais, em muitos níveis diferentes, este trabalho não teria sido possível. Coloquei nome e sobrenome porque sei que estes nomes serão famosos e eu terei orgulho de dizer que fui amiga deles. Obrigada, principalmente, por toda a ajuda na minha vida pessoal. Vocês têm mais que minha gratidão: têm meu coração.

Agradeço à minha irmã Anna e à nova coleção de amigas que vieram junto com ela, principalmente Gissely Santos e Fernanda Carreta, à Larissa Carangi, à Marília Sampaio, à Elisa Lemme e à Ana Medeiros, ao Leonardo Rivabem, ao José Olivir Freitas Júnior, à Livia Morales, ao Bernardo Perin, à Juliana Passos, à Liana Warmling, à Luciane Alves, ao Filipe Reblin, ao Caio Oleskovicz Martins, à Paula Chagas, ao Marcos Patrício Macedo e Luís Guilherme Legat, que me ajudaram a continuar em pé e dando risada durante essa jornada, fazendo sempre mais que o esperado e o possível; por terem paciência e amor pra me darem mesmo que eu não tenha tido condições de retribuir. E ao Hugo Christ, pela paciência e pelo carinho.

Aos meus professores Caetano Galindo, Claudia Mendes Campos, Gesualda Rasia, José Borges Neto, Luiz Arthur Pagani, Maria José Foltran e Teresa Wachowicz por serem pessoas nas quais eu tenho orgulho de me inspirar; por terem sido mestres e colegas de trabalho amáveis e prestativos.

À professora doutora Ana Paula Quadros Gomes, pelas precisas observações na qualificação deste trabalho.

Aos professores doutores Márcio Renato Guimarães, Roberta Pires de Oliveira, Rossana Finau e Sérgio Menuzzi, por aceitarem formar a banca avaliadora deste trabalho.

À professora doutora Lígia Negri, a que nunca terei palavras ou gestos para agradecer tudo o que fez por mim; por ter sido exemplo, referência, ombro amigo, orientadora, mãe, amiga, terapeuta e por ter me aperfeiçoado durante esses pelo menos 7 anos de trabalho em conjunto. Se eu conseguir ser 10% da pessoa incrível que ela é, já me darei por satisfeita.

À CAPES pela bolsa concedida.

## Resumo:

Este trabalho destina-se a descrever o comportamento dos itens *todo*, *qualquer* e *cada* do português brasileiro a partir de uma revisão bibliográfica do tratamento feito em português a respeito destes itens. Como há poucos trabalhos explicativos destes termos em português, recorremos, na maior parte do trabalho, à bibliografia em inglês para encontrar semelhanças e diferenças entre os itens que são mais comumente traduzidos como os operadores *todo*, *qualquer* e *cada*. Nesse sentido, pudemos observar que o que havia em português, notadamente o trabalho de Quadros Gomes (2004), possuía uma abordagem mais sintática do que semântica, de onde pudemos partir em busca de explicações semânticas e pragmáticas, uma vez que a sintaxe diz pouco sobre as diferenças destes termos. Também diz pouco a respeito deles a comparação com os termos análogos, uma vez que o comportamento destes itens em português é diferente e, em certos aspectos, mais prolífico do que em inglês. Neste sentido, a primeira parte deste trabalho é dedicada à descrição de cada um destes itens separadamente, na tentativa de esmiuçar todas as facetas de seu comportamento, em interação com definidos, indefinidos e sintagmas nus. Na segunda parte, ensaiamos uma tentativa de análise de interação de escopo destes operadores por meio de uma teoria semântica que contemple o encadeamento entre sentenças. Sobre a interação de escopos, muito mais poderia ser dito. No entanto, chegamos ao final da tese entendendo que *todo* pode ser considerado um quantificador, mas que *qualquer* e *cada* possuem características de ***indefinidos*** nos termos de Heim (1982). Isso, porém, é menos interessante do que as nuances de significado de cada uma dessas expressões: *todo* e *cada* se relacionam por recobrirem conjuntos inteiros selecionando operações diferentes; *qualquer* e *cada* se relacionam por serem capazes de encontrar átomos na referência do conjunto. Se afastam entre si pela diferença das operações feitas e das partes do conjunto recobertas. Todas essas diferenças de seleção de elementos do conjunto são semânticas e, portanto, necessariamente terão diferentes implicaturas, mas tentamos capturá-las no nível semântico justamente para mostrar que é possível sistematizar o comportamento destes quantificadores.

**PALAVRAS CHAVE:** Quantificadores, indefinidos, semântica, todo, cada, qualquer.

**Abstract:**

This work is intended to describe the behavior of *todo*, *qualquer* e *cada* in Brazilian Portuguese from a literature review of the account made in Portuguese regarding these items. As there are few interpretive works of these terms in Portuguese, we called on, in the most of the work, the bibliography in English to find similarities and differences between the items, that are most commonly translated as *todo*, *qualquer* e *cada*. In this sense, we observed that what was in Portuguese, notably the work of Gomes (2004), had an approach syntactical more than semantical; we go in search of semantic and pragmatic explanations, since the syntax says little about the differences of these items. Also, it says little about their comparison with similar terms, since the behavior of these items in Portuguese is different and in some ways more prolific than in English. In this sense, the first part of this work is dedicated to the description of each of these items separately in an attempt to scrutinize every feature of their behavior in interaction with defined, undefined and bare phrases. In the second part, there is an attempt to rehearse scope of interaction analysis of these operators by means of a semantic theory that addresses the linkage between sentences. On the interaction scopes, much more could be said. However, we come to the end of this work understanding that *todo* can be considered a quantifier, but that *qualquer* and *cada* have characteristics of undefined in terms as described in Heim (1982). This, however, is less interesting than the shades of meaning of each of these expressions: *cada* and *todo* are related by cover whole sets by selecting different operations; and *cada* relate either to be able to find atoms in the reference set. They move apart by the difference of the operations made and covered parts of the whole. All these differences of selection set elements are semantic and therefore necessarily have different implicatures, but try to capture them in the semantic level just to show that it is possible to systematize the behavior of quantifiers.

**KEYWORDS:** Quantifiers, undefined, semantics, brazilian portuguese.

## Sumário

Introdução.....	8
1. Algumas questões iniciais: levantando a poeira .....	11
1.2 Quantificação? .....	20
2. Todo.....	34
2.1 Um pouco de diacronia .....	38
2.2 Todo.....	40
2.3 <i>Todo</i> mais determinante .....	46
2.3.1 <i>Todo o</i> .....	46
2.3.2 <i>Todo um</i> .....	49
2.4 <i>Todo</i> intensificador.....	50
2.5 “Todos somos um” .....	53
3. Qualquer.....	55
3.1 Uma forma clássica de tratamento .....	55
3.2 As implicações da livre-escolha e da polaridade negativa .....	64
3.2.1 <i>Qualquer de polaridade negativa</i> .....	65
3.2.2 Qualquer como operador genérico.....	72
3.2.2.1 Livre-escolha .....	77
3.2.2.2 Um N qualquer .....	84
3.3 Aspectos pragmáticos .....	86
4. Cada.....	90
4.1 Caracterização sintática .....	91
4.2 Caracterização semântica .....	95
4.2.1 Cada particionador de conjuntos .....	100
4.3 Aspectos pragmáticos .....	105
5. A semântica dinâmica .....	109
5.1 Potencial de mudança de contexto.....	111
5.1.1 Informação .....	114
5.1.2 Ligação de variáveis.....	115
5.2 Implicaturas escalares.....	119
6. Considerações finais: fechando as pontas .....	135
6.1 Indefinidos ou quantificadores?.....	135
6.2 Cruzamento de escopo.....	138
6.3 Propondo uma categorização .....	146



Referências bibliográficas .....	151
----------------------------------	-----

## Introdução

Este trabalho pretende se debruçar sobre *todo*, *qualquer* e *cada* em português brasileiro. Para tanto, nos dispusemos a levantar diversos tipos de bibliografia em português, com origens e propósitos diferentes, para compor uma fundamentação teórica capaz de contemplar diversos aspectos do funcionamento destes operadores, ainda que sob vieses teóricos conflitantes, *a priori*. Num certo sentido, o objetivo desse levantamento amplo é justamente o de não ter um olhar focado demais, o que nos impediria de ver além e contemplar outras possibilidades.

Assim, a ideia da primeira parte da tese é procurar diversos caminhos para responder as questões principais que nortearam a nossa investigação: por que há três operadores em português? Por que *todo*, *qualquer* e *cada* em alguns momentos são intercambiáveis, mas não em outros? Por que estes operadores não coocorrem dentro do sintagma? Por que há determinados contextos sintáticos idênticos que permitem interpretações diferentes? Se eles ocupam a mesma função sintática e se possuem a mesma forma lógica, o que os diferencia?

A primeira parte da tese é dividida em 4 capítulos. O primeiro procura trazer bibliografia que levante algumas hipóteses, partindo de diversas fontes diferentes, agrupadas mais ou menos em torno das ideias que apresentam. Assim, transitamos entre gramáticas descritivas, normativas, textos de cunho funcionalista e formalista que trazem à tona aspectos da significação de cada um desses operadores em relação uns com os outros: como se sobrepõem, como não se recobrem, como contextos semelhantes permitem interpretações muito semelhantes e como, em outros casos, nem mesmo contextos idênticos permitem interpretações semelhantes. Este capítulo é importante na medida em que apresenta, de saída, a hipótese de que estes três operadores possuem mais em comum do que aparentam, à primeira vista e que, a partir dessa comparação, podemos evidenciar muito do seu comportamento.

O que os capítulos 2, 3 e 4 têm em comum é o fato de que procuramos, por meio de um levantamento da literatura e da descrição dos dados, elucidar o comportamento de cada um dos operadores isoladamente, não mais na relação com os demais. Assim, o capítulo 2 traz aspectos da significação de *todo* (além de *todo o*, *todos os*), um dos operadores mais estudados pela semântica. A breve descrição que fazemos dele pretende capturar alguns elementos de composicionalidade (ou seja, das nuances de significado diferentes a depender de cada contexto sintático) mas, também, elementos de significado que sejam estáveis em seus diversos usos, na tentativa de entender se se tratam ou não de diferentes itens lexicais.

No capítulo 3, levantamos questões sobre o comportamento do *qualquer* e discutimos seu comportamento de item de livre escolha, levando a ideia de livre escolha até às últimas consequências: apresentamos a hipótese que mesmo o comportamento adjetival que *qualquer* pode ter é decorrência pragmática desse caráter.

No quarto capítulo, o último da primeira parte, mostramos aspectos do *cada*, o operador em tela neste trabalho menos discutido pela literatura. Há nuances na significação de *cada* que não foram ainda suficientemente discutidos pela literatura e que tentamos levantar aqui, como seu comportamento adjetival, por exemplo. Apesar de ser pouco discutido, *cada* é um operador cuja significação se assemelha à de *todos os*, mas, novamente, não a recobre.

Na segunda parte, encerramos com o levantamento de bibliografia oriunda de diversas fontes e tentamos focar num tratamento possível para estes operadores, ainda que não unificadamente, como pretendíamos no início. No capítulo 5, então, apresentamos as teorias e o instrumental teórico necessário para um tratamento dentro de teorias de semântica dinâmica, que julgamos importantes para o desenvolvimento do trabalho com a significação na contemporaneidade, ainda que elas usem um modelo de sintaxe não completamente delimitado.

No último capítulo, procuramos propor uma análise que feche as pontas soltas da discussão da melhor forma possível e que recubra o maior número de dados possível, sabendo que essa tarefa deixa de lado muitas das coisas que gostaríamos de englobar. Não é uma tarefa fácil, como tenho ouvido ao longo da confecção deste trabalho e, nas palavras da minha orientadora, “se fosse fácil, alguém já teria feito”. Minha contribuição, portanto, é mais no sentido de propor uma análise que unifique o máximo possível estes operadores, sem deixar de lado as suas particularidades sintáticas e semânticas, e que pense na relação entre eles como produtora de significado.

Os dados analisados nos capítulos foram coletados nos textos dos teóricos resenhados, em pesquisas na internet com o formato do sintagma desejado (por exemplo, “todo + nome”, “todo + o + nome”), foram formuladas por mim ou pelos avaliadores do trabalho ou, ainda, foram encontrados em outros episódios cotidianos, como conversas, publicidade, gravações de podcast que encontrei (ou meus amigos encontraram e me trouxeram), de forma que não há um tratamento estatístico desses dados, algo que também não é nosso objetivo aqui. Não estamos interessados no número de ocorrências das construções, mas na possibilidade de compreensão que elas apresentam. Em decorrência disso, muitas vezes não trabalhamos com dados que seriam produzidos em situações reais de fala, mas com o limite da interpretação das sentenças. Tanto assim que o julgamento de sentenças como gramaticais ou agramaticais é feito cuidadosamente e, na maioria dos casos, consideradas agramaticais apenas quando nenhuma

interpretação contextual possa ser encontrada. Em todos os outros casos, elas são marcadas como estranhas.

Por fim, entendemos que um tratamento unificado para estas expressões pode não ser possível, mas certamente elas encontram mais semelhanças entre si do que outros tipos de operadores de quantidade, uma vez que, como vimos, podem ser intercalados e aparecem em contextos semelhantes, mais vezes do que outros operadores, como *alguns*, *muitos*, *mesmo*, por exemplo.

Além disso, as diferenças que apresentam entre si serão especificadas e problematizadas, para uma proposta de categorização que contemple suas características sintáticas, semânticas e pragmáticas.

## **1. Algumas questões iniciais: levantando a poeira**

Os problemas que esta tese pretendia resolver não eram muitos: identificar, descrever brevemente e propor um tratamento com um viés teórico formal para *todo, cada e qualquer*. Porém, como não poderia deixar de ser, os problemas proliferaram à medida que fomos entrando na discussão. Esta primeira parte é apenas para mostrar os problemas que temos pela frente.

Esta tese toda se parece com um “jardim de veredas que se bifurcam”: à medida que entramos em uma discussão, o número de pontas soltas se prolifera e é necessário, por vezes, segurar uma das pontas e soltar a outra e, em outras vezes, soltar as duas pontas e seguir adiante no caminho principal. Neste sentido, este capítulo se propõe a apresentar os questionamentos que encontramos mais do que as respostas para eles e pretende ser um grande *teaser* do que está por vir.

Nossas hipóteses partem, em grande medida, de Vendler (1962), que observa o comportamento de *each, every, any* e *all*, correspondentes, por assim dizer, das palavras em foco neste trabalho, em inglês. Vendler captura a significação algo movediça destas expressões, que parece se entrelaçar quase sem se sobrepor, de uma forma que particularmente nos interessa, mas que pretendemos transpor para o português, neste trabalho.

Desta forma, uma tradução comparada entre os operadores dessas duas línguas (ou mesmo entre essas duas e muitas outras línguas) não seria o suficiente para captar as suas distinções e, a partir de apontamentos feitos pela banca de qualificação, percebemos não ser necessária também. Portanto, partirmos do texto de Vendler (1962) muito mais pelas intuições e hipóteses deste autor sobre estes operadores, uma vez que elas transcendem o significado meramente idiomático e servem como caracterização geral do funcionamento das operações que estas palavras realizam. Portanto, queremos deixar claro que a explicação que procuraremos dar neste trabalho não parte de teorias sintáticas, porque não se tratam de problemas de configuração e ordem das palavras na sentença, mas de problemas que transcendem a ordem dos constituintes e chegam a pontos em que, em contextos sintáticos idênticos, duas interpretações são licenciadas.

Como veremos nos capítulos a seguir, nenhum dos vocábulos investigados aqui tem uma correspondência exata com seus equivalentes em inglês, mas a partir de Vendler (1962) temos muitas indicações de caminhos que serviriam para o português. Neste sentido, a resenha que apresentamos a seguir se aterá apenas a aspectos de significados e hipóteses explicativas que podem relacionáveis com o português, a medida em que servem de base para as reflexões que faremos ao longo deste trabalho. Portanto, pretendemos com este capítulo levantar as questões

referentes aos fenômenos decorrentes do entrelaçamento sintático e semântico destas expressões, bem como classificações presentes na literatura para, nos capítulos adiante, separar e aprofundar a discussão. E Vendler (1962) é o ponto de partida em qualquer discussão a respeito destes operadores.

Um dos aspectos que ele aponta é o fato de que “*every* e *each* são sempre seguidos pela forma singular do nome, enquanto *any*, às vezes, e *all* quase sempre, pedem o plural.”<sup>1</sup> (VENDLER, 1962: 146). Em português, a correspondência fica manca por algumas razões: *todo* e *qualquer* aceitam flexão de número, ou seja, *todo* sempre será seguido de nome no singular (seja ele nu ou com determinante), já que, para o plural, teremos *todos* (porém, no plural, *todos* não aceita preceder nominal nu, como veremos, com mais detalhes, no capítulo 2.). Com o *qualquer* na forma flexionada de plural acontece algo interessante: *quaisquer* apresenta uma leitura de livre escolha, mas só funciona em posição predicativa: (a) soa estranha (para a maioria dos falantes interrogados), mas (b) soa perfeitamente normal.

- (a) ?**Quaisquer** meninas foram ao baile.
- (b) Responderemos **quaisquer** dúvidas.

Já o *cada* não aceita complemento plural, mas aceita complementos quantificados numericamente: (09) e (10) são aceitáveis, mas (11) não.

- (01) **Cada** menina é uma equipe.
- (02) **Cada** cinco meninas são uma equipe.
- (03) \***Cada** meninas são uma equipe.

De acordo com o autor, “em todos esses casos, novamente, *all* implica coletividade, *every* ou *each*, distributividade. Agora entendemos porque *all* sempre pede pelo plural, mas *every* e *each* vão com o singular.”<sup>2</sup> (VENDLER, 1962: 148). Em português, nem sempre é o caso de *todo* pedir plural (apenas quando seguido de artigo definido plural), mas, como vimos nos exemplos acima, é sempre o caso de *cada* pedir singular. (Veremos isso com mais vagar nos capítulos a seguir.)

A principal razão pela qual escolhemos trabalhar com estes três operadores ao mesmo tempo, e não isoladamente, diz respeito ao fato de elas terem significados que, como vimos, se entrelaçam, sem se recobrir. Some-se a isso o fato apontado por Vendler (1962: 147) de que os valores de verdade dessas expressões estão intimamente ligados à composicionalidade. Neste sentido, imaginemos o seguinte contexto: uma empresa dá uma festa na qual as crianças filhas

---

<sup>1</sup> "Every" and "each" are always followed by the singular form of the noun, while "any" sometimes, and "all" nearly always, calls for the plural.

<sup>2</sup> In all these cases, again, "all" implies collectivity, "every" or "each" distributivity. Now we understand the reason why "all" calls for the plural, but "every" and "each" go with the singular.

dos funcionários têm direito a ganhar um brinquedo (e apenas um) uma por uma. O conjunto dos filhos dos funcionários não é constituído apenas por crianças, mas também por adolescentes e adultos. Nessa festa, há uma barraquinha com uma placa indicando quem pode ganhar o brinquedo. Considere as três sentenças a seguir como possíveis inscrições na placa:

- (04) **Toda** criança tem direito a um brinquedo.
- (05) **Cada** criança tem direito a um brinquedo.
- (06) **Qualquer** criança tem direito a um brinquedo.

Não relacionalmente, não há como capturar as diferenças dos valores de verdade destes operadores isoladamente. Porém, como nos casos em que vimos anteriormente, há diferenças substanciais na fórmula da verificação quando os operadores se relacionam a quantidades individuais ou a distribuições sobre somas (cumulativas). Há, ainda, outro porém: estas três sentenças são percebidas pelos falantes como sendo ligeiramente diferentes e, principalmente, possibilitam implicaturas diferentes.

As três sentenças possuem uma interpretação bijetora: de um lado, temos o conjunto das crianças e, de outro, o conjunto dos brinquedos. Para cada elemento do conjunto das crianças, temos um e apenas um elemento correspondente no conjunto dos brinquedos. A leitura da sentença em (04) é exatamente essa: recobrimos o conjunto das crianças com o conjunto dos brinquedos.<sup>3</sup> Em (05), temos a leitura de que se distribui um elemento do conjunto dos brinquedos para cada elemento do conjunto das crianças e, em (06), que não importa qual seja o elemento do conjunto de crianças, ele terá um correspondente no conjunto de brinquedos. Além disso, apenas (05) dá a leitura de que é proibido levar mais do que um brinquedo e, embora (04) e (06) não favoreçam a leitura da possibilidade de que uma criança ganhe mais brinquedos, não vetam a possibilidade.

A leitura pragmática, porém, é diferente. Aparentemente, cada uma das sentenças salienta determinada informação: em (04), o escopo parece ser “toda criança”; em (05), o escopo parece ser “um brinquedo” e, em (06), o escopo parece ser o contexto, não discriminando quais crianças têm direito ao brinquedo. O fato é que a opção por uma ou outra sentença, mais do que veicular uma informação diferente, gera uma implicatura diferente (Quine, 1956; Grice, 1975), fato que buscaremos investigar.

Para Vendler, “pelo menos no que diz respeito a um dado grupo de indivíduos, a referência apropriada ao *all* é coletiva, e a referência apropriada para *each* ou *every* é

---

<sup>3</sup> Outra leitura possível, a de que todas as crianças teriam direito a um único brinquedo para todas, está sendo deixada de lado neste momento.

distributiva.”<sup>4</sup> (VENDLER, 1962: 147) Em português, a diferença da distributividade está entre *cada* e *todo*; mas *todo* sozinho não é ambíguo em relação a isso. *Qualquer* parece ter aspecto distributivo, ainda que não exaustivamente. Isto também será discutido com mais vagar nos capítulos subsequentes.

Outro aspecto da relação entre estes operadores tem a ver com relações que eles permitem (ou não) estabelecer entre elementos do mesmo conjunto. Para Vendler (1962),

‘All those blocks are similar’ (Todos estes blocos são similares) é uma sentença completa, ‘Each (every one) of those blocks are similar’ (Cada (cada um) desses blocos é similar) precisa de um complemento. A razão é que a similaridade, sendo uma relação, requer, pelo menos, dois termos; *all*, com sua referência coletiva, já fornece mais do que um; *each* ou *every*, sendo distributivos, nos dão apenas um sujeito, porém, por assim dizer, muitas vezes.<sup>5</sup> (VENDLER, 1962: 148)

As relações possíveis entre elementos internos ao conjunto determinado pelo operador serão vistas, com mais vagar, nos capítulos a seguir. Por enquanto, basta dizer que o *todo* se diferencia de *cada* e de *qualquer* por não permitir acesso aos elementos internos do conjunto, exceto quando o “conjunto” é o conjunto das partes de um único elemento (como em “todo o bolo”).

Isso pode ser visto, inclusive, na seguinte constatação do autor:

Aqui, uma vez mais, começamos com uma diferença que é, num certo sentido, de natureza gramatical. Enquanto a expressão “each of them” é correta, “every of them” soa agramatical; é necessário dizer “every one of them”. Ao contrário, “each one of them” é, de certa forma, redundante. Parece que “each” já implica “um” e chama nossa atenção para os elementos individuais de uma forma peculiar.<sup>6</sup> (VENDLER, 1962: 149)

O paralelo se mantém em português: *cada um deles* é uma expressão gramaticalmente possível, mas *\*todos deles* ou *\*cada deles* também soa agramatical na nossa língua. Por outro lado, ainda na possibilidade de relação entre os elementos internos ao conjunto quantificado, o autor apresenta os seguintes dados (Vendler, 1962: 150, adaptados por mim):

(07) a. He came *each* second day.

---

<sup>4</sup> We can safely conclude then that, at least with respect to a given group of individuals, the reference appropriate to “all” is collective, and the reference appropriate to “each” or “every” is distributive.

<sup>5</sup> “All those blocks are similar.” is a complete sentence, “Each (every one) of those blocks is similar.” needs a complement. The reason is that similarity, being a relation, requires at least two terms; now “all”, with its collective reference, furnishes more than one already; “each” or “every”, being distributive, give us only one subject, though, as it were, many times over.

<sup>6</sup> Here, once more, we start off with a difference that is, in a sense, grammatical in nature. While the expression “each of them” is correct, “every of them” sounds ungrammatical; one has to say “every one of them”. On the contrary, “each one of them” is somewhat redundant. It looks as if “each” already implied “one” and drew our attention to the individual elements in a peculiar way.



- b. \*Ele veio **cada** dia 2.
- c. ? Ele veio **a cada** dia 2.
- d. ? Ele veio **em cada** dia 2.
- e. Ele veio **todo** dia 2.

- (08)
- a. He came *each* three days.
  - b. Ele veio **cada** três dias.
  - c. Ele veio **a cada** três dias.
  - d. \*Ele veio **em cada** três dias.
  - e. \*Ele vem **todo** três dias.

Em inglês, a relação de distributividade de eventos (*vir a cada três dias* ou *vir a cada mês, sempre no dia 2*) é mantida uniformemente pelo *each*. Em português, é necessária a ajuda das preposições nos casos em (08) e a tradução por outro operador em (07), sob pena de produzirmos sentenças que soem estranhas aos falantes. Nas sentenças preposicionadas (07b) e (07c), a preposição pode até manter a iteratividade, mas a interpretação da sentença é bastante prejudicada. Porém, a distributividade em (07) é conseguida com *todo*, e não com *cada*, como se esperaria. A interpretação é a de que a repetição da ação não é tão perceptível, ou a repetição não é tão frequente a ponto de ser capturada pelo *cada* ou, ainda, que o conjunto formado por “dias 2” não seja de elementos reagrupáveis ou rearranjáveis entre si (coisa que o *cada* possibilita, como veremos no capítulo dedicado a ele).

O curioso a respeito deste dado é que o comportamento principal de *todo*, como veremos, parece ser o de contemplar a integralidade do conjunto, a sua inteireza, e não as relações entre as partes. Vendler (1962) coloca isso de uma forma prática e, por que não, até bem humorada:

Suponha que eu te mostre uma cesta cheia de maçãs e te diga “Take all of them (Pegue todas elas)”. Se você começasse a pegá-las uma a uma, eu ficaria surpreso. Minha proposta era clara: você deveria pegar as maçãs, se possível, em bloco. Se eu tivesse dito “Take every one of them (Pegue cada uma delas)”, eu não deveria me importar com a forma como você as pegou, desde que você não deixasse nenhuma para trás. Se eu dissesse “Take each of them (Pegue cada uma delas)”, alguém poderia achar que a sentença está incompleta. Alguma coisa como “Take each of them and examine them in turn (Pegue cada uma delas e examine-as uma por vez)” é esperada. Assim, eu espero que você as pegue uma depois da outra sem pular nenhuma.<sup>7</sup> (VENDLER, 1962: 150)

A ideia é bastante clara, ainda que o paralelo em português não seja perfeitamente

---

<sup>7</sup> Suppose I show you a basketful of apples and I tell you “Take all of them”. If you started to pick them one by one, I should be surprised. My offer was sweeping: you should take the apples, if possible, “en bloc”. Had I said “Take every one of them” I should not care how you take them, provided you do not leave any behind. If I say “Take each of them” one feels that the sentence is unfinished. Something like “Take each of them and examine them in turn” is expected. Thus I expect you to take them one after the other not missing any.

possível: *todo* pode indicar a integralidade do conjunto (ou de um objeto individualmente), e *cada* é interpretado semanticamente como estabelecedor de relações (ou predicções) possíveis dentro dos elementos daquele conjunto, ainda que este conjunto possa ser tomado integralmente (para uma verificação das condições de verdade, por exemplo). Apenas para arrematar a questão, Vendler (1962) complementa: “Além disso, como vimos, algumas dessas diferenças não são meramente diferença de gramática e estilo: elas podem afetar os valores de verdade também.”<sup>8</sup> (VENDLER, 1962: 150)

Há, porém, implicações pragmáticas no uso de uma ou de outra expressão. Essas diferenças se encontram em questões bastante elementares da pragmática (coisas que se referem a atitudes proposicionais, como “‘Take any [Pegue qualquer uma]’ dificilmente é uma ordem; é uma oferta.”<sup>9</sup> (VENDLER, 1962: 151), enquanto “Pegue cada uma” é raramente uma oferta; é uma ordem) e coisas que dizem respeito a uma interface entre a posição sintática e a interpretação do operador (como veremos adiante, *qualquer* e *cada* podem se comportar como adjetivos, normalmente com um traço de significação pejorativo dado pela pragmática, quase indelével em alguns casos).

Isto fica visível na seguinte explicação:

Suponha que você aceitou minha oferta anterior [“Take any (Pegue qualquer uma)”] e pegou uma maçã. O que eu posso dizer agora? Bem, certamente, posso dizer coisas como “He took one (Ele pegou uma)”, “He took the one he liked (ele pegou a que gostou)”, “He took that one (ele pegou aquela uma)”, mas certamente não posso dizer “He took any one (ele pegou qualquer uma)”. Então, novamente, a principal característica do “any” não é meramente indeterminação, pois “He took one (ele pegou uma)” é indeterminado o suficiente. “Any” pede uma escolha, mas, depois que ela é feita, “any” perde o sentido.<sup>10</sup> (VENDLER, 1962: 152)

Dizer que o interlocutor pegou “qualquer uma” é, de uma forma pragmaticamente marcada, caracterizar a maçã escolhida, partindo da interpretação semântica da aleatoriedade da escolha. Em outras palavras, *qualquer* indica uma aleatoriedade que é interrompida quando a escolha é feita, porque o critério não é aleatório. Semanticamente, é possível prever este tipo de resultado; pragmaticamente, não. Assim, a pragmática do *qualquer* inclui, ainda, a possibilidade de negar a sua aleatoriedade: “não pegue *qualquer* maçã, pegue a mais bonita”,

---

<sup>8</sup> More-over, as we have seen, some of these differences are not merely matters of grammar and style: they may affect truth-values as well.

<sup>9</sup> “Take any” is hardly an order; it is an offer.

<sup>10</sup> Suppose you accept my previous offer [“Take any”] and take an apple. What can I say now? Well, for sure, I can say things like “He took one.”, “He took the one he liked.”, “He took that one.” but I certainly cannot say “He took any one.” even if you acted on my words: “Take any one”. Thus, again, the main feature of “any” is not merely indetermination; for “He took one” is indeterminate enough. “Any” calls for a choice, but after it has been made “any” loses its point.

por exemplo. Isso nos leva a entender que a interpretação do *qualquer* pode ser diferente para o locutor e para o interlocutor: quando alguém diz “pegue *qualquer* maçã”, parece veicular uma ideia de aleatoriedade; quando alguém interpreta “pegue *qualquer* maçã”, pode optar ou não por usar um critério para realizar a escolha.

Outro aspecto do *qualquer* diz respeito ao fato de que ele não exige que o conjunto seja exaurido, como o faz *cada*. Assim, se alguém enuncia “pergunte a qualquer médico”, esse alguém não imagina (nem solicita) que você vá fazer a pergunta a todos os médicos; pelo contrário, solicita que você escolha um e pergunte apenas a ele. O subconjunto produto da operação feita por *qualquer* tem uma cardinalidade delimitada (mesmo quando não se utiliza a cardinalização *qualquer um*), ainda que todos estejam virtualmente disponíveis para a seleção: assim como *cada*, *qualquer* seleciona átomos.<sup>11</sup>

*Cada* difere de *qualquer* ainda em mais um ponto. Fazendo um paralelo com o exemplo de Vendler (1962), se eu disser “pegue *cada* maçã”, não posso esperar que meu interlocutor pegue apenas uma ou que haja uma aleatoriedade na escolha: ele precisará pegar uma a uma (ou duas a duas, da forma que for mais conveniente: *cada* não veta uma leitura na qual vários elementos tenham sido pegados ao mesmo tempo). Além disso, “pegue *cada* maçã” também parece uma ordem incompleta em português: o mais esperado seria uma sentença como “pegue *cada* maçã e confira se elas estão maduras” ou algo do gênero. O autor acrescenta:

“Every one of my friends smokes a pipe (Cada um dos meus amigos fuma cachimbo)”, “Qualquer um que seja meu amigo fuma um cachimbo (Anybody who is my friend smokes a pipe)”. A primeira proposição seria sem sentido se eu não tivesse amigos. Mas a segunda não. Ela significa que se alguém é meu amigo, ele fuma e fuma um cachimbo; se ele não faz isso, ele não é meu amigo, e eu não faço exceções, não importa quem seja a pessoa. Então é bem possível que eu não tenha amigos. Isso não é nem surpreendente. Considere, então, proposições deste tipo: “Any nation that conquers the moon can control the earth (Qualquer nação que conquiste a lua pode controlar a Terra)”, “Any perpetual-motion engine would violate the laws of thermodynamics, which is impossible (Qualquer motor de moto-perpétuo violaria as leis da termodinâmica, o que é impossível)”.<sup>12</sup> (VENDLER, 1962: 156)

Ainda sobre *cada* e *qualquer*, as intuições de Vendler (1962) servem ao português.

---

<sup>11</sup> Como bem colocou a professora Ana Paula Quadros Gomes em meu exame de qualificação, “todos” pode ter somas descontínuas formando seus subconjuntos, mas “*cada*” e “*qualquer*” só selecionam átomos.

<sup>12</sup> “Every one of my friends smokes a pipe”. “Anybody who is my friend smokes a pipe”. The first proposition would be senseless if I had no friends. Not so the second. It means that if somebody is my friend, he smokes and a pipe; if he does not, he is not my friend; and I do not make exceptions, no matter who be the person. Then it is quite possible that I have no friends. It is not even surprising. Consider, too, propositions of the sort: “Any nation that conquers the moon can control the earth”. “Any perpetual-motion engine would violate the laws of thermodynamics, which is impossible”.

Vejamos as sentenças em (09) e (10):

(09) Mogeas transforma **qualquer** objeto em um instrumento musical.

(<<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/mogeas-transforma-qualquer-objeto-em-um-instrumento-musical>> Acesso em 20/02/2014.)

(10) Mogeas transforma **cada** objeto em um instrumento musical.

O contraste entre as sentenças mostra claramente que, em (09), não é necessário que exista um objeto transformável em instrumento musical; em (10), existe um conjunto limitado de objetos que é transformado em instrumento musical pelo Mogeas (um gadget que é acoplado a smartphones e que, até o fechamento desta tese, estará obsoleto!).

Adaptando as considerações Vendler (1962:157) sobre o inglês, podemos dizer que, em português, *qualquer* está longe de *cada*, enquanto *todo* está no meio dos dois, uma vez que *qualquer* não pressupõe existência, *todo* pode ou não pressupor e *cada* pressupõe, como se pode verificar nas sentenças abaixo:

- (11) a. Você vacinou **todos os** porcos do chiqueiro?  
b. Não vacinei **todos os** porcos do chiqueiro.

- (12) a. Você vacinou **cada** porco do chiqueiro?  
b. ? Não vacinei **cada** porco do chiqueiro.

- (13) a. ? Você vacinou **qualquer** porco do chiqueiro?  
b. Não vacinei **qualquer** porco do chiqueiro.

Podemos perceber que (11a) e (11b) pressupõem existência: em (11a), questiona-se sobre a totalidade dos membros do conjunto; em (11b), a negação tem escopo, também, sobre esta mesma totalidade (“Não vacinei todos os porcos do chiqueiro, apenas 5”), mas pode ter escopo sobre o adjunto (“Não vacinei todos os porcos do chiqueiro, vacinei todos os porcos da fazenda”) e, ainda, numa interpretação menos comum, ter escopo sobre o conteúdo informacional (Ducrot, 1987) (“Não vacinei todos os porcos no chiqueiro; na verdade, não vacinei porco nenhum”). Nos dois primeiros casos, a pressuposição de existência está mantida; no terceiro, não.

No caso das sentenças em (12), podemos ver que, em (12a), o *cada* pressupõe existência e, em interação com a negação, é estranho: a negação parece ter escopo sobre a ação, no entanto, e não sobre a existência de porcos no chiqueiro. (Note que se, ao invés de termos um adjunto adnominal, tivéssemos um adjunto verbal, como “no chiqueiro”, a sentença seria estranha por uma particularidade do *cada*, que seleciona elementos cuja predicação deve ser dada individualmente.)

Já o *qualquer*, nas sentenças (13a) e (13b), só pressupõe existência numa interpretação

de (13b) em que *qualquer* esteja funcionando como adjetivo (“não vacinei **qualquer** porco, vacinei **o melhor** porco”), numa espécie de negação metalinguística sobre o conteúdo informacional. Em português europeu (Moia, 1992), a sentença em (13b) é completamente aceitável significando “não vacinei *nenhum* porco do chiqueiro”, mas, em português brasileiro, esta interpretação não é comum (e, ainda que possa ser interpretada, não parece que seria produzida).

O que temos apontado até agora se torna mais interessante se relacionado a esta citação: “Assim *any* e *all* são relacionados e *each* e *every* são relacionados. Isto é maravilhosamente trazido à tona pelo fato de que nós temos duas formas combinadas: “any and all” e “each and every””.<sup>13</sup> (VENDLER, 1962: 159) O interessante é observar, justamente, que a única expressão equivalente, em português, é “todo e qualquer”, como em (14), abaixo, e “todo e cada” é uma expressão que soa estranhíssima, como em (15), onde parece ser justificada apenas pela licença poética:

(14) Na prática, o projeto do CEO pretende funcionar da seguinte maneira: a rede social fecha acordos com as operadoras e elas passam a oferecer o acesso ao aplicativo ou site sem cobrar nada pela navegação. O mesmo ocorre com **todo e qualquer** conteúdo parceiro compartilhado na plataforma. (<<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/mark-zuckerberg-facebook-quer-ser-a-porta-de-entrada-para-a-internet>>. Acesso em 24/02/2014.)

(15) Tentar ser forte a **todo e cada** amanhecer.  
(Letra da canção “Clarisse”, de Renato Russo. <<http://letras.mus.br/legiao-urbana/46931/>>. Acesso em 24/02/2014.)

Um dos fatores que podemos levar em conta aqui é que, enquanto *todo* aponta para a quantidade, *qualquer* aponta para diferentes qualidades: *todo e qualquer* são muitos tipos diferentes. *Cada* não pode ser combinado ao *todo* porque não tem nenhum traço que permita tipificação. Neste sentido, como temos dito, os conjuntos resultantes das operações de *todo e qualquer* são iguais, mas tomados de formas diferentes.

Em sua dissertação de mestrado, Ana Paula Quadros Gomes (2004) também fala sobre certa “complementaridade” localizável entre as funções destes operadores: eles não se sobrepõem completamente, mas um focaliza aspectos que o outro não. Segundo a autora,

Há algumas oposições importantes, que norteiam a organização dessa “divisão de trabalho” entre os quantificadores:

- (i) a individuação *versus* a indeterminação dos indivíduos;
- (ii) a denotação quantificada (com uma cardinalidade específica) *versus* a denotação cumulativa (de cardinalidade indeterminada); e
- iii) (o potencial de fazer) a referência a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos, *versus* a impossibilidade de apontar um indivíduo no mundo.

---

<sup>13</sup> Thus “any” and “all” are related and “each” and “every” are related. This is beautifully brought out by the fact that we have two combined forms: “any and all” and “each and every”.

Gomes contempla, portanto, a distinção entre a pressuposição de existência e a não pressuposição, bem como as relações internas que cada operador permite que se faça dentro do conjunto sobre o qual quantifica. Voltaremos a essa discussão adiante. Porém, o que chama a atenção neste trecho é a classificação de “quantificador”. Assim como a própria autora, temos alguma desconfiança de que *todo*, *qualquer* e *cada* sejam quantificadores. Para isto, nos voltaremos a algumas definições na seção a seguir, buscando fontes em gramáticas tradicionais e contemporâneas para que possam jogar alguma luz sobre a discussão.

## 1.2 Quantificação?

Como ainda estamos na fase de discutir os problemas decorrentes do entrelaçamento destas expressões, cabe olhar para a nomenclatura que a tradição gramatical propõe, uma vez que tradicionalmente são vistos juntos, como lados diferentes de um mesmo prisma.

Assim, voltando os olhos para a tradição gramatical da língua portuguesa, não encontramos unanimidade na abordagem dos termos em tela neste trabalho, apesar de, majoritariamente, encontrarmos que *todo*, *qualquer* e *cada* são “pronomes indefinidos”. Utilizar definições semânticas não é completamente estranho às gramáticas tradicionais, que procuram entender o significado das palavras bem como sua ordem de aparecimento na sentença, ainda que de forma rápida e apressada. O problema reside no fato de que a maioria das definições não problematiza a significação dos termos: dá uma definição abrangente e para por ali.

Para observar a nossa tradição gramatical, é interessante partirmos da Gramática Filosófica de Jeronimo Soares Barbosa (1822), que entendia *todo*, *qualquer* e *cada* como **determinativos de quantidade**. Entre outras coisas, pode-se perceber que a relação entre estes três quantificadores está posta desde as primeiras tentativas classificatórias. Evidentemente, outros determinantes também estão sendo categorizados paralelamente a estes três; a questão é que, na maior parte das vezes, um é definido em termos do outro, como veremos a seguir.

Para Barbosa (1822), então, os determinativos de quantidade são aqueles que determinam e se aplicam aos substantivos, de forma que os delimite em termos de número, tanto para indivíduos quanto para espécies. Partindo disso, ele faz uma divisão dos determinantes entre **universais** e **partitivos**, sendo os universais, por sua vez, **positivos**, quando afirmam algo sobre o indivíduo ou a espécie, ou **negativos**, quando negam algo sobre o indivíduo ou a espécie. Desta forma, os **positivos** podem ser universais, e são chamados de **coletivos**, ou “considerados separadamente e cada um de per si, e chamam-se **distributivos**” (BARBOSA, 1822: 71). Dentro dessa divisão, *todo* se encontra classificado como **coletivo** e *cada* e *qualquer*

como **distributivos**.

Como dissemos, vale a pena notar como estas expressões são definidas em termos uma da outra. Abaixo, o paralelo é estabelecido entre *todo* e *cada*, a respeito das propriedades distributivas que cada um deles pode apresentar.

[Todo] não é determinativo senão quando precede o nome apelativo: v.g., *Todo homem é mortal*. Quando se lhe segue, é um adjetivo explicativo, que vale o mesmo que *inteiro*; razão porque a mesma proposição, de verdadeira passa a falsa, dizendo: *O homem todo é mortal*. Se digo no singular *Todo o homem é mortal*, o apelativo *homem* é tomado distributivamente por *cada*. (...) Usamos do distributivo nas proposições metafisicamente certas, e do coletivo nas que o são moralmente. (BARBOSA, 1822: 171)

Além disso, nota-se a intuição de que *todo* é bastante diferente de *todo o*, ainda que, à época, a interpretação possível era a de que *todo o* era distributivo; a ideia de inteireza, de todas as partes em conjunto, carregada hoje pelo *todo o* era dada, à época, pela posposição de *todo* ao substantivo: *(o) homem todo é mortal*.

A respeito dos **distributivos** *cada* e *qualquer*, o gramático entende que são três: *cada*, *quemquer* (cujo formato se alterou ao longo destes quase dois séculos) e *qualquer*. Para o autor, *cada* é indeclinável e simples e *qualquer*, composto e, portanto, declinável. Sobre seu funcionamento, o autor afirma:

O distributivo *cada* é sempre relativo, e supõe antes de si uma proposição universal coletiva, clara ou oculta, que ele distribui pelos indivíduos compreendidos na mesma proposição para distinguir as suas diferenças, quanto ao atributo que de todos se afirma coletivamente. Os distributivos, *quemquer* e *qualquer*, são absolutos, porque não se referem a outra proposição. Eles mesmos fazem a proposição e a distribuem. Estas proposições, por ex., *Quemquer pode dizer*, *Qualquer coisa se pode dizer*, equivalem a estas *Todo homem pode dizer*, *Tudo se pode dizer*. O distributivo *cada* porém considera as partes de um todo, quaisquer que elas seja como outras tantas unidades proporcionais, para por elas distribuir o atributo da proposição. (...) As partes supõem o todo, e o distributivo das mesmas supõe a proposição universal coletiva. (1822:173)

Aqui se vê, portanto, um tratamento que leva em conta não só as relações que estes determinativos de quantidade traçam entre si, mas, também, as relações de significado que se depreendem de seu funcionamento. É um tratamento que não se volta apenas sobre a classificação, mas sobre o funcionamento semântico e sintático destas expressões. Quando se trata de definir a qual classe de palavra *cada* pertence, a pouca importância que o autor dá a isso se mostra inovadora em relação a outras gramáticas:

Daqui se vê que a palavra *cada* é um verdadeiro adjetivo indeclinável, que determina os nomes apelativos a tomarem-se em um sentido distributivo por ordem à porção, que do atributo lhes compete. Não pode portanto ser

*preposição*, em cuja classe a põe a *Gramática da Língua Castelhana da Academia Real Espanhola* part.I cap IX. Porque o sujeito da oração nunca pode levar preposição, e levá-la-ia, se o *cada* o fosse nos exemplos acima. (1822:172-173)

Porém, para o professor Napoleão Mendes de Almeida (1963), *todo*, *cada* e *qualquer*, juntamente com *algum*, *bastante*, *certo*, *diferentes*, *diversos*, *mais*, *menos*, *muito*, *nenhum*, *outro*, *pouco*, *quem quer*, *quanto*, *tanto* e *vários* figuram na classe dos “indefinidos”: “assim se chama a palavra que determina o substantivo de modo vago, de maneira imprecisa”. (1963: 173). A categorização é feita *via* sintaxe e semântica, mas, em nota, o autor acrescenta: “*Todo* é também chamado **coletivo universal**; *cada* é chamado **distributivo**; os demais, **partitivos**” (1963: 173, grifos originais), o que é bastante interessante: *qualquer* não costuma ser interpretado como partitivo, mas, definitivamente, o caráter coletivo de *todo* e o distributivo de *cada* são praticamente unanimidade.

O gramático traça a diferenciação entre estes indefinidos com critérios de significação, porém bastante circulares. A respeito do *cada*, por exemplo, ele afirma: “é invariável e significa *todo*, *qualquer* dentre certo número de pessoas ou de coisas” (1963: 178). A circularidade das definições é patente, uma vez que é justamente o fato de ter um significado semelhante aos outros indefinidos que instancia *cada* como um indefinido: “*cada* é certamente sinônimo de *todo*, mas é distributivo, e nisso reside a diferença de emprego. (...) *todo* é coletivo: universaliza, iguala, engloba; *cada* é distributivo: particulariza, diferencia, especifica” (1963: 178). O exemplo que ele dá é o exemplo que um semanticista daria: “Diferente é o significado entre ‘Vou todo o dia à casa de um parente’ e ‘Vou cada dia à casa de um parente’”. Na primeira oração, o parente visitado é um só, ao passo que na segunda, como ficou dito, há a distribuição: hoje visito um, amanhã outro parente.” (1963: 178).

Sobre *qualquer*, Almeida (1963) afirma que equivale a *um*, *outro*, *este* e *aquele* e que “é sempre indefinido e serve para indicar indivíduo, lugar, objeto indeterminado” (1963: 177). Novamente, a parte interessante está nas notas. Diz o gramático: “Não é português o emprego de *qualquer* em orações negativas, quando substituível por *nenhum*: ‘Não vejo *qualquer* pessoa capaz disso’ – ‘Não há *qualquer* indício’ – Deve-se dizer: ‘Não vejo nenhuma pessoa...’ – ‘Não há nenhum indício’.” (1963: 177). Não diríamos mais que não se “deve” dizer assim, mas, certamente, poderíamos dizer que a maioria das pessoas não produziria essa construção voluntariamente, apesar de entendermos que, tendo sido digna de nota do gramático, a construção provavelmente era disseminada à época.

Já para Bechara (1969), “pronomes indefinidos são os que se aplicam à 3ª pessoa quando tem sentido vago ou exprimem quantidade indeterminada”, e, ainda:



Funcionam como pronomes indefinidos substantivos, todos invariáveis: *alguém, ninguém, tudo, nada, algo, outrem*. (...) São pronomes indefinidos adjetivos, todos variáveis com exceção de *cada*: *nenhum, outro* (também isolado), *um* (também isolado), *certo, qualquer* (só variável em número: *quaisquer*), *algum, cada*. Aplicam-se a quantidades indeterminadas os indefinidos, todos variáveis com exceção de *mais* e *menos*: *muito, mais, menos, pouco, todo, algum, tanto, quanto, vários, diverso*. (BECHARA, 1969: 118-119).

Outra revisão interessantíssima a respeito da categorização frouxa feita sobre determinados quantificadores, que eram entendidos ora como advérbios, ora como adjetivos, é apresentada na tese de doutoramento de Guimarães (2007). Segundo este autor, é relativamente recente (a partir da segunda metade do século passado) a classificação destes termos como “pronomes indefinidos”, uma vez que desde a antiguidade clássica estes termos eram tratados como adjetivos. Guimarães (2007) menciona, principalmente, o trabalho de Said Ali (1964) que, inova, segundo ele, porque,

além de fazer referência aos pronomes indefinidos, ainda inclui na classe dos numerais, também chamados de quantitativos, a subclasse dos quantitativos indefinidos, que “designam quantidade ou porção sem fixá-la numericamente. Tais são as palavras *muito* (comparativo mais), *pouco* (comparativo menos), *tudo, algum, tanto, quanto*, as plurais *uns, vários, diversos*.” (Said Ali, 1964: 60) E, numa observação ao final da seção, ele ainda diz que “os quantitativos se confundem com os pronomes indefinidos” (idem). (GUIMARÃES, 2007: 20). [Itálicos no original.]

As observações de Said Ali, como pudemos perceber, fazem referência ao funcionamento que estes operadores permitem no interior do conjunto quantificado; neste caso, o autor percebe que a não fixação da quantidade de forma numérica é uma operação semântica possibilitada pelo “quantitativo indefinido”. Assim, para este gramático, “*cada* é pronome adjunto invariável. Designa os seres ou grupos de seres considerados um por um” (ALI, 1964: 194). Quanto ao *qualquer*, ele afirma que, “com o plural *quaisquer*, refere-se a indivíduo ou indivíduos tomados indistintamente de entre outros da mesma espécie” (1964: 194). Morfologicamente, *tudo* é o único que “toma o gênero e número do nome a que serve de adjunto. Tem várias aplicações.” (1964: 195). Estas aplicações devem-se, na descrição do gramático, à composicionalidade das expressões *tudo o, todo um, todo o resto/todo o mais e tudo*. Assim, a descrição está voltada para as expressões compostas com este quantificador. Com tudo isso, podemos ver que Said Ali (1964) foi um bom leitor de Soares Barbosa (1822) que, como vimos, já levantava estas questões.

Para Guimarães (1995), estas expressões não podem ser chamadas de quantificadores,

justamente porque não operam sobre quantidades definidas. Mesmo quantificadores *fuzzy*<sup>14</sup> como *muito*, *pouco*, *alguns*, *a maioria*, operam sobre quantidades e partes de conjuntos. Por outro lado, *todo*, *qualquer* e *cada* não determinam quantidades, ainda que possam circunscrever subconjuntos com elementos definidos. Uma sugestão, porém, vem da literatura:

Castilho (1993: 213-4) prefere, acompanhando Mateus (1989: 184-97), o termo **especificador** para a classe dos modificadores que ocorrem na periferia esquerda do SN, reservando a denominação de determinante para uma subclasse dos especificadores formada pelos “modificadores que se combinam com os nomes para produzir expressões cuja referência é determinada em termos da identidade do referente” (Lyons, 1977:453, apud Castilho, 1993: 213, grifos de Castilho), distinguindo-se dos **quantificadores**, que “são modificadores que se combinam com os nomes em termos do tamanho do conjunto de indivíduos ou em termos da totalidade da substância que está sendo referida” (Lyons, 1977: 454-5, apud Castilho, 1993: 213-4, grifos de Castilho). (GUIMARÃES, 2007: 21.)

Este trecho dá pistas importantíssimas sobre o que estamos procurando: quantificadores são aqueles que operam sobre quantidades! Resta saber se há a necessidade dessas quantidades serem cardinalmente definidas ou não. Segundo Castilho (2012),

A informação sobre a quantidade pode ser definida, no caso dos numerais, ou indefinida, no caso dos quantificadores indefinidos, denominados pronomes indefinidos na Gramática Tradicional, ou artigo indefinido, no caso do vocábulo *um*. (...) Por ‘indefinido’ entenda-se mais amplamente desde um número indeterminado de objetos (*muitos dias*) até uma quantidade indeterminada deles (*bastante água*), na dependência de ser /contável/ ou /não contável/ o substantivo que funciona como núcleo do sintagma nominal respectivo. (CASTILHO, 2012: 505)

Sobre as propriedades gramaticais destes operadores, Castilho (2012) acrescenta: “Do ponto de vista sintático, já vimos (...) que os quantificadores indefinidos operam no núcleo do sintagma nominal, quando em suas formas neutras, e como Especificadores, concorrendo para a organização dos sintagmas nominais” (2012: 508), porém, esta caracterização é mais longamente feita (e referida por Castilho) por Moraes de Castilho (2008), que retomaremos adiante.

Com relação às propriedades semânticas, o autor afirma que:

Acompanhando Longobardi (1998), pode-se reconhecer que os quantificadores indefinidos tomam por escopo substantivos que remetem aos seguintes conjuntos:

---

<sup>14</sup> Quantificadores *fuzzy* são normalmente entendidos como aqueles que não quantificam sobre quantidades determinadas dentro de conjuntos delimitados, mas são considerados em graus de pertinência sobre o pertencimento ou não àquele conjunto; ou seja, são aplicados sobre um raciocínio de aproximação e não de exatidão.

1. Conjunto unitário – o quantificador especifica apenas um elemento do conjunto, variando o termo de acordo com o traço semântico do substantivo: *um, algum, algo, alguém, qualquer, todo*.
2. Conjunto vazio – o quantificador especifica um conjunto vazio de elementos: *nenhum, nada, ninguém*.
3. Conjunto global – o quantificador especifica a totalidade dos elementos que compõe o conjunto: *todos, tudo, muitos, poucos, inúmeros, vários, diversos, demais*. (2012: 508-509)

Castilho ainda faz uma observação sobre as propriedades discursivas dos indefinidos, dizendo que eles “concorrem para que um texto tenha um caráter de indefinidade, de imprecisão” (2012: 509), ou seja, a soma de ocorrências de itens lexicais indefinidos pode dar o efeito (discursivo, pragmático) de falta de comprometimento com a precisão ou veracidade dos dados, decalcado no significado semântico que apresentam.

A discussão sobre o comportamento quantificador dos indefinidos interessa, principalmente, por causa do comportamento do *qualquer*. Para Guimarães (1995):

QUALQUER tem uma interpretação básica em comum com os dois outros "quantificadores universais" do português – TODO e CADA – que é a predicação sobre a totalidade dos elementos de um conjunto, expressa pelo quantificador universal da lógica. (...) Para tomarmos apenas a oposição entre TODO e QUALQUER, [eles] (...) não têm exatamente o mesmo significado, ou melhor dizendo, o mesmo alcance. (...) Temos, pelo menos, o acréscimo de uma noção básica, a de verificação, derivada de uma implicação inerente ao que é significado (...). A implicação é que se é verdadeiro para todos, será verdadeiro para cada um dos elementos, individualmente, portanto, isso pode ser verificado com a escolha – aleatória ou não, como veremos – de um único desses elementos. QUALQUER, mais do que fazer uma afirmação, deixa implícita uma garantia, uma vez que oferece a possibilidade de verificação. (GUIMARÃES, 1995: 60-61)

Em outras palavras, Guimarães explica que a noção distributiva de *qualquer* vem de uma implicação lógica sobre a operação executada no conjunto: as condições de verdade para uma sentença com *tudo* e *qualquer* deverão ser as mesmas e, portanto, *qualquer* executa uma operação de verificação da veracidade da proposição. Trata-se, portanto, de uma decorrência lógica que está explícita no significado da palavra em língua natural.

Esta é a interpretação semântica mais difundida atualmente, principalmente nos trabalhos de Guimarães (1995), Gomes (2004) e Pires de Oliveira (2005), para quem *qualquer* não seria um quantificador porque não opera sobre quantidades e nem sobre conjuntos, mas executa uma operação sobre elementos destes conjuntos.

Heim (1982) levanta a hipótese de que indefinidos não são sintagmas quantificadores, mas apenas introduzem variáveis que estão presas por algum quantificador sentencial ou discursivo que prende não-selecionalmente. Se são estes os critérios para indefinidos, então *qualquer* não é um quantificador, mas um indefinido, isto é, ele marca a presença de uma variável. (PIRES DE OLIVEIRA, 2005: 255).

Pires de Oliveira (2005) levanta outros dois pontos a respeito do *qualquer*:

- (1) O fato de que ele ocorre em duas formas sintagmáticas, *qualquer N* e *um N qualquer*, que, em certos contextos, são sinônimas, mas cuja substituição nem sempre é possível (...).
- (2) O fato de que sintagmas nominais com *qualquer* mostram variabilidade de interpretação, podendo, descritivamente, ter leitura existencial ou universal. (PIRES DE OLIVEIRA, 2005:252-253)

Além disso, a autora acrescenta que, segundo Moia (2002), “*sintagmas-qualquer* (...) são contextualmente limitados, isto é, têm uma distribuição restrita”. Ou seja, a quantificação está sendo colocada em cheque justamente pela constatação, feita por Guimarães (1995) e Pires de Oliveira (2005), de que *qualquer* pode ter uma leitura existencial ou universal – de forma que não se trata apenas de  $\forall$  ou  $\exists$ .<sup>15</sup> Isto ficará mais claro no capítulo 2, porém cabe salientar que, como temos visto, a operação que *qualquer* faz não tem a ver com cardinalidade.

Outra visão interessante a respeito disso vem de Perini (1995), com quem Moraes de Castilho (2008) dialoga, principalmente pelo entendimento funcionalista das posições das expressões no sintagma. Este autor tenta definir a função do item pela sua posição dentro do sintagma. Assim, Perini (1995) entende que um SN tem duas grandes porções: a área esquerda e a área direita, e o que acontece em cada uma delas é bastante distinto. Como os determinantes alvo deste trabalho são entendidos como pertencendo à área esquerda, pois precedem o núcleo do SN, vamos nos debruçar mais atentamente sobre ela.

Examinando um grande número de sintagmas, chegou-se à conclusão de que a área esquerda compreende seis **posições fixas** e quatro **posições variáveis**. As posições fixas definem seis funções, denominadas (na ordem em que ocorrem no sintagma) **determinante**, **possessivo**, **reforço**, **quantificador**, **pré-núcleo externo** e **pré-núcleo interno**. Abreviando, temos, respectivamente, **Det**, **Poss**, **Ref**, **Qf**, **PNE** e **PNI**. As posições variáveis ocorrem nos intervalos entre as posições fixas, exceto entre os dois pré-núcleos, onde não pode ocorrer nenhum item. O esquema completo da área esquerda é o seguinte (as posições variáveis são marcadas como “PV”):

[Det PV4 Poss PV3 Ref PV2 Qf PV1 PNE PNI] (PERINI, 1995: 97)

Para o autor, portanto, cada posição que uma palavra pode ocupar neste esquema é o que define a sua função dentro do sintagma, de forma que qualquer palavra que puder ocupar a primeira posição será um determinante. As posições variáveis (PVs), no entanto, só poderão ser **Num** porque apenas numeradores podem ocorrer em diversas posições: a maioria das

---

<sup>15</sup> Outro ponto que vamos deixar de lado, pelo menos por enquanto, diz respeito à polaridade negativa do *qualquer*, sinônimo de “any” do inglês. (“Ele não pegou qualquer uma” como sinônimo de “Ele não pegou sequer uma”, “Ele não pegou nenhuma.”)

palavras que ocorrem nas outras posições são engessadas. Para entender um pouco melhor estas ideias, o autor dá exemplos:

No entanto, a dificuldade de se obter SNs máximos faz com que essas definições sejam relativamente pouco úteis. Assim, a depreensão das diversas funções teve de ser feita por meio do exame de grande número de SNs menores. Por exemplo, observou-se que nenhum elemento do SN pode ocorrer antes de *aquele* (relembro que *todos, ambos* são externos ao SN; ver 4.3). Assim, *aquele* deve ocupar a primeira posição em qualquer SN – e, portanto, também a primeira no SN máximo. Já a palavra *meu* e os possessivos em geral podem ocorrer logo após *aquele*, o que sugere que *meu* ocupa a segunda posição. Na verdade, há dois itens que podem ocorrer entre *aquele* e *meu*, e que poderiam ser considerados como ocupando a segunda posição (*meu* passaria para a terceira): são os itens *outro* e *dois* (e os cardinais em geral):

- (15) a. Aquele meu sapato
- b. Aquele meu outro sapato
- c. Aqueles meus dois sapatos (1995: 98. Numeração original.)

Como Perini (1995) está fazendo generalizações a partir de dados, interessa observar que as conclusões a que ele chega são bastante precisas no que diz respeito ao lugar em que estes itens podem ocupar em um sintagma. Neste sentido, o autor afirma que os itens lexicais que aparecem nas posições fixas são pouco numerosas e, desta forma, é possível dar uma lista mais ou menos completas destas palavras. Curiosamente, a maioria delas são as mesmas palavras que entravam junto com *todo*, *cada* e *qualquer* nas gramáticas que temos visto até agora. A tabela está reproduzida abaixo.

<b>Função</b>	<b>Itens que podem desempenhá-la</b>
<b>Det</b>	<i>o, este, esse, aquele, algum, nenhum, um.</i>
<b>Poss</b>	<i>meu, seu, nosso etc.</i>
<b>Ref</b>	<i>mesmo, próprio, certo.</i>
<b>QF</b>	<i>poucos, vários, diversos, muitos, único, primeiro (segundo, terceiro etc).</i>
<b>PNE</b>	<i>mero, pretensão, meio, suposto, reles, inesquecível, ilusório, simples, bom, velho, novo etc [classe aberta]</i>
<b>PNI</b>	<i>mau, novo, velho, claro, grande.</i>
<b>Num</b>	<i>outro, dois (três, quatro etc)</i>

---

**Tabela 1:** Itens lexicais e funções.

Fonte: Perini (1995: 99)

Porém, o leitor atencioso deve ter percebido que *todo*, *cada* e *qualquer* não estão nesta tabela. Isto porque Perini (1995) dedica a eles uma seção intitulada “**Itens de função duvidosa**”. A questão da função duvidosa diz respeito ao fato de que,

por razões tanto sintáticas quanto semânticas, certos itens da área esquerda não podem coocorrer no mesmo sintagma com certos outros itens. Assim, não podemos jamais colocar lado a lado itens que desempenham a mesma função. (...) Isso deriva automaticamente do princípio de que tais funções não são repetíveis.” (1995: 99)

O autor continua:

No que nos interessa, porém, as consequências são claras: quanto mais restrições de compatibilidade um item sofre, mais difícil é determinar sua função no SN, pois esta depende de sua ordenação com relação aos demais itens. Assim, chegamos a dois casos extremos, como os dos itens *cada* e *todo* (não o item *todos*, que varia em gênero e número; aqui tratamos do item *todo*, que só varia em gênero e pode ocorrer sem determinante: *todo homem*). Esses itens são incompatíveis com a maioria dos outros itens da área esquerda; coocorrem apenas com o PNE e com o PNI e, nesse caso, vêm antes deles:

(20) Todo bom professor

(21) Cada inesquecível viagem

*Cada* (mas não *todo*) coocorre também com os cardinais, como em:

(22) Cada três recibos dão direito a um carro zero km.

Mas como sabemos que os cardinais são de posição muito variável, isso não nos diz muito sobre *cada*. A única coisa que se pode concluir, então, é que *todo* e *cada* não podem ser PNE nem PNI; sua análise completa deverá, no mais, ficar indeterminada por indisponibilidade de dados. Outro item que apresenta o mesmo problema de baixa compatibilidade e que portanto é de análise difícil, é *qualquer*; deste também se sabe que não pode ser PNE nem PNI, e pouco mais. (1995: 100)

Já o trabalho de Moraes de Castilho (2008) encara estas questões que Perini (1995) levanta por uma perspectiva funcionalista (que nos interessa aqui como *background*, não como alternativa teórica). Assim, a autora propõe, ao contrário do que as gramáticas prescritivas queriam, que estas expressões sejam tratadas como “quantificadores indefinidos”, e não mais como “pronomes”. Para ela,

Distinguem-se na literatura os quantificadores dos determinantes, que são classes de estatuto reconhecidamente incerto na teoria gramatical. Tem-se lembrado que há razões gramaticais para reunir sob a denominação de determinantes o artigo, o demonstrativo, o possessivo e os indefinidos, embora essas classes de palavras sejam diferentes do ponto de vista semântico. Todas essas classes integram os especificadores, como um dos constituintes do SN, lição que será acompanhada aqui. (MORAES DE CASTILHO, 2008: 137)

A autora define **quantificadores indefinidos** como sendo

as expressões que funcionam como “atualizadores do nome que não estabelecem relação entre o que é designado pelo nome e as pessoas envolvidas no processo da comunicação, como os demonstrativos e possessivos, mas que acrescentam ao que é designado alguma informação sobre a quantidade” (Mattos e Silva, 1989: 186). Por outras palavras, eles indicam a porção de um conjunto ao qual queremos nos referir. (2008: 137)

E, ainda:

Em suma, são quantificadores indefinidos (QIs) os pronomes indefinidos assim denominados na gramática tradicional. Eles se distinguem dos quantificadores definidos ou numerais. (...) Por “indefinido” entenda-se mais amplamente desde um número indeterminado de objetos (*muitos dias*) até uma quantidade indeterminada de uma substância qualquer (*bastante água*), na dependência de ser contável ou não contável o N que funciona como núcleo do SN respectivo. (2008: 139)

Apesar de esta definição ser bastante recursiva e dependente do domínio de outras classificações (a autora explicitamente recorre a definições da gramática tradicional), ela aponta na direção do “porcionamento” de um conjunto de elementos, agrupados entre si por uma relação de predicação. Um quantificador, segundo esta perspectiva, selecionaria uma quantidade de indivíduos com as mesmas propriedades. Sobre as expressões *todo*, *qualquer* e *cada*, encontramos:

As classes dos QIs mostram que os dados do mundo podem ser vistos ou na sua totalidade ou na sua parcialidade, em conjunto ou separadamente. Quando se consideram os elementos de um conjunto na sua totalidade, usa-se *todo*, *tudo*; quando se quer referir a cada elemento do conjunto, usa-se *cada*; quando quer se referir a não importa qual elemento do conjunto, emprega-se *qualquer*. (...) Como reconhece Chierchia, “temos uma grande necessidade de relacionar, comparar, contar, etc. as classes de objetos em que nossa experiência se articula” (Chierchia, 2003: 271); essa é uma das funções dos quantificadores. (2008: 137)

A Moraes de Castilho também interessa uma descrição sintática destas expressões, uma vez que, segundo ela, “alguns dos elementos internos do sintagma nominal se definem exclusivamente em termos de ordem” (MORAES DE CASTILHO, 2008: 137) e, segundo ela, *todo*, *qualquer* e *cada* seriam QIs especificadores de um núcleo (cf. 2008: 144), por aparecerem quase sempre numa posição pré-nominal. A exceção é o *qualquer* que, segundo a autora, pode ter sua polaridade modificada: “*qualquer* anteposto à *figura humana* [“vamos reconhecer *qualquer* figura humana”] libera o sentido de uma indefinidade não marcada, sentido que passa ao de uma indefinidade depreciativa quando posposto [“vamos reconhecer uma figura humana *qualquer*”]”. (2008: 147)

Testes interessantes podem ser feitos a partir dessas descrições. Nas sentenças a seguir, temos uma sentença com uma distanciação grande do quantificador em relação ao núcleo (6 posições de afastamento em (16), 5 posições em (17) e (18)) nas sentenças em “a” e interações

entre os quantificadores nas sentenças em “b”.

- (16) a. **Todos** os meus outros três primeiros carros.  
b. ?**Todos** os meus outros três carros quaisquer.
- (17) a. **Qualquer** dos outros meus três primeiros carros.  
b. \*Os meus três primeiros outros carros quaisquer.
- (18) a. \***Cada** dos outros três meus primeiros carros.  
b. \***Cada qualquer** um dos meus três primeiros carros.

Segundo Moraes de Castilho (2008), somente *todos* é capaz de ser alçado na posição 6 de afastamento do núcleo (6 palavras antes do núcleo). Já *cada* e *qualquer* aparecem sempre em posições posteriores, o que indica uma necessidade de maior proximidade com o núcleo. Para a autora, estas expressões “exibiriam portanto um grau máximo de conexidade com o núcleo” (2008: 146).

A opção de trazer aqui o trabalho desta autora não é gratuita: além de uma descrição feita a partir de dados reais de fala, Moraes de Castilho contempla, também, aspectos do funcionamento semântico desses quantificadores, para além do fato de quantificarem sem uma quantidade definida. Assim, ela observa que “a quantificação universal, expressa por *todos* (...), não é incompatível com a quantificação distributiva expressa por *cada*, como em (...): “Então ele desenha *todos* os animais pré-históricos com *todas* as características e o nome de *cada* um... [D2 SP 360].” (2008: 149) Nesta sentença, substituindo *cada* por *qualquer*, a sentença perde o significado original: “então ele desenha *todos* os animais pré-históricos com *todas* as características e o nome de *qualquer* um”; apesar do traço de distributividade encontrado no *qualquer*, ele não é compatível com a quantificação previamente feita por *todo*: se formos retomar por meio de alguma operação os elementos já apresentados, precisaremos recuperá-los definidamente e atomicamente, e *qualquer* não os recupera definidamente (lembremos do caso da expressão *todo e qualquer*, que vimos antes: naquele caso, os conjuntos delimitados eram iguais, porém tomados de forma diferente). Vejamos outros exemplos:

- (19) O acordo feito entre o MP e o filho adotivo e herdeiro de Chico [Xavier], Eurípedes Humberto Higino dos Reis, determina a realização e organização de **todo** o patrimônio cultural do médium, além de definir as medidas de preservação para a proteção de **cada obra** de forma separada ou em conjunto.

(“Obras de Chico Xavier vão passar por processo de preservação em Uberaba.” Disponível em <[http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/26/interna\\_gerais,502368/obras-de-chico-xavier-vaopassar-por-processo-de-preservacao-em-uberaba.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/26/interna_gerais,502368/obras-de-chico-xavier-vaopassar-por-processo-de-preservacao-em-uberaba.shtml)> . Acesso em 26/02/2014.)

- (20) **Todos** os pratos estão dispostos sobre a mesa. **Cada** prato tem um guardanapo por cima.
- (21) **Todo** o bloco se movimenta, **cada** folião dança como quer.

A maioria dos usos de *cada* juntamente com *todo* é anafórica; ou seja, estabelece uma relação de retomada que precisa ser integral para fazer sentido. Apesar de esta explicação soar mais funcionalista do que gostaríamos, a ideia é que, se os dois operadores estão contidos na mesma sentença, eles significam em conjunto. Assim, *qualquer* é incapaz de retomar a



integralidade do conjunto dado indivíduo a indivíduo, como vimos anteriormente. Outros quantificadores indefinidos, como *alguns*, *nenhum*, *outros*, entre outros, poderiam efetuar uma retomada parcial, porém não aleatória, dos elementos do conjunto quantificado pelo *todos*. Assim, apenas o *qualquer* não funcionaria em conjunto com *todo*, embora funcione em conjunto com *cada*.

(22) **Cada** prato está disposto sobre a mesa. **Qualquer** prato tem um guardanapo por cima.

(23) **Cada** bloco se movimenta, **qualquer** folião dança como quer.

Estas relações entre sentenças serão exploradas com mais detalhe na segunda parte deste trabalho. No entanto, cabe afirmar que as relações anafóricas entre os quantificadores, ainda que mantenham o referente, modificam as operações sobre os conjuntos quantificados.

Neste ponto da discussão, parece necessário optarmos por uma nomenclatura que carregue um conceito aplicável às expressões-alvo deste trabalho. Se *todo*, *qualquer* e *cada* são indefinidos, então, não podem ser quantificadores na definição de Heim (1982[2011]). De fato, não são indefinidos para esta teoria. Como se estabelece na literatura clássica, quantificadores são palavras que estabelecem relações entre conjuntos. Chierchia (2003) focaliza, principalmente, o papel que estes termos possuem em estruturas sintáticas que ele considera quantificacionais. Neste sentido, ele afirma que “estruturas quantificacionais (...) compõe-se tipicamente de três partes: um quantificador, uma restrição e um escopo” (CHIERCHIA, 2003: 376). Essa definição se encaixa perfeitamente em algumas classificações que temos levantando até aqui neste capítulo: é o papel que o termo ocupa na frase que dá o efeito de quantificação (aliado, porém, ao que vem no entorno).

A visão de Heim (1982) está perfeitamente de acordo com o fato de que o entorno é fator majoritário para o funcionamento dos elementos da sentença (no caso dela, dos indefinidos). Porém, a partir do raciocínio que a autora faz para os indefinidos, alongaremos a discussão para os nossos dados. Na opinião da autora, indefinidos não têm força quantificacional.

Estou negando que eles [os indefinidos] tenham qualquer força quantificacional por si próprios. O que parece ser a força quantificacional de um indefinido tem sempre a contribuição de uma expressão diferente no ambiente linguístico do indefinido ou de um princípio interpretativo que não é ligado ao significado lexical de nenhuma expressão particular.<sup>16</sup> (HEIM, 2011: 81)

---

<sup>16</sup> I am denying that they ever have any quantificational force of their own at all. What appears to be the quantificational force of an indefinite is always contributed by either a different expression in the indefinite's linguistic environment, or by an interpretive principle that is not tied to the lexical meaning of any particular expression at all.

Para discorrer sobre essa afirmação, Heim traz a visão de Lewis (1975) para quem duas alternativas podem ser consideradas. Uma delas seria a de que:

Indefinidos podem agir como todos os tipos de quantificadores diferentes, dependendo dos ambientes em que estão: “um F” se torna um quantificador universal sobre Fs no contexto do advérbio quantificador universal “sempre”; se torna um quantificador existencial sobre Fs no contexto do advérbio quantificador existencial “às vezes”; assume força quantificacional sobre “a maioria dos Fs” na vizinhança de “na maioria dos casos”; e a força de “muito poucos Fs” na vizinhança de “muito raramente”. Em suma, sua força quantificacional varia largamente à medida em que se adapta a qualquer advérbio quantificacional que apareça por perto. Olhando por este lado, indefinidos são quantificadores, mas sua força quantificacional se adapta ao ambiente como a cor de um camaleão.<sup>17</sup> (2011: 84)

Porém, o ponto de vista que a autora julga mais pertinente é a segunda alternativa apresentada por aquele autor:

Alternativamente, nós podemos interpretar os dados em foco como uma evidência de que indefinidos (pelo menos alguns deles) simplesmente não tem força quantificacional por eles próprios, mas são como variáveis, que pode ser ligada por qualquer quantificador que estiver ali para ligá-la.<sup>18</sup> (2011:84)

Assim, a autora opta por este segundo ponto de vista por entender que os indefinidos têm valor de variáveis também, mas não têm força o suficiente para, independentemente do ambiente em que se encontram, quantificarem: “meu ponto é argumentar que o indefinido nunca contribui em nada para o significado da sentença em que ocorre além de sua leitura variável, qualquer que seja o tipo da sentença.”<sup>19</sup> (2011: 85).

Observemos a análise que a autora faz para as sentenças abaixo:

- (a) He arrived.
- (b) A man arrived.
- (c) Every man arrived.

(a'.) [S he<sub>3</sub> arrived]

---

<sup>17</sup> Indefinites may act as all sorts of different quantifiers, depending on their varying environments: “an F” becomes a universal quantifier over Fs in the context of the universal Q-adverb “always”; it becomes an existential quantifier over Fs in the context of the existential Q-adverb “sometimes”; it assumes the quantificational force of “most Fs” in the neighborhood of “in most cases”; and the force of “very few Fs” in the neighborhood of “very rarely.” In short, its quantificational forces vary widely as they adapt to whatever Q-adverb happens to be around. Viewed like this, indefinites are quantifiers, but their quantificational force adapts to the environment like the color of a chameleon.

<sup>18</sup> Alternatively, we might interpret the data under consideration as evidence that indefinites (at least some of them) simply have no quantificational force of their own at all, but are rather like variables, which may get bound by whatever quantifier is there to bind them.

<sup>19</sup> My aim is to argue that the indefinite never contributes anything more than this variable-reading to the meaning of the sentence in which it occurs, whatever type of sentence it may be.

(b'.) [S a man<sub>1</sub> [S e<sub>1</sub> arrived]]  
(c'.) [S every man<sub>2</sub> [S e<sub>2</sub> arrived]]

(Em que “e” é um NP vazio)

As regras que a autora seguiu foram: i) estabeleça para cada NP um índice referencial; ii) adjunja cada NP não pronominal a S, deixando de lado um NP coindexado vazio e iii) ligue cada quantificador com o constituinte imediato mais à esquerda de S. (1982: 87). Desta forma, a estrutura sintática nuclear de qualquer uma das sentenças acima será “homem chegou” e ela será indexada ao que quer que seja que está mais à esquerda do sintagma (pronome, indefinido ou variável, respectivamente, nos exemplos da autora.).

Evidentemente, as considerações da autora vão além deste breve resumo que fizemos. Elas serão retomadas no item 6.1. A questão que interessa agora, porém, é que certas estruturas dependem muito mais do seu entorno sintático do que de traços de significado que elas próprias trazem, o que parece ser o caso dos indefinidos e destes supostos quantificadores. No entanto, por entendermos que a literatura tem razões para chamar estes termos de indefinidos e, como indefinidos e quantificadores não são a mesma coisa, investigaremos, ao longo deste trabalho, mais detidamente, o comportamento dessas expressões para justificar nossa opção para uma nomenclatura que demonstre que “todo” e “cada” são quantificadores, mas “qualquer” se comporta como indefinido.

Nos capítulos a seguir, tomaremos cada um destes operadores e nos debruçaremos sobre eles com mais vagar, de forma a entender melhor seu funcionamento sintático e semântico e suas nuances de significado que tocam as zonas de interface com a pragmática.

## 2. Todo

*Todo* é um dos alvos mais clássicos de estudo da semântica, inclusive pela correspondência imediata que ele tem com a lógica; como dissemos anteriormente, ele é o correspondente mais próximo, em língua natural, do operador lógico  $\forall$ . Nesse sentido, ele já foi bastante descrito, explorado e caracterizado. Parte do problema que nos dispusemos a investigar neste trabalho já fica clara em uma definição simples de manual.

Explicando o uso dos quantificadores do cálculo de predicados de primeira ordem e buscando uma correspondência entre o operador universal da lógica  $\forall$  e a língua natural, Mortari (2001) afirma que ele “corresponde às locuções ‘para todo’, ‘qualquer que seja’, ‘todos’, ‘cada’, e assim por diante. (...) Não importa se usamos a variável  $x$  ou  $y$ , estamos afirmando que todo indivíduo do universo tem a propriedade de ser [aquilo que se predica sobre ele].” (MORTARI, 2001: 93). Como vem sido repetidas vezes afirmado na semântica contemporânea, a lógica não contempla os usos em língua natural do operador. Como vimos, é por isso que as sentenças (04) a (06) (reescritas abaixo entre (24) e (26)), teriam, todas, a mesma tradução para a linguagem do cálculo de predicados (apresentada em (27)):

- (24) **Toda** criança tem direito a um brinquedo.
- (25) **Qualquer** criança tem direito a um brinquedo.
- (26) **Cada** criança tem direito a um brinquedo.
  
- (27)  $\exists x \forall y (Cx \wedge By) \rightarrow Txy$   
(onde:  $C$  = ser criança,  $B$  = ser brinquedo e  $T$  = ter direito)

Colocando o mesmo problema de outra forma, Lewis (2002) afirma:

Os quantificadores da lógica ordinária são seletivos:  $\forall x$  ou  $\exists x$  ligam a variável  $x$  e param por aí. Quaisquer outras variáveis,  $y$ ,  $z$ ,..., que podem ocorrer livremente em seu escopo, ficam livres, esperando ser ligadas por outros quantificadores. Temos as condições de verdade:

(18)  $\forall x F$  é verdadeira, sob qualquer atribuição admissível  $f$  de valores para todas as variáveis livres em  $F$  exceto  $x$ , se e somente se, para cada valor admissível de  $x$ ,  $F$  é verdadeiro sob a atribuição daquele valor de  $x$  juntamente com a atribuição  $f$  de valores para as outras variáveis livres em  $F$ . 20 (LEWIS, 2002: 181)

Ou seja, uma vez que temos uma variável ligada, o operador preenche a sua função. Parafraseando a fórmula de Moia (1992) para o *qualquer* (que veremos adiante), teríamos que

---

<sup>20</sup> The ordinary logicians' quantifiers are selective:  $\forall x$  or  $\exists x$  binds the variable  $x$  and stops there. Any other variables  $y$ ,  $z$ ,... that may occur free in its scope are left free, waiting to be bound by other quantifiers. We have the truth conditions: (18)  $\forall x F$  is true, under any admissible assignment  $f$  of values to all variables free in  $F$  except  $x$ , iff for every admissible value of  $x$ ,  $F$  is true under the assignment of that value to  $x$  together with the assignment  $f$  of values to the other variables free in  $F$ .

$(X) [[\text{todo}]] (A) = \{ X = E \mid A = X \},$

Ou seja, o significado de *todo* *A* é tal que *X* é igual ao conjunto *E* e *A* é igual ao conjunto *X*. Não pressupõe existência, pois não é necessário que exista *A*; porém, se ele existir, ele iguala dois conjuntos contextualmente.

Como afirmamos na introdução, o operador parece ter a função de totalizar a quantidade de elementos dentro de um conjunto (ou de um universo, como quer Mortari). Recoberto aquele conjunto, o operador satisfaz a condição de que a propriedade que ele predica aplica-se a todos os membros do conjunto. Nada se diz sobre a forma como isso é feito (o que poderia distinguir este operador de *cada* e *qualquer*) e nem sobre a natureza do conjunto.

Para complementar esta visão simplificada, o raciocínio de Pires de Oliveira (2003) é bastante interessante. Segundo a autora, “na visão mais recente, quantificadores não contam indivíduos, não indicam quantidade, mas estabelecem relações entre conjuntos” (PIRES DE OLIVEIRA, 2003: 192). Nesta perspectiva, um sintagma como “*todos os meninos*” já possui relações de significado estabelecidas entre *todos* e *os meninos*. Nas palavras da autora,

Nesse exemplo [Todos os meninos são felizes], afirma-se que um certo domínio de entidades, no caso meninos, estabelece uma relação com um outro domínio, o conjunto dos felizes. Como o quantificador nessa sentença é “*todos*”, a relação entre o conjunto dos meninos e o conjunto dos felizes é de inclusão: o conjunto dos meninos está incluído no conjunto dos felizes. Na sentença em (2) [Um menino chegou ontem cedo] a relação é de intersecção. Dessa maneira é possível interpretar a quantificação como um predicado que relaciona dois conjuntos. (2003: 192)

Evidentemente, mesmo para uma lógica simples, a natureza do conjunto e o processo pelo qual o conjunto é recoberto parecem ser dados via contexto. De uma pesquisa rápida pela internet<sup>21</sup>, selecionamos os seguintes exemplos do uso de *todo* (a)(s) (os/as):

(28) **'Todo** professor deve ganhar um salário digno', avalia leitor.  
(<http://www.boainformacao.com.br/2013/04/todo-professor-deve-ganhar-um-salario-digno-avalia-leitor/>. Acesso em 22/04/2013.)

(29) Obama oferece **'toda** ajuda que for necessária' ao prefeito de Boston.  
(<http://www.tribunahoje.com/noticia/60815/mundo/2013/04/15/obama-oferece-toda-ajuda-que-for-necessaria-ao-prefeito-de-boston.html>. Acesso em 22/04/2013.)

(30) Concurso público: **Todos** querem o MPU.[Ministério Público da União]  
([http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/04/22/internas\\_economia,435350/todos-querem-o-mpu.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/04/22/internas_economia,435350/todos-querem-o-mpu.shtml). Acesso em 22/04/2013.)

(31) “Casamento para **todos**: um ‘não’ que veio para ficar”.  
(<http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/3705171-casamento-para-todos-um-nao-que-veio-para-ficar>. Acesso em 22/04/2013.)

(32) Rodrigo Faro vira cama para as filhas: “**Todas** querem deitar no papai”

---

<sup>21</sup> A pesquisa foi efetuada por meio do Google Notícias, que buscou as informações apenas em portais de informação e *sites* de jornais.

(Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/famosos-e-tv/rodrigo-faro-vira-cama-para-as-filhas-todas-querem-deitar-no-papai-22032014>>. Acesso em 14/04/2014.)

(33) França inicia coleta inédita dos DNAs de **todos os** homens em escola para desvendar estupro de uma aluna

(Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/franca-inicia-coleta-inedita-dos-dnas-de-todos-os-homens-em-escola-para-desvendar-estupro-de-uma-aluna-14042014>>. Acesso em 14/04/2014.)

(34) Lua vermelha poderá ser vista em **todo o** País durante eclipse nesta madrugada

(Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/2014-04-14/lua-vermelha-podera-ser-vista-em-todo-o-pais-durante-eclipse-nesta-madrugada.html>>. Acesso em 14/04/2014.)

(35) Clientes da Vivo ficam sem internet durante **toda a** manhã, em Boa Vista

(Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/04/clientes-da-vivo-ficam-sem-internet-durante-toda-manha-em-boavista.html>>. Acesso em 14/04/2014.)

(36) Lília Cabral, talento em **todas as** mídias

(Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,lilia-cabral-talento-em-todas-as-midias,1153496,0.htm>>. Acesso em 14/04/2014.)

De (28) a (36), observa-se que o papel semântico do “todo” é o de focalizar o conjunto inteiro, ainda que o conjunto não seja semanticamente restrito. A restrição dos membros do conjunto parece ser pragmática. Se confrontarmos a sentença em (30) com a sentença em (31), temos um contraste interessante sobre a natureza dos conjuntos recobertos.

Em (30), *todos* diz respeito ao conjunto de ‘concurseiros’ (aquele grupo de pessoas que estudam para concursos públicos praticamente como profissão), que é um subconjunto de “todas as pessoas do mundo”. Mesmo assim, não se pode supor que são todos os elementos do conjunto dos *concurseiros* que vão prestar a prova para o Ministério Público, porque o conjunto dos *concurseiros* é evidentemente maior que o conjunto de pessoas inscritas no concurso do Ministério Público. Neste caso, o uso do *todos* seleciona um subconjunto de *concurseiros*, talvez em intersecção com o conjunto de pessoas que queiram um emprego, talvez um conjunto que contenha a maioria deles, ou um conjunto que contenha apenas elementos que queiram a vaga e não necessariamente vão fazer a prova (trata-se de uma predicação epistêmica – “querer”). De qualquer forma, o que o operador faz aqui é selecionar elementos salientes de um conjunto. Em (31), pelo contrário, *todos* focaliza um “conjunto máximo”, que compreende elementos deixados de lado da maioria; “para todos” está sendo usado como sinônimo de casamento igualitário para homoafetivos, assunto em pauta em diversos países contemporaneamente, e o uso do *todos* serve justamente para marcar a totalidade do conjunto, não só os elementos salientes – ou prototípicos.

Neste ponto, cabe adiantar parte de uma discussão que faremos adiante a respeito do *qualquer* e do traço de *widening* que ele apresenta. Como veremos mais detalhadamente no capítulo 3, *widening* é um conceito apresentado por Kadmon e Landman (1993: 359) para explicar o funcionamento do *any*, porém um paralelo aqui é possível. Para estes autores, *any* é capaz de ampliar o domínio sobre o qual quantifica e isso se faz perceptível através do contexto.

Ora, parece que estamos diante justamente do mesmo efeito: *todo* tanto amplia o domínio para o máximo possível quanto restringe o domínio para a totalidade discursivamente saliente, ainda que o *any* não apresente esse comportamento de restrição pragmática.

Com relação às implicaturas presentes nestas sentenças, pode-se dizer que o uso de *todos* em (30) chama atenção para a concorrência elevada desta prova, como forma de marcar que *todos* estaria acima de *muitos* numa escala de quantidade. O efeito é pragmático também, principalmente se considerarmos que os exemplos são manchetes, interessadas em chamar a atenção do leitor. Por outro lado, em (31), o efeito de sentido é de neutralidade, praticamente tratando a questão como uma questão de igualdade, uma vez que não são todos que podem desfrutar de um mesmo direito. O uso de *todos* aqui coloca os elementos do conjunto em patamar de igualdade: são todos membros do mesmo conjunto e, portanto, deveriam ter direitos iguais.

Um uso ligeiramente diferente é aquele em (28). Nesta sentença, não haveria problemas em sustentarmos uma leitura distributiva ou de livre-escolha: “**qualquer** professor deve ganhar um salário digno”, “**cada** professor deve ganhar um salário digno” são sinônimos de “**todo** professor deve ganhar um salário digno”. O fato de ser possível alternar o quantificador em contextos assim nos diz um pouco da razão pela qual a gramática os agrupo sob a mesma categoria. Por outro lado, (29) não permite a mesma alternância: podemos ter “Obama oferece **qualquer** ajuda necessária” (ainda que o significado seja ligeiramente alterado), mas não “Obama oferece **cada** ajuda necessária”.

O que podemos perceber, aparentemente, é que temos três tipos de funcionamento sintático do *todo*: sem codeterminação, acompanhado de artigo singular e no plural acompanhado de artigo. No entanto, endossamos o entendimento de Ana Paula Quadros Gomes, que, em sua dissertação de mestrado, também abordou as expressões que focalizamos neste trabalho. Para ela,

(...) defendemos a existência de um só **todo** em PB, embora sejam três os sintagmas quantificados nominais que ele introduz, e exista ainda um **todo** intensificador, que modifica adjetivos e advérbios. **Todo** exige que o predicado em sua restrição seja verdadeiro de cada parte mínima da denotação do material em sua restrição. (QUADROS GOMES, 2004: 23)

Neste sentido, o paralelo que tentamos fazer no capítulo 1 sobre correspondências entre o português e o inglês precisaria ser repensado: parece que o *todo omnis (todo o)* é, basicamente, *all*. Já o *todo totu (todo, todos os)* é *every*, exceto nos contextos em que *every* se comporta como *cada*.

O *todo* é, talvez, o quantificador mais discutido na literatura, principalmente na contemporaneidade. Não há quase território a ser descoberto nas análises de seus comportamentos sintáticos e semânticos. Assim, salientaremos alguns dos textos principais a este respeito para levantarmos subsídios para a nossa análise.

## 2.1 Um pouco de diacronia

A fim de começarmos a discussão, nos serviremos de uma explicação diacrônica que servirá para nos emprestar uma nomenclatura que poderá ser útil. Assim, emprestando a revisão teórica de Martins de Oliveira (2006), em sua dissertação de mestrado, temos que

a forma mais antiga de que se tem notícia e a qual tudo e todo (s, a, as) estariam substituindo na língua em uso é *omnis*, que já no latim falado deu lugar a *totus*. Ou seja, *omnis* foi substituída por *totu* que foi substituída por *todo/tudo*. Sabe-se que em algum momento *omnis* e *totu* co-ocorreram, assim como *totu* e *todo/tudo*. (...) Teríamos, então, a seguinte trajetória para *tudo*: *omnis/omnia/ omnen* => *totum/ totu* => *todo* (s, a, as). (MARTINS DE OLIVEIRA, 2006: 14)

Assim, de um lado está o *todo* que significa a totalidade dos elementos do conjunto (*omnis* – *todo, todos, todos os, todas as*) e, de outro, o que significa a inteireza de determinado elemento (*totus* – *todo o, toda a*). Essa distinção ajuda a esclarecer os problemas que vamos encontrar daqui pra frente.

Said Ali (2008), apresentando “As dificuldades da língua portuguesa”, traça um estudo diacrônico procurando localizar, nos sermões do Padre Vieira, quando estas distinções chegaram ao português contemporâneo. Assim, ele também inicia o tratamento deste quantificador observando seu comportamento dual, tanto semântico quanto sintático:

*Todo* pode designar o conjunto ou a inteireza de um corpo, massa, superfície etc.; a totalidade numérica e, finalmente, o indivíduo tomado pela espécie inteira. Veremos isto por partes; porém primeiro que tudo importa entendermo-nos sobre um ponto. O artigo que, em qualquer destas acepções, venha em seguimento do vocábulo *todo*, não pertence a este; é de propriedade exclusiva do substantivo ou termo substantivado a enunciar logo depois. E aí está o erro da célebre fórmula. (SAID ALI, 2008: 122)

Podemos perceber que o gramático não quer tratar conjuntamente o artigo que pode acompanhar *todo*. No nosso entendimento, porém, não é possível deixá-lo de lado, não apenas por uma questão de composicionalidade semântica (uma vez que *todo o/toda a* carrega um significado que *todo* sem codeterminação, sozinho, não carrega), mas por entendermos que se trata de um aspecto fundamental do comportamento deste quantificador.

Porém, logo adiante, vemos como mesmo o próprio Said Ali (2008) não se esquivou de uma breve descrição sintático-semântica deste quantificador:



Muitas vezes a palavra *todo* aparece junto de um adjetivo, referindo-se porém a um nome ou pronome mencionado antes, e com ele concordando em gênero e número. *Todo* tem neste caso o sentido de “inteiro”, completo, e não há lugar para o artigo: *muro todo fendido; encontrei-o todo ensanguentado; roupa toda suja; posto que todo vermelho* (Vieira, Serm., 5,5); *toda sois fermosa e toda pura; sua Mãe era toda pura* (ib., 169 e 170). (2008: 126)

Como vimos anteriormente, é muito arriscado deixar de lado o contexto sintático em que *todo* aparece (sucedido ou não de artigo) porque a ausência do artigo é significativa. Como disse o gramático, sem o artigo, *todo* se comporta como um adjetivo (comportamento que, veremos, é análogo ao do *qualquer* e do *cada* em contextos sintáticos semelhantes), quantificando sobre a inteireza do objeto: “muro todo fendido” denota um muro com fendas espalhadas ao longo dele; “roupa toda suja” denota uma roupa que possui sujeira em toda a sua extensão e assim por diante.

A contraparte encontrada por Said Ali (2008) reside no plural:

Se no singular a palavra *todo* pode referir-se à inteireza de uma pessoa ou coisa, o plural *todos* por sua vez deixa de parte esta consideração e visa somente o número completo de indivíduos ou coleções. Ora, um substantivo (ou adjetivo substantivado) expresso no plural e que designe totalidade, sem definir o número, não pode dispensar o artigo definido, a menos que determine algum vocábulo incompatível com o artigo. (2008: 127)

O que vemos aqui é que, enquanto o singular parece quantificar sobre um indivíduo, o plural parece abranger um conjunto de indivíduos na sua totalidade: é o *todo omnis*. Isto é o que vimos nos exemplos “**todas** querem deitar no papai” e “**todos** querem o MPU”, mas também em “o DNA de **todos os** homens” e “talento em **todas as** mídias”. Ou seja, quando o artigo sucede o quantificador no plural, o que acontece não é semelhante ao que acontece no singular:

De solução relativamente fácil, dadas as condições até aqui expostas, o problema do emprego do artigo complica-se seriamente desde o momento em que se haja de antepor *todo* ao nome singular referido a um indivíduo qualquer da coletividade. Tanto se diz com o artigo *os homens que pecam* como *o homem que peca* e, conseqüentemente, adicionando o quantitativo, se dirá *todos os homens* e *todo o homem*. Acontece porém que a expressão no singular sugere a noção de identidade de *todo* com o termo *qualquer* e, não podendo o artigo ser usado conjuntamente com este vocábulo, conclui-se por analogia que ele também deve ficar excluído da frase *todo homem que peca*. (2008: 128)

Para seguirmos com o exemplo do autor, se dizemos “**todo** homem peca”, estamos afirmando isso de uma coletividade de homens; quando dizemos “**todo o** homem peca”, estamos dizendo que todas as partes do homem pecam. Se, porém, dizemos “**todos os** homens pecam”, estamos novamente afirmando sobre a coletividade, e não sobre múltiplas partes de

múltiplos homens que pecam. E, ainda, “\***Todos** homens pecam” é agramatical na posição de argumento externo.

Nas palavras de Said Ali (2008):

Um caso concreto o explicará melhor. A forma *todo o gênero*, com artigo, há pouco citada, significando o mesmo que o plural *todos os gêneros*, diz expressamente que se abrange a totalidade completa; ao passo que com a equipolência de *todo* e *qualquer*, indicada pela omissão do artigo, se enuncia o conceito de um modo mais vago. Fácil é de ver, portanto, a **qual das duas maneiras de exprimir se dará preferência nos momentos em que importa dizer as coisas com mais energia**, acentuando melhor a generalização. (2008: 130. Grifos nossos.)

Para o autor, portanto, trata-se de uma questão de dizer as coisas com mais energia – ou mais ênfase, proposta que veremos, bem mais à frente, com o trabalho de Chierchia (2011) –, a depender do determinante que se escolhe.

No capítulo anterior pudemos perceber como *todo*, *cada* e *qualquer* têm sido entendidos como equivalentes e intercambiáveis e, em certas sentenças livres de contexto e com uma sintaxe específica, até são mesmo. Neste capítulo, porém, o objetivo é discutir isoladamente o comportamento de *todo* em suas três versões sintáticas.

## 2.2 Todo

Sincronicamente, *todo* também é tratado como um quantificador universal capaz de quantificar sobre conjuntos e sobre indivíduos na sua totalidade. Há, como dissemos anteriormente, uma descrição bastante completa deste quantificador na literatura sobre o português brasileiro, mas nos deteremos nas considerações de Ana Paula Quadros Gomes, que traça um panorama bastante amplo dos fenômenos relacionados a *todo*, em diversos trabalhos.

Assim, a autora descreve o comportamento de *todo* da seguinte forma: “Uniforme e invariavelmente, **todo** se comporta como um quantificador universal distributivo que seleciona cumulatividade, uma propriedade comum a plurais atômicos e a incontáveis, mas ausente das singularidades atômicas.” (2004: 25). Disso decorre, porém, que não se pode aplicar predicados de indivíduos sobre sintagmas introduzidos por *todo*, como verificamos nas sentenças abaixo (retirados de Gomes, 2004):

- (37)
- a. \***Toda** a escola lotou o auditório.
  - b. \***Todos os** alunos lotaram o auditório.
  - c. \***Todo** aluno lotou o auditório.

Segundo a autora, estas sentenças seriam agramaticais porque *todo* estaria quantificando sobre uma coletividade e estes predicados se aplicariam apenas sobre os indivíduos. Na nossa intuição, estas sentenças são perfeitamente aceitáveis com a leitura de

coletividade distribuída em elementos menores: é preciso que se entenda que “toda a escola” são todos os indivíduos que compõem a escola (ou todas as partes menores que compõe a escola que possam “lotar” alguma coisa: mobília, objetos usados em sala de aula etc.)<sup>22</sup> para que se assuma que foi a coletividade destes indivíduos que lotou o auditório. Se a sentença fosse “**todo o** aluno lotou o auditório”, a interpretação seria a de que um aluno muito grande, um Gulliver de uniforme, lotou o auditório, mas, como dissemos na nota anterior, a interpretação seria a mesma se o sintagma fosse “**o** aluno”. Não concordamos com a marcação de agramaticalidade em (37b) e admitimos a estranheza de (37c), muito embora (38), com a mesma estrutura sintática, seja perfeitamente aceitável:

(38) **Todo** aluno ganhou material escolar.

Em (46), temos também um predicado de indivíduos. A conta feita parece ser que o *todo* soma os indivíduos cuja predicação se estabelece e, nesse caso, a distribuição que o predicado solicita pode acontecer. Em (37c), portanto, a estranheza está sobre o predicado (que também seria estranho em “o aluno lotou o auditório”), não sobre a operação feita por *todo*. De acordo com Gomes (2004), portanto,

Devemos dizer que também a quantidade do nome na restrição dos três sintagmas se mantém uniforme: a denotação é sempre um semi-reticulado, uma extensão dotada de partes mínimas, podendo assumir a forma de uma pluralidade massiva ou atômica, como será detalhado mais adiante. Uma denotação contável singular — isto é, atômica, anti-aditiva e indivisível, um indivíduo sem partes menores — é incompatível com **todo**, qualquer que seja a forma do sintagma. (2004: 25)

E, ainda: “Todos os átomos e moléculas estão presentes, mas indissociados: permanecem as características de ser uma pluralidade e de não fornecer um critério de contagem.” (2004:40). Essa parece ser a questão interessante aqui: se, para a autora, os átomos estão indissociáveis depois da quantificação feita por *todo*, talvez a predicação não pudesse ser individual. No entanto, da forma como entendemos, a predicação pode acontecer individualmente, desde que seja sobre todos os átomos. Assim, não é possível dizer (37b) no caso de o auditório não ter ficado lotado, por exemplo: se é o caso de que todos os alunos da escola estiveram lá, mas o auditório permaneceu com espaços vazios, (37b) é falsa.

---

<sup>22</sup> Parece que estamos fazendo uma manobra aqui, mas o fato é que para interpretarmos “a escola lotou o auditório”, já não se pode compreender que “a escola” seja a parte física da construção escola. Cabe salientar que a estranheza dessa interpretação não está relacionada ao *todo*, mas à sentença quantificada apenas pelo artigo definido. Neste sentido, se se interpreta “a escola lotou o auditório”, também se interpreta “**toda a** escola lotou o auditório”.

Por outro lado, a autora nota que *todo* seguido de nome nu não pode ocupar a posição de argumento interno, como na sentença abaixo (Gomes, 2004: 41)

(39) \*Pedro comeu **todo** pão.

Segundo a autora, a incompatibilidade acontece porque,

Em nossa análise, apoiada na teoria de Müller (2000a) para o NN, embora o nome comum não possa ser preso pelo operador existencial, o evento em (39) é preso pelo operador existencial. Isso força a um recorte sobre a denotação do NN. O nome comum “pão” é indefinido em (39) porque muitas extensões diferentes lhe podem ser atribuídas e, em todas elas, a sentença será verdadeira, se for compatível com o evento existente no mundo contra o qual a sentença é avaliada. (2004: 41. Numeração alterada.)

Se o problema apontado pela autora se relacionar com o massivo/genérico denotado por *pão*, e não pelo *todo* sem codeterminação, em si, podemos olhar para as sentenças abaixo, em confronto com (39).

(40) A Polícia Civil já colheu **todo material** necessário e o laudo deve ficar pronto só no fim do mês que vem.

(Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2013/11/recuperacao-da-ferrovia-em-rio-preto-so-comecara-apos-liberacao-da-policia.html?menu=5eb31164aba62b7>>. Acesso em 16/04/2014.)

(41) (...) e como não bastasse construiu **todo prédio** do que hoje é o Centro Para Crianças e Adolescentes, mobiliando-os por completo.

(Disponível em: <[http://cpcasaobenedito-jabaquarasp.blogspot.com.br/2010\\_07\\_01\\_archive.html](http://cpcasaobenedito-jabaquarasp.blogspot.com.br/2010_07_01_archive.html)>. Acesso em 16/04/2014.)

(42) Com eles, a polícia apreendeu **todo material** que estava sendo transportado no caminhão.

(Disponível em: <[http://6bpmpmma.blogspot.com.br/2013\\_12\\_01\\_archive.html](http://6bpmpmma.blogspot.com.br/2013_12_01_archive.html)>. Acesso em 16/04/2014.)

(43) Paysuiço: o único homem que viu **toda história** do Paysandu.

(Disponível em: <<http://soupapao.com.br/paysuico-o-unico-homem-que-viu-toda-historia-paysandu/>>. Acesso em 16/04/2014.)

(44) A gestora avaliou **toda estrutura física** e administrativa dos serviços (...).

(Disponível em: <<http://aju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=53144>>. Acesso em 16/04/2014.)

(45) A Home Depot mudou **toda sua rede** de fornecedores, o quadro de funcionários e aumentou a variedade de mercadorias nas prateleiras.

(Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1578437-ambev-e-mais-rentavel-do-que-gigantes-como-coca-cola>>. Acesso em 16/04/2014.)

Nestes exemplos, porém, podemos notar que i) o verbo está no passado e ii) talvez justamente por isso, os nomes estão especificados: “todo material necessário”, “todo prédio do que hoje é o Centro para Crianças e Adolescentes” e assim por diante. O problema poderia, então, estar na marcação tempo/aspectual do verbo. Olhemos para as sentenças abaixo:

(46) Ser galinha, ou ter facilidade em trair, é característica de **todo** homem.

(Disponível em <<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20141006153914AAkt5uz>>. Acesso em 05/11/2014)

(47) Pena que coragem não é característica de **todo** homem.  
(Disponível em <[http://navblog.uol.com.br/comment.html?postFileName=2008\\_03-25\\_16\\_06\\_51-3812974-26&idBlog=2122589](http://navblog.uol.com.br/comment.html?postFileName=2008_03-25_16_06_51-3812974-26&idBlog=2122589)>. Acesso em 05/11/2014)

(48) Faqih, que está como asilado no Reino Unido, nega **todo** apoio à violência.  
(Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI683470-EI294,00-Blair+em+conversa+secreta+com+Arabia+Saudita+para+acordo+de+armas.html>>. Acesso em 05/11/2014)

Diante destes casos, podemos observar que *todo* seguido de nome nu não é sempre tão estranho quanto em (39). O fato de (39) soar agramatical alerta, inclusive, para o fato de que o que acontece de (40) a (48) não se trata de uma manifestação gráfica de um fenômeno de assimilação fonética (*todo + o = todo*), mas de um uso que, se já não é corrente, aparece com frequência.

Adiante, porém, a autora traz uma explicação mais satisfatória:

Sentenças com sintagmas introduzidos por **todo** em posição de objeto são inaceitáveis a não ser que a sentença seja genérica. Para explicar o comportamento camaleônico desses sintagmas, Negrão adota a proposta de Beguelli & Stowell, segundo a qual eles não são verdadeiros sintagmas quantificados, mas são indefinidos no sentido que lhes deu Heim (1982). Sendo assim, introduzem uma variável que acaba presa de maneira não seletiva por operadores atuando na sentença: o operador genérico das sentenças genéricas ou o operador distributivo. Os operadores prendendo a variável introduzida pelo sintagma contendo **todo** precisam ter significado compatível com o traço [+ universal] de **todo**. É por isso que, quando em posição de objeto de um VP quantificado existencialmente, a sentença torna-se inaceitável. (2004: 261)

Parece ser isso que acontece nas sentenças de (40) a (45): *todo* seguido de nome força a leitura genérica (o que explicaria que essas sentenças tenham sempre um complemento restrito contextualmente), ao contrário do *todo o* que força a leitura de completude do indivíduo. De qualquer forma, predicados que não possam, por qualquer razão, ser aplicados sobre uma totalidade, se predicam sobre *todo* sem codeterminação, não resultarão em uma sentença verdadeira: ou porque não abrangem todos os indivíduos, ou porque se predicam coisas que não podem ser da totalidade, mas apenas do indivíduo, como as sentenças abaixo (Gomes, 2004: 48):

- (49) \*Você tem **todo** dinheiro?
- (50) \*Como o queijo já é bem temperado, não vai **todo** sal nessa receita.
- (51) \*Criança quer ganhar **todo** brinquedo no dia do seu aniversário.

Nestas sentenças, podemos ver que *todo* não quantifica cardinalmente ou define quantidades (no que é semelhante a *qualquer* e *cada*) e não funciona como quantificador *fuzzy*. Isso se dá por que

(...) **todo** é um marcador de grau absoluto, correspondendo à inteireza da denotação. Além disso, **todo** exige que o predicado seja verdadeiro não da coletividade, mas de cada parte mínima pertencente à denotação do NN, pois **todo** é um distributivo universal. (GOMES, 2004: 44)

Assim, a operação feita pelo *todo*, ainda que não seja existencial, é forte o suficiente para forçar a essa interpretação ou, pelo menos, acomodá-la<sup>23</sup>.

Outros dados interessantes que Gomes apresenta dizem respeito ao fato de *todo* poder quantificar eventos múltiplos sem ancoragem precisa no tempo e no espaço. Os exemplos da autora são os que seguem (2004:62):

(52) a. Contexto: Pergunta de uma mãe a uma psicóloga, numa palestra sobre distúrbios infantis, para saber se um comportamento é normal ou sintoma de desvio:

— Quem tem um amigo imaginário?

Resposta: — Praticamente **toda** criança./ **Todas as** crianças.

b. Contexto: Em discussão sobre a lei dos direitos autorais, alguém, na linha de “quem nunca pecou que atire a primeira pedra”, faz a pergunta retórica e ele próprio responde:

— Quem nunca na vida xerocou um trecho de livro, apesar de ser proibido?

Resposta: — **Todo** estudante já fez isso inúmeras vezes./ **Todo** aluno faz isso [uma ou outra vez].

c. Contexto: Debate sobre os efeitos do padrão estético imposto pela sociedade na autoestima das adolescentes de hoje.

— Que mulher está insatisfeita com o próprio corpo?

Resposta: — Quase **toda**./ Quase **toda** mulher, mesmo a mais magrinha, costuma achar algum defeito no corpo quando se olha no espelho.<sup>24</sup>

Estes exemplos contrastam com os de (Gomes, 2004: 61), transcritos abaixo em (53):

(53) a. Contexto: alguém para diante de uma porta fechada e pergunta a alguém sentando por ali: — Quem está na sala?

Resposta: — **\*Todo** professor./ O professor João./ Todos os professores de modernas.

b. Contexto: alguém ouve um estrondo, corre esbaforido para o local de onde veio o som e pergunta a quem encontra primeiro:

— O que caiu?

Resposta: — **\*Todo** talher./ O faqueiro. / Todos os talheres.

<sup>23</sup> O conceito de **acomodação** na semântica tem sido desenvolvido principalmente nas teorias semânticas chamadas de “dinâmicas”, uma vez que entendem o significado como passível de ser alterado pelo contexto. (Veremos isso com mais vagar no capítulo 5.) Acomodação, portanto, diz respeito ao fato de um significado poder ser compreendido mesmo que não tenha ancoragem referencial ou contextual, pois uma vez que a informação é dada, aquela será a única interpretação possível. Um exemplo clássico seria “minha cachorra me mordeu”, que, mesmo isolado de qualquer contexto é interpretado como “eu tenho uma cachorra”. Para Kadmon (2001), apoiada em Lewis (1979), “usualmente, creditamos aos nossos estimados falantes a intenção de falar alguma coisa que seja aceitável como uma proposição: gramatical, interpretável, relevante (em termos de coerência discursiva imediata), em concordância com várias convenções linguísticas, e – ainda – verdadeira (ou pelo menos, possivelmente verdadeira). Como eu vejo, essa nossa tendência afeta nossas assunções sobre todos os seguintes itens: o contexto de avaliação, a interpretação semântica pretendida as proposições que ouvimos, e o contexto de proferimento.” (KADMON, 2001: 17. Tradução minha.)

<sup>24</sup> Gostaria de, rapidamente, comentar sobre o efeito do *quase*, que não está em foco aqui, mas parece ser importante para a compreensão da sentença: *quase* está atuando sobre a totalidade do conjunto de “mulher”, cancelando a interpretação da totalidade.

c. Contexto: entrando no meio de uma conversa, alguém ouve o trecho “...cresceu”; curiosa, a pessoa quer saber sobre o que os demais estavam falando e pergunta:

— O que cresceu?

Resposta: — \***Toda** criança./ O Pedrinho. / Todas as crianças.

Nas palavras da autora,

Os paradigmas (...) [acima] confirmam que **TN** não pode ser sujeito de predicados estativos SLP nem de sentenças com argumento-evento em que a ancoragem seja precisa (predicados com um evento pontual concluído e bem localizado no tempo). Por outro lado, são boas as sentenças atemporais, sentenças estativas ILP [*individual level predicate*], sentenças sem um número de eventos definido, sem ancoragem precisa de cada evento com **TN** em posição de sujeito da predicação. (2004: 62)

No nosso entendimento, são boas as sentenças em que é possível acomodar a leitura do *todo* como distributiva desde que homogeneamente sobre os elementos do conjunto (se não sobre todos os indivíduos, sobre uma parte contextualmente relevante deles), como em (60), porém nunca, como vimos anteriormente, quando não se pode predicar sobre todos os elementos uniformemente ou quando o conjunto de elementos não possui uma denotação concreta (cardinal, de existência dêitica) possível (como no caso de (61a)). Novamente, concordamos com a explicação da autora:

(...) não se pode afirmar um comportamento ou estado passageiro para um **TN** [todo + nome nu], pois ele jamais será verdadeiro de todas as suas partes mínimas. Só as propriedades permanentes ou essenciais, que definem a classe, serão verdadeiras de todas as instâncias: as propriedades temporárias serão verdadeiras de algumas, mas não de todas. (2004: 44-45)

E, ainda,

**Todo** seleciona partes mínimas, e suas partes mínimas tanto podem ser átomos quanto moléculas. Partes mínimas podem ser encontradas em denotações que não apresentam a propriedade atômica, isto é, em nomes comuns como “água”, que não informam a partir de que unidade contar. O quantificador **todo** seleciona denotações cumulativas, que são denotações em forma de semi-reticulados, com estrutura interna, com hierarquia, em que porções menores ou átomos guardam relação de pertença em relação a porções maiores (que incluam as menores) ou a conjuntos de átomos. Denotações cumulativas permitem ordenação interna em graus e criação de escala interna à denotação. As denotações quantificadas não permitem a criação de escalas internas entre subconjuntos e conjuntos, pois não possuem conjuntos ou moléculas, apenas átomos. As denotações quantificadas permitem atribuir quantificação cardinal e sua organização interna é exclusivamente sequencial, de ordenação, do primeiro ao último átomo. (2004: 268)

Pretendemos, nesta seção, dar um panorama do funcionamento do *todo* sem codeterminação, mesmo sabendo que estamos longe de esgotar o assunto. No entanto, foi

possível entender o seu funcionamento para, no item a seguir, entendermos como a composicionalidade o afeta quando ele aparece quantificando um sintagma definido singular.

## 2.3 *Todo* mais determinante

Por conta da extensão e dos objetivos deste trabalho, não nos debruçaremos aqui sobre a semântica dos sintagmas nominais encabeçados por artigo definido ou indefinido. Acreditamos que o estudo destes sintagmas é extremamente válido e ali reside a maior parte dos estudos em semântica do português brasileiro. No entanto, nos valeremos de assunções amplamente aceitas por toda a comunidade para focar apenas na significação que o *todo* com estes sintagmas oferece.

Como ficará mais claro adiante, o *todo* tem força semântica para imprimir seus traços de totalização por cima dos sintagmas precedidos de artigo, mas não anula a significação destes artigos. Assim, nas duas próximas seções, veremos de que forma isso acontece.

### 2.3.1 *Todo o*

Como pudemos perceber, *todo* não ancora quantidades e nem sequer pressupõe a existência do sintagma que modifica. Neste sentido, em certos casos, é preciso utilizar um determinante que possa fazer isso. A diferença, portanto, entre *todo* seguido de nome nu para *todo* seguido de sintagma definido é, principalmente, o significado que o artigo definido carrega: *todo(s) o(s)* pode ser argumento de sentenças episódicas, mas *todo* mais *nome nu* só pode ser sujeito de sentenças genéricas.

Sentenças genericamente quantificadas e ILP [individual level predicate] servem para construir um tipo de informação muito diferenciado do das sentenças com sujeitos existenciais ou SLP [stage level predicate]. As sentenças com **TN** [todo + nome] como tópico de predicação são usadas para definir leis científicas e normas legais, arrolar propriedades, fazer abstrações etc. Para falar de estados temporários, mudanças de estado, ocorrências e acontecimentos, é preciso haver objetos ancorados, em condições de se tornarem participantes de eventualidades; os sujeitos e objetos dessas sentenças devem poder ser presos pelo operador existencial, e precisam ter potencial de referência. (GOMES, 2004:133)

Assim, nas palavras da autora, em *todo o*, “**todo** toma para a sua restrição uma descrição definida singular” (2004: 133). Graças a isso, em muitos sintagmas que não eram possíveis como *todo* sem codeterminação, por causa da denotação não quantificada, são perfeitamente aceitáveis ao lado do determinante definido. É o caso do exemplo abaixo, de Gomes (2004: 257) (que será novamente trazido no capítulo 4, quando discutiremos *cada*):



- (54) a. Um após o outro, **cada** visitante chegou.  
b. \*Um após o outro, **todo** visitante chegou.  
c. Um após o outro, **todos os** visitantes chegaram.

O que salta aos olhos é justamente a leitura distributiva que *todo* consegue ter ao lado do artigo definido, que denota justamente a exaustividade de ter percorrido o conjunto, formado por elementos atômicos, um a um, para atestar a veracidade da proposição. *Todo* não é exaustivo, mas *todos os* é: assim, *todos os* se aproxima mais de *cada*, da mesma forma que *every* se aproximava mais de *cada*. Neste sentido, a diferença entre *todos os* e *cada* é que, aparentemente, *todos os* pode denotar, no exemplo, conjuntos de pessoas em somas desiguais chegando em ocasiões diferentes, ao passo em que *cada* parece preferir uma leitura individualizante (um a um, dois a dois). Por outro lado, *todo o visitante chegou* é estranha, porque não se tem a interpretação de que várias partes do visitante chegaram.

A respeito da definitude, Pires de Oliveira (2003) apresenta um raciocínio interessante:

Em Pires de Oliveira (2002a; 2002b), ao analisar as diferentes configurações dos sintagmas quantificados universalmente no PB, é sugerido que em sentenças em que o sintagma quantificado é encabeçado por um artigo definido singular, como em (16) [O menino **todo** tá machucado], o artigo definido indica que a expressão nominal refere-se a um indivíduo em particular. Nessa descrição indivíduos são entendidos como um reticulado. O quantificador relaciona o conjunto de partes desse indivíduo ao conjunto indicado pelo predicado. (PIRES DE OLIVEIRA, 2003:200)

Ora, se “o menino **todo**” comporta uma descrição definida sobre a qual *todo* opera, “**todo o** menino” possui a mesma leitura individualizante. Segundo esta interpretação, em uma sentença como “comi **toda a** maçã” (*todo* + artigo definido singular), temos uma interpretação de integridade em relação a um único indivíduo, e não a um conjunto de indivíduos. Neste caso, por tratar-se de um SN definido, “**todo**” opera não sobre um conjunto de elementos, mas sobre um conjunto das partes que compõem aquele elemento.

Gomes (2004) traz um ponto interessante a respeito da natureza dos nomes que podem ser quantificados por *todo o* que está de acordo com a nossa intuição:

se **todo** puder quantificar sobre um sintagma singular contável, então o predicado da sentença proveu uma mudança de estado tal que afeta a entidade denotada por partes, atingindo gradativamente e exaustivamente a sua extensão até a completude. (2004: 135)

Ou seja, a operação que *todo o/a* faz sobre um nome contável é mais forte do que faria sobre um nome não contável. Vejamos os exemplos abaixo:

- (55) Fazendo isso, o bebê toma **todo o leite** anterior de um peito e do outro peito.  
(Disponível em: <<http://guiadobebe.uol.com.br/receitas-de-uma-boa-amamentacao/>>. Acesso em 18/04/2014.)

- (56) EUA consome 13% de **todo o vinho** produzido no mundo.  
(Disponível em: <[http://revistaadega.uol.com.br/artigo/eua-consome-13-de-todo-o-vinho-produzido-no-mundo\\_5260.html](http://revistaadega.uol.com.br/artigo/eua-consome-13-de-todo-o-vinho-produzido-no-mundo_5260.html)>. Acesso em 18/04/2014.)
- (57) Continue a misturar, levando **toda a farinha** para dentro da cavidade.  
(Disponível em: <<http://revistacasaedjardim.globo.com/Casa-e-Comida/Receitas/Entradas/Petisco/noticia/2014/04/lascas-de-massa.html>>. Acesso em 18/04/2014.)
- (58) Passe um pano seco por **toda a cadeira** para tirar o pó e as farpas que possa ter.  
(Disponível em: <<http://casa.umcomo.com.br/articulo/como-restaurar-uma-cadeira-de-vime-de-exterior-5769.html>>. Acesso em 18/04/2014.)
- (59) O calor da chama aquece **toda a panela**, elevando a temperatura da água até que ela ferva.  
(Disponível em: <<http://www.vocesabia.net/ciencia/como-funciona-a-panela-de-pressao/>>. Acesso em 18/04/2014.)
- (60) Com uma cola glitter, pinte **todo o lápis**.  
(Disponível em: <<http://www.dicasdemulher.com.br/10-usos-inusitados-para-o-lapis-e-a-borracha-escolar/>>. Acesso em 18/04/2014.)
- (61) Mova o ferro rapidamente em um movimento descendente em **todo o vestido**.  
(Disponível em: <[http://www.ehow.com.br/tirar-marcas-vestido-casamento-tafeta-como\\_87145/](http://www.ehow.com.br/tirar-marcas-vestido-casamento-tafeta-como_87145/)>. Acesso em 18/04/2014.)

Como o *todo* está atuando sobre sintagmas definidos, ele não altera o escopo da quantificação definida. O que está em jogo aqui, portanto, é sabor de totalidade que *todo* exerce o sintagma definido, no sentido de que seleciona partes subespecificadas e constrói com elas uma noção de inteireza. Ele não altera a quantificação feita pelo artigo sobre os nomes de massa, discussão já amplamente difundida na literatura, mas acrescenta um traço de significado importantíssimo. Desta forma, nas sentenças de (58) a (61), entendemos *cadeira*, *panela*, *lápis* e *vestido* como elementos inteiros formados por partes (mesmo que as “partes” sejam suas dimensões, como em *lápis* e *vestido*).

Nas palavras de Gomes (2004),

Seja qual for a definição técnica para a denotação de um sintagma de determinante singular, a restrição de um **TDPs** [todo + determinant phrase] é interpretada como um indivíduo (a denotação da descrição definida singular) decomposto em suas partes mínimas. Seu escopo nuclear é interpretado como um evento solitário e localizado, também dividido em suas partes mínimas, que são subeventos. (2004: 136)

Desta forma, Gomes (2004) atesta que mesmo nomes que não denotem coletividade ou partes dissociáveis podem ser quantificados de forma distributiva com *todo o/a*. Para maiores detalhes, recomendo a leitura do trabalho da autora, que faz uma exaustiva comparação entre diversas estruturas sintáticas nas quais *todo* aparece. No entanto, as conclusões sobre o significado dele são as mesmas que já apresentamos. Por outro lado, na seção a seguir, traremos as considerações da autora a respeito do *todo* seguido de indefinido, um dos alvos da autora na sua tese.

### 2.3.2 *Todo um*

O raciocínio que vamos desenvolver para *todo um* é o mesmo que fizemos para *todo o*: uma vez que sabemos o funcionamento do *todo* e dos determinantes que o seguem, interessamos pensar em como cada uma das partes que compõem a expressão contribuem com a sua significação, e não descrever ou explicar o funcionamento dos sintagmas quantificados pelo artigo indefinido. Desta forma, assim como Gomes (2009) e a literatura por ela pesquisada, entendemos que *todo um* funciona como um operador de medida com uma cardinalidade definida, uma vez que, nas palavras da autora, este indefinido “sempre tem uma leitura de “exatamente um” e só pode ser singular (não existem as expressões \**“todas umas”*, \**“todos uns dois”* etc) (2009: 69).

A ideia por trás disso é bastante parecida com a do *todo o*: são todas as partes de um indivíduo, que não é definido. A autora traz os seguintes exemplos (2009: 70):

- (62) Eu chorei **todo um** rio [de lágrimas] por você.
- (63) Minha tia teve **todo um** time de futebol [de filhos].
- (64) Eu tinha tanta sede que poderia beber **todo um** oceano [de água].

Nas palavras da autora, nos dados acima, *um* marca a cardinalidade do conjunto (um rio, um time), não a extensão das partes que o formam, porque não se trata de uma coletividade de rios ou de times, mas da extensão de um rio ou de um time. É o grau máximo a que se pode chegar de choro: *todo um* rio; o grau máximo que se pode beber: *um oceano*. A indefinitude, na interpretação da autora, fica por conta do fato de que não precisa a extensão exata do rio ou do oceano.

Porém, a autora afirma que há certo sentido metafórico nestes dados, com o que não concordamos. Vejamos os dados abaixo:

- (65) Com García Márquez desaparece um gigante da escrita, que deu projeção mundial às representações imaginárias de **todo um** continente.

(Disponível em: [http://www.swissinfo.ch/por/internacional\\_afp/O\\_doloroso\\_adeus\\_ao\\_insubstituivel\\_Gabriel\\_Garcia\\_Marquez.html?cid=38416668](http://www.swissinfo.ch/por/internacional_afp/O_doloroso_adeus_ao_insubstituivel_Gabriel_Garcia_Marquez.html?cid=38416668)>. Acesso em 18/04/2014.)

- (66) De repente alguém se ofende, pede para proibir a exibição e aí vai para o lixo **todo um** investimento.

(Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/cultura/noticia/17350-filme-039-copa-de-elite-039-atenua-piadas-com-medo-de-processos.html>>. Acesso em 18/04/2014.)

- (67) Que faz a vossa mente? Ela é **todo um** processo de pensamento, não é verdade?

(Disponível em: <http://todossomosum.blogspot.com.br/>>. Acesso em 18/04/2014.)

- (68) Pensando nisso, a ONG de defesa dos animais MaxMello, localizada em Ibiúna, resolveu fazer uma campanha muito legal em parceria com Sumaca Filmes, levando Pat para a rua e fazendo com que ela recebesse carinho durante **todo um** dia.

(Disponível em:<<http://veinaboa.net/2014/02/campanha-faz-com-que-cadelinha-abandonada-passe-o-dia-todo-recebendo-carinhos/>>. Acesso em 18/04/2014.)

(69) Revista inglesa fotografa **toda uma** edição usando apenas o Lumia 1020 da Nokia.

(Disponível em:<<http://canaltech.com.br/noticia/windows-phone/Revista-inglesa-fotografa-toda-uma-edicao-usando- apenas-o-Lumia-1020-da-Nokia/>>. Acesso em 18/04/2014.)

(70) A história do grupo se assemelha a trajetória do Teatro Rival, que está completando 80 de vida: **toda uma** geração cresceu ouvindo o seu canto, bem como **toda uma** geração teve no palco do Rival um centro de diversão e resistência.

(Disponível em:<<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2014/04/18/grupo-mpb4-faz-recital-no-teatro-rival-nesta-sexta-e-sabado/>>. Acesso em 18/04/2014.)

Parece claro que não se trata de um uso metafórico apenas (ainda que o sentido metafórico não esteja vetado). Temos *todo um continente*, *todo um dia*, *toda uma edição*, *toda uma geração*, nos quais o sentido é justamente o da inteireza de um objeto indefinido: não é preciso dizer qual continente, mas é ele por inteiro; não é preciso dizer qual a edição da revista, mas foi ela inteira e assim por diante. É como se a entidade indefinida fosse tomada de forma abstrata. Além disso, a operação parece novamente a de soma de pequenas partes: são pequenas partes de um todo, somadas, que dão a inteireza do elemento.

## 2.4 *Todo* intensificador

*Todo* também é usado como um intensificador, como podemos ver nos exemplos abaixo:

(71) **Toda estilosa**, Alessandra Ambrósio se diverte com os filhos em parque

(Disponível em:<<http://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2014/04/toda-estilosa-alessandra-ambrosio-se-diverte-com-os-filhos-em-parque.html>>. Acesso em 17/04/2014.)

(72) Alessandra Negrini embarca **toda apressada** com filha em aeroporto do Rio.

(Disponível em:<[http://www.purepeople.com.br/noticia/alessandra-negrini-embarca-toda-apressada-com-filha-em-aeroporto-do-rio\\_a273/1](http://www.purepeople.com.br/noticia/alessandra-negrini-embarca-toda-apressada-com-filha-em-aeroporto-do-rio_a273/1)>. Acesso em 17/04/2014.)

(73) Amaralina quase atropela Rodrigo e fica **toda interessada** no piloto.

(Disponível em:<<http://gshow.globo.com/novelas/flor-do-caribe/Vem-por-ai/noticia/2013/05/novo-casal-amaralina-quase-atropela-rodrigo-e-fica-toda-interessada-no-piloto.html>>. Acesso em 17/04/2014.)

(74) Dez minutos após chegar à igreja **todo arrumado**, nosso pequeno Mateus já parecia uma criança sem pais.

(Disponível em:<<http://ministeriosrbc.org/2014/01/18/todo-arrumado/>>. Acesso em 17/04/2014.)

(75) Ivan aceita **todo feliz**, e eles sentam em um quiosque.

(Disponível em:<<http://diversao.terra.com.br/tv/novelas/em-familia/em-familia-clara-ve-cadu-e-silvia-juntos-na-praia,ac0fea26c6065410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em 17/04/2014.)

(76) "O parque de exposições estará **todo movimentado**, a diversão será garantida para todos", acrescentou Pedro.

(Disponível em:<[http://www.cidadeverde.com/jornaldopiaui/videos\\_txt.php?id=104614](http://www.cidadeverde.com/jornaldopiaui/videos_txt.php?id=104614)>. Acesso em 17/04/2014.)

O que podemos perceber desses dados são, a princípio, duas coisas: sintaticamente, eles precedem adjetivos e, semanticamente, os intensificam. Porém, não é qualquer adjetivo que pode ser intensificado por *todo*, como mostra Pires de Oliveira (2003): "**Todo** também pode

intensificar adjetivos que se refiram a um estado gradativo do sujeito (77a) e não pode modificar adjetivos que não marquem escalas, isto é, que não permitam gradação, como o em (77b)” (2003: 198, numeração alterada). Os exemplos da autora são os que seguem.

- (77) a. Silvio Pereira ficou **todo** triste por ter sido chamado de "urubu".  
b. \*Pereira é **todo** brasileiro.  
c. A embalagem veio **toda** detonada.  
d. \*A embalagem veio **toda** firme.

Como os dados da autora mostram, só podem ser intensificados por *todo* os adjetivos que, de uma ou de outra forma, podem ser interpretados numa escala. É possível imaginar uma escala de tristeza, que vá de estados emocionais mais tristes a menos tristes, e dizer que Silvio Pereira ficou *todo triste* é basicamente situar a tristeza no ponto máximo da escala, ao ponto de que ela tenha se instaurado em todo o ser do Silvio Pereira. A impossibilidade do dado em (77b) é o fato de que não se pode aumentar ou diminuir a “brasilidade” de uma pessoa, a não ser, como aponta a autora, num sentido poético ou num contexto muito específico (em que o sentido do predicado “ser brasileiro” possa ser afrouxado). Assim, da mesma forma, com as sentenças de (71) a (76), podemos pensar que, nos casos em que não se trata de adjetivos escalares (*apressada, movimentado, interessada*), o *todo* consegue se sobrepor a essa suposta quantificação sobre eles, de forma que passem a ser entendidos como escalares (da mesma forma que acontece quando interpretamos *todo brasileiro* como um cidadão brasileiro dos pés à cabeça, por exemplo, e *embalagem toda firme* como uma embalagem que poderia, por qualquer razão, ter ficado firme incrementalmente ou, ainda, uma embalagem que se esperava que não chegasse inteira porque, por exemplo, veio num voo cheio de escalas.)

Uma das questões mais interessantes a esse respeito levantadas pela autora diz respeito à flutuação da posição do *todo* no sintagma e como isso afeta a composicionalidade do significado. Pires de Oliveira (2003) aponta que a flutuação do quantificador só é possível em sintagmas encabeçados por quantificadores definidos, como ela demonstra nos exemplos abaixo (retirados de Pires de Oliveira, 2003:198-199, exceto por (80c)):

- (78) a. **Todo o** menino está machucado.  
b. **O** menino **todo** está machucado.  
c. **O** menino está **todo** machucado.  
(79) a. **Todos os** meninos estão machucados.  
b. **Os** meninos **todos** estão machucados.  
c. **Os** meninos estão **todos** machucados.  
(80) a. **Todo** menino é feliz.  
b. \* Menino **todo** é feliz.  
c. Menino é **todo** feliz.

Algumas sentenças podem ser mais ou menos aceitas, inclusive a depender do predicado ((80c), por exemplo, poderia ser “menino é (geralmente) todo feliz” ou mesmo “menino vive todo feliz”). Nesse artigo, a questão da autora é explicar a distinção entre quantificação A (feita como advérbio) e quantificação D (feita como determinante) que o *todo* pode apresentar, mas não vamos entrar nestes detalhes aqui. Nos interessam, porém, as considerações que a autora faz a respeito da interpretação destas sentenças. Para ela,

É possível supor que a interpretação mais pertinente de (78) seja a seguinte: o menino está machucado em todas as suas partes. Em Pires de Oliveira (2002a; 2002b), ao analisar as diferentes configurações dos sintagmas quantificados universalmente no PB, é sugerido que em sentenças em que o sintagma quantificado é encabeçado por um artigo definido singular, como em (82), o artigo definido indica que a expressão nominal refere-se a um indivíduo em particular. Nessa descrição indivíduos são entendidos como um reticulado. O quantificador relaciona o conjunto de partes desse indivíduo ao conjunto indicado pelo predicado. A estrutura seria então a seguinte:

Todo (Parte de indivíduo (x,y)) (Predicado x). (PIRES DE OLIVEIRA, 2003: 200, numeração alterada.)

Novamente, é a interpretação de *todo* sem codeterminação funcionando sobre um conjunto de partes que ele próprio estabelece. Isto fica mais claro quando olhamos para a interpretação que a autora faz das duas sentenças abaixo:

- (81) A criançada **toda** tá feliz.  
(82) A criançada tá **toda** feliz.

O predicado ser feliz não pode se aplicar a partes de um indivíduo específico, a menos que este seja um coletivo, como é o caso de (81). Nesse caso, estamos afirmando que todas as partes do reticulado (ou grupo) nomeado por *criançada*, ou seja, todas as crianças, está incluído no conjunto dos felizes. Em (82), no entanto, esta não é a única possibilidade de interpretação, embora ela possa ocorrer dada a possibilidade de flutuação do quantificador. Outra possibilidade de leitura é de que não estamos falando sobre as crianças, mas sobre a intensidade da felicidade. (81) seria verdadeira numa situação em que a felicidade de cada um é “normal”, enquanto que nessa situação (82) seria falsa. (81) seria falsa, ao menos, em termos estritamente semânticos, se houvesse uma criança infeliz, ao passo que (82) não seria necessariamente falsa, desde que a *criançada* estivesse bastante feliz. (2003: 202, numeração alterada.)

Esta interpretação é bastante interessante porque a autora captura duas leituras: uma *distributiva* de felicidade sobre os membros do conjunto e outra *quantitativa* de felicidade possível para cada membro do conjunto. Neste sentido, “ainda de maneira intuitiva, o *todo*-A [intensificador] “coloca” o conjunto denotado pelo SN sujeito na seção de maior intensidade do conjunto denotado pelo SV” (2003: 206) e isto é extremamente interessante: se *todo* quantifica sobre a totalidade dos indivíduos do conjunto, o *todo* como intensificador faz a mesma coisa,

apenas sobre um conjunto de natureza diferente. Além disso, cabe salientar que a interpretação de (78) não necessariamente precisa ser homogênea: é possível que existam crianças mais ou menos felizes dentro do conjunto, desde que todas estejam com algum nível de felicidade.

Assim, percebemos que a localização sintática de *todo* não está restrita ao sintagma nominal, uma vez que ele pode estar dentro do argumento interno do VP. Para Pires de Oliveira,

Nesse caso, ele indica a intensidade da propriedade expressa pelo SV. As possibilidades de flutuação são restritas. Sugerimos que a semântica do *todo*-A é de um intensificador que secciona o conjunto denotado pela propriedade expressa pelo SV em graus e ele “coloca” o conjunto denotado pelo SN na seção em que o grau de intensidade é máximo. (2003: 208)

Uma vez que vimos que o funcionamento do *todo intensificador* não difere muito do *todo* sem codeterminação, temos mais uma evidência a favor do tratamento unificado que temos anunciado desde o início deste capítulo. No item a seguir, veremos mais de perto como isto funcionaria.

## 2.5 “Todos somos um”

Como vimos, o comportamento do *todo* é bastante homogêneo, por si próprio, mesclando escopos com quantificadores quando é o caso, forçando leituras totalizadoras mesmo quando o que vem em seguida é um indivíduo único e assim por diante. Desta forma, não é de se estranhar que Gomes (2004, 2009) pleiteie um tratamento unificado para estas expressões.

Para sumarizar a discussão que viemos fazendo até aqui, emprestamos as palavras de Gomes (2004):

a denotação dos sintagmas introduzidos por **todo** é sempre cumulativa (não obstante possa, como em “todo o time”, ser, além de cumulativa, quanticizada). O quantificador **todo**, em qualquer dos três sintagmas quantificados por ele introduzidos, conduz à denotação cumulativa, à marcação de grau e à de escalas. Diante dessa constância do quantificador, não há motivação para propor que existam duas ou três diferentes entradas lexicais para **todo**, pois **todo** faz a mesma operação básica de quantificação em qualquer um dos três sintagmas quantificados por ele introduzidos: acumular e distribuir. (GOMES, 2004:24)

Assim, como temos afirmado reiteradas vezes, o papel semântico do *todo* não muda diante dos diferentes sintagmas que ele pode quantificar. Desta forma, acredito que, neste ponto, todos já estamos convencidos disso. O que resta, agora, é propor um tratamento unificado para todos os usos deste determinante.

Isto é o que fazem Vicente & Gomes (2013), que buscam, inclusive, um tratamento sintático unificado para o *todo* intensificador e *todo* quantificador, “assumindo a hipótese de

que todo é gerado em uma das posições possíveis para o Q-float [quantificador flutuante], e as demais são produzidas por movimento” (2013: 114) e, além disso, que “todo/all [é um] quantificador universal distributivo, quando toma por argumento nomes nus, [e] não pode sair da estrita adjacência do seu argumento nominal” mas que, “se o sintagma nominal estiver determinado, a adjacência pode ser rompida” (2013: 114).<sup>25</sup>

O ponto central da argumentação das autoras é traçar uma comparação entre o *todo* intensificador (que elas chamam de *adjetivo*) e o quantificador (que pode ou não ser precedido de artigo), mas, como vimos, a flutuação sintática de *todo* não é livre e, nas posições possíveis, as regras semânticas são as mesmas.

Estamos afirmando que os sintagmas que se movimentam em sentenças com *todo* se movimentam em sentenças sem *todo*, e o movimento é motivado por razões independentes de *todo*. No plano semântico, a distributividade associada a *todo* também existe independentemente, como produto da saturação de um predicator por seu argumento: a verdade de qualquer proposição requer que a predicação recaia sobre a extensão de seu argumento num grau positivo qualquer (ou seja, a verdade de uma predicação requer que o grau marcado na escala de participação seja diferente de zero). A universalidade associada a *todo* é o produto da alteração dessa escala, até aí fechada no grau mínimo, que já é distributiva, para uma escala fechada também no grau máximo (...) (VICENTE e GOMES, 2013: 125)

Desta forma, uma análise que integre todas as possibilidades do *todo* não só é possível, como é desejável. Nos próximos capítulos, veremos que o comportamento dual (quantificador e adjetivo) é comum a *qualquer* e a *cada* também. A busca de uma homogeneização no tratamento será a tônica deste trabalho até quando, finalmente, na parte dois, proporemos a nossa análise integrada dentro de uma teoria semântica.

---

<sup>25</sup> A flutuação de que as autoras falam aqui diz respeito à posição sintática onde *todo* é gerado numa perspectiva sintática gerativista. Para fins deste trabalho, porém, podemos assumir as posições encontradas por Perini (1995), das quais falamos no capítulo 1, sem perdas para o entendimento desta proposta.



### 3. Qualquer

#### 3.1 Uma forma clássica de tratamento

Moia (1992) apresenta uma descrição do *qualquer* que envolve oito tipos de funcionamento diferentes. A maioria das categorias poderia ser sobreposta e, de fato, os problemas apresentados por este autor são resolvidos de uma forma mais elegante por outras teorias (como veremos na seção 2.2) mas, de qualquer forma, vale a pena olhar para essa descrição em busca de traços que nos levem a compreender o fenômeno de uma forma mais abrangente.

Neste sentido, Moia (1992) entende que os (pelo menos) oito funcionamentos diferentes de *qualquer* podem ser encontrados combinando os seguintes comportamentos:

(i) a expressão *qualquer* (bem como a expressão *any*) pode estar associada a pelo menos três valores distintos de quantificação nominal: **universal**, **existencial** e **numeral** (cardinal);

(ii) a expressão *qualquer* (bem como a expressão *any*) pode quantificar sobre expressões que denotam pelo menos três tipos distintos de entidades: **entidades discretas** e entidades não discretas de dois tipos, a saber, **massas** e **valores** (de propriedades) **em escalas**;

(iii) a expressão *qualquer* pode estar associada à expressão de outros valores que não os de quantificação, designadamente: **valores de irrestricção** ou modificação nula, **identificação vaga de entidades** (não exprimível pela expressão inglesa *any*) e valores de modificação de tipo adjetival de **sentido pejorativo**. (MOIA, 1992: 03)<sup>26</sup> (Grifos meus)

Organizando o caos, portanto, Moia (1992) pretende descrever e explicar, na medida do possível, o comportamento de cada um deles, através de uma combinatória distributiva dos critérios apresentados de (i) a (iii), definindo e demonstrando estes possíveis funcionamentos em uma abordagem que une sintaxe e semântica.

Em primeiro lugar, então, estaria o ***qualquer* como quantificador universal sobre entidades discretas** (uma combinação de i-a e ii-a). Segundo o autor, nesta situação, o *qualquer* seria sinônimo de *tudo*, *todos*, *tudo* e *qualquer*, uma vez que estaria quantificando sobre as entidades e não interferindo no nome que quantifica. O contexto sintático que permite esta interpretação seria a posição pré-nominal, tanto para *qualquer* quanto para seus “sinônimos”, em sentenças como o par abaixo:

(83) **Toda** coruja caça.

---

<sup>26</sup> A paginação está diferente da original porque estamos usando como referência o artigo disponível on line, no seguinte endereço: < [http://www.clul.ul.pt/files/telmo\\_moia/tmoia\\_qualquer1992.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/telmo_moia/tmoia_qualquer1992.pdf) >

(84) **Qualquer** coruja caça.

Porém, nem todas as sentenças que atendem a esse requisito são boas, como podemos perceber nas sentenças abaixo:

- (85) a. **Todos os** livros que encomendamos chegaram./  
b. # **Qualquer** livro que encomendamos chegou.<sup>27 28</sup>
- (86) a. Quando a sala pegou fogo, **todas as** pessoas saíram.  
b. ? Quando a sala pegou fogo, **qualquer** pessoa saiu.<sup>29</sup>

O que acontece aqui? Pelo que se nota, nem sempre *qualquer* funciona como sinônimo de *todo(a)(s)*, mesmo que seja colocado no mesmo contexto sintático. Segundo Moia (1992), “este fato tem sido imputado na literatura (a propósito da expressão inglesa *any*) à necessidade de existir, no contexto em que surge este quantificador, um operador – designado na gíria como *trigger* – que legitime a sua ocorrência.” (1992: 05). Para o autor, o gatilho nas sentenças acima seria o fato de que o perfeito é incompatível com *qualquer*. Como temos afirmado, nos parece o caso de que *todo* pressupõe existência, enquanto *qualquer* não (inclusive, pode se referir a livros hipotéticos, que não tenham sido encomendados e entregues; em outras palavras, a sentença em “a” é episódica, enquanto a sentença em “b”, com *qualquer* como operador, é genérica, afora a questão do aspecto perfectivo do verbo que parece bloquear a aleatoriedade de escolha do *qualquer* que só é possível no tempo presente).

Desta forma, o que o autor afirma é que, em contextos em que quantifica sentenças genéricas (não episódicas, aquelas sentenças com valor de verdade universalizante), *qualquer* pode ser sinônimo de *todo(a)(s)*.

Assim sendo, assumo que frases como “qualquer peixe sabe nadar” e “todos os peixes sabem nadar” ou “todo o peixe sabe nadar” são semanticamente equivalentes (no sentido em que são verdadeiras ou falsas exatamente nas mesmas circunstâncias), apesar de possuírem formas de quantificador distintas. (1992: 06)

Porém, há que se pensar se essa interpretação não se dá pela composicionalidade da sentença mais que pelo valor quantificacional do *qualquer*. A notação formal apresentada pelo autor é a que segue:

(87)  $[[\text{qualquer}]](A) = \{ X \subseteq E \mid A \subseteq X \}$

<sup>27</sup> Os exemplos são do autor. Ele passa por cima das diferenças de significado entre *todo* e *todos* que temos discutido.

<sup>28</sup> Estamos usando a hashtag (#) como símbolo de uma sentença bem formada sintaticamente, mas semanticamente estranha (aceita por alguns, mas não por todos os falantes).

<sup>29</sup> Já o ponto de interrogação (?) é utilizado para sentenças bem formadas sintaticamente, porém não aceitáveis semanticamente.

Ou seja, o significado de *qualquer A* é tal que *X* está contido no conjunto *E* e *A* está contido no conjunto *X*. Ou seja, é uma notação que não pressupõe existência: não é necessário que exista *A*; porém, se ele existir, ele pertence a esses dois conjuntos simultaneamente.

Uma intuição interessante diz respeito ao fato de que tanto sentenças quantificadas por *qualquer* quanto por *todo* são sentenças que permitem exceções, como podemos ver nos exemplos abaixo:

- (88) **Toda** coruja caça ratos, menos os filhotes.
- (89) **Qualquer** coruja caça ratos, menos os filhotes.

Para o autor, este e outros aspectos podem ser atribuídos à intenção pragmática do interlocutor: na escolha entre *qualquer* e *todo*, sendo sinônimos, não há demonstração de preferência por uma ou por outra interpretação. (Porém, como esperamos deixar mais claro na seção seguinte, esta não parece ser a saída.) Além disso, Moia (1992) afirma que “contrastes como estes levaram os autores [Goldsmith e Woisetschlaeger (1980)] a considerar que *any* não é propriamente um quantificador universal, mas um operador que permite formular determinado tipo de generalizações” (1992: 07), como nos exemplos abaixo (retirados de Moia, 1992):

- (90) **Qualquer** peixe sabe nadar.
- (91) **Qualquer** pessoa que cometa uma infração ao código da estrada será multada.
- (92) O Paulo é mais alto que **qualquer** pessoa nesta sala.

A ideia geral, portanto, é que este tipo de quantificação, cujo escopo compreende todo o sintagma, apresenta um significado tão próximo de *todo* que pode ser genérico e, por outro lado, é generalizante<sup>30</sup> a ponto de suscitar a livre escolha, além de estar contextualmente suscetível às duas interpretações (*qualquer peixe sabe nadar* pode, num sentido amplo, ser interpretada como generalizador, num sentido de “qualquer peixe que se preze sabe nadar”).

Moia considera, neste ponto, a existência da característica de livre-escolha presente no *qualquer* (sobre a qual trataremos a seguir), mas não concorda com ela. Para este autor, a livre-escolha é uma das possibilidades de verificação do valor de verdade da sentença mas que, por não ser exaustiva, não contempla integralmente o significado do quantificador universal.

Se admitíssemos essa possibilidade de computação, estaríamos a atribuir ao quantificador um significado em certa medida aleatório, uma vez que baseado em critérios probabilísticos ou estatísticos. Ora, não me parece ser este o tipo de significado do quantificador universal *qualquer*. Para se avaliar

---

<sup>30</sup> Num sentido em que o sintagma é uma generalização sobre um fato, algo que não se aplica, necessariamente, a todos os indivíduos do conjunto mas, num sentido lato, pode ser interpretado assim.

o valor de verdade de uma frase como *qualquer peixe sabe nadar*, é necessário considerar o conjunto total dos peixes. (1992: 12)

Para além das sentenças com caráter de verdades inquestionáveis, Moia (1992) aponta que o *qualquer* também funciona como quantificador universal em sentenças comparativas:

- (93) João entende mais de mecânica do que **qualquer** amigo seu.
- (94) João conheceu essas ruas tão bem quanto **qualquer** morador de Vila Isabel.
- (95) João perdia menos dinheiro do que **qualquer** jogador de pôquer.

Ainda segundo o autor, tanto em comparativos de igualdade quanto de desigualdade, no presente, no perfeito ou no imperfeito, o *qualquer* parece quantificar universalmente o segundo membro da comparação. Isso se manteria se *qualquer* estivesse no argumento externo:

- (96) **Qualquer** amigo seu entende menos de mecânica do que João.
- (97) **Qualquer** morador de Vila Isabel conhece essas ruas tão bem quanto João.
- (98) **Qualquer** jogador de pôquer perdia mais dinheiro do que João.

Da mesma forma, o *qualquer* quantificador universal pode atuar em sentenças hipotéticas que, como sabemos, não asseveram a veracidade do conteúdo proposicional veiculado.

- (099) **Qualquer** amigo ajudaria se você tivesse pedido.
- (100) **Qualquer** amigo ajudava se você tivesse pedido.
- (101) **Qualquer** amigo a quem você tivesse pedido ajuda teria te ajudado.

Nesse caso, porém, as condições de verdade da sentença se alteram e Moia (1992) chega a afirmar que é exatamente o futuro que dispara a possibilidade de interpretação das sentenças hipotéticas, ainda que este não seja o fator mais relevante. Contrastemos as sentenças abaixo, ainda retiradas de Moia (1992):

- (102) a. **Qualquer** contratempo será comunicado.
- b. **Qualquer** contratempo que surja será comunicado.
- c. **Qualquer** contratempo que surgir será comunicado.
- d. # **Qualquer** contratempo é comunicado.
- e. \***Qualquer** contratempo foi/fora/era comunicado.

Segundo o autor,

o fator relevante para a explicação deste contraste se relaciona com o tipo de nome a que o quantificador *qualquer* se aplica. Aparentemente, quando este quantificador se aplica a nomes que podemos conceber como denotando (conjuntos de) situações, como *contratempo* ou *incêndio*, o simples uso do Futuro dá origem a sequências gramaticais. Já quando o quantificador se aplica a nomes que denotam (conjuntos de) indivíduos, como *criança* ou *objeto*, parece ser necessária a presença de estruturas que reforcem o valor de eventualidade, como sejam uma relativa restritiva com modo Conjuntivo ou uma subordinada condicional. (1992:16) [Itálicos originais.]

É uma explicação *ad hoc*, porém ela faz menção à necessidade de uma semântica modal, o que nos parece particularmente interessante. Segundo Moia (1992), o *qualquer*, nesta situação de hipótese, quantifica sobre nomes que serão predicados por situações modais, que podem ser possibilidade, permissão ou capacidade. Além disso, segundo a nossa intuição, a sentença em (102d) não é agramatical, como o autor coloca, mas uma asserção bem formada sobre um estado de coisas, como em “nesta seção, qualquer contratempo é comunicado (imediatamente)”, com uma estrutura semelhante à de “qualquer coruja caça”; isto é, uma afirmação no presente com valor de constatação, em que a interpretação passa a não ser mais a de evento efetivo, mas de possibilidade.

Ou seja, temos presente, em qualquer destas frases, um operador (de genericidade ou de eventualidade) que legitima a ocorrência do quantificador universal *qualquer*. Nestes casos, dado que já existe um legitimador, não é necessário supor que a expressão modal funciona também como tal. (1999: 17)

Estes três últimos comportamentos apresentados podem funcionar individualmente, como vimos, ou podem estar todos presentes numa única sentença, como a abaixo (exemplo de Moia, 1992):

(103) Um nórdico é mais alto que **qualquer** pessoa que nasça junto ao Equador.

Temos aqui o operador de genericidade (o presente do indicativo do verbo “ser”), a estrutura comparativa (“mais... que”) e um operador de eventualidade (“nasça”, no subjuntivo). Ainda que isto seja bastante interessante, o autor não faz previsões ou dá uma explicação sobre por que isso acontece, a não ser pelo viés teórico da pragmática, de que trataremos adiante. Ou seja, quando lido como quantificador universal, *qualquer* possui um comportamento sintático específico, não se sobrepondo aos outros sete comportamentos possíveis na visão de Moia (1992).

O segundo comportamento descrito, resultante da combinatória dos componentes dos critérios (i-b) e (ii-a), é o ***qualquer* como operador de quantificação existencial (sobre entidades discretas)**, ou seja, um operador que será capaz de atestar a existência de determinado elemento dentro de um conjunto, e não a universalidade deste conjunto. Este *qualquer* aparece na posição de quantificador do argumento interno ao verbo, em sentenças como as abaixo (adaptadas de Moia, 1992):

(104) O João não conhece **qualquer** filme do Lars Von Trier.

(105) Se ele tivesse ouvido **qualquer** barulho, teria nos contado.

Segundo Moia (1992), o *qualquer* funciona como quantificador existencial sempre que aparece sob o escopo de uma negação ou de um operador condicional. Para além desta diferença, as condições sintáticas favoráveis a esta leitura são as mesmas do quantificador universal: posição pré-nominal (se aceita, ainda que marginalmente, a posição pós-nominal em sentenças condicionais, mas acompanhada de *um(a)*).<sup>31</sup>

- (106) # O João não conhece um filme **qualquer** do Lars Von Trier.  
 (107) Se ele tivesse ouvido um barulho **qualquer**, teria nos contado.

Consideramos que a sentença (106) é ambígua entre duas leituras: a de que João não conhece nenhum filme de Lars Von Trier e a de que o filme que ele conhece não é um genérico, e sim um específico. Esta ambiguidade é decorrente do cruzamento de escopo entre a negação e o *um x qualquer* que, como veremos adiante, é bastante produtivo em português brasileiro e possui um funcionamento diferente de *qualquer* (por razões, como veremos, de composicionalidade).

O autor também estabelece um paralelo entre os comportamentos de quantificação universal e existencial do *qualquer*. Segundo ele, em sentenças que apresentam negação, pode haver uma leitura ambígua entre os dois comportamentos, fenómeno que ele entende como sendo um cruzamento do escopo da negação e do quantificador. Neste sentido, os exemplos e a análise do autor seriam os seguintes:

- (108) Se o Paulo tivesse lido **qualquer** livro do Chomsky, a Ana ficaria contente.  
 (a)  $[\exists x [LC(x) \wedge L(p,x)]] \rightarrow C(a)$   
 (b)  $\forall x [[LC(x) \wedge L(p,x)] \rightarrow C(a)]$

(Onde “LC” é “livro de Chomsky”, “L” é “ler” e “C” é ficar contente, “p” é Paulo e “a” é Ana.)

As interpretações preferidas pelo autor (que excluiu a leitura universal mais óbvia – a de que Paulo não leu nenhum livro de Chomsky – para fins dessa análise) são de que, em (108a), “Paulo não leu todos os livros de Chomsky” (ainda que possa ter lido algum) e, em (108b), “se o Paulo tivesse lido todos os livros do Chomsky (e não apenas alguns), a Ana ficaria contente”. (1992: 24). Achamos extremamente difícil de sustentar estas leituras (pelo menos em português brasileiro) porque *qualquer*, na nossa interpretação existencial, não necessariamente dispara uma leitura totalizadora: *qualquer livro* é “pelo menos um”, mas não tem como ser *todos*. Além disto, esta análise deixa de fora outros aspectos importantes da quantificação existencial sob o efeito da negação, que tem a ver com questões de polaridade negativa (que discutiremos na próxima seção).

<sup>31</sup> Esta questão será retomada e problematizada mais adiante, uma vez que a leitura contrária a de polaridade negativa é possível nos mesmos contextos sintáticos.

Como operador de quantificação para nomes não contáveis, o comportamento do *qualquer*, segundo a descrição feita por Moia (1992), é o mesmo que favorece a quantificação existencial: posição pré-nominal, com presença de negação na sentença e, evidentemente, nomes não contáveis sendo modificados pelo quantificador. Os exemplos abaixo são retirados de Moia (1992: 28):

- (109) #Não há **qualquer** vinho nestes tonéis.  
(110) #Não há **qualquer** ouro em reserva no Banco de Portugal.

Exemplos da quantificação escalar (ainda sobre nomes não contáveis) seriam os seguintes (também retirados de Moia (1992: 03)):

- (111) Ele não teve **qualquer** pejo em dizer o que disse.  
(112) Não tenho **qualquer** responsabilidade no assunto.

Moia (1992), porém, não explica este comportamento e sugere que outros estudos sejam feitos a respeito.<sup>32</sup> De toda forma, parece que o que o autor entende por quantificação escalar está de acordo com a definição de escala feita por Fauconnier (1975), para quem existe uma relação pragmática muito forte criada através de determinados efeitos de sentido linguísticos (notadamente, através de indícios que ele chama de “superlativos”, bem como de *any* e *even*). Segundo Fauconnier (1975),

Da leitura literal da sentença mais a escala pragmática pressuposta, a leitura quantificada pode ser inferida logicamente. Entretanto, este tratamento traz problemas de uma natureza puramente lógica: para ser bem sucedido, o princípio da escala precisa ser aplicado não apenas à forma lógica das sentenças, mas também às suas subpartes(...). Mas regras comuns de inferência lógica não podem ser aplicadas às subpartes das formas lógicas. Ao postular um nível de formas lógicas em teorias linguísticas, assume-se que as formas lógicas são a entrada dos processos lógicos, bem como provas de implicaturas conversacionais. (FAUCCONNIER, 1975: 350)<sup>33</sup>

A respeito deste texto, Ilari (1984) esclarece:

---

<sup>32</sup> Apesar de apelar para este tipo de saída ser pouco interessante, acredito que temos que entender aqui que estamos diante de uma variação dialetal: um fenômeno mais comum em português europeu do que em português brasileiro. Creio que falantes de português brasileiro conseguiriam compreender estas frases (talvez depois de uma breve explicação), mas seriam incapazes de produzi-las. (Adiante, retomaremos esta questão.)

<sup>33</sup> From the literal reading of the sentence plus the presupposed pragmatic scale, the quantified reading can be inferred logically. However, this account raises problems of a purely logical nature: in order to be successful, the scale principle must apply not only to logical forms of sentences but also to subparts of logical forms (...). But ordinary rules of logical inference cannot apply to subparts of logical forms. In positing a level of logical form in linguistic theory, one assumes that logical forms are inputs to the rule of a grammar and also inputs to logical processes, such as proofs or conversational implications.

Uma relação importante foi observada a propósito do inglês por Fauconnier e faz intervir uma noção que é velha conhecida dos estudiosos da semântica argumentativa: a de escala argumentativa. Fauconnier observa que os superlativos, coocorrendo com a negação em exemplos como os do tipo (15) [Pedro não tinha a mais leve suspeita de que a mulher o traía] assumem um papel de quantificação: *não ter a menor suspeita* é igual a *não ter nenhuma suspeita*. Esse efeito de quantificação se dá, segundo Fauconnier, porque os locutores baseiam sua interpretação das sentenças numa escala tal que quem tem suspeitas graves, tem, obrigatoriamente, suspeitas leves: não ter a mais leve suspeita, entre todas as suspeitas possíveis, é, obrigatoriamente, não ter nenhuma. (ILARI, 1984: 94)

Ou seja, o que Moia (1992) observa como sendo comportamento escalar da negação nada mais é do que o entendimento de que, numa escala de “quantidade de vinho que pode haver em um tonel”, tem-se, no mínimo, uma gota de vinho e, no máximo, a capacidade inteira do tonel. Quando se nega a capacidade mínima (“não há qualquer vinho”) nega-se, portanto, todo o resto da escala (se não há uma gota de vinho, tampouco haverá mais vinho que uma gota). Como veremos adiante, porém, há soluções melhores para este problema, como, por exemplo, em Pires de Oliveira (2005).

Já como modificador nulo em estruturas de quantificação cardinal (resultado ainda do cruzamento dos critérios (i) e (ii)), o autor caracteriza *qualquer* como sendo um operador em que “não há qualquer restrição do referente do núcleo modificado” (1992: 31). Aqui, a ocorrência sintática do *qualquer* é mais flexível, como podemos ver abaixo:

- (113) a. Pode me trazer **qualquer** colher de pau.  
b. Pode me trazer uma colher de pau **qualquer**.
- (114) a. Vou comprar pra ela **qualquer** chocolate.  
b. Vou comprar pra ela um chocolate **qualquer**.

Nesse caso, o que vemos é, novamente, o funcionamento do *qualquer* como item de livre-escolha, com uma carga semântica de aleatoriedade (que é a mais prototípica deste funcionamento), principalmente na posição pós-nominal. Na nossa intuição, a conotação de pouco valor (parcialmente favorecida pela posição pós-nominal) é um deslizamento pragmático decorrente dessa aleatoriedade pressuposta, ainda que não entendamos que é uma quantificação necessariamente cardinal, mas inespecífica: “qualquer chocolate” não implica apenas uma unidade de chocolate, necessariamente. Isso se assemelha um pouco ao próximo funcionamento que o autor descreve.

*Qualquer* pode, ainda, ser um operador de identificação vaga, inespecífica, tanto em quantificações existenciais, como em (115) e (116), quanto em quantificações cardinais, como (117) e (118) (os exemplos também foram retirados de Moia (1992:03)):

- (115) A Rita tem **qualquer** problema.
- (116) Passa-se **qualquer** coisa estranha naquele edifício.



- (117) Houve um terremoto num país **qualquer** da Ásia.  
(118) Houve uma pessoa **qualquer** que me disse que o Paulo ia chegar amanhã, mas não me recordo de quem foi.

Moia (1992) afirma que a quantificação é cardinal nos dois últimos casos porque coocorre com o numeral *um* e que a quantificação do *qualquer* é vaga porque não especifica precisamente qual a sua denotação, uma vez que o *qualquer* nestas sentenças poderia ser parafraseado como “algum” ou “não sei qual é”. Já no primeiro caso, a incerteza é expressa de outra forma: “Rita tem qualquer problema” significa que há pelo menos um problema que eu asseguro que ela tenha, mas não estou certo sobre a existência de outros, o que nos parece funcionar em português brasileiro, também.

Por fim, Moia (1992) apresenta uma categoria em que, segundo ele, o *qualquer* funciona como modificador adjetival pejorativo, como nos exemplos abaixo (adaptados de Moia, 1992: 03):

- (119) Ele não é um escritor **qualquer**, já foi premiado várias vezes.  
(120) Ele é um escritor **qualquer** que ninguém conhece.

Segundo o autor,

neste contexto, *qualquer* é aquele que não se destaca num determinado conjunto, o que não é especial, o medíocre. No fato de ele não se destacar, de não trazer nada de especial, detectamos um sentido que se aproxima da noção de “escolha livre” subjacente ao quantificador universal e existencial qualquer. (1992: 40-41)

Nestes casos, então, o uso do *qualquer* seria sempre pejorativo, uma vez que, quando negamos que determinado X seja *um X qualquer*, negamos a negatividade do traço salientado. E esta é nossa intuição: em português brasileiro, a interpretação mais comum da maioria dos casos descritos por Moia (1992) seria a de que o *qualquer* nas posições pós-nominais e nas pré-nominais sob o escopo de negação estaria funcionando como adjetivo (e não como quantificador ou indefinido). Mais à frente, retomaremos esta questão, usando também isto como evidência para não tratá-lo como um quantificador. Por enquanto, basta saber que Moia (1992) é o texto de referência para as discussões que estaremos iniciando a partir de agora.

No nosso entendimento, porém, é que todas subclasses de *qualquer* apontadas pelo autor poderiam ser subsumidas em apenas duas: (i) o *qualquer* de livre escolha (que opera sobre um conjunto que pode ser tanto fechado como aberto, de forma aleatória, intensional, e (ii) este mesmo *qualquer*, porém em contextos negativos (ainda que a negação não seja linguisticamente expressa), caso em que se comporta como um quantificador existencial que, ao ser negado, traz a leitura de *nenhum* ( $\neg \exists x \lambda W (Wx)$ ). Assim, a negação seria necessária para disparar esta leitura porque, sem ela, a leitura da livre escolha é a favorecida (pelo menos em português brasileiro).

A negação do comportamento de quantificação existencial é uma saída interessante para o problema que apresentaremos na seção a seguir.

### 3.2 As implicações da livre-escolha e da polaridade negativa

Modernamente, a literatura trata o *qualquer* não como um quantificador clássico, ou como um operador de indefinição, mas como um operador de “livre escolha”. O termo foi cunhado por Vendler (1962), que notava uma ambiguidade no comportamento do item lexical *any*, do inglês. Como podemos constatar, a discussão não é recente e pode ser sumarizada nas palavras de Levy (2008):

Nas últimas três décadas, tem sido um ponto de discussão se o *any* PN (polaridade negativa) e o *any* LE (livre escolha) são dois itens lexicais distintos que simplesmente coincidem em ser elementos morfológica e fonologicamente homônimos ou se eles são um único item lexical com um significado semântico compartilhado e uma distribuição que, apenas à primeira vista, parece ser distinta. Até o começo dos anos 90, a discussão sobre este assunto estava focada em estabelecer a força quantificacional do *any*; o *any* é lexicalmente ambíguo, uma vez que *any* PN é um reflexo de um quantificador existencial e o *any* LE é um reflexo de um quantificador universal ou *any* não é lexicalmente ambíguo, uma vez que os dois são reflexos de quantificadores existenciais? (LEVY, 2008: 03)<sup>34</sup>

O ponto nevrálgico da questão pode ser mais bem compreendido quando olhamos para exemplos em inglês (retirados de Levy, 2008).

- (121) I didn't see **any** elephants. (Eu não vi nenhum elefante.)
- (122) \*I saw **any** elephants. (Eu vi nenhum elefante.)
- (123) I went out without **any** coat. (Eu saí sem nenhum casaco.)
- (124) \*I went out with **any** coat. (Eu saí com nenhum casaco.)

Podemos perceber que, em inglês, é inaceitável o uso de *any* (junto com formas afirmativas) sem um marcador negativo, razão pela qual ele é considerado um item de polaridade negativa. Na tradução para o português, as coisas simplesmente não se encaixam: *any* não é equivalente ao *qualquer* em português. A polaridade negativa presente no *any* em inglês salta aos olhos, coisa que não acontece com *qualquer*. Não é que não se possa entender um traço semântico negativo no uso de *qualquer*, mas, como dissemos, este não é o traço mais saliente.

---

<sup>34</sup> Over the last three decades it has been a matter of discussion whether NPI *any* and FC *any* are two distinct lexical items which simply happen to be morphologically and phonologically homonymous elements or are they a single lexical item with a shared semantic meaning and a distribution which only prima facie seems to be distinct. Until the early 90s, discussion on this issue focused on establishing the quantificational force of *any*; is *any* lexically ambiguous, viz NPI *any* is a reflex of an existential quantifier and FC *any* is a reflex of a universal quantifier or is *any* lexically unambiguous, viz the both are reflexes of existential quantifiers?

### 3.2.1 Qualquer de polaridade negativa

Chama-se de *polaridade negativa* o comportamento de uma palavra, ou de uma expressão, que só possa aparecer em contextos negativos (ou que force a sentença a ser interpretada negativamente).<sup>35</sup> Neste sentido, são clássicos os exemplos de palavras como *nenhum*, *nada*, *nunca*, e expressões como “flor que se cheire”, “entender patavina”, que, em contextos negativos, são expressões “capazes de dar origem a frases negativas por si” (ILARI, 1984: 88).

Esta característica é apontada para o *any* em inglês por Kadmon e Landman, além de ser um dos tipos apontados por Moia (1992) para o português europeu. Também Negri (2006) ressalta essa característica de determinadas expressões de polaridade, mas aponta para a dificuldade de apontar para o traço semântico definidor de polaridade negativa nestes contextos. Neste sentido, ela afirma que “há, na maioria das línguas, certas expressões que parecem requerer a presença de uma negação para que possam ocorrer” (2006: 13).

Para a autora, é um desafio para a linguística encontrar um tratamento formal adequado para estas expressões:

Para Fauconnier (1975), elas terão o estatuto de quantificadores e não o de expressões definidas por apresentarem o mesmo comportamento distribucional de quantificadores universais, como muitos superlativos. Contudo, para esse autor não há uma solução sintática possível dado que os superlativos poderão ser divididos em diversas classes que apresentam as mesmas propriedades de ‘any’ (a EPN típica do inglês), mas em contextos diferentes, conforme suas propriedades lógicas ou inferências de natureza pragmática. (NEGRI, 2006:13-14)

Ou seja, definir as expressões de polaridade negativa por meio de uma análise formal é, ainda, um obstáculo a ser superado. A autora propõe que estas expressões sejam tratadas com um traço de *averidicidade*, uma vez que não é possível determinar as suas condições de verdade, mas elas trazem carga semântica e pragmática para a proposição. No entanto, para fins deste trabalho, cabe ressaltarmos a observação da autora sobre o fato de o *any* ser a expressão de polaridade negativa **típica** do inglês: mais um indício de que este traço é tão proeminente no inglês que ele não pode ser deixado de lado em nenhuma proposta.

Um dos tratamentos clássicos do *any* como item de polaridade negativa é Ladusaw (1979), que define que “os itens de polaridade negativa são apenas permitidos se estiverem no escopo de um operador de acarretamento para baixo”<sup>36</sup> (KADMON & LANDMAN, 1993: 354).

---

<sup>35</sup> A literatura não traz uma definição específica dessas expressões, mas podemos depreendê-la de Ilari (1984), Negri (2006), Chierchia (2002, 2011), entre outros autores.

<sup>36</sup> According to Ladusaw 1979's well known analysis, negative polarity items (NPIs) are only licensed if they are in the scope of a downward entailing operator.

Este seria o caso do *any*, “uma vez que a negação acarreta para baixo, ela licencia o *any* em seu escopo”<sup>37</sup> (LEVY, 2008: 14). Dizer que a negação “acarreta para baixo” significa dizer que sua força ilocucional é maior do que a de uma afirmação. Assim, dizer “João fez um bolo” não acarreta “João fez um bolo de laranja”, mas dizer “João não fez um bolo” acarreta “João não fez um bolo de laranja”. Segundo Ladusaw (1979), portanto, o fato de itens de negação terem uma força maior do que a afirmação licenciaria o aparecimento de itens de polaridade negativa. Esta explicação se aplica aos exemplos acima<sup>38</sup> (“I didn’t see **any** elephants”, “\*I saw **any** elephants”, “I went out without **any** coat” e “\*I went out with **any** coat”.)

Porém, o que é um item de polaridade negativa? Ladusaw (1979) define que:

Os fatos do inglês parecem exigir que as duas possibilidades de escopo relativo de um NP quantificador existencial e uma negação sejam convencionalmente divididos entre (4c) [John didn’t talk to *some* students (*alguns* alunos)] e (4d) [John didn’t talk to *any* students (*nenhum* aluno)], ao invés de ambas serem atribuídas a (4c). Como determinante, *some* forma um NP quantificado existencialmente mas, adicionalmente, ele apresenta interpretação preferencial para o escopo amplo sobre negação. O *any* de (4d) pode ser visto como formando um NP quantificado existencialmente também, mas que codifica a preferência pelo escopo oposto: escopo estreito relacionado à negação. (...) À medida que vamos desenvolvendo um tratamento para estes determinantes, nós veremos que o que às vezes foi entendido como uma sensibilidade do item lexical à presença da negação na sentença que a contém (sensibilidade à polaridade negativa) corresponde, na maioria dos casos, à preferência do escopo estreito com respeito à negação. Similarmente, um item lexical que é de polaridade positiva vai ter uma preferência por escopo amplo. <sup>39</sup>(1979: 68)

Dessa forma, um item de polaridade negativa seria aquele cujo significado negativo se assemelha ao dos itens negativos (*não*, *nada*, *nenhum*), porém sem ser, ele próprio, um item negativo. Há alguma diferença nos entendimentos do que sejam itens de polaridade negativa e se, de fato, eles apresentam uma polaridade negativa que afeta a sintaxe ou trata-se de um comportamento semântico estranho. Casos prototípicos, como os tratados por Ilari (1984), Negri (2006) e Chierchia (2011) (onde são chamados de “minimizers”), não deixam dúvidas a

<sup>37</sup> Because negation is downward entailing, it licenses *any* in its scope.

<sup>38</sup> Voltaremos, com mais vagar, a falar sobre acarretamentos para baixo no capítulo 5.

<sup>39</sup> The facts of English seem to require that the two possibilities for relative scope of an existential quantifier NP and a negation are conventionally divided between (4c) [John didn’t talk to *some* students] and (4d) [John didn’t talk to *any* students], rather than both being assigned to (4c). As a determiner, *some* forms existential quantifier NP’s but additionally it has a preference for wide scope over a negation. The *any* of (4d) can be viewed as forming existential quantifier NP’s as well, but also encoding the opposite scope of preference: narrow scope with respect to negation. (...) As we develop a treatment of these determiners, we will see that what has sometimes been thought of as the sensitivity of a lexical item to the presence of a negation in sentences containing it (negative-polarity sensitivity) corresponds in most cases to the preference of narrow scope with respect to negation. Similarly, a lexical item which is an affirmative polarity item will have a wide-scope preference.

respeito da polaridade negativa afetando a sintaxe porque eles só aparecem no escopo de negações, como no exemplo abaixo (Negri, 2006: 17; 18):

- (125) a. Não entendeu bulhufas.  
b. #Bulhufas ele entendeu.
- (126) a. Joana não é flor que se cheire.  
b. # Joana é flor que se cheire.

Caso não apareçam em contextos negativos, algumas podem ser interpretadas composicionalmente, como (127b), e outras não são interpretadas, como (125b e 126b) acima.

- (127) a. A criança não sofreu um arranhão.  
b. A criança sofreu um arranhão.

Ilari (1984) aponta também para o fato de que a necessidade de a negação estar linguisticamente presente é visível apenas em sentenças afirmativas, sendo que esse efeito é bloqueado em sentenças hipotéticas (reais ou não, na presença de verbos de dúvida), interrogativas, entre outras.

Por outro lado, de acordo com Chierchia (2011), estas expressões prototípicas não seriam as únicas a apresentar polaridade negativa, do que depreende-se que, para este autor, diferentemente de Ilari (1984) e Negri (2006), a polaridade negativa não precisa necessariamente se manifestar dentro da sintaxe, mas trata-se de um comportamento semântico que prefere uma interpretação negativa em determinados contextos. Desta forma,

Enquanto o licenciamento das condições de classes de elementos sensíveis à polaridade desempenhou um papel importante na última pesquisa, os tempos estão felizmente maduros para irmos além. Proposições do formato *item A é licenciado sob a condição B* têm pouco valor explicativo. Pouco esclarecedor, da mesma forma, é colocar dentro da entrada lexical de A a informação “por favor, me coloque num ambiente do tipo B”. O desafio é encontrar que tipo de significado gera o comportamento de item de polaridade negativa (o que, no fim das contas, permite alternar o comportamento entre item de polaridade negativa e livre-escolha) e, dado que a língua é tão efetiva para propósitos comunicativos, também pode ajudar no entendimento das bases funcionais dos itens de polaridade negativa. Se o licenciamento não pode ser totalmente eliminado, ele deve ser reduzido a formas de concordância ou seleção com uma semântica subjacente clara e uniforme.<sup>40</sup> (CHIERCHIA, 2011: 146)

---

<sup>40</sup> While licensing conditions for classes of polarity sensitive elements have played a crucial role in past research, times are hopefully ripe to go further. Statements of the form *item A is licensed by condition B* are low in explanatory value. Similarly unenlightening is building into lexical entry A the information ‘please, put me in an environment of type B’. The challenge is to find what kind of meaning generates NPI behavior (which, down the line, can switch to NPI/FC behavior) and, given that language is so effective for communication purposes, also to get a handle on the functional basis of NPIs. If licensing cannot be

Sendo assim, tanto o *any* quanto expressões como *even one* (*mesmo um*), *some* (*alguns*), *at all* (*absolutamente*) e *that much* (*tudo aquilo*) são consideradas também como expressões de polaridade negativa, ainda que algumas delas possam aparecer em sentenças declarativas afirmativas, principalmente por causa da força enfática que trazem à sentença.

Exemplos disso seriam:

- (128) a. I love chocolate, **even** the sweetest **one**.  
b. I don't love chocolate, **even** the sweetest **one**.
- (129) a. A two dollar bill is an oddity but **some** love the tender.  
b. A two dollar bill is not an oddity but **some** do not love the tender.
- (130) a. I like you **at all**.  
b. I don't like you **at all**.
- (131) a. - John smokes a pack a day.  
- Yes, he smokes **that much**.  
b. - John smokes a pack a day.  
- No, he doesn't smoke **that much**.

Nas palavras do autor,

Agora começamos a investigação sistemática dessa conjectura, começando por elementos que mostram de maneira evidente sua natureza enfática, nomeadamente os assim chamados “minimizadores” e “even-one/some” (mesmo o/alguns) itens de polaridade negativa. Nós também vamos considerar itens de polaridade negativa adverbiais (at all, all that much), que constituem um desafio aparente para a nossa principal conjectura (uma vez que eles não são derivados nem de indefinidos nem de elementos “fim de escala”).<sup>41</sup> (2011: 146)

Desta forma, o que parece unir todas essas expressões é o acarretamento para baixo, presente tanto no *any* quanto nos itens prototípicos. Ladusaw (1979) acrescenta, ainda, que o *every* pode ser interpretado como um item que acarreta para baixo, embora esta leitura não seja obrigatória. Neste sentido, *every* possui uma relação interessante com *any*:

Similarmente, o quantificador *every* acarreta para baixo em relação ao seu primeiro argumento, mas não no que diz respeito ao seu segundo argumento; *every* induz acarretamentos para baixo de uma proposição que contenha a expressão *elefante* no argumento nominal para uma proposição idêntica, exceto pelo fato de que *elefante* foi substituído por *bebê elefante*. *Every elephant has a trunk* (*Todo elefante tem uma tromba*) acarreta *Every baby elephant has a trunk* (*Todo bebê elefante tem uma tromba*). *Every* não induz

---

altogether eliminated, it should be reduced to forms of agreement or selection with a clear and uniform semantic underpinning.

<sup>41</sup> We now begin the systematic investigation of this conjecture, starting with elements that overtly show their emphatic nature, namely so-called minimizers and ‘even-one/some’ NPIs. We will also consider adverbial NPIs (at all, all that much), which constitute an apparent challenge to our main conjecture (as they are derived neither from indefinites nor from “end-of-scale” elements).

acarretamentos para baixo de uma proposição que contenha a expressão *mover* no argumento verbal para uma proposição idêntica exceto por *caminhar*, que denota um subconjunto diferente do conjunto denotado por *mover* substitui *caminhar*: *Every elephant moved (todo elefante se moveu)* não acarreta *Every elephant walked (todo elefante andou)*. Porque *every* provoca acarretamento para baixo em relação ao seu argumento nominal, ele licencia *any* na posição de sujeito. Pelo fato de *every* acarretar para baixo no que diz respeito à sua posição verbal, ele não licencia *any* na posição do predicado.<sup>42</sup> (LEVY, 2008: 14)

*Any* não pode aparecer na posição predicativa de sentenças contendo *every*, justamente porque, nestes casos, o escopo de *every* não alcança o VP. Dados em português mostram que, ao contrário do que ocorre em inglês, isso ocorre em português:<sup>43</sup>

- (132) **Todo** homem que se preze abre a porta para **qualquer** mulher que encontre.
- (133) **Todo** homem que se preze **não** abre a porta para **qualquer** mulher que encontre.
- (134) **Todo** gato que tenha **qualquer** número de pulgas vai ficar se esfregando na parede.
- (135) **Todo** doente que queira se curar vai seguir ao pé da letra **qualquer** instrução do seu médico.
- (136) **Todo** doente que tenha discernimento **não** vai seguir ao pé da letra **qualquer** instrução do seu médico.

Porém, tratamentos como o de Ladusaw (1979) são insuficientes para dar conta de diversos aspectos do significado do *any*, e principalmente pela insistente busca que os pesquisadores deste tema têm em apresentar um tratamento unificado para o que a literatura costumava entender como sendo “dois” *any*.

A pesquisa sobre o licenciamento de itens de polaridade negativa tem requerido alterações nas influentes hipóteses de Fauconnier e Ladusaw. Isto se dá pelo fato de existirem contextos sem acarretamento para baixo que permitem *any* e existem contextos que acarretam para baixo e mesmo assim não permitem *any*. Isto levou a inovações como a da definição restrita de acarretamento para baixo de Heim (1984), do uso do acarretamento para baixo de Strawson por von Stechow (1999) e o tratamento da inércia assertiva de Horn (2002) que permite que itens de polaridade negativa ignorem certos aspectos do significado.<sup>44</sup> (LEVY: 2008: 14-15)

<sup>42</sup> Similarly, the quantifier *every* is downward entailing with respect to its first argument but is not downward entailing with respect to its second argument; *every* induces entailments downward from a statement containing the expression *elephant* in the nominal argument to the identical statement except that *elephant* is substituted for *baby elephant*. *Every elephant has a trunk* entails *every baby elephant has a trunk*. *Every* does not induce entailments downward from a statement containing *move* in the verbal argument to the identical statement except that *walk*, which denotes a subset of the set denoted by *move* replaces *walk*: *every elephant moved* does not entail *every elephant walked*. Because *every* is downward entailing with respect to its nominal argument, it licenses *any* in the subject position. Because *every* is downward entailing with respect to its verbal position it doesn't license *any* in the predicate position.

<sup>43</sup> Dados da professora Ana Paula Quadros Gomes, fornecidos por ocasião do exame de qualificação desta tese.

<sup>44</sup> Research into the licensing of NPIs has required amendments to the influential Fauconnier/ Ladusaw hypothesis. This is because there are contexts which license *any* which are not D.E. and there are contexts

Para entender melhor o funcionamento do *qualquer* de polaridade negativa em português, observaremos os dados abaixo. Eles foram retirados de pesquisas feitas via Google a partir de construções sintáticas hipotéticas, como “não um X qualquer”, “não (VERBO) X qualquer”, “não (VERBO) qualquer X”.

(137) “Gosto de trabalhar com materiais finos, esse é o meu estilo. Não faço um trabalho **qualquer**, tem que está com um belo acabamento, senão jogo a peça fora e começo tudo de novo”, pontua.  
(Disponível em <http://m.ibahia.com/single-mobile/noticia/bijuterias-sofisticadas-e-diferenciadas/>. Acesso em 22/08/2013.)

(138) Chega de maconha vagabunda, eu não sou como **qualquer** coisa, não saio com **qualquer** mulher e não quero mais fumar **qualquer** maconha.  
(Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/38888-falta-de-maconha/>. Acesso em 22/08/2013.)

(139) Não bebo **qualquer** bebida/Fiquei muito mais seletivo.  
(Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=5782&cat=Cartas&vinda=S>. Acesso em 22/08/2013.)

(140) Mas esta opinião é muito superficial e não encontra apoio em **qualquer** autoridade espiritual válida.  
(Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100208095636AA8MWvR>. Acesso em 22/08/2013.)

(141) Não como **qualquer** carne vermelha, nem carne de **qualquer** tipo. Simplesmente não como animais.  
(Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090526184039AAzCqWI>. Acesso em 22/08/2013.)

(142) Não tenho **qualquer** compromisso com o Governador Confúcio Moura, embora não exista **qualquer** impedimento, já que sou profissional e vivo exclusivamente daquilo que escrevo.  
(Disponível em <http://www.blogdocha.com.br/single.php?&id=292>. Acesso em 22/08/2013.)

(143) Sou abstinência também. Já experimentei e o gosto nunca me atraiu... Portanto não bebo **qualquer** bebida alcoólica, sem exceções.  
(Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20130413172848AAIGvSy>. Acesso em 22/08/2013.)

(144) O Yahoo! não avalia ou garante a precisão de **qualquer** conteúdo no Yahoo! Respostas.  
(Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20130413172848AAIGvSy>. Acesso em 22/08/2013.)

Pode-se perceber que as construções envolvendo negação e *qualquer* nem sempre forçam o *qualquer* a ser interpretado como tendo a interpretação negativa, embora seja assim em alguns casos. Basicamente, podemos perceber que há interpretação negativa nas sentenças em que o *qualquer* pode ser substituído por *nenhum/nenhuma* sem prejuízo de significado. Substituindo *qualquer* por *nenhum/nenhuma*, as sentenças de (140) a (144) se mantêm com o mesmo significado. Isto não acontece com as sentenças (137) a (139), parafraseadas abaixo como (145) - (147):

(145) Não faço um trabalho **qualquer**. / ≠ Não faço **nenhum** trabalho.

(146) Não saio com **qualquer** mulher e não quero mais fumar **qualquer** maconha. / ≠ Não saio com **nenhuma** mulher e não quero mais fumar **nenhuma** maconha.

(147) Não bebo **qualquer** bebida. / ≠ Não bebo **nenhuma** bebida.

---

which are D.E. and yet don't license *any*. This has led to such innovations as Heim's (1984) restrict definition of downward entailingness, Von Stechow's (1999) use of Strawson downward entailing and Horn's (2002) account of assertoric inertia which permit NPIs to ignore certain aspects of meaning.



Podemos perceber que, nestes casos, o *qualquer* funciona como um adjetivo<sup>45</sup>, e não como item de polaridade negativa ainda que carregue o traço de livre escolha. Dizer “não faço um trabalho qualquer”, como vimos, é diferente de dizer “não faço nenhum trabalho”. Poderíamos, à primeira vista, julgar que a função adjetival está sendo dada pela presença de um determinante antes do *qualquer*, hipótese que não se sustenta quando confrontamos (145) com (146). Outra diferença entre elas duas diz respeito ao fato de que, na primeira, *qualquer* está em posição pós-nominal e, de fato, essa posição engatilha a interpretação de “nenhum”, mas essa não é a única configuração para o engatilhamento dessa interpretação, como podemos ver em (147). Além disso, (146) e (147) apresentam uma curiosidade muito particular: possuem a mesma estrutura sintática que, em outras sentenças, engatilham a interpretação negativa. Vejamos, por exemplo, (147) “não bebo qualquer bebida” em oposição a (141), “não como qualquer carne (sou vegetariana)”: neste caso, o que indica a interpretação negativa em (141) é o contexto, dado pelo restante da sentença.

Levy ainda menciona o ponto de vista de Krifka (1989, 1995), que apresenta uma análise apenas do *any* de interpretação negativa. Para este autor, um sintagma nominal quantificado por *any* é o menos especificado, ou o mais fraco, entre um conjunto de alternativas. Esta “força” seria identificada pelo conceito algébrico de “inclusão no conjunto”:

Uma expressão  $\alpha$  é mais forte que uma expressão  $\beta$  sse  $[[\alpha]] \subseteq [[\beta]]$ , ou em expressões se  $[[\alpha]] \Rightarrow [[\beta]]$ . Por exemplo, *todo homem* é uma expressão mais forte que *algum homem* porque (sob uma interpretação de quantificação generalizada de sintagmas nominais)  $[[\text{todo homem}]] \subseteq [[\text{algum homem}]]$ .<sup>46</sup> (LEVY, 2008: 18).

Desta forma, uma vez que “qualquer homem” está contido em “todo homem”, o sintagma introduzido pelo *any* (ou pelo *qualquer*) não tem a mesma força que as alternativas possíveis:

Dado que um sintagma nominal com *any* é interpretado como o elemento mais fraco dentre um conjunto de alternativas mais fortes, *any* de polaridade negativa será apenas aceitável em um contexto negativo ou com outro tipo de acarretamento pra baixo, uma vez que apenas estes ambientes vão criar a proposição mais forte dentre o conjunto de alternativas correspondentes.<sup>47</sup> (LEVY, 2008: 18)

<sup>45</sup> Falaremos adiante, com mais vagar, a este respeito.

<sup>46</sup> An expression  $\alpha$  is stronger than an expression  $\beta$  iff  $[[\alpha]] \subseteq [[\beta]]$ , or for propositions if  $[[\alpha]] \Rightarrow [[\beta]]$ . For example, *every man* is a stronger expression than *some man* because (under a generalized quantifier interpretation of noun phrases)  $[[\text{every man}]] \subseteq [[\text{some man}]]$ .

<sup>47</sup> Given that a noun phrase with *any* is interpreted as the weakest element among a set of stronger alternatives, NPI *any* will only be acceptable in a negative or other downward entailing environment, since only such environments will create the strongest proposition among a set of corresponding alternatives.

A respeito da fraqueza proposicional do sintagma introduzido por *any* falaremos adiante, no item 3.3. Vale ressaltar, porém, que como o tratamento dispensado por Krifka considera estes dois tipos diferentes de *any* (polaridade negativa e de livre escolha), visão da qual discordamos, não o abordaremos mais aqui.

### 3.2.2 Qualquer como operador genérico

Antes de entrarmos, propriamente, nas propriedades de livre-escolha que o *qualquer* (e o *any*) apresentam, é necessário entender de que forma ele funciona como operador genérico. Essa nomenclatura vem de Kadmon e Landman (1993), embora não seja consensual na literatura. Dessa forma, *any* possuiria, pelo menos, duas características principais, atreladas à sua genericidade: funcionar como um ampliador de domínio e como um fortalecedor proposicional. Nas palavras de Levy (2008),

Kadmon e Landman (1993) introduzem outra possibilidade: um '*any NP*' é interpretado como '*um-NP*' indefinido correspondente, que, assim como '*um-NP*', é interpretado existencialmente em ambientes de polaridade negativa e universalmente em ambientes LE (genéricos), de onde vem a nuance universal associada a *any* LE. A análise de Kadmon e Landman também introduz outro estrato à discussão de *any*: ele examina, além da força distribucional e quantificacional do *any*, a função semântica do *any*, e propõe uma análise de *any* cuja distribuição restrita decorre de seu significado. Especificamente, eles propõem que *any* é um modificador nominal que tem a função de ampliar o domínio do nome. Uma vez que *any* é um amplificador, ele só pode ocorrer em ambientes listados acima porque apenas em tais ambientes a ampliação leva a uma proposição mais informativa e, por isso, seu uso é pragmaticamente justificado. (LEVY, 2008: 04)<sup>48</sup>

Ampliar o domínio do nome é o que Kadmon e Landman (1993) chamam de "widening", conceito que brevemente apresentamos no capítulo anterior. Segundo estes autores, o *any* tanto pode ampliar o domínio por ele mesmo quanto sugerir a operação de ampliação de domínio, uma vez que o contexto é considerado parte importante na atribuição do significado para estes autores. Segundo eles, "um contexto de elocução seleciona um domínio de

---

<sup>48</sup> (...) Kadmon and Landman (1993) introduce another possibility: an '*any NP*' is interpreted as the corresponding indefinite '*a-NP*', which, just as '*a-NP*', is interpreted existentially in negative polarity environments and universally in FC (generic) environments, whence the universal flavor associated with FC *any*. Kadmon and Landman's analysis also introduces another stratum to the discussion of *any*: it examines in addition to the distribution and quantificational force of *any*, the semantic function of *any*, and proposes an analysis of *any* which has its restricted distribution follow from its meaning. Specifically, they propose that *any* is a noun modifier which has the function of widening the domain of the noun. Since *any* is a widener, it can only occur in the environments listed above because only in such environments does the widening induce a more informative statement and hence its use is pragmatically justified.

quantificação, a partir do qual todos os tipos de coisas são excluídos”<sup>49</sup> (KADMON e LANDMAN, 1993: 359). Assim, “o efeito de *any* (...), especialmente quando ele carrega acento principal ou enfático, é indicar que mesmo as coisas que poderiam ter sido desconsideradas previamente como sendo irrelevantes (em determinado contexto) não constituem exceção à afirmação que está sendo feita.”<sup>50</sup> (1993: 359). Em outras palavras, os próprios autores destacam que *any* tem pouca tolerância a exceções. Isso pode ficar mais claro através dos exemplos abaixo, dos próprios autores (1993: 356):

- (148) A: Do you have dry socks? (Você tem alguma meia seca?)  
B: I don't have ANY socks. (Não tenho nenhuma/qualquer meia.)  
(149) A: Perhaps some dry socks would help. (Talvez alguma meia seca ajudasse.)  
B: ANY socks would help. (Qualquer meia ajudaria.)

Como vimos, este comportamento está diretamente relacionado ao fato de estes autores considerarem que um sintagma iniciado por *any* se comporta da mesma forma que um sintagma genérico. As razões para esta afirmação são, principalmente, duas: i) genéricos permitem exceções (ainda que nem sempre) e ii) proposições genéricas possuem uma natureza modal. Segundo estes autores, uma sentença como “*Any owl hunts mice*” (*Qualquer coruja caça ratos*) é verdadeira ainda que se compreenda que bebês-coruja não cacem ratos, porque é uma afirmação que pode ser interpretada no sentido modalizado (ou, como sugerimos antes, como modificando um domínio aberto):

Como se sabe, este fenômeno é uma característica especial dos genéricos e não pode ser atribuída a restrições contextuais comuns (bebês coruja não são relevantes no contexto), uma vez que proposições genéricas permitem exceções de uma forma que outras proposições quantificadas não permitem.<sup>51</sup> (KADMON e LANDMAN, 1993:358).

Quanto à modalidade, os autores afirmam que os genéricos permitem acarretamentos contrafactuais. A sentença da coruja “acarreta que se você fosse uma coruja, você caçaria ratos (contanto, é claro, que você não fosse uma das exceções legítimas)”<sup>52</sup> (1993:358), uma vez que a propriedade da livre escolha licencia que qualquer indivíduo do conjunto seja escolhido e a

---

<sup>49</sup> A context of utterance sets up a domain of quantification, from which all sorts of things are excluded.

<sup>50</sup> The effect of *any* (...), especially when it carries main or emphatic stress, is to indicate that even things that could previously be disregarded as irrelevant (in a given context) are no exception to the claim being made.

<sup>51</sup> As is well known, this phenomenon is a special feature of generics, and cannot be attributed to ordinary contextual restrictions ('baby owls are not relevant in the con text'), since generic statements allow exceptions in a way that other quantified statements do not.

<sup>52</sup> (...) entails that if you were an owl, you would hunt mice (provided, of course, that you are not one of the legitimate exceptions).

propriedade proposta pelos autores para *any* amplia seu escopo sem exceções (salvo a ressalva apresentada).

A maior informatividade da proposição contendo *any* está ligada à ampliação de contexto, mas, principalmente, ao que os autores chamam de “fortalecimento” (*strengthening*). Segundo os autores “*any* é licenciado apenas se a ampliação que ele induz cria uma proposição mais forte, i.e., apenas se a proposição na interpretação ampla acarreta a proposição na interpretação estreita”.<sup>53</sup> (1993: 369)

Ou seja, como vimos anteriormente quando falávamos do acarretamento para baixo, proposições que contêm negação são geralmente mais fortes e, portanto, mais informativas. Segundo Kadmon e Landman (1993),

Uma vez que em qualquer contexto natural onde “I saw anything” [Eu vi nada] é verdadeira, algumas alternativas mais informativas (mais fortes) são verdadeiras também, e a enunciação dessa sentença falharia em ser suficientemente informativa e, violaria, portanto a máxima de Quantidade de Grice. Por outro lado, “I didn't see anything” [Eu não vi nada] é provavelmente a proposição mais forte possível (caso verdadeira), por isso essa sentença é boa. Existe uma fraqueza inerente neste tipo de tratamento porque (como se sabe) a violação das máximas de Grice não leva, em geral, à má-formação – não torna a sentença uma coisa desviante como é “I saw anything” [Eu vi nada.]<sup>54</sup> (1993: 372)

Os autores levantam, ainda, a explicação de Krifka (1990), para quem seria o próprio falante que construiria as alternativas enunciativas (forte e fraca) e escolheria proferir, portanto, a mais forte.

Permita-nos elaborar um pouco o argumento de Krifka. Não é apenas que existam proposições mais fortes do que “I saw anything” que poderiam ser verdadeiramente proferidas ao invés dela mas, mais do que isso, essas enunciações mais fortes são introduzidas pelo próprio item de polaridade negativa (IPN) (uma vez que elas são baseadas no conjunto de alternativas associadas ao item de polaridade negativa). A razão pela qual “I saw anything” está fora é que não faz sentido introduzir deliberadamente alternativas mais fortes e, ao mesmo tempo, afirmar a mais fraca. Isso é, a sentença contém

---

<sup>53</sup> Any is licensed only if the widening that it induces creates a stronger statement, i.e., only if the statement on the wide interpretation => the statement on the narrow interpretation.

<sup>54</sup> Since in any natural context where “I saw anything” is true, some more informative (stronger) alternatives are true as well, uttering this sentence would fail to be informative enough, and would therefore violate Grice's maxim of Quantity. On the other hand, “I didn't see anything” is probably the strongest statement possible (if true), hence uttering such a sentence is fine. There is an inherent weakness in this sort of account, because (as is well known) violation of Gricean maxims does not, in general, lead to ill-formedness - it does not render a sentence as hopelessly deviant as “I saw anything” is.

não uma violação acidental da máxima de quantidade, mas uma violação inerente.<sup>55</sup> (1993: 372)

Ainda sobre o fortalecimento, Kadmon e Landman (1993) afirmam que ele acontece apenas localmente. “O fortalecimento deve ser satisfeito pela proposição local em que *any* ocorre”<sup>56</sup> (1993: 376), ou seja, *any* precisa fortalecer a proposição dentro de um escopo amplo, criado pelo fato de o próprio *any* ser o ampliador desse escopo. Neste sentido, uma sentença que contenha *any* vai ampliar o conjunto de domínio do nome e dar mais força ao conteúdo informacional atuando como um operador de dentro de um local da sentença.

Kadmon e Landman (1993) apresentam o *any* como um operador genérico, majoritariamente, pelo comportamento semelhante ao de um operador genérico prototípico. Desta forma,

O que gostaríamos de propor, então, é que é uma parte integral da natureza da proposição genérica que O CONJUNTO DE PROPRIEDADES RESTRITIVAS SEJA VAGO. O contexto apenas fornece uma especificação parcial deste conjunto (ele pode sugerir algumas propriedades), mas ele não te diz exatamente quais são todas as propriedades que são membros do conjunto. É claro, a vagueza do conjunto de propriedades induz à vagueza das condições de verdade da proposição genérica. 57 (1993: 408) [Maiúsculas originais.]

Para Levy (2008), essa é a principal inovação no trabalho de Kadmon e Landman (1993). A autora complementa a discussão com os seguintes exemplos (LEVY, 2008: 16):

(150) A: I didn't pick a flower (Eu não peguei uma flor) [onde flor = um domínio restrito de flores contextualmente determinado – o conjunto de flores protegidas].

B: Not even a ragwort? (Nem mesmo uma florzinha de mato?)

A': No, I didn't pick any flower (Não, não peguei nenhuma flor.) [onde flor = um domínio de flores mais amplo contextualmente determinado – o conjunto de flores protegidas + não protegidas].

A ideia por trás deste exemplo é de que na primeira fala de A, o conjunto denotado pelo indefinido *a flower* é menor do que o conjunto denotado por *any flower*, uma vez que, em A', o que temos é um conjunto ampliado, ou seja, “não pegar qualquer flor”, dentro de um contexto ampliado varrido por um operador de livre escolha, significa percorrer o conjunto todo, não

---

<sup>55</sup> Let us elaborate Krifka's point a bit. It is not just that there are statements stronger than “I saw anything” that could be truthfully uttered instead, but, furthermore, these stronger statements are introduced by the NPI itself (since they are based on the set of alternatives associated with the NPI). The reason that “I saw anything” is out is that it makes no sense to deliberately introduce stronger alternatives and at the same time claim the weakest one. That is, the sentence involves not just an accidental violation of Quantity, but an inherent one.

<sup>56</sup> Strengthening is to be satisfied by the 'local' proposition that any occurs in.

<sup>57</sup> What we would like to propose, then, is that it is an integral part of the nature of the generic statement that THE RESTRICTING OF PROPERTIES SET IS VAGUE. The context only provides a partial specification of this set (it may suggest some properties), but it doesn't tell you exactly what all the properties are that are the members of the set. Of course, the vagueness of the set of properties induces vagueness in the truth conditions of the generic statement.

apenas os membros prototípicos contextualmente salientes. Essa ampliação do conjunto não parece ser dada pelo *any* sozinho, e sim pela ampliação da extensão de “flor” feita, também, pela fala de B<sup>58</sup>.

Formalizando, teremos a seguinte situação (LEVY, 2008: 17):

(151) [Qualquer coruja <sub>[saudável ou doente]</sub> caça ratos] =  $\forall_{w,x}$ :  $w$  é epistemicamente acessível a partir de  $w_o$   $\wedge$  coruja <sub>[saudável ou doente]</sub> ( $x, w$ )  $\rightarrow$  caça ratos ( $x, w$ )  
 $\Rightarrow$   
 [Uma coruja <sub>[saudável]</sub> caça ratos] =  $\forall_{w,x}$ :  $w$  é epistemicamente acessível de  $w_o$   $\wedge$  coruja <sub>[saudável]</sub> ( $x, w$ )  $\rightarrow$  caça ratos ( $x, w$ )<sup>59</sup>.

Kadmon e Landman (1993) afirmam:

Em nosso ponto de vista, se você diz “Uma coruja caça ratos”, é como dizer apenas que “cada (possível) coruja com as propriedades certas caça ratos”, enquanto, crucialmente, não se compromete com quais seriam as propriedades certas. Você não está apenas dizendo que existem algumas propriedades que você não sabe quais são, a vagueza é uma parte integrante do que você está dizendo.<sup>60</sup> (KADMON e LANDMAN, 1993: 408)

Para finalizar, Levy (2008) sumariza as propostas de Kadmon e Landman (1993) da seguinte forma:

**A categoria sintática de *any*:** um indefinido equivalente a *a* (um).

**A função semântica de *any*:** *any* alarga o escopo do domínio de indivíduos denotados pelo nome em comparação ao domínio de indivíduos denotado pelo nome quando *a* (um) é usado. O alargamento é feito juntamente a uma dimensão contextualmente dada.

**A condição de licenciamento em *any*:** *any* é licenciado se e somente se a proposição com *any* é mais forte que (= acarreta) a proposição equivalente com o indefinido *a* (um).<sup>61</sup> (LEVY, 2008: 18) [Grifos nossos.]

<sup>58</sup> Este tipo de abordagem dinâmica do significado será contemplado mais adiante.

<sup>59</sup> [Any owl <sub>[healthy or sick]</sub> hunts mice] =  $\forall_{w,x}$ :  $w$  is epistemically accessible from  $w_o$   $\wedge$  owl <sub>[healthy or sick]</sub> ( $x, w$ )  $\rightarrow$  hunts mice ( $x, w$ )  $\Rightarrow$  [An owl <sub>[healthy]</sub> hunts mice] =  $\forall_{w,x}$ :  $w$  is epistemically accessible from  $w_o$   $\wedge$  owl <sub>[healthy]</sub> ( $x, w$ )  $\rightarrow$  hunts mice ( $x, w$ )

<sup>60</sup> In our view, if you say “An owl hunts mice”, that is just like saying ‘every (possible) owl with the right properties hunts mice’, while, crucially, not committing yourself to what the right properties are. You are not just saying that there are some properties and you don’t know what they are; the vagueness is an integral part of what you say.

<sup>61</sup> The syntactic category of *any*: an indefinite equivalent to *a*. The semantic function of *any*: *any* widens the domain of individuals denoted by the noun in comparison to the domain of individuals denoted by the noun when *a* is used. The widening is done along a contextually given dimension. The licensing condition on *any*: *any* is licensed iff the statement with *any* is stronger than (= entails) the corresponding statement with indefinite *a*.

Temos, mais uma vez, indícios para pensar que, neste caso, o funcionamento do *any* que estamos tentando descrever é perfeitamente compatível com o seu comportamento de livre escolha, que veremos a seguir.

### 3.2.2.1 Livre-escolha

Como temos argumentando, o tratamento do *qualquer* como operador de livre escolha é o mais defendido atualmente, em português. Esta interpretação nos interessa particularmente neste trabalho, porque parece ser a porta de entrada para o entendimento de que não há dois itens lexicais diferentes. Levy (2008) afirma que:

Em seu outro uso, *any* é mais naturalmente interpretado como um quantificador universal e é tipicamente encontrado em contextos nos quais pode ser interpretado intensionalmente. Nestes contextos, *any* pede pela escolha livre de um indivíduo entre todos os indivíduos no conjunto denotado pelo nome comum ao qual está vinculado, daí o seu nome, conforme cunhado por Vendler (1967), Free Choice(FC) *any*. (LEVY, 2008: 02)<sup>62</sup>

Ou seja, podemos observar que o funcionamento do *any* está, também, ligado ao fato de que, denotado um conjunto, *any* executa uma varredura dentro de seus elementos e, a princípio, selecionaria qualquer um, de acordo com a nossa intuição, já mencionada neste trabalho.

Indefinidos induzem a conjuntos de alternativas proposicionais – eles nos dizem que, pelo menos, um elemento de um conjunto maior de proposições alternativas é verdadeiro, mas não diz qual é. Estas alternativas são selecionadas e ligadas por um operador quantificacional. Sendo um ampliador que é licenciado pelo fortalecimento, o *any* LE deve ser ligado a um operador sobre conjuntos de alternativas que seja de natureza universal. Aloni (2002). Aloni propõe tratar operadores modais como quantificadores sobre alternativas e sugere que *may* introduz quantificação universal sobre as alternativas e *must* introduz quantificação existencial sobre alternativas, por isso o *any* é licenciado sob o escopo de *may*, mas não de *must*.<sup>63</sup> (LEVY, 2008: 30)

---

<sup>62</sup> On its other use *any* is most naturally interpreted as a universal quantifier and is typically found in contexts which can be interpreted intensionally. In these contexts, *any* calls for free choice of an individual from among all the individuals in the set denoted by the common noun to which it is attached, whence its name, as coined by Vendler (1967), Free Choice (FC) *any*.

<sup>63</sup> Indefinites induce sets of propositional alternatives – they tell us that at least one element of a larger set of alternative propositions is true but do not tell you which it is. These alternatives get selected and bound by quantificational operator. Being a widener which is licensed by strengthening, FC *any* must get bound by an operator over sets of alternatives which is universal in its nature. In (Aloni 2002), Aloni proposes to treat modal operators as quantifiers over alternatives and suggests that *may* introduces universal quantification over alternatives and *must* introduce existential quantification over alternatives, whence licensing of *any* in its scope of *may*, but not *must*.

A interpretação do *qualquer* atrelada à interpretação da livre escolha também está presente em Guimarães (1995) e Pires de Oliveira (2005).<sup>64</sup> Para Guimarães (1995:62), trata-se de um aspecto semântico deste item lexical, que também expressa aleatoriedade de escolha; para Pires de Oliveira (2005:254), trata-se de uma pressuposição disparada pelo item lexical, que passa a interpretação de que há alternativas possíveis dentro da escolha.

Assim, Guimarães (1995) afirma que

essa liberdade de escolha tem sido encarada como essencial para a interpretação do FC ANY do inglês. Para QUALQUER, porém, só essa noção é insuficiente. Isso se dá porque QUALQUER expressa mais do que a liberdade de escolha, expressa também o caráter aleatório que a escolha pode ter” (GUIMARÃES, 1995: 62)

Neste sentido, uma vez que a aleatoriedade da escolha só pode preceder à escolha, e não sucedê-la, o autor afirma que:

A sentença [Pegue qualquer uma] é ambígua, podendo significar tanto "eu estou dando a você a liberdade de escolher a que quiser" como "não se dê ao trabalho de escolher, pegue aleatoriamente", ou ainda, admitindo as duas possibilidades ao mesmo tempo. Mas [Peguei qualquer uma] nunca será ambígua, sempre dando a entender que a escolha foi aleatória. (1995: 62)

Essa ambiguidade apontada pelo autor nos parece bastante sutil e possível apenas isolada de contexto, uma vez que, notadamente, as duas interpretações refletem aleatoriedade de escolha. Porém, paralelamente à noção de livre-escolha, está o fato de que *qualquer* tem uma incompletude de escopo, o que permite certas brechas na verificação das condições de verdade (porque não é necessário percorrer todos os elementos do conjunto denotado para a verificação da proposição, embora não se possa precisar para quantos elementos é necessário que seja verdade o que se diz deles para que se considere a proposição verdadeira), o que permite que sua veracidade não esteja comprometida no caso de exceções serem encontradas. Nas palavras de Guimarães,

Isto se dá porque QUALQUER nunca exaure todas as possibilidades. Nenhuma verificação o faz, a não ser em teoria. É como uma *Reductio ad Absurdum*, algo como "se você verificar *todos* os gatos do mundo, um por um, verá que eles caçam ratos". Podemos, se assim o preferirmos, como diz Vendler (1967), rotular a verificação introduzida por QUALQUER como "verificação incompleta". Podemos dizer também, e não será mentira, que QUALQUER opera com generalizações, ou que a verificação, e também a liberdade de escolha, inerentes ao seu significado, têm um grande valor persuasivo, e poderíamos chamá-lo de "operador retórico" ou algo que o valha. (1995: 64)

---

<sup>64</sup> Ao lado da dissertação de mestrado de Ana Paula Quadros Gomes (2004), estes são os trabalhos mais relevantes a respeito deste item no PB.



Pires de Oliveira (2005) está de acordo com a visão de Heim (1982) que apresentamos anteriormente, para quem *qualquer* é um indefinido e não um quantificador. Para além disso, aquela autora acrescenta que o traço da livre-escolha é uma pressuposição que o item lexical dispara.

A literatura, desde Vendler (1967), associa a ideia de livre-escolha a algum tipo de indiferença com relação ao referente; o que é captado por paráfrases como “não importa qual”. Indiferença com respeito tanto ao fato de que a identidade do referente não é conhecida quanto ao fato de que ela não interfere nas condições de verdade da sentença (tanto faz saber qual é o referente). (PIRES DE OLIVEIRA, 2005: 261)

A autora endossa este ponto de vista, mas o suplanta.

Se tanto *um N* quanto *qualquer N* são marcadores da presença de variável, então, uma maneira de explicar a diferença entre eles é desenvolver a hipótese de que *qualquer* carrega algum tipo de pressuposição que permite inferirmos que a identidade do referente não é relevante para as condições de verdade da sentença. Se esse for o caso, então para que uma sentença-qualquer seja feliz é preciso que haja já disponível um domínio de alternativas possíveis. *Um N* não carrega tal pressuposição. Em outros termos, *qualquer* é familiar, ao passo que *um* é não-familiar. (2005: 264)

Na interpretação da autora, seguindo von Stechow (2000), a implicatura de aleatoriedade pode ser disparada tanto pelo fato de o locutor não saber qual é o referente ou pelo fato de a identidade do referente não importar.

A ideia de que o falante pode escolher livremente se aplica com muita propriedade a sentenças genéricas (...), mas não condiz com os usos em que se expressa ignorância (...), a menos que se entenda que se pode escolher livremente a alternativa porque não se sabe qual é a alternativa correta, mas, nesse caso, estamos lidando com uma outra noção de livre-escolha<sup>65</sup>. Uma maneira de uniformizar é entender que livre-escolha significa que se introduz uma pressuposição de alternativas possíveis, todas elas com valor idêntico, e atribuir ignorância ou indiferença a algum outro elemento. (2005: 265)

Já Moia (1992) descreve como funciona a livre-escolha operada através de *qualquer*:

Desta metodologia sugerida, que constitui uma informação implícita associada ao quantificador, destacaria três aspectos: (i) a ideia de escolha aleatória ou livre (cf. noção de “free-choice” de Vendler, 1967) de entre os membros do conjunto a que se aplica o quantificador para verificar se eles têm a propriedade relevante; (ii) a ideia de uma verificação feita individualmente, um a um; (iii) a ideia de um processo de verificação eventual, que se pode seguir ou não, mas que no momento da enunciação é apresentado como um processo aberto, não completado. Creio que são estas características do quantificador universal *qualquer* que afectam a sua

---

<sup>65</sup> Nota: aqui seria como a distinção de significado entre “Maria está em qualquer país / um país qualquer da África” e “Maria quer conhecer qualquer país da África”.

ocorrência, limitando-o a um conjunto restrito de contextos. (MOIA, 1992: 10)

Apenas para manter o paralelo com o inglês, trazemos aqui cinco categorias apontadas por Levy (2008: 02-03) que mostram funcionamentos contrastivos do *any* em contextos semelhantes.

- i) Nos contextos modais que expressam **possibilidades deônticas**, mas não aqueles que expressam **necessidade deôntica** (na nossa intuição, isto parece mais relacionado ao fato de que (139) tem uma interpretação intensional enquanto que (140) tem uma denotação extensional, diferença causada pela predicação e não pelo *qualquer*).
- (152) You may pick **any** flower. (Você pode pegar **qualquer** flor.)  
(153) # You must pick **any** flower. (Você deve pegar **qualquer** flor.)
- ii) Nos contextos modais que expressam **possibilidade epistêmica**, mas não aqueles que expressam **necessidade epistêmica**.
- (154) John might be staying at **any** hotel. (João pode estar hospedado em **qualquer** hotel.)  
(155) # John must be staying at **any** hotel. (João deve estar hospedado em **qualquer** hotel.)
- iii) Nos imperativos.
- (156) Take **any** chocolate. (Pegue **qualquer** chocolate.)  
(157) # We took **any** chocolate. (Nós pegamos [passado] **qualquer** chocolate.)
- iv) Nos contextos de futuro, quando usados em um sentido genérico ou modal, mas não quando usados em um sentido episódico.
- (158) I will answer **any** question at the end of this lesson. (Eu vou responder a **qualquer** questão ao final desta aula.)  
(159) # I will answer **any** question by the end of this hour. (Eu vou responder a **qualquer** questão ao final desta hora.)
- v) Nos contextos genéricos, mas não nos episódicos.
- (160) **Any** owl hunts mice. (**Qualquer** coruja caça ratos.) (Kadmon and Landman (1993)).  
(161) # **Any** owl is hunting mice. (**Qualquer** coruja está caçando ratos.)

Contrastando estes dados com a tradução entre parênteses, podemos perceber que a tradução de (161) é aceitável em português. Porém, como a interpretação mais aceitável de (161) é algo do tipo “ultimamente, qualquer coruja está caçando ratos”, este fato retoma a leitura genérica e não a episódica. Por outro lado, pensando na descrição de um episódio como “Neste momento, qualquer coruja está caçando rato”, somos forçados a interpretar que estamos falando de um conjunto saliente discursivamente (qualquer coruja que eu vejo), fato

que é possível porque, em português, nominal *nu* pode oscilar entre a leitura de indivíduo e de espécie: isto não ocorre em inglês. Em (161), entendemos que a estranheza se deva ao fato de que esta não é uma frase no imperativo, já que é impossível formar uma sentença com um imperativo no passado em português (e em inglês).

Pires de Oliveira (2005) também afirma que *qualquer* carrega uma pressuposição existencial e que, combinado a um predicado episódico, pode ter uma leitura distributiva como a de *cada*. Reproduzimos, abaixo, o exemplo da autora:

(162) *Qualquer* aluno resolveu o problema.

A autora afirma que nem todos os falantes aceitam esta sentença mas que, quando aceitam, a interpretação é existencial e se processaria da seguinte forma:

Há um grupo de alunos, contextualmente compartilhado, e cada um deles resolveu o problema. Embora a quantificação sentencial seja existencial, a base modal parece ser contrafactual, pois o falante não pretende veicular que ele não sabe quem é o referente, mas antes que não importa qual referente do conjunto seja escolhido, a asserção será verdadeira. (PIRES DE OLIVEIRA, 2005: 264)

Em outras palavras: equivaleria a uma interpretação de “algum aluno que eu não sei dizer quem é, ou que não interessa quem seja para este caso, resolveu o problema”. Novamente utilizando o recurso de pesquisa rápida por sites de notícia, encontramos alguns usos de “qualquer” (novamente excetuando-se os casos em que ele aparece acompanhado do indefinido), arrolados a seguir:

(163) Michael Conrad: "Criatividade é o que está por trás de **qualquer** negócio lucrativo".  
(<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Empresa/noticia/2013/04/criatividade-e-o-que-esta-por-tras-de-qualquer-negocio-lucrativo.html>. Acesso em 22/04/2013.)

(164) **Qualquer** coisa feita em gravidade zero é muito mais divertida.  
(<http://colunas.revistagalileu.globo.com/buzz/2013/04/22/qualquer-coisa-feita-em-gravidade-zero-e-muito-mais-divertida/>. Acesso em 22/04/2013.)

(165) Governo tratará Eike como **qualquer** outro empresário, diz Mantega.  
(<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,governo-tratara-eike-como-qualquer-outro-empresario-diz-mantega,151276,0.htm>. Acesso em 22/04/2013.)

(166) Separatistas islâmicos do Daguestão, república russa no Norte do Cáucaso, negaram **qualquer** ligação com os irmãos Tsarnáev.  
(<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/guerrilha-do-daguestao-nega-qualquer-vinculo-com-os-irmaos-tsarnaev,cd2355342442e310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>. Acesso em 22/04/2013.)

(167) Rodgers exalta Suárez: "**Qualquer** equipe gostaria de contar com ele".  
([http://www.goal.com/br/news/3597/inglaterra/2013/04/20/3918531/rodders-exalta-su%C3%A1rez-qualquer-equipe-gostaria-de-contar-com?source=breakingnews&ICID=HP\\_BN\\_2](http://www.goal.com/br/news/3597/inglaterra/2013/04/20/3918531/rodders-exalta-su%C3%A1rez-qualquer-equipe-gostaria-de-contar-com?source=breakingnews&ICID=HP_BN_2). Acesso em 22/04/2013.)

(168) “Nesta página, procuraremos mostrar: como reduzir o movimento rígido de uma figura **qualquer** ao movimento de um conjunto FINITO de seus pontos (...)”  
(Disponível em <http://www.mat.ufrgs.br/~portosil/passa3d.html>. Acesso em 22/08/2013.)

(169) “Se você pudesse ser uma figura **qualquer** do folclore brasileiro, quem seria?”  
(Disponível em [http://forum.jogos.uol.com.br/\\_t\\_728710](http://forum.jogos.uol.com.br/_t_728710). Acesso em 22/08/2013.)

Numa rápida análise das sentenças acima, podemos perceber que a livre-escolha está presente em todos. Em (163), dentro do conjunto de negócios lucrativos, posso selecionar qualquer elemento, executar a verificação de verdade e será verdadeiro para este elemento que ele é um negócio lucrativo. O mesmo em (164), em que, dentro do conjunto de coisas que se pode fazer em gravidade zero, para qualquer elemento selecionado de dentro deste conjunto, será verdadeiro que “é divertido”. Esta análise poderia seguir pelas outras sentenças todas, sem que as condições de verificação da verdade fossem alteradas.

Em (165), um aspecto contextual salta aos olhos: é necessário que saibamos quem é Eike e porque ele poderia não ser tratado como “qualquer outro” para que a sentença seja compreendida. Neste sentido, o *qualquer um* da sentença (165) se comporta de forma contrária ao que Kadmon e Landman (1993) chamaram de “ampliador”, uma vez que esta expressão, em português, pode ter um uso de não-discriminação do elemento dentro do conjunto.<sup>66</sup> Assim, ele aponta para um elemento do conjunto e o assemelha aos demais, ainda que seja contextualmente dado que este elemento poderia diferir. Em outras palavras, se ele é membro do conjunto dos empresários, terá o tratamento dispensado a todos os elementos que compõem aquele conjunto.

*Qualquer* parece ser mais restritivo que *cada* no que diz respeito à leitura distributiva. Confrontando sentenças como (170) e (171), este aspecto fica um pouco mais claro:

(170) Formem um grupo (a) **cada** cinco.

(171) Formem um grupo **quaisquer**<sup>67</sup> cinco.

Imaginando um contexto em que esta sentença seja proferida a um grupo de 50 pessoas, a leitura que fazemos de (170) é que serão formados 10 grupos, enquanto que em (171) será formado um só, ainda que a cardinalidade dos subconjuntos seja cinco em ambos os casos. Uma hipótese de interpretação é a de que estamos diante de dois “um”: artigo indefinido em (170), numeral em (171), o que é pouco aceitável e pouco explicável, porque não há razão aparente para que, dadas estruturas tão parecidas, haja uma alternância deste tipo. Além disso, essa hipótese não explicaria o fato de que a leitura de artigo indefinido não é possível em (170).

---

<sup>66</sup> Trataremos disso na seção seguinte.

<sup>67</sup> A respeito do plural interno admitido pelo *qualquer*, Castilho (2008) afirma que é um “fato que se deve ao seu processo de formação: relativo *qual* + verbo *querer*. Em seu percurso de gramaticalização, esse item admitia, na fase arcaica da língua, a inserção de um elemento entre os constituintes, como em “os comendadores de *qual* ordem *quer* que som postos enas bailias”, sintaxe não mais admitida atualmente. A pluralização de *qual*, em *quaisquer*, decorre portanto da formação desta palavra.” (CASTILHO, 2008: 143) (Grifos originais.)

Outra hipótese diz respeito ao fato de poder ter havido um cruzamento de escopo entre a preposição *a* e o *cada* em (170), já que não parece possível dizer “formem um grupo a quaisquer cinco”, “formem um grupo por quaisquer cinco”. Por outro lado, apenas variação dialetal justificaria “formem um grupo cada cinco” e ela não alteraria o significado veiculado em (170).

Por fim, pode ser que a restrição não esteja em “um (grupo)”, mas no *cada* e no *quaisquer*. Nesta última hipótese, o *qualquer + quantidade* parece ter o poder de limitar o número de elementos escolhidos a um único subconjunto (apesar de que *qualquer* sozinho não parcela o conjunto), enquanto o *cada + quantidade* apenas reagrupa os elementos em subconjuntos menores de cardinalidade igual. É importante salientar que, em (171), *quaisquer* não está funcionando como um adjetivo: está em jogo a aleatoriedade dos elementos que servirão para formar o novo conjunto.

A respeito da ampliação do conjunto (*widening*), em que pese um domínio formado pelas proposições possíveis a partir da proposição com *qualquer*, Pires de Oliveira (2005) sustenta, ao lado de Heim (1982), que, em determinados casos, ele pode ampliar o conjunto dado – o que, para aquela autora, é um aspecto pragmático deste quantificador. Tomando novamente a sentença (164), desenvolvida como (172) abaixo, imaginemos um diálogo como o seguinte:

- (172) A - **Qualquer** coisa feita em gravidade zero é muito mais divertida.  
B - Até ir ao banheiro?  
A - **Qualquer** coisa.

Ou seja, trata-se do conjunto máximo de coisas que podem ser feitas em gravidade zero, tomadas nas proposições: coisas não-divertidas, não-convencionais ou muito triviais para serem consideradas divertidas, no contexto de gravidade zero, também configurariam como elementos do conjunto das coisas divertidas. Ou seja, é o conjunto máximo das possibilidades virtualmente projetadas.

Esse funcionamento do “qualquer” pode ser relacionado, como faz Pires de Oliveira, na expressão “todo e qualquer”: o fato de *qualquer* ser apresentado depois de *todo* parece transmitir uma ênfase em *todo*, como se quisesse dizer “todo mesmo”, “não apenas os contextualmente salientes, mas todos indiscriminadamente”. A autora salienta, ainda, o fato de que não dizemos “qualquer e toda”, apenas “toda e qualquer”. Por outro lado, uma sentença como (173) é intrigante:

- (173) Se **qualquer** pessoa vier à minha festa, eu ficarei feliz. Se **todos** vierem, eu ficarei mais feliz ainda.

Neste sentido, o *qualquer* parece limitar a escolha a alguns indivíduos (e não apenas a um, mas a um grupo pequeno). Aqui, *qualquer* parece ser quase um sinônimo de “alguma pessoa”, “alguém”, ou seja, “um indivíduo aleatoriamente escolhido dentro de um conjunto saliente de pessoas que podem vir à minha festa”.

Outro aspecto do *qualquer* é que ele parece limitar a escolha até certo ponto. Imaginemos um conjunto que contenha cinco maçãs. Eu posso dizer ao meu interlocutor “Pegue qualquer uma”, “pegue quaisquer duas” até o limite de quatro. Não posso dizer “Pegue quaisquer cinco” sob a pena de perder a carga semântica de livre-escolha do *qualquer* – o que, segundo Pires de Oliveira (2009) pode ser, inclusive, uma restrição pragmática.

### 3.2.2.2 Um N qualquer

Como vimos anteriormente com Moia (1992), a estrutura *um N qualquer* não é completamente semelhante a outras expressões que contêm *qualquer*. Novamente, trazemos as palavras do autor, para quem “no fato de ele não se destacar, de não trazer nada de especial, detectamos um sentido que se aproxima da noção de “escolha livre” subjacente ao quantificador universal e existencial *qualquer*.” (1992: 40-41)

Já para Pires de Oliveira (2004) (apud Gomes, 2004), *um N qualquer* poderia ser interpretado como um item de polaridade positiva. Segundo a autora,

A negação contida em *sintagmas-um* requer que o item de polaridade negativa *nenhum* esteja em paralelo com o que acontece em sentenças com *um N qualquer*, que requer o item de polaridade negativa *sequer um N* ou *nenhum N sequer*. A conclusão é que *um N qualquer* é um item de polaridade positiva, porque *um N* é um item de polaridade positiva; e o comportamento distinto mostrado por *sintagmas qualquer* é explicado pela presença versus a ausência de *um*. (...) *Um N qualquer* não pode estar sob o escopo da negação porque *um* é um item de polaridade negativa, mas *qualquer* pode, embora ele não seja um item de polaridade negativa.<sup>68</sup> (PIRES DE OLIVEIRA, 2004: 13, 16, apud GOMES, 2004: 372)

Na opinião de Gomes (2004), ainda,

o adjetivo, “um NQ”, pode fazer referência, coerentemente com o fato de poder ser preso pelo operador existencial, e parece resistir ao operador genérico. O exemplo abaixo [Impedem-nas de mostrar qualquer parte do corpo, inclusive o cabelo (...)] mostra que o quantificador **QN**, por não fazer

---

<sup>68</sup> The content negation of *um*-phrases requires the negative polarity item *nenhum* in close parallel to what happens with *um N qualquer* sentences the content negation of which requires the negative polarity item *sequer um N* or *nenhum N sequer*. The conclusion is that *um N qualquer* is PPI, because *um N* is a PPI; and the distinct behavior shown by *qualquer* phrases is explained by the presence versus absence of *um*.[...] *Um N qualquer* cannot be under the scope of negation because *um* is a NPI, but *qualquer* is fine, though it is not a NPI.

referência, é um indefinido (uma parte do corpo, seja qual for), mas “um QN” faz referência e sempre tem interpretação específica” (GOMES, 2004: 373)

Os exemplos que a autora contrasta serão adaptados abaixo:

- (174) a. Impedem-nas de mostrar **qualquer** parte do corpo, inclusive o cabelo.  
b. ? Impedem-nas de mostrar **uma parte qualquer** do corpo, inclusive o cabelo.  
c. Filmou o acasalamento da foca leoparda, animal, segundo Wahba, muito mais perigoso do que **qualquer** tubarão.  
d. ?\*Filmou o acasalamento da foca leoparda, animal, segundo Wahba, muito mais perigoso do que **um tubarão qualquer**.

Na análise da autora, a sentença em (174a) não especifica apenas uma parte do corpo, podendo ser usada para exprimir a ideia de partes do corpo numa coletividade (ou mesmo do corpo inteiro, na nossa interpretação) mas, em (174b), “só pode ser identificado por um nome contável singular, fazendo referência a uma só entidade atômica” (2004: 373). Ou seja, antes de pensarmos num sentido adjetival, é interessante notar como a individuação (composicional com *um*) é um traço proeminente neste tipo de expressão. O mesmo ocorre com a sentença em (174d) que, na interpretação da autora, é estranha graças à comparação feita entre grandezas diferentes: indivíduo e espécie.

A sentença (d) fica estranha porque afirma que existe um tubarão, um indivíduo, cuja identidade eu não posso ou não quero precisar melhor, e a espécie “a foca leoparda” é mais perigosa que esse indivíduo, sem embargo de existirem outros indivíduos da classe tubarão cuja periculosidade venha a ser maior que a dos indivíduos que pertencem à classe da foca leoparda. A comparação é entre grandezas diferentes: uma classe e um indivíduo. (2004: 373-374)

Podemos observar esse comportamento de individuação aliado a um sentido de ordinariedade em outras sentenças. Novamente, recorreremos a uma pesquisa rápida no Google com entradas como “um x qualquer”:

- (175) Seria **um dia qualquer** não fosse o dia em que Mariana fez reboar pelos corredores de paredes brancas do hospital o seu choro primeiro neste Planeta Água, como quis o Arantes.  
(Disponível em: <<http://www.marataizes.com.br/noticias/news.php?codnot=302063>>. Acesso em 08/04/2014.)

- (176) É óbvio que ninguém gastaria quase US\$ 400 milhões de seu próprio bolso para comprar **um produto qualquer** que, além de valer apenas US\$ 21,5 milhões, não passou sequer por uma avaliação séria.  
(Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/04/02/interna\\_politica,514828/acionistas-reclamam-da-compra-de-pasadena.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/04/02/interna_politica,514828/acionistas-reclamam-da-compra-de-pasadena.shtml)>. Acesso em 08/04/2014.)

- (177) Preciso de um nome só que não **um nome qualquer**.  
(Disponível em: <<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110329124720AAVouNj>>. Acesso em 08/04/2014.)

- (178) Lula perdeu grandeza... virou **um político qualquer**.  
(Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2006/not20061019p68343.htm>>. Acesso em 08/04/2014.)

(179) O pessoal de Porto Alegre já está se mobilizando para aproveitar a véspera de feriado do dia 30 de abril e estacionar em **uma vaga qualquer**.  
(Disponível em: <<http://blog.movimentominas.mg.gov.br/conheca-o-vaga-viva/>>. Acesso em 08/04/2014.)

A partir desses dados, nota-se que fica difícil sustentar que *um N qualquer* seja um item de polaridade positiva (ainda que não tenhamos a definição desse conceito), pois esta expressão aparece majoritariamente em contextos de negação “*não é um N qualquer*”. Este fato nos leva a entender o ponto de vista de Moia (1992), para quem esta expressão tem um sentido “pejorativo”. Porém, a análise que, entendemos, sustenta melhor os dados é a de Gomes, que entende a particularização que esta expressão faz dos elementos de um conjunto.

Dessa forma, entendemos que, dentro de um conjunto, o elemento *um n qualquer* está quantificado e apontado por meio de uma livre-escolha, e é justamente pelo fato de ter sido escolhido aleatoriamente que esta expressão carrega uma carga de significado de “ordinário, não especial”: “um dia qualquer” seria um dia sem nada de diferente, “um político qualquer” é um político comum, “uma vaga qualquer” é uma vaga aleatoriamente escolhida na rua.

Novamente, isto reforça a nossa hipótese de que o *qualquer* não precisa agir como quantificador existencial, uma vez que não necessariamente ele precisa pinçar um elemento específico para ser quantificado: ele dá a possibilidade de pinçamento mas, como o lugar não está preenchido, este pinçamento pode ser feito aleatoriamente. Porém, o traço de significado que faz com que o *um n qualquer* carregue um sentido pejorativo talvez possa ser melhor explicado no item a seguir.

### 3.3 Aspectos pragmáticos

O *qualquer*, porém, possui outros aspectos interessantes em sua significação. Um deles também é apontado por Pires de Oliveira (2009) e diz respeito a um traço de negação metalinguística. Um exemplo está na sentença abaixo:

(180) Você não quer **qualquer** chocolate/você não quer um chocolate **qualquer**, você quer um Lindt.

A negação parece ter escopo justamente sobre a aleatoriedade da escolha: não se trata de pegar qualquer elemento do conjunto dos chocolates, mas apenas um específico. É o mesmo caso do exemplo (138), que reescrevemos como (181) abaixo:

(181) Chega de maconha vagabunda, eu não sou como **qualquer** coisa, não saio com **qualquer** mulher e não quero mais fumar **qualquer** maconha.

Novamente, o que está sendo negado não é que o interlocutor saia com mulheres ou que fume maconha (como seria o caso se o *qualquer* em questão tivesse interpretação negativa, como vimos anteriormente), mas a aleatoriedade da escolha: ele não quer *qualquer uma*, quer



um tipo específico. Nesse sentido, o efeito pragmático é a de que ele escolhe melhores mulheres e melhor maconha, e não aleatoriamente qualquer uma: é exatamente o contrário do comportamento ampliador descrito por Kadmon e Landman (1993), uma vez que ele está sendo negado. Ou seja, é um julgamento de valor que o enunciador profere a respeito das escolhas possíveis, conforme Pires de Oliveira (2005) salienta. Neste caso, o falante se posiciona a respeito das alternativas de alguma forma, que podem ou não ser contextualmente salientes para fazer sentido e/ou podem estar dadas justamente pelo contexto.

Tomemos outros exemplos:

- (182) Eu não como em **qualquer** lugar.
- (183) **Qualquer** pessoa sabe disto.
- (184) **Qualquer** matemático se bate para resolver este problema.

As implicaturas aqui são de duas ordens diferentes: no primeiro caso, trata-se de uma seleção sobre alternativas possíveis: não é em qualquer elemento do conjunto dos “lugares em que se servem comida” que eu como, apenas nos muito bons, ou nos muito limpos, ou nos muito recomendados (esta informação será apenas contextualmente recuperável). O julgamento de valor está “embutido” na negação da livre-escolha.

Em (183), a implicatura é de que a coisa em questão é tão simples, ou tão amplamente conhecida, que qualquer elemento do conjunto das pessoas conhece aquela informação – a implicatura, portanto, é a de que se o interlocutor não sabe, está sendo jogado para as bordas do conjunto (e saindo da condição de “pessoa prototípica”) ou mesmo sendo excluído do conjunto das pessoas.

Em (184), assim como em (183), tem-se uma interpretação é escalar: por se tratar do conjunto máximo de matemáticos em questão que se bate para resolver o problema, não importa se pegamos um muito bom ou um muito ruim: ambos terão dificuldade para resolver o problema; portanto, infere-se que o problema é mesmo muito difícil de ser resolvido. Em ambos os casos, segundo Gomes, o comportamento escalar está presente por ser protocolar nas sentenças em que *qualquer* ocupa a posição de sujeito de sentenças genéricas: em (183), se até o menos qualificado sabe, os mais qualificados também sabem, em (184), os matemáticos são a ponta mais alta da escala pragmática de preparo; então, se até eles não encontram a solução do problema, é porque o problema é difícil para todo mundo, inclusive para os menos bem preparados.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Agradeço à professora Ana Paula Quadros Gomes por estas observações, feitas na qualificação deste trabalho.

A questão aqui é que implicaturas são geradas tanto pelo uso do *qualquer adjetivo* quanto pelo uso do *qualquer livre-escolha*. Num certo sentido, eles são pragmaticamente o mesmo: quando se nega a aleatoriedade da escolha, dispara-se uma implicatura necessária sobre a sentença.

Outro aspecto pragmático que pode ser considerado já foi apontado no item 3.1 e diz respeito à força proposicional carregada por um sintagma iniciado por *qualquer*. Segundo Krifka (*apud* Levy, 2008), um sintagma modificado por este operador teria menos força proposicional do que outros dentro de um conjunto de possibilidades: “todos os homens” seria mais forte que “todo homem”, que seria mais forte que “qualquer homem”. Como Krifka considerava apenas os contextos de polaridade negativa (e no inglês), cremos que a argumentação de Oliveira acima é mais adequada ao português brasileiro. Porém, se voltarmos a Grice (1975), encontraremos, nestes sintagmas, coisas interessantes a serem observadas.

Conforme salienta Moia (1992),

Um outro "nível" (pragmático) de avaliação tem que ver com o envolvimento dos intervenientes no ato de fala e com o fato de o enunciador sugerir (a um possível enunciatário) uma estratégia de comprovação da veracidade das suas afirmações: é esta avaliação – pessoal, na medida em que é realizada por um determinado indivíduo – a que resulta de um processo de escolha aleatória indivíduo a indivíduo que poderá ser seguido (parcialmente ou até à exaustão do conjunto relevante) ou não. Em suma – e foi isso que pretendi significar anteriormente quando referi a propriedade do quantificador *qualquer* de estar associado a um processo (de verificação do valor de verdade de frases) "não completo" –, a avaliação em causa é apresentada (a um possível enunciatário) como um processo não completo, mas que terá necessariamente de ser completado (por escolha aleatória individual, como se sugere) se se quiser averiguar de fato a veracidade das afirmações. Fazer ou não essa verificação é, em suma, o que é deixado em aberto, e é nessa medida que a verificação é tida como eventual. (MOIA 1992: 12-13)

Neste sentido, parece que a intuição de Krifka a respeito da força proposicional de um sintagma introduzido por *qualquer* ser maior, não se mostra a melhor alternativa para o tratamento dos dados do português. Ao enunciar algo como (185) abaixo, estamos reiterando que o valor de verdade é o mesmo para cada membro do conjunto.

(185) **Qualquer** equipe gostaria de contar com ele.

Novamente, considerando que a verificação será executada, a reiteração suposta pela verificação individual, membro a membro, parece dar mais força à afirmação. Imaginemos um experimento no qual temos diante de nós todas as equipes esportivas e pudéssemos perguntar uma a uma qual delas gostaria de contar com o atleta em questão: aparentemente, segundo esta afirmação, todas.

Por outro lado, em sentenças nas quais a verificação não é possível (ou plausível), o *qualquer* parece pragmaticamente bloqueado. Os exemplos abaixo (retirados de Moia, 1992) nos mostram isso:

(186) ?**Qualquer** ser humano vive na Terra.

(187) ?**Qualquer** ser humano é mamífero.

Não é plausível verificar humano por humano para descobrir se todos vivem na Terra ou se são todos mamíferos. A questão é que não há maior poder informativo (ou argumentativo) em enunciar uma sentença com *qualquer* quando a plausibilidade da verificação está comprometida. Conforme Moia (1992),

Penso que o fator relevante que explica este comportamento é mais uma vez de natureza pragmática (e não sintática ou semântica). Creio que o uso de *qualquer* (bem como de *any*) é rejeitado normalmente em generalizações que sejam tidas como lugares-comuns, isto é, como expressão de uma verdade inquestionada, do conhecimento de toda a comunidade (e, conseqüentemente, dos próprios intervenientes no ato de fala), o que não deixa lugar para uma verificação com as características acima mencionadas. A verificação é, nestes casos, automática, um processo completo, acabado, o que contraria a natureza do próprio quantificador. (1992: 14)

Além disso, há um aspecto relativamente simples do *qualquer*, que argumenta novamente no sentido de ele ser um operador de indefinitude (no sentido que contempla a aleatoriedade) e não um quantificador como *todo* e *cada*. Ele diz respeito a sentenças como (188), num contexto em que o interlocutor não tenha certeza absoluta da resposta que está dando e, com isso, consegue preservar a máxima de quantidade (Grice, 1975):

(188) Paula está em um país **qualquer** da Ásia.

Neste sentido, não cabe falarmos de livre escolha, uma vez que o procedimento de verificação que temos argumentado até aqui não serve para este tipo de situação: a sentença não será verdadeira para escolhas aleatórias de países da Ásia, mas apenas para um. Além disso, não temos a interpretação adjetiva que apresentamos anteriormente, o que torna o cruzamento de escopo uma explicação inviável. “Paula está no Camboja” pode ser verdadeiro ou falso e isso não condiz com as condições de verdade do *qualquer*. Além disso, não se trata do *qualquer* adjetivo, pragmaticamente entendido como avaliação pejorativa engatilhado na negação, como vimos no começo deste item, porque não há avaliação envolvida. Um *qualquer* como o presente em (188) é apenas um item de indefinitude a serviço da preservação da máxima de quantidade.

#### 4. Cada

Parece unânime o tratamento de *cada* como um quantificador que percorre um conjunto elemento por elemento, por meio de uma leitura distributiva ponto a ponto (e não totalizadora, como o *todo*), fazendo subconjuntos cardinalmente iguais. Como já dissemos anteriormente, a verificação de uma sentença com *cada*, assim como acontece com sentenças com o *qualquer*, é a mesma para sentenças com *todo*: é por meio de uma varredura caso a caso que se verifica a veracidade da totalidade. Mas, neste caso, porque *cada* seria diferente de *todo*? E quais seriam as razões pelas quais eles não são intercambiáveis em todos os contextos? Guimarães (1995) aponta este problema:

Poder-se-ia obstar que a mesma verificação também poderia ser construída com TODO e CADA, além de QUALQUER, como se observa de (8) a (10). De fato, isso é verdade. Porém com QUALQUER, a operação de verificação é essencial e está sempre presente. Com CADA e TODO a verificação aparece apenas em alguns contextos sintáticos específicos:

- (8) a. Qualquer teoria que se baseia nessa hipótese é falsa.  
b. Qualquer teoria que se baseie nessa hipótese será falsa.
- (9) a. Toda teoria que se baseia nessa hipótese é falsa.  
b. Toda teoria que se baseie nessa hipótese será falsa.
- (10) a. Cada teoria que se baseia nessa hipótese é falsa.  
b. ? Cada teoria que se baseie nessa hipótese será falsa. (GUIMARÃES, 1995: 61) [Numeração original.]

Como vemos, *cada* não parece ter a leitura da livre-escolha mas, pelo contrário, parece comportar um traço de exaustividade, de trazer um caráter obrigatório de “varredura” de opções, exaurindo o conjunto membro a membro. É como se ele fosse uma contraparte do *qualquer*, mas que, ao invés de selecionar poucos elementos, exaustivamente verificasse todos, um a um.

Outras especificidades do *cada* dizem respeito ao seu comportamento sintático e semântico.

Em Leal (2006a), argumenta-se a favor da natureza marcadamente distributiva de *cada*, partindo-se de testes sugeridos em Beghelli e Stowell (1997). Assim, *cada*, tal como *each*, e ao contrário de *every*:

- (i) permite a construção de flutuação do quantificador (a. Cada menino atirou um pau ao gato b. Os meninos atiraram um pau cada ao gato);
- (ii) não licencia leituras coletivas (a. Foram precisos todos os homens para levantar o piano. b. \*Foi preciso cada homem para levantar o piano);
- (iii) não co-ocorre com “quase” (almost), na interpretação relevante (a. Um rapaz comeu quase todas as maçãs. b. \*/# Um rapaz comeu quase cada maçã (agramatical, na interpretação relevante));

(iv) não co-ocorre com itens de polaridade negativa (a. Nem todos os rapazes comeram um gelado. b. \*Nem cada rapaz comeu um gelado.) (LEAL 2009: 126)

Ou seja, já temos, de saída, diferenças substanciais entre o funcionamento de *cada* e de seus dois equivalentes em inglês; tanto que o que diferencia *each* de *every* é justamente o traço da relação de distributividade entre dois conjuntos e a atômização de elementos dentro deste conjunto. Pretendemos esclarecer estes pontos nos itens a seguir.

#### 4.1 Caracterização sintática

Ana Paula Quadros Gomes, em sua dissertação, propõe também uma abordagem sintática dos sintagmas quantificados pelo *cada*. Essa categorização está apoiada nos trabalhos de Negrão (1997, 1999 e 2002) e leva em conta características semânticas, que são o alvo do trabalho desta última autora. Desta forma, cabe incorporar algumas das considerações de Gomes (2004) por entendermos que uma boa descrição sintática pode ajudar na compreensão de alguns traços do comportamento semântico.

Neste sentido, Negrão (1999) e Gomes (2000) (apud Gomes 2004) afirmam que “**cada + NOME** (...) não pode ser sujeito de sentenças habituais e que um sintagma introduzido por **todo** não pode ser sujeito de sentenças com um único evento pontual concluído, sem partes mínimas.” (GOMES, 2004: 257). Ou seja, *cada* seria um quantificador complementar a *todo*, no sentido em que *cada* possui uma leitura especificadora que não é alcançada por *todo*. Os exemplos da autora são os seguintes:

- (189) a. \***Cada** homem é mortal.  
b. **Todo** homem é mortal.  
c. \*Criança brinca (a) **cada** dia.  
d. Criança brinca **todo** dia/ **todos os** dias.

A autora contrasta, porém, estas sentenças (genericamente quantificadas e imperfectivas) com sentenças em que os eventos são acabados.

- (190) a. \***Cada** visitante chegou.  
b. \***Todo** visitante chegou.  
c. Um após o outro, **cada** visitante chegou.  
d. \*Um após o outro, **todo** visitante chegou.

Para a autora, a estranheza gerada pelo *cada* em eventos pontuais pode ser explicada através da “distributividade.” Choe (1987) e Beghelli (1995) (apud Gomes, 2004) consideram que a distributividade é uma relação que requer, por um lado, um *distribuidor* e, por outro, algo a ser *distribuído*. O *distribuidor* operaria uma relação de “pareamento” entre elementos de um conjunto e de outro, que seria o *distribuído*. Mas, além disso,

O papel de distribuído pode ser desempenhado tanto por tanto por um outro sintagma quantificado, normalmente um sintagma contendo um indefinido ou um elemento denotador de cardinalidade, quanto pelo argumento evento associado ao predicado, quantificado existencialmente. Seguindo a tradição iniciada por Davidson (1980), os autores assumem que todos os Sintagmas Verbais (VPs) contêm uma posição *theta* preenchida pelo argumento evento do predicado. (GOMES, 2004: 258)

Neste sentido, é impossível imaginar uma relação binária estabelecida entre “cada visitante” e “chegou”, porque não se pode distribuir “cada visitante” em uma predicação como “chegou”. Por outro lado, numa sentença como “Cada visitante chegou em um carro”, o predicado “chegou em um carro” pode ser atomizado e distribuído para cada elemento do conjunto de “visitantes”, particularizado pelo *cada*. Esta explicação se aplica, também, à estranheza contida em “cada homem é mortal”: não se atomiza a propriedade de ser mortal de forma que possa ser distribuída individualmente a cada elemento do conjunto de “homens”; é como se, a partir de “todo homem é mortal” eu pudesse deduzir uma conclusão, mas “cada homem é mortal” me desse uma conclusão indutiva.

Gomes (2004) afirma, ainda, apoiada em Negrão (1999), que há uma assimetria nas sentenças do PB no que diz respeito à aceitabilidade de sentenças que contenham *todo* e *cada* em posição de sujeito e objeto. Na posição de objeto, há restrições muito maiores quanto à aceitabilidade. Os exemplos da autora são os que seguem:

- (191) a. **Cada** aluno leu alguns textos.  
b. **Cada** homem ama uma mulher.  
c. \*Alguns alunos leram **cada** texto.  
d. \*Uma mulher ama **cada** homem.
- (192) a. Todo aluno leu alguns textos.  
b. Todo homem ama uma mulher.  
c. \*Alguns alunos leram todo texto.  
d. \*Uma mulher ama todo homem.

Na nossa intuição, isso se dá porque *cada* não fecha o conjunto referencial, de forma que faz sentido que se predique algo sobre o conjunto restrito por *cada*, mas não que se predique algo restrito com *cada* sobre um outro conjunto. Gomes (2004) observa duas situações nas quais esta assimetria é quebrada: a primeira delas é quando o argumento interno é introduzido por uma forma partitiva de *cada*, como “cada um de x”.

- (193) Alguns alunos leram **cada um dos** textos.

A segunda situação seria quando algum modificador é acrescentado ao elemento quantificado pelo *cada*, como nos exemplos abaixo (GOMES, 2004: 259):

- (194) a.\*?Alguns alunos leram **cada** texto de linguística.

b. Alguns alunos leram **cada** texto escrito por Chomsky.

A ideia aqui é a de que uma restrição maior ao sintagma quantificado traria um traço de eventividade, compatível com a distribuição necessariamente executada pelo *cada*: “cada texto escrito por Chomsky” forma um subconjunto contável, com cardinalidade definida e, portanto, distribuível.

Outra situação possível seria a de sentenças como as abaixo:

(195) Alguns alunos leram **cada** texto duas vezes.

(196) Uma mulher ama **cada** homem por vez.

(197) Ao contrário dos animais, Deus ama **cada** homem por si mesmo.

([http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2010/february/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20100214\\_caritas\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2010/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20100214_caritas_po.html). Acesso em 03/01/2014.)

A interpretação aqui não é a de que o sintagma quantificado esteja sendo modificado por um traço de eventividade, mas que a própria ação é atomizada e distribuída; ou seja, não é o ato de “ler texto”, mas “ler texto duas vezes”; não “amar homem”, mas “amar homem por vez”: assim, a própria *aktionsart* tem uma leitura atomicizante introduzida pelo *cada*, compatível com a distributividade. Pode ser o caso de entendermos um traço de eventividade atuando nestes exemplos, uma vez que o modificador transforma uma atividade pontual em iterativa.

Isto está de acordo com outra constatação de Negrão (1999) trazida à tona por Gomes (2004): a necessidade de que *cada* quantifique eventos com ideia de sequência. “*Cada* exige que o predicado, núcleo da sentença da qual é um dos constituintes, não só contenha um argumento *evento*, mas também que a esse argumento seja associada à interpretação de uma sequência temporal de subeventos que não se sobrepõem.” (2004: 260) Neste sentido, é o argumento eventivo do predicado que pode ser interpretado como atomicizado, iterativamente. Gomes (2004) traz os seguintes exemplos, também retirados de Negrão (1999):

(198) a. \***Cada** homem é inteligente.

b. \***Cada** funcionária está grávida.

(199) a. \***Cada** homem é inteligente num período do ano.

b. **Cada** funcionária está grávida num período do ano.

Aqui vemos que a possibilidade de interpretação distributiva de (198b) é perfeitamente compatível com a quantificação desempenhada pelo *cada*: “cada funcionária está grávida num período do ano” distribui, ao longo de uma linha do tempo contínua (não apenas neste ano, mas há a interpretação de que isto tem se repetido há vários anos), o predicado “estar grávida num período” para cada membro do conjunto de “funcionárias” – podendo, inclusive, que a mesma funcionária fique grávida novamente em outro período de tempo. Por outro lado, em (199a),

não é possível interpretar “ser inteligente” como um evento (é um estado) e, assim, o bloqueio se dá justamente na tentativa de interpretação temporal: não é possível ser/estar inteligente apenas por um período de tempo. Para Gomes (2004), no entanto, outra explicação é possível:

Os dados (...) mostram que tanto sentenças em que *cada* DQP é o sujeito de um predicado *individual level*, quanto sentenças em que ele é sujeito de um predicado *stage level* são estranhas. No entanto, se o conteúdo do argumento para localizações espaço-temporais aparecer modificado de maneira explícita, imediatamente o contraste se torna aparente. (2004: 260)

Para a autora, sentenças como (200b) e (200c) abaixo são perfeitas porque possuem modificadores que tornam a interpretação do evento distribuível sobre os elementos do conjunto, enquanto em (200a), não.

- (200) a. \***Cada** convidado chegou.  
b. **Cada** convidado chegou num carro.  
c. Pouco a pouco, **cada** convidado chegou.

Em (200a) temos uma sentença estranha; mas em (200b) e (200c) temos modificações espacial e temporal, respectivamente, que permitem uma interpretação de que os eventos realizados pelos membros do conjunto não foram simultâneos, ou seja, cada membro desempenhou a ação em um espaço ou em um momento diferente. Fato semelhante ocorreria com, por exemplo, “cada um dos convidados já chegou”, em que o tempo do verbo localiza o evento num ponto temporal do passado onde se ancora a interpretação distributiva.

Um problema sintático do *cada* diz respeito a algo que já comentamos no capítulo 1: a composicionalidade ao lado de preposições, principalmente *em* e *a*. Reapresentamos abaixo os dados rapidamente discutidos anteriormente em (07) e (08) e introduzimos novos dados em (203):

- (201) a. \*Ele vem **cada** dia 2.  
b. ? Ele vem **a cada** dia 2.  
c. ? Ele vem **em cada** dia 2.
- (202) a. Ele vem **cada** três dias.  
b. Ele vem **a cada** três dias.  
c. \*Ele vem **em cada** três dias.
- (203) a. \*Ele vem **cada** amanhecer.  
b. Ele vem **a cada** amanhecer.  
c. Ele vem **em cada** amanhecer.

É interessante notar como a composicionalidade com as preposições, nos casos de (201)-(203) acima, modificam a *aktionsart*. O que temos em (201) é uma leitura distributiva, porém entre elementos desiguais: *cada dia 2* são dias diferentes em meses diferentes, o que parece vetar que eles sejam agrupados ou rearranjados dentro do conjunto. Já em (202), o que



temos é um conjunto de dias não específicos, porém ordenados e agrupados em pequenos subconjuntos. Em (203), por fim, temos a iteratividade garantida: todos os dias, regularmente, distribuídos num período de tempo previamente delimitado, o evento acontece. Isto parece relacionado à combinação do *cada* com *a*, que, segundo Gomes, funciona como um item de proporcionalidade. Expressões como “dia a dia”, “passo a passo”, “pouco a pouco” passam a interpretação de intervalos regulares. Ao lado do *cada*, a interpretação de distribuição em intervalos regulares é acentuada.

#### 4.2 Caracterização semântica

Algumas das coisas tratadas no item anterior já dizem respeito a algumas propriedades semânticas do *cada*; porém, há ainda aspectos da fronteira entre esses dois níveis de análise linguísticos que se pode observar.

Segundo a autora, “**cada nome** é um sintagma quantificado que denota pluralidades atômicas; tem potencial de referência e pressuposição de existência. Logo, **cada nome** é um sintagma quantificado e ancorado, que pode ocupar posições argumentais.” (2004: 268). A pressuposição de existência é um fator interessante a ser salientado uma vez que, como vimos, *qualquer* não necessariamente pressupõe existência e este é mais um fator pelo qual o seu significado poderia ser considerado complementar ao do *cada*.<sup>70</sup> Por outro lado, não estamos inteiramente de acordo quanto à pressuposição de existência de *cada*, principalmente por conta de exemplos como os abaixo.

(204) **Cada** candidato deverá trazer o cartão de identificação.

(205) **Cada** professor aprovado será contratado até o final do mês.

(206) **Cada** cigarro fumado é uma hora de vida a menos.

O que estes exemplos mostram é que a pressuposição de existência do *cada* não é necessariamente extensional e pode ser intensional, da mesma maneira que o *qualquer*. Se estivermos certos, a pressuposição de existência não seria um fator de diferenciação entre estes dois operadores, mas um fator de aproximação do seu comportamento.

Além disso, Gomes (2004) afirma que *cada* seleciona apenas nomes contáveis, e não nomes incontáveis, além de não selecionar nomes plurais. Para a autora, existiria uma estranheza em sintagmas como “cada luz”, “cada azeite”, “cada ar”, “cada mel”, “cada saliva” etc (2004: 261). Esta estranheza deve-se ao fato de que é impossível atomizar estes itens lexicais, a não ser em unidades funcionais usadas cotidianamente (como veremos a seguir). Assim, para a autora,

---

<sup>70</sup> A respeito da possibilidade de denotação de pluralidades atômicas, falaremos mais adiante.

Adotando para o PB, então, a existência dessa subdivisão na classe dos incontáveis, poderemos explicar a impossibilidade de combinar **cada** a nomes como “ar” pela ausência de um critério de contabilidade que defina uma unidade a ser contada na denotação desse incontável. Essa classe de incontáveis não exhibe a propriedade da referência atômica. As partes mínimas na denotação de nomes como “ar” não produzirão jamais objetos equivalentes, mas apenas porções, sem um padrão que garanta a equivalência entre elas. Só o acréscimo de uma expressão de medida ou um classificador produz um recorte padronizado, que possa servir de molde para a contabilidade. (GOMES, 2004: 263)

Ainda segundo a autora,

Os nomes com propriedade atômica são todos perfeitos na restrição de **cada**: “cada rua”, “cada menina”, “cada caneta”, “cada cachorro” etc. Os outros nomes comuns, os que não vêm do léxico com a propriedade atômica, mas que são encontrados na restrição de **cada**, são nomes de uso tão corriqueiro que há padrões no conhecimento de mundo para medi-los, como aqueles nomes comuns que nomeiam bebidas de consumo frequente: “cada café”, “cada cerveja”. Esses nomes são bons na restrição de **cada** porque há uma expressão de medida ou um classificador “coberto”, isto é, não expresso, ou silencioso, mas compartilhado pelos falantes, o que é suficiente para licenciar esses nomes na restrição de **cada**. (2004: 264, grifos originais.)

Os exemplos trazidos por Gomes (2004) são:

- (207) a Prepare-se para pagar um euro por **cada** cafezinho ingerido.  
b. Na promoção, para **cada** cerveja comprada, o cliente recebia um lápis e uma cartela de bingo.  
c. Como a água na China é consumida na forma de chá, **cada** água consumida é fervida.

Sendo assim, o que Gomes (2004) afirma é que, em nomes não contáveis cujo uso permite que sejam interpretados como unidades contáveis (“xícara de café”, “garrafa de cerveja”, “porção de água”), a particularização e distribuição efetuadas pelo *cada* se mantêm por uma questão de uso destes itens lexicais, por meio de um processo de atomização. Por outro lado, o argumento da autora de que isto funcione com “água” e “cerveja” não recobre toda a questão, uma vez que (202c) soa estranha e, principalmente, pelo fato de que não é verdade que a interpretação seja feita porque as medidas daquelas bebidas são conhecidas. Em (206a) e (208b), abaixo, podemos ver isto melhor:

- (208) a. Eu me arrependo de **cada** *Jägermeister* que eu bebi ontem.  
b. **Cada** *Jägermeister* que eu bebi ontem virou uma *drunk message* na madrugada.

Não é necessário saber em que unidade *Jägermeister* é vendido, nem mesmo se as doses que o enunciador tomou foram copos ou garrafas ou gotas medidas a conta-gotas. A relação entre os dois conjuntos do domínio está mantida e a interpretação das duas sentenças é completamente possível mesmo sem uma ancoragem precisa de quantidade.

Em outra direção, temos as sentenças abaixo:

(209) As diferentes variedades de azeitona conferem a **cada azeite** uma personalidade própria.

(<http://www.borgesalimentos.com.br/public/files/apostila.pdf>. Acesso em 03/01/2014.)

(210) O programa de produção de receitas vem com **cada lúpulo** já cadastrado, de uma maneira geral, e com um padrão de alfa-ácidos.

(<http://www.hominilupulo.com.br/cervejas-caseiras/perda-de-alfa-acido-no-lupulo/>. Acesso em 03/01/2014.)

(211) Você sabe a função de **cada luz** no painel do seu carro?

(<https://www.consorciodautomoveis.com.br/noticias/voce-sabe-a-funcao-de-cada-luz-no-painel-do-seu-carro>. Acesso em 03/01/2014.)

(212) O sabor e o aroma de **cada mel**, assim como suas propriedades terapêuticas, variam de acordo com o tipo de flor que as abelhas visitam, disponível com a floração de cada época do ano.

(<http://www.apiariopinhazinho.com.br/manual.html>. Acesso em 03/01/2014.)

O que se nota é que o *cada*, ainda que contextualmente, restringe o nome não contável a uma unidade ou a uma porção subespecificada: “cada azeite” e “cada mel” são claramente “cada tipo de azeite” e “cada tipo de mel”, “cada lúpulo” é “cada porção de lúpulo contextualmente saliente”, “cada luz” é “cada indicador luminoso do painel do carro” e assim, sucessivamente. Neste sentido, o processo de atomização seria desencadeado pelo *cada* e não pelo fato de o nome quantificado não ser contável (ainda que isso possa precisar da ajuda de outros subespecificadores, como no caso de “cada luz **no painel do seu carro**”). Gomes (2004) afirma que “os predicados em que *cada* está são necessariamente contáveis plurais (pluralidades atômicas), pois **CN** (cada + nome) é uma pluralidade atômica e um quantificador que seleciona a categoria nome (com todas as operações realizadas em sua denotação).” (2004: 257), porém, na nossa interpretação, é o próprio *cada* que opera a atomização dos nomes que quantifica.

Outra intuição de Gomes (2004) que pode ser questionada é o fato de que “cada + nome” pode se referir a “a um grupo com dois ou mais átomos.” (2004: 267). Segundo nossa interpretação, o *cada* pode tomar conjuntos com mais de um indivíduo e tornar estes conjuntos como seus “átomos”, mas não poderá, de forma nenhuma, selecionar dois destes átomos para distribuir em outro conjunto. A autora apresenta a seguinte formalização (Gomes, 2004: 269-270), baseada em Link:

i. A denotação de um nome comum “aluno”, num mundo que contém três alunos:

$$\begin{array}{ccccc} & & \{a,b,c\} & & \\ & & \{a,b,c\} & & \\ [[\text{aluno}]] & = & \{a,b\} & \{a,c\} & \{b,c\} \\ & & a & b & c \end{array}$$

ii. A aplicação da operação de singular que, segundo Muller (2000) e Gomes (2004), é a mesma efetuada pelo *cada*:

SG (aluno)

$$= \lambda P \lambda x [P(x) \wedge At(x)] (\text{aluno})$$

$$= \lambda x [\text{aluno}(x) \wedge At(x)]$$

$$[[\text{SG}(\text{aluno})]] = \begin{array}{ccc} A & b & c \end{array}$$

O resultado da operação é, portanto, que *cada* vai selecionar um elemento contável do subconjunto singular denotado pelo nome comum. Segundo Gomes (2004), “a operação singular expurga da denotação todas as moléculas. A denotação resultante não é mais cumulativa: não há mais a inclusão de uma parte em outra; a denotação produzida por **SG** é discreta, sem estrutura interna, quanticizada.” (2004: 269).

Porém, a autora apresenta a seguinte representação da extensão de “cada aluno”, no mesmo mundo com três alunos:

iii. As extensões de “cada aluno”, em um mundo com três alunos:

[[cada (aluno)]] =	a	B	c
ou			
[[cada (aluno)]] =	a	B	
ou			
[[cada (aluno)]] =	a	C	
ou			
[[cada (aluno)]] =	b	C	

A autora afirma que

a extensão de **cada nome** pode apresentar qualquer cardinalidade plural, desde dois átomos. Num mundo com apenas três átomos, além de poder se referir aos três juntos, pegando-os um-a-um, “cada aluno” pode se referir a qualquer das combinações de dois alunos possível. **Cada nome** sempre se refere a um grupo específico, sem nunca permitir que o predicado se aplique à coletividade (ao conjunto fechado): o predicado precisa aplicar-se sempre aos átomos, individualmente. (2004: 270)

A partir disso, pode-se dizer que *cada* poderia selecionar um subconjunto contendo dois átomos, mas nunca a totalidade do conjunto (os três indivíduos, neste caso). “**Cada nome** funciona como uma descrição definida plural, no sentido de poder fazer referência a qualquer conjunto atômico plural; mas, diferentemente da descrição definida, exige que o predicado se distribua pelos átomos (**AT**)” (2004: 270). Ou seja, *cada* pode selecionar o conjunto inteiro, porém molécula a molécula, mas não importa a cardinalidade dos subconjuntos (dos objetos que estão sendo “pegados”) (como vimos no capítulo 1, podemos dizer “peguei cada maçã” mesmo que eu tenha pegado as maçãs duas a duas, três a três).

Os exemplos a seguir ilustram este ponto:

- (213)
- a. **João e Pedro** compraram um carro.
  - b. **Cada** menino comprou um carro.
  - c. **Os meninos** compraram um carro.

O predicado “comprar” não tem uma leitura necessariamente distributiva, mas pode ter, e essa ambiguidade parece residir na composição de “cada um”. Em (213a), é possível uma leitura na qual João e Pedro tenham comprado um carro cada um, embora ela não seja a preferencial (a preferencial parece ser a coletiva); mas em (213c), não. Em (213b), a distributividade está assegurada pelo ‘cada’, que reforça essa possibilidade interpretativa.

Gomes (2004) propõe testes para verificar a atomicidade exigida (ou seria disparada?) pelo *cada*. Um deles diz respeito à comparação. Com *cada*, podemos comparar indivíduos (portanto, átomos) e espécies.

- (214) a. Nesta loja, **cada** prato é mais bonito do que o outro.  
b. ?**Cada** cachorro é mais feroz que um gato.  
c. **Cada** leão é mais feroz que o outro.

Se é possível estabelecer uma comparação em (214a), é porque o *cada* consegue atomizar o conjunto dos “pratos” para que a predicação seja feita num nível individual. O prato x é mais bonito do que o prato y, que é mais bonito que o prato z. Já em (214b), na predicação feita sobre a espécie, a sentença é estranha, talvez porque não fique clara a comparação entre espécies e um indivíduo. Em (214c), a única leitura possível é a individual, não a de espécie: algo como “neste conjunto de leões, um membro do conjunto é mais feroz que o outro”, sucessivamente, numa escala.

Um segundo teste apontado por Gomes (2004) diz respeito à capacidade de estabelecer relações internas que o sintagma deve apresentar. Neste sentido,

Para haver comparação interna, é preciso que a restrição contenha dois ou mais indivíduos equivalentes, que possam ser contrastados entre si. É necessário discriminar as unidades atômicas, para poder contrastá-las: se não houver como separar um átomo do outro, não será possível estabelecer uma comparação interna. (2004: 271)

Ou seja, se estivermos comparando átomos dentro das restrições impostas pelo quantificador, o *cada* consegue relacionar os elementos do subconjunto formado, enquanto que *todo* não. Vejamos os seguintes exemplos (retirados de Gomes, 2004: 271).

- (215) Os irmãos Pedro, Rubens e Mateus são muito inteligentes.  
a. Naquela casa, **cada** menino é mais inteligente que o outro.  
b. ?\*Naquela casa, **todo** menino é mais inteligente que o outro.

Na análise da autora, o *cada* é capaz de estabelecer uma predicação individual para cada elemento do conjunto, razão pela qual os elementos podem ser comparados numa escala. Já o *todo*, por selecionar integralmente (e sobre somas – iguais ou desiguais – que formam um inteiro, como vimos), predica sobre uma “massa indecomponível” e, mesmo que a massa não

fosse indecomponível, porém representasse uma totalidade (como em “**os** meninos são mais inteligentes que o(s) outro(s)”), essa sentença seria vetada.

O problema maior de sentenças como essas (que discutiremos adiante) é o fato de que elas parecem estabelecer um paradoxo semelhante àqueles das ilusões criadas por Escher nas suas pinturas: se cada um é mais inteligente do que o outro, quem é o menos inteligente? Esta situação é diferente de uma predicação como a abaixo:

- (216) Os irmãos Pedro, Rubens e Mateus são muito inteligentes.  
a. Naquela casa, **um** menino é mais inteligente que **o outro**.

Em (216), podemos ter a leitura distributiva semelhante à permitida pelo *cada*, porém a sentença mantém-se verdadeira se substituirmos “um” por “Pedro” e “o outro” por “Rubens.” Assim, “Pedro é mais inteligente do que Rubens” satisfaz todas as condições de verdade da sentença (216), o que não é verdadeiro para (215), uma vez que “Pedro é mais inteligente que Rubens” não parece ser compatível com a leitura distributiva requerida por *cada*. (Esta questão será investigada no item 3.3.)

#### 4.2.1 Cada particionador de conjuntos

Antes de partirmos para aspectos pragmáticos do *cada*, existe outro aspecto relacionado à predicação distributiva deste quantificador. Em português, ele parece ser usado com muita frequência como um particionador de conjuntos, uma espécie de formador de subconjuntos relevantes para o enunciado. Podemos encontrar exemplos disso nas sentenças abaixo:

- (217) Um avião pousa e decola em Congonhas **a cada** dois minutos.  
(<http://globotv.globo.com/rede-globo/sptv-2a-edicao/v/um-aviao-pousa-e-decola-em-congonhas-a-cada-dois-minutos/3052485/>. Acesso em 06/01/2014.)

- (218) Microsoft diz que **2 em cada** 10 PCs no Brasil estão desprotegidos.  
([http://olhardigital.uol.com.br/negocios/digital\\_news/noticias/microsoft-diz-que-2-em-cada-10-pcs-no-brasil-estao-destprotegidos](http://olhardigital.uol.com.br/negocios/digital_news/noticias/microsoft-diz-que-2-em-cada-10-pcs-no-brasil-estao-destprotegidos). Acesso em 22/04/2013.)

- (219) Um **a cada** cinco moradores das maiores cidades já foi vítima de crime.  
(<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1381169-um-a-cada-cinco-moradores-das-maiores-cidades-ja-foi-vitima-de-crime.shtml>. Acesso em 06/01/2014.)

- (220) Três **em cada** dez catadores continuariam no ramo.  
(<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/12/tres-em-cada-dez-catadores-continuariam-no-ramo>. Acesso em 06/01/2014.)

- (221) Doze **em cada** cem motociclistas em MG são inabilitados, indica estudo.  
(<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/doze-em-cada-cem-motociclistas-em-mg-sao-inabilitados-indica-estudo/2990136/>. Acesso em 06/01/2014.)

- (222) **De cada** 100 jovens que ingressam na Ordem DeMolay, cinco se tornarão Mestres Conselheiros de seus Capítulos.  
([http://www.demolaybrasil.org.br/infos.php?cd\\_info=33-Cem-DeMolays](http://www.demolaybrasil.org.br/infos.php?cd_info=33-Cem-DeMolays). Acesso em 06/01/2014.)

Aqui, não se pode deixar de lado o fato de que o sintagma não está apenas quantificado, mas também possui uma cardinalidade definida: “um a cada cinco”, “três em cada dez”, “de cada 100 jovens, cinco”. Ou seja, a composicionalidade deve ser levada em conta.<sup>71</sup> Uma investigação interessante que poderia ser feita diz respeito também à composição feita com as preposições *em*, *de* e *a* e *cada* na medida em que se avancem os estudos sobre a semântica das preposições. Para fins deste trabalho, basta dizer que o valor destas três preposições, nestas construções, é bastante semelhante, e que outras preposições não permitem a leitura de particionamento de conjuntos (“falar sobre cada assunto”, “andar com cada pessoa”, “para cada 100 pessoas que nascem, mil outras nascem” são construções possíveis porém com semântica diferente).

Os numerais combinados com o *cada*, porém, não cancelam ou invalidam a distributividade que comentamos anteriormente, mas funcionam como atomizadores de “moléculas”. Isto significa dizer que as unidades que *cada* seleciona não são mais unidades, mas subconjuntos formados por mais de uma unidade, a depender da cardinalidade determinada pelo numeral (em outras palavras, *cada* opera sempre com unidades discretas, não interessando a sua composição, ou seja, a cardinalidade pode ser dada por unidades compostas subparticionadas). Nominalmente, percebe-se a diferença numérica, mas a natureza da operação semântica é a mesma. Segundo Gomes (2004), “os nomes com os cardinais, nesses sintagmas, são interpretados como unidades mínimas, indecomponíveis: funcionam como os átomos do conjunto denotado pelo conjunto ‘cada + cardinal + nome contável plural’.” (2004: 279).

Neste sentido, pode-se afirmar que a significação do *cada* se soma à da quantificação feita pelo numeral, sem perder seu traço de distributividade. Como exemplo, tomemos a sentença (217), transcrita abaixo como (223):

(223) Um avião pousa e decola em Congonhas *a cada* dois minutos.

O cálculo interpretativo que se realiza é de que há uma unidade de tempo *x*, dividida *n* vezes em átomos de “dois minutos”. Toma-se, portanto, um conjunto de cardinalidade desconhecida (podendo ser, até mesmo, infinito – como o *qualquer*, *cada* também não fecha o domínio) formado apenas por elementos “dois minutos”, operação possibilitada pelo

---

<sup>71</sup> Como bem observado pela professora Ana Paula Quadros Gomes, na qualificação, “nos exemplos de (225) a (230), a preposição *a* aparece introduzindo um sintagma contendo *cada* que é adjunto (A-quantificador) e a preposição *em* aparece dentro do SN marcando uma proporcionalidade numérica ou a relação entre fração e inteiro, parte e todo.

quantificador *cada*. A relação que se estabelece entre o conjunto formado pelos elementos “dois minutos” e o conjunto formado por “avião que pousa” em união com o conjunto “avião que decola” é a seguinte: distribua um elemento de um conjunto *x* para cada elemento do conjunto *y*. A relação é um para um, da mesma forma que nas operações não quantificadas pelos numerais.

Tomando outro exemplo, temos a sentença (220), transcrita abaixo como (224):

(224) Três **em cada** dez catadores continuariam no ramo.

A operação é a mesma: dividir o conjunto de “catadores” em subconjuntos que contenham dez elementos cada. Porém, os subconjuntos formados por “dez catadores” não podem ser atômicos (na acepção “indivisível” do termo), porque será necessário, nesta sentença, que se acesse o seu interior, porque a predicação não se dará para todos os membros do conjunto. Trocando em miúdos, significa dizer que precisamos, dentro de cada subconjunto formado por “dez catadores”, selecionar “três catadores”, que são os indivíduos sobre os quais a sentença predica “continuariam no ramo”. A distributividade, porém, está presente, inclusive, pela interpretação de que não importa qual seja o subconjunto de “dez catadores”, em todos eles encontraremos um subconjunto com três indivíduos “que continuariam no ramo”.

Outro ponto que vale a pena ser mencionado a este respeito é que a interpretação distributiva do *cada* pode pressupor existência, mas não pode pressupor um único referente. Ou seja, é necessário que exista um avião que decole ou que pouse em Congonhas “a cada dois minutos”, porém a distributividade estará comprometida caso haja apenas um. Não faz sentido enunciar “um avião pousa a cada dois minutos em Congonhas” se só existe um avião que pousa em Congonhas (mesmo que ele pudesse levar dois minutos para pousar ou decolar – não é este o sentido da sentença). São leituras vetadas pragmaticamente porque a distributividade de *cada* negaria uma possível pressuposição de unicidade contida no “um avião”. Este tipo de coisa é explorado em *daddy jokes* no estilo de (225) abaixo:

(225) – **A cada** 10 minutos, uma pessoa é atropelada no Rio de Janeiro.  
– Coitada dessa pessoa.

O humor acontece não só pelo bloqueio pragmático (detesto explicar o humor de piadas, mas a questão é que este fato seria impossível na realidade), mas também pelo bloqueio semântico: esta interpretação só seria permitida se a interpretação do artigo indefinido fosse a de numeral, ou pelo menos tivesse um traço de unicidade, e, assim, se sobrepusesse à distribuição em subconjuntos prevista pelo “a cada 10 minutos” (se é “a cada 10 minutos”, são



vários eventos diferentes com duração de 10 minutos cada, e não o mesmo evento repetidas vezes), o que não parece uma interpretação pragmaticamente possível.

Na interpretação de Gomes (2004), isto se deve a um traço de escalaridade presente no *cada* (como mencionamos no item 3.2.1, é o mesmo caso de expressões como “cada prato é mais bonito que o outro”, “cada filho é mais inteligente que o outro”), capaz de fazer os subconjuntos e organizá-los com base em algum critério. Porém, este tipo de traço fica mais saliente em construções como as abaixo:

(226) Pesquisa revela que casamentos no Brasil duram **cada vez menos tempo**.

([http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/12/21/interna\\_brasil,404625/pesquisa-revela-que-casamentos-no-brasil-duram-cada-vez-menos-tempo.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/12/21/interna_brasil,404625/pesquisa-revela-que-casamentos-no-brasil-duram-cada-vez-menos-tempo.shtml). Acesso em 07/01/2014.)

(227) Aposentadorias do INSS rendem **cada vez menos**.

(<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/11/aposentadorias-do-inss-rendem-cada-vez-menos.html>. Acesso em 07/01/2014.)

(228) Distúrbios alimentares são **cada vez mais** comuns entre os homens, principalmente os jovens.

([http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2014/01/06/noticia\\_saudeplena,146995/disturbios-alimentares-sao-cada-vez-mais-comuns-entre-os-homens-princ.shtml](http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2014/01/06/noticia_saudeplena,146995/disturbios-alimentares-sao-cada-vez-mais-comuns-entre-os-homens-princ.shtml). Acesso em 07/01/2014.)

(229) Saiba por que o mundo está **cada vez mais** rápido.

(<http://super.abril.com.br/cotidiano/tempo-cada-vez-mais-acelerado-445560.shtml>. Acesso em 07/01/2014.)

(230) Estado de saúde de Sharon piora **a cada dia**, diz médico.

(<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/estado-de-saude-de-sharon-piora-a-cada-dia-diz-medico/?cHash=1c622dba4214d5994d13eb16330d50bd>. Acesso em 07/01/2014.)

(231) Sorteio da Copa: Estrada tem policiamento **a cada quilômetro**; protestos não interferem.

(<http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/147515-sorteio-da-copa-estrada-tem-policiamento-a-cada-quilometro-protestos-nao-interferem.html>. Acesso em 07/01/2014.)

Nestes dados, é possível perceber como a escalaridade presumida pela autora gera um efeito de cumulatividade. Em (226), a interpretação é a de que, à medida que o tempo vai passando, a duração dos casamentos diminui. Assim, “cada vez” funciona como uma baliza na linha do tempo, separando momentos numa presumível linearidade. Em outras palavras, “cada vez” isola uma medida de tempo na qual é possível selecionar um conjunto de casamentos e verificar a sua duração. Num efeito cumulativo, comparando a duração dos diferentes conjuntos de casamento, percebe-se que a quantidade de tempo em que as pessoas ficam casadas se altera (para menos tempo), o que faz com que o efeito cumulativo permita uma análise longitudinal por meio da comparação destes subconjuntos selecionados. Desta forma, o “cada vez” não funciona como medida de tempo e nem precisa, efetivamente, a duração desta medida de tempo, mas atomiza o tempo em unidades contextualmente relevantes para a análise e os organiza numa determinada ordem, como se, numa linha do tempo, o número fosse crescendo. Em um momento  $t$ , tinha-se  $x$ . Em  $t_1$ ,  $x+1$ , e assim por diante, até em  $t_n$ , quando temos  $x+n$ .

Segundo Gomes (2004),

Há uma ordenação de átomos, ascendente ou descendente, criando uma escala, conforme as diferenças quantitativas entre eles, no que tange à sua relação com certo estado ou qualidade. Melhor dizendo: “cada escalar” é fruto de ordenação entre os átomos da restrição. Esse efeito de ordenação crescente ou decrescente é o resultado de uma covariação entre **CN** [cada + nome] e uma quantidade. O efeito reforça a análise de **cada** como um quantificador que exige a diferenciação entre os átomos do conjunto denotado por ele. (2004: 279-280)

Essa cumulatividade, porém, não tem culminância: os casamentos duram cada vez menos, mas isto não significa que se chegará a um ponto no qual os casamentos não durarão nada; o estado de saúde do ex-premiê israelense piora a cada dia, mas ele esteve em coma por 8 anos piorando a cada dia (morreu durante a escrita dessa tese, olha só!); e, ainda, existir policiamento a cada quilômetro sugere que há uma grande quantidade de policiais, porém não significa que todo o efetivo está ocupado ou qualquer coisa do gênero.

Leal (2006) aponta para uma possível ambiguidade permitida por este tipo de estrutura, no sentido de que ela pode tanto se comportar como uma construção comparativa serial quanto como uma expressão adverbial que quantifica a frequência de ocorrência do evento. Isto, porém, ocorre apenas com a estrutura “cada vez mais”. Tomemos as seguintes sentenças:

- (232) a. **Cada vez** os casamentos duram **mais**.  
b. **Cada vez mais** os casamentos duram.  
c. Os casamentos duram **cada vez mais**.

Segundo este autor, na sentença (232a), “cada vez” se comporta como um adjunto adverbial que modifica a sentença como um todo, enquanto “durar mais” predica apenas sobre “casamento”; neste sentido, a leitura seria cumulativa e a verificação das condições de verdade da sentença diria respeito ao fato de que, selecionando qualquer subconjunto de casamentos, naquele subconjunto os casamentos duram mais do que em outro subconjunto. Já em (232b), a verificação não espera o efeito cumulativo, apenas que, em qualquer situação selecionada, os casamentos duram. A ambiguidade, portanto, diz respeito ao fato de que (232c) comporta essas duas leituras.

Por outro lado, este tipo de comportamento não se verifica na estrutura “cada vez (x) menos”.

- (233) a. **Cada vez** os casamentos duram **menos**.  
b. # **Cada vez menos** os casamentos duram.  
c. Os casamentos duram **cada vez menos**.

Há uma estranheza em (233b) cuja origem não conseguimos capturar até o presente momento. Talvez seja algo com o escopo de *menos*. Interessantemente, (234) bloqueia a leitura ambígua presente nas sentenças (232a) e (232c): em (233a) e (233c), a leitura é a mesma.

Por fim, no item a seguir, tentaremos emendar as pontas soltas deixadas pelas teorias estritamente semânticas para entrar num campo em que a significação emerge, também, do uso corrente das expressões: a pragmática.

### 4.3 Aspectos pragmáticos

Gomes (2004) aponta um uso de *cada* que ela chama de “adjetivo” como mais um exemplo de cumulatividade e escalaridade. Porém, este efeito adjetivador do *cada* parece ser mais pragmático do que semântico.

(234) Comigo acontece **cada coisa**.  
(<http://naopoderir.org/comigo-acontece-cada-coisa/>. Acesso em 09/01/2014.)

(235) Criança fala **cada coisa**...  
(<http://noticias.r7.com/blogs/mariana-leao/2011/10/24/crianca-fala-cada-coisa/>. Acesso em 09/01/2014.)

(236) É **cada coisa** que a gente vê...  
(<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110414122710AACzvJE>. Acesso em 09/01/2014.)

A interpretação destas sentenças, numa análise rápida, não parece distributiva sobre elementos de um conjunto, mas com um item escalar (algo como “ele fala até isso”) que parece forçar uma leitura para cima em uma escala feita a partir dos elementos do conjunto, ou de algo inesperado, fora da curva ou da escala. Outra possibilidade seria a de considerar que se executa uma varredura: predica-se algo sobre cada uma das coisas que a criança diz, ou sobre cada uma das coisas que aconteceram à pessoa, mas seleciona-se apenas algo contextualmente saliente, mas esta hipótese parece mais fraca.

Gomes (2004) aponta que a leitura escalar é disparada apenas se a sentença apresentar três condições:

- (i) ser um contexto agramatical para o **CN** argumento: **CN** em sentença existencial ou apresentacional, (...) (ou como “tinha cada mulher na festa!”); ou com **CN** em posição de complemento direto (“eu vi cada mulher na praia!”);
- (ii) sentença de entonação exclamativa ou suspensa por reticências (não afirmativa e não interrogativa), o que transmite um valor de juízo apreciativo à declaração;
- (iii) existência de foco, perceptível na pronúncia reforçada de **cada** (eu vi CADA mulher na praia!) — a sentença é agramatical se **cada** for pronunciado de forma neutra. (2004: 280) [Grifos originais.]

Ou seja, as considerações a respeito da entoação do quantificador dão um indício de que os aspectos dessa significação não são estritamente semânticos, embora o fato de existir um bloqueio da interpretação tradicional, ou seja, uma suposta agramaticalidade da sentença

para a leitura distributiva, seja um critério sintático-semântico, assim como o critério apresentado em (ii) pela autora é pragmático (com relação à modalização do ato de fala).

Gomes (2004) complementa:

O fato de a leitura escalar ser disparada exatamente em contextos agramaticais para **CN** argumental é coerente com a complementaridade entre a interpretação adjetiva e a interpretação-padrão de quantificadores. Na leitura adjetiva, escalar e focal, os átomos de **CN** são liberados para preencher (sem reflexividade, isto é, sem leituras como a de “a si próprio”) as duas variáveis do predicado. A interpretação da denotação de **CN** adjetivo é a de uma lista aberta, sem cardinalidade definida, a de uma lista em construção (...). (2004: 281)

Desta forma, a nossa intuição de que se predica, ainda que subjacentemente, alguma coisa a respeito de cada um dos átomos não está equivocada. Tomemos uma sentença como (237) abaixo:

(237) Tem **CADA** homem no Rio de Janeiro!

Uma leitura possível seria a de que, para cada indivíduo  $x$ , se  $x$  é homem e  $x$  está no Rio de Janeiro, ele tem um atributo específico, com uma conotação positiva (é bonito, é sarado, é interessante, é inteligente, é culto, é malandro etc, ou seja, **fora da média**, do esperado, não usual). A leitura negativa parece bloqueada. Por outro lado, numa sentença como (238) abaixo, a leitura pode ser dupla, a depender da curva entoacional (que, por falta de aparato mais refinado, marcamos aqui com pontuação):

(238) a. Tocou **cada** música naquela festa...  
b. Tocou **cada** música naquela festa!

Na primeira, a interpretação que testamos com falantes parece ser a que as músicas tocadas na festa são mal avaliadas pelo enunciador (ou eram bregas, ou antiquadas, ou de gosto duvidoso); na segunda, porém, pode haver uma avaliação positiva (músicas boas, animadas ou com quaisquer outros atributos considerados positivos pelo enunciador). A intuição aqui é a de que, dependendo do contexto e da entonação, as duas leituras são perfeitamente aceitáveis e distinguíveis.

Porém, em sentenças como (239) e (240) abaixo, a leitura não pode ser ambígua de forma nenhuma (até por que, ainda que sejam ditas ironicamente, a ironia desfaz a outra possibilidade de leitura).

(239) Tem **cada** gostosa em Curitiba!

(240) Tem **cada** trapaceiro no centro!

Neste sentido, parece que o *cada* salienta ou enaltece algo no significado do nome que está quantificando: enaltece qualidades ou destaca traços negativos: “cada gostosa” só pode significar que se qualifica cada uma das mulheres como sendo “muito gostosa”, “cada trapaceiro” só pode significar que qualifica que cada elemento do conjunto é “muito trapaceiro”. Ou seja, é como se o *cada* servisse como um intensificador do significado original da palavra e essa é a razão pela qual a leitura negativa de “Tem cada homem no Rio de Janeiro” parece bloqueada: não há atributos suficientemente salientes em “homem” para que se possa dizer que, fora de contexto, estão se enaltecendo características ruins. Ainda se faz presente a leitura de ordenação dos elementos dentro do subconjunto (como no exemplo “cada prato mais bonito do que o outro”), mas o efeito não é de que “cada gostosa” seja “mais gostosa do que a outra”, apenas que se trata de um conjunto onde as características do indivíduo são evidenciadas – ou, talvez, particularizadas, atomizadas – pelo uso do *cada*.

Este comportamento, como vimos, é de adjetivo e não de quantificador. Estas questões, porém, são licenciadas pelo comportamento adjetivador, mas são plenamente interpretadas num nível pragmático; em outras palavras, não basta dizer que este *cada* não é um quantificador, mas um adjetivo: é necessário dizer de onde podemos tirar os traços que tornam o sintagma interpretável.

A interpretação análoga aos labirintos de Escher se faz presente nesta discussão novamente, ainda que não concordemos com a análise de Gomes (2004), para quem os termos da comparação podem ser localizados. A análise da autora é a que segue:

278. a. A Maria tem CADA filho... um mais bonito que o outro!  
b.  $x$  é mais bonito que  $y$ : (1 é mais bonito que 2), (2 é mais bonito que 3), etc.  
c. João é bonito. Comparando João a Pedro, Pedro é mais bonito que João. Pedro é muito bonito. Comparando Gilson a Pedro, Gilson é mais bonito que Pedro.  
d. João tem grau um de beleza.  
Pedro tem grau dois de beleza (o grau de João ao cubo)  
Gilson tem grau três de beleza (o grau de Pedro ao cubo). (2004: 282.)  
[Numeração original.]

Na nossa intuição, a sentença em (278a) não dá a interpretação de quem é mais bonito, ou seja, não é possível inferir desta sentença que Gilson é o mais bonito ou que o grau de beleza de Gilson é maior que o de Pedro. A interpretação parece dizer apenas que, qualquer que seja o indivíduo selecionado, ele será muito bonito. Esta interpretação, porém, é incrementada pelo texto prévio. Se a sentença fosse apenas “Um filho de Maria é mais bonito que o outro”, nitidamente estaríamos estabelecendo uma comparação e escolhendo um deles como o elemento mais saliente. Porém, sob o efeito da atualização de contexto possibilitado pela sentença anterior, qualificada pelo *cada*, a saliência contextual fica vetada. Não estamos

dizendo que (278a) não possa ser ordenada escalarmente: um indivíduo *x* pode enunciar esta sentença significando que Gilson é o mais bonito dos três. Porém, um indivíduo *y* pode enunciá-la significando que Pedro é o mais bonito dos três e não há nenhum bloqueio semântico ou pragmático nisso.

De qualquer forma, com Gomes (2004), entendemos que:

**CN** adjetivo cria um predicado de comparação, que, por sua vez, alimenta uma estrutura que gera ordens de grandeza, e permite a formação de listas de pares em que **CN** fornece os primeiros membros, e os valores da escala de grandeza entram com os segundos membros, permitindo que os elementos (os pares) desse conjunto (de listas de pares) sejam discretos (não se repitam), o que atende às exigências distributivas de **cada**, compatíveis com uma denotação da natureza da de **CN**, que é uma pluralidade atômica. (2004: 286)

Essa observação também é importante no sentido de não postularmos que temos itens lexicais completamente distintos, uma vez que a análise unificada foi algo que objetivamos também com o *qualquer* no capítulo anterior. Inclusive porque, ainda segundo Gomes (2004),

A escala disparada por **cada** é uma ordenação por grau entre os átomos do conjunto denotado por **cada nome**, em relação a uma qualidade, no caso do adjetivo, não expressa, mas conversacionalmente recuperável; não pode haver igualdade entre os átomos, mas é preciso que eles exibam quantidades ou gradações diferentes do mesmo atributo. Também nessa modalidade de sintagma, como em todas as outras, **cada** não permite que se predique do conjunto como uma coletividade, um organismo indissociado, e nem basta que a predicação incida sobre os átomos: é ainda necessário distingui-los uns dos outros. A distributividade de **cada** é relacional e bijetiva. (2004: 287)

Isto significa dizer que o comportamento semântico do “cada quantificador” e do “cada adjetivo” são complementares e, em certa medida, também análogos.

## 5. A semântica dinâmica

Em Legroski (2011), utilizamos duas teorias de semântica dinâmica para dar conta do funcionamento de metáforas em português. A ideia era trabalhar com diferentes mundos possíveis e com operações deônticas e epistêmicas possibilitadas por alguns elementos da língua e explicar a metáfora através de uma perspectiva formal. Esta discussão, contudo, era marginal dentro das teorias com as quais trabalhamos, não no sentido de ser menos relevante, mas no sentido de que a tentativa era realmente a de forçar os limites epistemológicos das teorias formais. Porém, a ideia central de que o significado das palavras não é estanque, mas pode ser alterado contextualmente, continua presente neste trabalho, ainda que o uso que pretendemos fazer da semântica dinâmica seja bem mais protocolar. Explico.

A semântica dinâmica *lato sensu* é uma série de teorias que saem mais ou menos do mesmo ponto de partida: o significado de uma sentença é alterado pelas sentenças que a precedem e pelas sentenças que a sucedem. Os significados não são estanques porque as sentenças, por si, alteram o contexto e, portanto, nuances de significado “passam” de uma sentença para a outra por meio do que foi dito e é conhecido pelos interlocutores. A forma como cada teoria de semântica dinâmica interpreta e descreve esse processo pode diferir, mas todas partem de uma mudança na forma tradicional de ver a significação:

Dentro da tradição fregeana, o significado de uma sentença é (frequentemente) equiparado às suas condições de verdade: saber o que uma sentença significa é saber em que circunstâncias ela é verdadeira ou falsa. Em abordagens mais recentes, contudo, o significado de uma sentença é identificado com seu potencial para mudar o contexto: saber o significado de uma sentença é saber como ela muda um contexto.<sup>72</sup> (GROENENDIJK e STOKHOF, 1996: 01)

Sendo assim,

Estudar a forma pela qual o contexto é construído (e desconstruído) é particularmente relevante para a análise discursiva<sup>73</sup>. Isto traz outra novidade à tona. Enquanto a semântica tradicional se concentrou na interpretação de sentenças isoladas, as teorias dinâmicas descobriram o discurso. Novamente, a observação de que a interpretação de uma sequência de sentenças, muito frequentemente, não pode ser simplesmente identificada com a interpretação da soma lógica dos seus componentes está longe de ser original. Entretanto, não jogar estes assuntos na lata de lixo da pragmática,

---

<sup>72</sup> Tradução de Luiz Arthur Pagani. (2001: 04)

<sup>73</sup> (Nota da tradutora: é necessário entender “discurso”, aqui, não da forma como é convencionalmente tratado pelas teorias discursivas, de fato. Trata-se de um uso não marcado em inglês que se refere ao fato de que esta semântica está olhando para dados linguísticos que são maiores do que sentenças isoladas.)

mas trazê-los para o coração da própria semântica, pode ser chamado de inovação.<sup>74</sup> (1996: 02)

O que podemos observar é que a novidade não está em entender que o significado vai além da conta lógica possibilitada pela tradução de sentenças de línguas naturais em linguagens formais: esta ideia está presente em diversas teorias, tanto as formais quanto, e principalmente, as funcionalistas. A novidade está em implementar essa noção com cálculos semânticos a partir da composicionalidade que extrapola o limite (dos componentes de) uma sentença isoladamente e chega a calcular interpretações de um número maior de sentenças.

Isto tem implicações mais profundas do que pode parecer, pois não se trata apenas de uma análise textual em que as relações mantidas por elementos de campos semânticos semelhantes são recuperadas, mas em levar em consideração tanto o potencial de mudança de contexto (como o fazem Groenendijk e Stokhof) quanto os significados contextualmente atribuídos àquela palavra por meio do uso frequente (como a abordagem feita por Chierchia em seus trabalhos mais recentes, que veremos adiante).

Assim, para Chierchia,

Essa mudança de perspectiva é real, mas é preciso não superestimá-la. É uma mudança que não causa solução de continuidade nas assunções fundamentais. A semântica continua sendo composicional. As sentenças de uma língua continuam sendo associadas a formas lógicas, pelos métodos que nos são familiares; contudo, as formas lógicas não são mais interpretadas proposicionalmente, mas nos termos de suas potencialidades assertivas. (CHIERCHIA, 2003: 579)

A mudança de perspectiva, como vimos, é compartilhada pelos semanticistas interessados em um tratamento que supere os limites do tradicional. Conforme Chierchia, isso não significa abrir mão de todas as noções centrais, como, por exemplo, a composicionalidade, mas de algumas:

O conceito de verdade em um mundo é definido a partir do conceito de potencial assertivo da forma indicada acima (isto é,  $\Phi$  é verdadeira em um mundo  $w$  de um contexto  $c$ , sse  $w$  “sobrevive” no novo contexto que se obtém atualizando  $c$  por meio de  $\Phi$ ). Nesse modo de ver as coisas, chega-se – nada mais, nada menos – a eliminar a verdade da semântica. O conceito de verdade

---

<sup>74</sup> Studying the way in which context is constructed (and deconstructed) is particularly relevant for discourse analysis. This brings another novelty to the fore. Whereas traditionally semantics concentrated on the interpretation of single sentences, dynamic theories have discovered discourse. Again, the observation that the interpretation of a sequence of sentences, more often than not, cannot simply be equated with the interpretation of the logical conjunction of its components is far from original. However, not dumping such matters in the pragmatic wastebasket, but taking them to heart in semantics proper, might be called an innovation.



continua importante, mas é definido sem resíduos a partir do conceito de potencial assertivo, que assume seu papel. (2003: 580)

Em outras palavras, não é que *valor de verdade* deixe de existir enquanto conceito, mas seu significado muda porque, nessa nova abordagem, não se pode deixar de lado certos aspectos outrora atribuídos a níveis pragmáticos:

Outro elemento de continuidade é que se mantém a necessidade de integrar a semântica pela pragmática. Esta última tratará de como os potenciais assertivos são especificados plenamente (sempre que foram especificados apenas parcialmente) e, em seguida, de como são efetivamente usados pelos falantes. (...) As sentenças, ao atualizarem os contextos, agem sobre as situações do contexto como peneiras: excluem algumas sentenças e deixam passar outras; aquelas que passaram pela peneira são, intuitivamente falando, as situações em que a sentença é verdadeira. (2003: 579)

Dessa forma, existem alguns pressupostos teóricos que nos interessam particularmente para o trabalho com os quantificadores que estamos focando neste trabalho, principalmente no que diz respeito à forma como se sobressaem contextualmente a partir das sentenças e sobre a forma como seus escopos se cruzam e seus significados se adaptam: potencial de mudança de contexto, informações e implicaturas escalares. Estes conceitos serão desenvolvidos a seguir.

## 5.1 Potencial de mudança de contexto

Como rapidamente afirmamos acima, um dos pressupostos teóricos mais fundamentais para as semânticas dinâmicas diz respeito ao **potencial de mudança de contexto** que uma sentença possui. Este conceito tem implicações epistemológicas bastante interessantes porque trata do significado de uma sentença não levando em conta apenas os aspectos semânticos estritos, mas também não aciona os conceitos pragmáticos de contexto<sup>75</sup>.

Neste sentido, **contexto** passa a ser entendido como o conjunto de possibilidades gradativamente construído pelos elementos linguísticos apresentados, não importando elementos culturais ou quaisquer outras intenções que o interlocutor possa ter que estejam fora da previsibilidade do cálculo semântico possibilitado pelo que foi dito. Em alguns pontos da teoria, nem mesmo o princípio de cooperação griceano é levado em conta (para as implicaturas escalares, porém, ele será considerado como ponto de partida). O único *input* para a construção

---

<sup>75</sup> Originalmente, Heim (1982) cunhou o termo “potencial de mudança de arquivo” no âmbito da Semântica de Mudança de Arquivo (File Change Semantics). O termo que utilizamos aqui devemos a Groenendijk e Stokhof (1991), de quem obtivemos a maior parte da nossa formação em semântica dinâmica. Estes autores trabalham com uma teoria chamada de DPL (Dynamic Predicate Logic,) (ou EDPL – Extensional Dynamic Predicate Logic, na versão de Dekker (1993)) que, evidentemente, mantém alguns pressupostos teóricos apresentados por Heim (1982), mas os modifica em alguns casos. Infelizmente, não há tempo ou espaço neste trabalho para que tracemos um paralelo entre as duas teorias, mas há bastante material disponível para isso (inclusive em Jäger (1996) que estamos citando).

de um contexto é que locutor e interlocutor tenham compartilhado linguisticamente uma série de proposições e tenham em mente seu conteúdo informativo, em determinado ponto do tempo.

Assim, a extensão de um contexto são as possibilidades permitidas pelas proposições informativas já enunciadas ou, nas palavras de Jäger (1996):

Quanto mais informação um contexto contiver, menores serão as possibilidades de variáveis deixadas livres. O conjunto vazio ( $\emptyset$ ), formalmente o elemento mais alto desta hierarquia, é chamado de contexto absurdo. Os anti-átomos, isto é, aqueles contextos que são conjuntos formados por um único elemento, são chamados de maximamente informativos no que se refere ao domínio D uma vez que eles atribuem um único valor para cada variável em D. (JÄGER, 1996: 27).<sup>76</sup>

Evidentemente, é necessário que este contexto possa ser ampliado e que, dentre todos os elementos que formam o conjunto, seja possível pinçar elementos que preencham variáveis que possam vir a ser deixadas livres. Para que uma nova sentença seja considerada *input* para o conjunto dos contextos, ela precisa ter um conteúdo informativo novo, ou seja, ser atualizado (um *update*). Caso o conteúdo seja menos informativo, ele não será incluído no contexto.

A ideia não é muito complicada: o domínio de entrada do contexto é ampliado com x e x pode receber qualquer valor possível na saída (consequentemente, nós não temos maiores informações sobre o valor de x na saída). Os valores atribuídos às outras variáveis não mudam. A condição de que a variável introduzida por último não esteja no domínio de entrada é a contraparte EDPL [Extensional Dynamic Predicate Logic] da condição de novidade na FCS [File Change Semantics]. Aqui, contudo, não é uma condição externa que governa a interpretação, mas uma parte integral da própria interpretação. Em princípio, a condição de definitude é supérflua aqui; se x já está no domínio de entrada, os elementos de saída não podem ser funções e, então, o próprio *output* poderia – de acordo com as definições – não ser um contexto. (1996: 30).<sup>77</sup>

Para que fique mais claro, imaginemos a seguinte conversa entre A e B:

(241) A. Eu tinha uma cachorra.

---

<sup>76</sup> The more information a context contains, the fewer the possible values for a variable that are left open.  $\emptyset$ , formally the top element in this hierarchy, is called the **absurd context**. The anti-atoms, i.e. those contexts which are singleton sets, are called **maximally informative w.r.t. D** since they give a unique value for every variable in D.

<sup>77</sup> The idea is not too complicated; the domain of the input context is extended with x and x can receive any possible value in the output (hence we do not have additional information about the value of x in the output). The values assigned to the other variables do not change. The condition that the newly introduced variable must not be in the domain of the input is the EDPL-counterpart of the Novelty-Condition in FCS. Here, though, it is not an external condition which governs interpretation but an integral part of the interpretation itself. In principle, the definedness-condition is superfluous here; if x was already in the input domain, the elements of the output would not be functions and hence the output itself would – according to the definitions – not be a context.

- B. E não tem mais?  
A. Ela morreu enquanto eu escrevia a tese.

A partir destas informações, criamos um contexto a partir do zero. Usando as informações que temos a respeito da língua e sobre o conteúdo proposicional compartilhado por A e B, podemos dizer que nosso contexto contém as seguintes informações:

- (242) C = A tem uma cachorra em  $t_1$ .  
A não tem uma cachorra no tempo presente.  
A escreve uma tese em  $t_2$ .  
 $t_1 < \text{tempo presente}$ .  
 $\text{Tempo presente} \leq t_2$ .

A partir deste conjunto de informações, poderemos acrescentar outras informações que venham pela via conversacional, como por exemplo:

- (243) A. Sobre o que é a sua tese?  
B. Sobre semântica e pragmática.  
A. Você já terminou?  
B. Ainda não. Faltam uns dois meses.

O contexto, portanto, passaria a ser atualizado da seguinte forma:

- (244) A escreve uma tese sobre semântica e pragmática em  $t_2$ .  
A tese será terminada em  $t_3$ .  
 $t_3 > t_2$ .  
 $t_3 > \text{tempo presente} > t_2$ .

Porém, informações do tipo (245) não serão consideradas como input, porque não possuem novidade em relação ao que já foi anteriormente proferido (e sabe-se por compartilhamento linguístico):

- (245) A tese é de doutorado.

Porém, caso o interlocutor não possua o conhecimento linguístico necessário para entender que “teses são o trabalho final de um doutorado”, esta informação pode ser adicionada ao contexto, desde que isso seja verbalmente colocado, como no diálogo abaixo:

- (246) B. É uma tese de mestrado ou doutorado?  
A. Teses são sempre de doutorado; dissertações são de mestrado.

É neste sentido que Groenendijk e Stokhof (1996) afirmam que “a interpretação não apenas depende do contexto, mas também o cria” (1996: 06), porque é a interpretação da informação (ou seja, a sua aplicação a um sistema) que irá criar significados acessíveis para aquele determinado contexto.

Nas palavras dos autores,

Se nos restringirmos a discursos meramente informativos, podemos conceber a alteração de contexto como alteração de informação. Neste sentido restrito, a interpretação de um discurso se torna um processo incremental e de atualização de informações.<sup>78</sup> (GROENENDIJK e STOKHOF, 1996:07)

Uma vez que estamos familiarizados com o conceito de potencial de mudança de contexto, resta-nos saber como operá-lo. Para isso, faz-se necessário elaborar mais dois conceitos: *informação* e *ligação de variáveis entre informações*.

### 5.1.1 Informação

Temos usado até agora o termo **informação** de uma forma pré-teórica, sem uma definição dentro da conceituação que adotamos. Neste sentido, informação é aquilo que é transmitido por meio das proposições linguísticas, mesmo que seja parcial e que não corresponda à verdade (no mundo possível sobre o qual se fala), uma vez que muitas das coisas que julgamos saber podem não ser verdade (ou virem a ser descobertas como sendo inverdades). O caso aqui é que não faz diferença se a intenção do falante é falar a verdade, mentir ou omitir, porque se considera apenas o valor linguístico veiculado pelas proposições. Nas palavras de Groenendijk e Stokhof,

Uma das maneiras para se modelar as informações é conceber um estado informacional como um conjunto de possibilidades, mais especificamente, as possibilidades que se mantêm abertas de acordo com as informações. Se as informações dizem respeito ao 'mundo', um estado informacional pode ser identificado com um conjunto de mundos possíveis, mais especificamente, aqueles mundos que forem compatíveis com nossas informações (parciais). Cada um desses mundos representa uma condição diferente na qual o mundo real poderia estar de acordo com o desenrolar das informações. Desta perspectiva, o acréscimo de informações sobre o mundo acarreta a eliminação de determinadas possibilidades. Se um estado informacional é atualizado através de uma sentença, os mundos nos quais aquela sentença é falsa são eliminados, restando apenas os mundos nos quais aquela sentença for verdadeira.<sup>79</sup> (1996: 07).

Como vimos, o fato de a sentença ser verdadeira ou não no mundo real pouco importa neste caso, porque o que se considera aqui são condições preenchíveis naquele determinado no contexto. No exemplo que estamos trabalhando, pode ser que não seja completamente verdade que “leve dois meses para que A termine a tese”, mas se ele enuncia isso, o contexto passa a comportar esta informação – e ele poderá ser cobrado pelo interlocutor, posteriormente, graças a essa informação compartilhada. O interlocutor pode executar o cálculo do valor de verdade considerando a informação dada e a realidade do mundo sobre o qual se

---

<sup>78</sup> Tradução de Luiz Arthur Pagani. (2001:04)

<sup>79</sup> Tradução de Luiz Arthur Pagani. (2001: 05)

enuncia, sem que sejam levadas em consideração as intenções e as atitudes proposicionais dos falantes envolvidos. O que importa é apenas aquilo definido contextualmente. Nas palavras de Jäger (1996),

Primeiro, a verdade ou a falsidade da fórmula são avaliadas em termos das atribuições individuais do contexto de entrada. Subsequentemente, as atribuições que tornam a fórmula verdadeira “sobrevivem” na saída, enquanto as que tornam a fórmula falsa são deixadas de lado. Se a fórmula contém variáveis para as quais não há atribuições definidas (i.e., que não estejam no domínio de entrada), a avaliação se torna impossível e então o valor de saída não é definido.<sup>80</sup> (JÄGER, 1996: 31).

O cálculo de valor de verdade se define, portanto, em termos do que é dado e do que não é dado contextualmente. Para voltarmos ao exemplo da seção anterior, uma sentença como (247) abaixo seria verdadeira, (248) seria falsa e (249) não teria valor de verdade possível.

- (247) A tinha um animal.
- (248) O animal de A era um gato macho.
- (249) Este animal teve filhotes antes de morrer.

Como vimos, se A mentiu deliberadamente e B não sabe que A estava mentindo, e, no mundo real A tivesse um gato, ou A sequer tivesse um animal, isto não nos diz respeito. O fato de a informação ser ou não verdadeira no mundo real não interessa aqui porque, como se sabe, somos capazes de atribuir significado a diversas informações que não correspondem a fatos da realidade, desde que estejamos avaliando a veracidade da sentença no universo discursivo com o qual operamos. Neste sentido, seria interessante dizer que tanto A quanto B compartilham um contexto e temporariamente sabem o que está instanciado naquele contexto (ou acreditam nas atribuições de significado ali presentes). Todo o resto é irrelevante para a nossa análise.

### 5.1.2 *Ligação de variáveis*

Como vimos, o contexto será o conjunto das informações compartilhadas contextualmente por dois interlocutores. No entanto, algumas operações precisam ser feitas para que as informações ali contidas possam ser acessadas pelos participantes da conversa. Estas operações normalmente são de ordem linguística, majoritariamente conhecidas como

---

<sup>80</sup> First, the truth or falsity of the formula is evaluated w.r.t. the single assignments in the input context. Afterwards, those assignments that make the formula true "survive" in the output, while those that make the formula false are in turn filtered out. If the formula contains variables the assignments are not defined for (i.e. that are not in the domain of the input), evaluation becomes impossible and hence the output is not defined.

*anáforas*, ainda que os teóricos façam ressalvas dizendo que muitos outros fenômenos além delas possam ser explicados por esse processo.

Groenendijk e Stokhof (1996) afirmam que

Os estados informacionais devem conter (pelo menos) dois tipos de informação: **informação sobre o mundo** e **informação sobre o discurso**. No final das contas, no uso informativo da língua, o que conta é a informação sobre o mundo, mas ao obtermos esta informação através do discurso, deve-se armazenar também informações sobre o próprio discurso. Por exemplo, para se resolver as ligações anafóricas entre os proferimentos, é preciso manter um registro das 'coisas' das quais já se falou. Estas 'coisas' não são objetos concretos, mas elementos da informação. Nós nos referiremos a elas como 'itens'. <sup>81</sup> (1996: 11-12) [Grifos nossos.]

Mais importante do que as informações sobre o mundo, portanto, são as informações pelas quais se tem acesso ao mundo, que é considerado aqui como sendo construído discursivamente, como vimos. Deste modo, as proposições se referem ao que já está acessível aos falantes *via* discurso e é preciso que se estabeleça uma relação entre elas para que o sentido possa ser incrementalmente construído.

A informação discursiva está relacionada à informação sobre o mundo. Uma relação se estabelece como uma possível atribuição de um objeto a cada um dos itens do discurso, um objeto que – segundo aquele mundo possível e os valores dos outros itens – poderia ser o valor do item em questão. Quando um novo item é adicionado, as possíveis relações são estendidas para incorporar o novo item. Pode existir mais de uma extensão dessas, o que significa que uma relação pode subsistir em muitas outras. Pode ocorrer também que uma informação discursiva posterior sobre aquele item leve à eliminação de uma ou mais dessas possíveis relações. Como as relações se estabelecem entre os mundos possíveis, isso pode acabar causando a eliminação de um mundo: corte sua última relação e você elimina um mundo possível. A informação discursiva pode fazer toda a diferença. <sup>82</sup> (1996: 12)

Para explicarmos isso de forma rápida, antes de prosseguirmos, adaptamos, aqui, a representação da descrição indefinida, apresentada em Legroski (2009). Para isso, imaginemos que temos um contexto no qual o universo de discurso (o mundo possível M) é preenchido por apenas 3 indivíduos: Amélia, Berenice e Catarina. Sabemos, também, que ou Amélia caminha sozinha no parque, ou caminha com Berenice, ou caminha com Berenice e Catarina, mas nunca apenas com Catarina. Há, claro, a possibilidade de que nenhuma menina caminhe no parque. Além dessas informações, temos ainda a informação de que Amélia tem um cachorro. Assim, se alguém proferir a sentença:

---

<sup>81</sup> Tradução de Luiz Arthur Pagani (2001: 07).

<sup>82</sup> Tradução de Luiz Arthur Pagani. (2001: 08)

(250) Uma menina caminha no parque.

Teremos a seguinte configuração (de acordo com Groenendijk e Stokhof (1996)):

a)

$M_0$
$M_1$
$M_2$
$M_3$

b)

$M_0$	Amélia
$M_0$	Berenice
$M_0$	Catarina
$M_1$	Amélia
$M_1$	Berenice
$M_1$	Catarina
$M_2$	Amélia
$M_2$	Berenice
$M_2$	Catarina
$M_3$	Amélia
$M_3$	Berenice
$M_3$	Catarina

c)

$M_1$	Amélia
$M_2$	Amélia
$M_2$	Berenice
$M_3$	Amélia
$M_3$	Berenice
$M_3$	Catarina

[Estado inicial] (a) Uma menina (b) caminha no parque (c).

As matrizes funcionam como tabulação dos dados. Assim, (a) é o estado inicial do fundo conversacional compartilhado do discurso (o *conversational background*): vazio, uma vez que não há informação compartilhada pelos participantes da enunciação, mas com tantas entradas quanto sejam necessárias. Já em (b), temos uma ilustração do processamento do sintagma indefinido “uma menina”, que pode ser qualquer um dos indivíduos em questão, em qualquer um dos estados iniciais previstos em (a). Em (c), temos a correspondência das informações iniciais que tínhamos, ou seja, ou apenas Amélia caminha no parque, ou Amélia e Berenice, ou Amélia, Berenice e Catarina.

Um possível estado inicial em que “nenhuma menina caminha no parque” não é representado, justamente pelo fato de que a própria sentença anula essa possibilidade. Portanto, o universo discursivo é atualizado e este estado inicial é retirado. Esta possibilidade

de anulação do mundo  $M_0$  é um reflexo da quantificação existencial exercida pelo artigo, mas há um efeito dinâmico exercido por ele: ao final da enunciação, há um “estado informacional resultante”, ou seja, é possível que se façam referências futuras a “a menina que caminha no parque” justamente porque (c) continua disponível como estado informacional.

Se acrescentarmos à primeira sentença uma nova informação, como a presente em (251) abaixo, teremos uma mudança no contexto:

(251) Uma menina caminha no parque. Ela tem um cachorro.

Acrescentamos uma variável ligada (*ela* só pode retomar *uma menina*) e uma informação: esta menina tem um cachorro. Como contextualmente sabemos quem é que tem um cachorro, a vinculação da referência linguística vai ser ligada a uma informação ao mundo, da seguinte forma:

a)

$M_1$	Amélia
$M_2$	Amélia
$M_2$	Berenice
$M_3$	Amélia
$M_3$	Berenice
$M_3$	Catarina

b)

$M_1$	Amélia	Amélia
$M_2$	Amélia	Amélia
$M_2$	Berenice	Berenice
$M_3$	Amélia	Amélia
$M_3$	Berenice	Berenice
$M_3$	Catarina	Catarina

c)

$M_1$	Amélia	Tem cachorro
$M_2$	Amélia	Tem cachorro
$M_2$	Berenice	Não tem cachorro
$M_3$	Amélia	Tem cachorro
$M_3$	Berenice	Não tem cachorro
$M_3$	Catarina	Não tem cachorro

d)

$M_3$	Amélia	Amélia
-------	--------	--------

(251) Uma menina caminha no parque (a). Ela (b) tem um cachorro(c)(d).



Em (a), já partimos da sentença anterior no estado inicial. O algoritmo da interpretação se reinicia para uma nova sentença, mas traz o cálculo executado anteriormente, como um *backup* discursivo. Já em (b), temos uma coluna com as informações de (a), porém com a ligação da variável “ela”: na primeira coluna está o referente, na segunda a interpretação da variável “ela”, estabelecida para cada valor da primeira coluna. Como “ela” morfologicamente se apresenta como uma descrição definida singular, não pode retomar mais do que um indivíduo. (Se a sentença fosse, por exemplo, “Duas meninas caminham no parque. Elas têm cachorro.”, o quadro (b) seria preenchido pelas combinações de “duas meninas” nos mundos possíveis que estamos considerando.)

Porém, como temos um pronome singular, a condição é de que se procure, neste contexto, um único indivíduo que satisfaça a descrição, ou seja, é necessário procurar, no estado inicial, aquele que satisfaz à condição que estamos buscando: [ter um cachorro]. (c) e (d) representam o resultado da nossa “busca”: primeiro encontramos, dentro de todos os mundos possíveis, aquele indivíduo que possa satisfazer a exigência de “ter um cachorro”. Em seguida, promove-se a unificação do referente singular “ela” com um e apenas um indivíduo que possa ser referido através deste pronome e satisfaça as condições de ser “feminino” e “singular” e “ter um cachorro”.

Assim como Groenendijk e Stokhof (1996: 06) apontam que “a descrição definida, por ela mesma, introduz um novo item discursivo”<sup>83</sup>, pelo fato de fazer, no universo discursivo, a correlação entre os estados de informação, poderemos dizer que a retomada anafórica pronominal funciona da mesma forma. Ou seja, quando introduzimos um sintagma nominal indefinido, apresentamos um novo item para o universo do discurso; se o retomamos com um sintagma nominal definido (ou um pronome singular), estamos dizendo dos dois que são a mesma coisa, porém em estados informacionais diferentes. Se necessário, já sabemos que “ela” é o tópico do discurso e qualquer coisa que se fale sobre “ela” será adicionado aos estados informacionais daquele referente. É dessa forma que as variáveis soltas se ligam e remodelam o contexto.

Outro conceito importante para a nossa análise será o de “implicaturas escalares”, que desenvolveremos no item a seguir.

## 5.2 Implicaturas escalares

Uma implicatura escalar trata-se de um fenômeno que ocorre quando um quantificador, em uma sentença, não é interpretado pelo seu valor de verdade, mas pela implicatura que é

---

<sup>83</sup>The definite description itself introduces a new discourse item.

disparada através deste quantificador. Consideremos as sentenças (252) e (253) abaixo, traduzidos de Chierchia (2001: 03):

- (254) a. João está cantando **ou** gritando.  
 b. cantando (j)  $\vee$  gritando (j)  
 c.  $\neg$  [cantando (j)  $\wedge$  gritando (j)]
- (255) a. **Alguns** alunos se saíram bem.  
 b.  $\exists x$  [aluno (x)  $\wedge$  se saiu bem (x)] (Algun aluno (e possivelmente todos) se saiu bem.)  
 c.  $\neg \forall x$  [aluno (x)  $\rightarrow$  se saiu bem (x)] (Nem todo estudante se saiu bem.)

Chierchia (2001) apresenta as implicaturas escalares com base na interpretação neogriceana do fenômeno, através da qual “implicaturas deste tipo emergem sempre que as expressões que podem ser vistas como participando de uma escala informacional estão envolvidas.”<sup>84</sup> (Chierchia, 2001: 03). Cabe salientar que a interpretação escalar envolvida, porém, diz respeito ao *significado de uso* do quantificador, e não ao seu significado lógico. Nos exemplos acima, o autor pretende demonstrar que a sentença “João está cantando ou gritando” não implica que “João esteja fazendo as duas coisas”, mas apenas uma delas. No segundo caso, a implicatura de “alguns” é sempre “não todos”, uma vez que, quando se enuncia “alguns”, não se deve estar querendo dizer “todos”, porque se o enunciador quisesse englobar a totalidade dos alunos ele teria empregado o operador universal. Assim, a significação é processada por implicatura, de forma que o uso da palavra veta a interpretação semântica tradicional *via* teoria das implicaturas.

Segundo o autor, é como se os quantificadores pudessem ser alinhados em uma escala de informatividade, da seguinte maneira: *alguns* < *muitos* < *a maioria* < *todos*. A razão pela qual esta escala está assim disposta é o acarretamento: uma sentença como (256a) acarreta (256b), (256a) é considerada, para o autor, como informativamente mais forte.

- (256) a. **Todo** homem fuma.  
 b. **Alguns** homens fumam.

Segundo Chierchia, é possível formular uma regra:

Mais usualmente, sempre que um determinante D estiver à direita de um determinante D<sup>+</sup> na escala em (3), uma sentença no formato “D N V” acarretará uma sentença no formato “D<sup>+</sup> N V”. Similarmente, *e* e *ou* podem ser entendidas como parte de uma escala informacional, tal que *p* e *q*

---

<sup>84</sup> Implicatures of this sort arise whenever expressions that may be viewed as part taking in an informational scale are involved.

(assimetricamente) acarreta *p ou q* e, portanto, a primeira é mais informativa do que a última.<sup>85</sup> (CHIERCHIA, 2001: 03)

O autor salienta, também, que há uma controvérsia sobre o que constitui uma escala natural e, no nosso entendimento “dinâmico”, as escalas mais úteis seriam as feitas com base no contexto disponível. Porém, segundo o autor, Horn teria dado exemplos de escalas típicas, além de <e, ou> e os quantificadores positivos apresentados acima, como os seguintes:

- a. Quantificadores negativos: não nenhum < poucos < todos
- b. Predicados: bonito < lindo < estupendo; aceitável < bom < excelente ...
- c. Numerais: 1<...n < ...
- d. Modalizadores: possivelmente < necessariamente; pode < deve.

Onde  $a < b$  (“a é informativamente mais fraco que b”) equivale a  $b$  (assimetricamente) acarreta  $a$ .

Apesar desta breve caracterização semântica, como dissemos anteriormente, as implicaturas escalares (como quaisquer outras implicaturas) são um fenômeno derivado da violação das máximas conversacionais de Grice (1967). Partindo desta categorização, Chierchia (2001) afirma que é principalmente pela violação das máximas de *modo (relevância)* e *quantidade* que estas implicaturas podem ser disparadas. O autor apresenta um esquema (baseado em Landman, 1998) para exemplificar o raciocínio utilizado para chegar à implicatura.

- (257) Quem está naquela sala?
- a. João **ou** Guilherme.
  - b. João **e** Guilherme.

Imaginemos que um falante obtenha, em resposta à pergunta feita em (257), a sentença apresentada em (257a). Numa situação típica, ele deve concluir que a resposta em (257b) não informa suficientemente (ou não informa a verdade), de forma que, se ele obteve a resposta (257a), isto significa que João e Guilherme não estão, ambos, na mesma sala. O algoritmo de interpretação seria, aproximadamente, o seguinte:

- i. O falante disse (257a) e não (257b), que também poderia ser relevante.
  - ii. (257a) acarreta (257b). (*ou* e *e* são parte de uma escala).
  - iii. Se o falante tivesse a informação de (257b), ele a teria dado.
  - iv. O falante não tem evidência de que (257b) proceda.
  - v. O falante está bem informado.
- Portanto,

---

<sup>85</sup> More generally, whenever a determiner  $D$  occurs to the right of a determiner  $D^+$  in the scale in (3), a sentence of the form “ $D$  N V” will entail a sentence of the form “ $D^+$  N V”. Similarly, *and* and *or* can be thought of as part of an informational scale, as *p and q* (asymmetrically) entails *p or q*, and hence the former is inherently more informative than the latter.

vi. É improvável / não é o caso de que (257b) ocorra.<sup>86</sup> (CHIERCHIA, 2001:04) (Numeração alterada).

Segundo o autor, optar pela versão forte (*não é o caso*) ou fraca (*é improvável*) de *vi* do algoritmo depende de diversos fatores pragmáticos, mas normalmente, pela visão globalista, se entende que o cálculo da interpretação escalar só pode acontecer globalmente, depois de uma interpretação sintático/semântica da sentença: “Computa-se primeiro o significado (evidente) das sentenças; então, levando em conta as alternativas relevantes, reforça-se o significado pela adição da implicatura.”<sup>87</sup>(Chierchia, 2001: 04). Estas alternativas são entendidas como sendo mais relevantes em um conjunto de sentenças que, naquele contexto, poderiam ter sido proferidas. Segundo Chierchia, esta interpretação está de acordo com Krifka e com as discussões recentes sobre semântica de foco, uma vez que “quando itens escalares estão envolvidos, o conjunto de alternativas relevantes é constituído pelas proposições construídas usando os outros itens da escala”<sup>88</sup>. (Chierchia, 2001: 04). Ele, porém, rejeita essa visão, uma vez que entende que as implicaturas são computadas localmente, através de um significado “fortalecido” trazido pelo próprio item lexical, como veremos mais adiante.

Assim, estamos diante de um conjunto de sentenças construído levando-se em conta as possibilidades do contexto e outras sentenças nas quais a informação dada poderia ser mais ou menos forte ou mais ou menos verdadeira (pensemos, por exemplo, em violações de máximas feitas para salvaguardar a qualidade da informação: “sou incapaz de dar mais evidências a respeito do assunto, então opto por uma resposta que informe menos do que o que me foi solicitado”.<sup>89</sup>), e é com base nisto (no que o falante efetivamente disse, no que poderia ter dito e nas razões que o levaram a escolher uma e não outra) que o interlocutor teria evidências para calcular a implicatura. É assim que funciona com qualquer tipo de implicatura mas, no caso das escalares, como vimos, o interlocutor é quase sempre levado a contrastar a quantidade de informação contida no uso de um quantificador em detrimento de outro.

Assim, nós seguimos simultaneamente as condições de verdade e os conjuntos alternativos, o que equivale a dizer que o que nós chamamos de “significado” é, na verdade, um fenômeno multidimensional. Em algum ponto, nós escolhemos asseverar nossa sentença. I.e., nós a adicionamos a um contexto C, que incluirá um corpo informacional compartilhado (o plano

---

<sup>86</sup> i. The speaker said (6b) and not (6c), which would have been also relevant. ii. (6c) entails (6b) [*or* and *and* are part of a scale]] iii. If the speaker had the info that (6c), she would have said so [quantity] iv. The speaker has no evidence that (6c) holds. v. The speaker is well informed. Therefore: vi. It is unlikely/not the case that (6c) holds.

<sup>87</sup> One first computes the (plain) meaning of the sentences; then, taking into account the relevant alternatives, ones strengthens that meaning by adding in the implicature.

<sup>88</sup> When scalar items are involved, the relevant set of alternatives is constituted by propositions built up by using the other items on the scale.

<sup>89</sup>Para maiores detalhes, veja-se Grice ([1967]1982:97).

de fundo conversacional). É neste ponto que as implicaturas escalares são estabelecidas, ao escolher uma proposição de um dado conjunto de alternativas que irá, razoavelmente, carregar consigo as mais fracas (i.e., as alternativas acarretadas) e excluir as mais fortes (i.e., as alternativas implicadas).<sup>90</sup> (CHIERCHIA, 2002: 05)

O que se depreende desta afirmação pode ser exemplificado da seguinte maneira:

- (258) A: O que você acha da Maria?  
B: Acho simpática.

Em um contexto em que A e B compartilham informações a respeito de Maria (e, porque não, também compartilham informações a respeito do significado das palavras), no qual A busca a opinião de B a respeito de Maria, A interpretará a resposta de B levando em conta que:

- (259) i. A disse “simpática” e não “bonita” ou “linda”.  
ii. “Linda” conteria, entre outros, o sentido de “bonita” e “simpática”.  
iii. Se B considerasse que Maria é “linda”, ele teria dito “linda” e não “simpática”.  
iv. O falante não tem evidência de que “Maria é linda” e de que “Maria é bonita” proceda.  
v. O falante está bem informado e bem intencionado.  
Portanto,  
vi. É improvável / não é o caso de que B considere Maria linda.

Ou seja, a questão aqui é uma soma dos entendimentos de acarretamento (“achar linda” acarretaria “achar simpática” pela relação de hiponímia) com os algoritmos interpretativos de implicaturas. Neste sentido, implicaturas pressupostas seriam impossíveis, uma vez que a pressuposição se dá no nível semântico e as implicaturas num nível pragmático: para calcular uma implicatura, sempre se leva em conta o que o interlocutor poderia estar querendo dizer ao proferir aquela sentença.

Assim, para Chierchia (2001), um ponto crucial para confrontar a visão neogriceana tradicional das implicaturas escalares diz respeito ao tipo de implicatura que estas sentenças carregam. Para ele, algumas sentenças deixam mais claro o problema de esta suposição não se manter. Tomemos, por exemplo, o seguinte par de sentenças elencado pelo autor:

- (260) a. João: “**Alguns** alunos estão esperando por mim.”  
b. João acredita que **alguns** alunos estão esperando por ele.

---

<sup>90</sup> Thus, we keep track simultaneously of truth-conditions and alternative sets, which tantamounts to saying that what we call “meaning” is in fact a multidimensional phenomenon. At some point, we choose to assert our sentence. I.e. we add it to a context *c*, which will include a shared body of information (the conversational background). It is at this point that SIs are factored in. For to choose a proposition from a given set of alternatives will, reasonably, carry along the weaker ones (i. e. the entailed alternatives) and exclude the stronger ones (i.e. the entailing alternatives) (...).

Para ele, parece consensual que a interpretação de “não todos” está presente em (260b), mas não em (260a), porque é possível que João profira a sentença (260a) acreditando que todos os alunos estejam esperando por ele (num contexto em que ele esteja dando uma desculpa para algum conhecido que encontrou na rua sobre porque não pode ficar conversando, por exemplo, porque tem aula para dar). Segundo o autor, esta é uma evidência para confrontar a visão de que as implicaturas não são computadas globalmente. Isto fica mais visível com sentenças que envolvem numerais:

- (261) a. João: “Meu colega ganha \$100 por hora.”  
b. João acredita que seu colega ganha \$100 por hora.

Segundo o autor, “se a visão neogriceana tradicional sobre numerais estiver correta, o sintagma ‘\$100 por hora’ em (261a), via implicatura escalar, deve ter uma interpretação de ‘exatamente’. Mas na sentença (261b), o mesmo sintagma numérico perde esta interpretação.”<sup>91</sup> (Chierchia, 2002: 06). Assim, percebe-se que o cálculo da implicatura não acontece globalmente e, também, percebe-se a *acomodação*.

O que emerge dessas considerações é que, se as olharmos mais de perto, a ideia de que implicaturas são computadas globalmente (depois de a sentença raiz ter tido seu significado estabelecido pela gramática) parece enfrentar dificuldades empíricas. Consequentemente, parece errado assumir essa ideia como hipótese nula, apesar de suas várias características desejáveis à primeira vista. (...) Por outro lado, os fatos em discussão também constituem uma evidência preliminar que justifica explorar uma abordagem inteiramente diferente. Sua ideia principal é de que as implicaturas são introduzidas localmente o mais rápido possível na mesma ordem em que seus gatilhos (os termos escalares) são introduzidos na árvore sintática.<sup>92</sup> (CHIERCHIA, 2001: 08)

Esta é uma visão bastante interessante dos fatos, uma vez que, partindo-se do pressuposto de que as implicaturas são computadas ainda na formação/interpretação sintática, isso significa dizer que o gatilho da implicatura está em algum tipo de operador sintático que computa significados simultaneamente. Esta visão está de acordo com visões mais modernas da

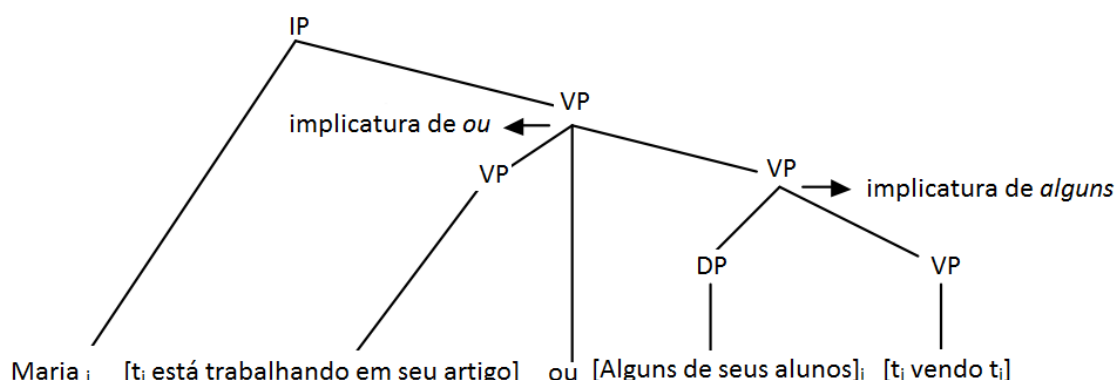
---

<sup>91</sup> If the standard Neogricean view of numerals is correct, the phrase “\$ 100 an hour” in (16a), via the scalar implicature, comes to have an “exactly” interpretation. But in sentence (16b), the same numerical phrase loses such an interpretation.

<sup>92</sup> What emerges from these considerations is that if we look at it more closely, the idea that implicatures are computed globally (after the root sentence has been assigned its basic meaning by grammar) seems to face empirical difficulties. Hence it seems wrong to take such an idea as the null hypothesis, in spite of its many *prima facie* desirable features. (...) On the other hand, the facts under discussion also constitute preliminary evidence that justifies exploring an altogether different approach. Its guiding idea is that implicatures are introduced locally as soon as possible in the same order in which their trigger (the scalar terms) are introduced in the syntactic tree.

Além disso, segundo o autor,

Uma árvore sintática concebida dentro dessa hipótese teria as implicaturas embutidas nos nós que contêm os itens que disparam a implicatura. Vejamos a árvore abaixo, uma representação da sentença “Maria está trabalhando em seu artigo ou vendo alguns de seus alunos”:



<sup>93</sup> Once introduced, implicatures are projected upwards and filtered out or adjusted, as the case may be, much like what happens with presuppositions.<sup>8</sup> As a matter of fact, the history of the problem of presuppositions offers a good analogy. In that case too, it was thought early on that presuppositions constituted a purely pragmatic phenomenon, not amenable to a grammar driven compositional treatment (see, e.g., Kempson 1975). But eventually it turned out that such a compositional, grammar driven treatment is, in fact, the one that gets us the better understanding of the phenomenon. In what follows, we shall, thus, sketch a projection algorithm for scalar implicatures. To do so we need first to have an idea of which contexts affect implicature projection. It is in this connection that the relation with NPis becomes central.

o significado de *alguns* e a implicatura de *não todos* são bastante ligados, sendo que a implicatura de uma sentença como (262) abaixo seria (262a), enquanto (262b) seria bloqueada:

- (262) Maria viu **alguns** de seus alunos.  
a. Maria viu *alguns embora não todos* os seus alunos.  
b. # Maria viu *todos* os seus alunos.

Chierchia (2001) refere a um problema, já apontado por Gazdar (1979), a respeito de contextos negativos que, aparentemente, suspenderiam as implicaturas escalares.

- (263) Maria não viu **alguns** de seus alunos.  
a. ? Maria não viu *alguns embora não todos* os seus alunos.  
b. Maria não viu *todos* os seus alunos.
- (264) Maria não encontrou Hugo ou Téo.  
a. Não é o caso que [Maria encontrou Hugo ou Téo mas não os dois].  
b. # Maria encontrou os dois.

De acordo com o autor, que se apoia sobre as reflexões de Horn (1989) sobre Gazdar (1979), não são apenas as negações que afetam a implicatura escalar, mas qualquer contexto que acarrete para baixo (*downward entailment, DE*).<sup>94</sup> Assim, os itens de polaridade negativa são complementares às implicaturas escalares, porque o uso de um IPN vai acarretar para baixo sempre:

- (265) a. Nenhum italiano come **qualquer** peixe cru.  
b. Nenhum italiano que coma **qualquer** peixe vai comê-lo cru.  
c. Não mais que n, pelo menos n, uns poucos, ... (CHIERCHIA, 2001: 10)

Como vimos, o *qualquer* de polaridade negativa é raríssimo em português brasileiro e, como temos argumentado ao longo desse trabalho, pode mesmo ser interpretado como um significado derivado do mesmo item lexical. Mesmo que *qualquer* não seja entendido como um item de polaridade negativa, ele favoreceria acarretamento para baixo, como veremos adiante.

Além disso, Chierchia (2001) aponta um dado interessante a respeito de *every* em interação com *ou*. “Como se sabe, *any* é licenciado na restrição de *every* (que é DE), mas não no seu escopo (que não é DE)”. (2001: 10). Assim, o autor define qual é a restrição de *every* a partir de sentenças como as abaixo:

- (266) a. Every student who wrote a squib or made a classroom presentation got extra credit.  
(Todo aluno que entregou um trabalho ou fez uma apresentação em sala ganhou crédito extra.)  
b. #But not every student who did both, got extra credit.  
(#Mas nem todo aluno que fez os dois ganhou crédito extra.)  
c. Every student wrote a squib or made a classroom presentation

---

<sup>94</sup> Uma função *f* é DE sse ela licencia inferências de um conjunto para seus subconjuntos, isto é, se *f*(A) acarreta *f*(B), sempre que  $B \subseteq A$ . (CHIERCHIA, 2001: 9-10)



(Todo aluno entregou um trabalho ou fez uma apresentação em sala) (CHIERCHIA, 2001: 10)

Para o autor, a sentença (266c) sugere que os alunos não fizeram as duas coisas: fizeram uma ou outra. Já (266a) parece disparar a implicatura de que houve alunos que fizeram os dois e, assim, (266b) não funciona como uma implicatura válida de (266a).

Em particular, a defensabilidade das implicaturas e o efeito do conhecimento contextual compartilhado devem ser levados em consideração. Considere por exemplo a sentença (266c). Se as implicaturas são introduzidas localmente, então sentenças como essas devem ser entendidas como “todo estudante tanto escreveu um trabalho ou fez uma apresentação, mas não os dois”. Eu acredito que isso é o que, de fato, acontece em contextos neutros (i.e., contextos onde pouco sobre fatos relevantes é conhecido).<sup>95</sup> (CHIERCHIA, 2001: 10) (Numeração alterada).

Além disso, o autor pontua que, no caso de termos a informação contextual de que, naquela classe, houve alunos que fizeram ou o trabalho, ou a apresentação ou os dois, a sentença utilizada para descrever a cena seria (266c) e, nesse caso, o *ou* (que é o objeto de estudo do autor neste texto) não seria exclusivo. Ou seja, de certa forma, a implicatura de que *ou* é exclusivo é projetada no item lexical, mas pode ser bloqueada pelo contexto, uma vez que “imediatamente, vemos que a implicatura não é compatível com o contexto, então nós a jogamos fora”<sup>96</sup> (2001: 10-11). Esta constatação é extremamente importante para a teoria, uma vez que, como vimos, o contexto participa **filtrando** uma implicatura, e **não a projetando**, como se costumava entender até então.

Já em interação com itens lexicais negativos, a implicatura acaba sendo recalculada, ou, nas palavras do autor, “o que realmente acontece é que as implicaturas são, de alguma forma, “recalibradas”” (2001: 14). Isto porque o acarretamento para baixo interage com as implicaturas embutidas nos quantificadores de uma forma não linear.

Itens de polaridade negativa tendem a ser indefinidos. Não há palavra que signifique “dois” ou “três” e que seja restrita a ambientes de acarretamento para baixo como “any” e “ever” são. Não há palavras que signifiquem “a maioria” ou “every” [cada, neste sentido] e sejam restritas a ambientes negativos. Neste sentido, não há palavra que signifique “pouco” e seja restrita desta forma. Quantificadores e numerais caem naturalmente dentro de escalas. Não há quantificadores de polaridade negativa “intermediários” ou final-de-escala que possam livremente se combinar com “qualquer N” e

---

<sup>95</sup> In particular, the defeasability of implicatures and the effect of shared contextual knowledge have to be taken in due consideration. Consider for example sentence (35c). If implicatures are introduced locally, then such a sentences ought to be understood as “every student wrote either a paper or made a presentation but not both”. I think that this is what in fact happens in neutral contexts (i.e. contexts where little is known about the relevant facts).

<sup>96</sup> We immediately see that the implicature is incompatible with the context, so we throw it out.

ocorrer em qualquer posição argumental e estejam restritos a ambientes de acarretamento para baixo.<sup>97</sup> (CHIERCHIA, 2011: 169)

O autor dá ainda os seguintes exemplos (em a) seguidos pelas suas implicaturas (em b):

- (267) a. Nessa turma, **ninguém** leu três artigos (da lista de leitura).  
b. Ninguém leu três artigos  $\Rightarrow$  alguém leu dois artigos.
- (268) a. Nessa turma, **ninguém** leu muitos artigos (da lista de leitura).  
b. Ninguém leu muitos artigos  $\Rightarrow$  alguém leu alguns artigos.
- (269) a. **Nenhum** aluno leu muitos artigos.  
b. \* (De fato / na verdade) Nenhum aluno leu nenhum artigo.

Segundo o autor,

Numa primeira aproximação, parece que, nestes casos (exceto removendo implicaturas acarretadas), você adiciona novas implicaturas criadas pela interação dos acarretamentos dos elementos negativos e dos acarretamentos de termos escalares. No caso de (267a), é intuitivamente claro que o conjunto de alternativas relevantes será como o que segue: {nenhum aluno leu algum artigo, nenhum aluno leu muitos artigos, nenhum aluno leu todos os artigos}.<sup>98</sup> (2001: 14) (Numeração alterada.)

O fato de que a interação com a negação recalcula a implicatura já foi visto neste trabalho sobre o *qualquer* que se considera de polaridade negativa, e voltaremos a falar disso no próximo capítulo. Além disso, o autor não deixa de fazer menção ao que acontece com *every* e as implicaturas que ele carrega. Como ele está dando às implicaturas um traço de escalaridade, *every* é o item mais forte de uma escala em uma cadeia de implicaturas, fato que, como vimos, vai fazer com que ele sempre carregue a implicatura de ser contextualmente mais relevante (mais forte) que as sentenças quantificadas por outros termos (que Chierchia leva em conta nesse artigo, como *alguns*, *poucos*, *uns tantos*, *nem todos*...). Assim, o que acontece com *every* serve como analogia para o fenômeno que acontece com *ou*, paradigmático das projeções de implicaturas escalares:

Vejamos como os fatos deste tipo são mesmo bastante generalizados. Um caso interessante é o da restrição de *every*. Uma vez que ele cria (no seu

---

<sup>97</sup> NPIs tend to be indefinites. There is no word that means 'two' or 'three' and is restricted to DE environments the way any or ever are. There are no words that mean most or every and are restricted to negative environments. For that matter, there is no word that means few and is restricted in that way. Quantifiers and numerals fall naturally into scales. There are no "intermediate" or strong-end-of-scale NPI quantifiers that can freely combine with any N and occur in any argument position and are restricted to DE environments.

<sup>98</sup> What is going on? As a first approximation, it looks like in these cases (besides removing embedded implicatures), you add in new ones created by the interaction of the embedding negative element and the embedded scalar terms. In the case of, for example, (54b), it is intuitively clear that the relevant alternative set will look as follows: {no student read some paper, no student read many papers, no student read every paper}.

primeiro argumento) um contexto DE, ele não deveria apenas remover implicaturas presentes mas também induzir novas. E ele o faz. Uma sentença como (a) implica (b): a. Todo mundo que leu dois artigos passou no exame. (b) Nem todo mundo que leu um artigo passou no exame.<sup>99</sup> (2001: 15)

Toda esta questão das implicaturas escalares chega a um ponto crucial em Chierchia (2011), quando o autor busca encontrar as razões pelas quais os termos escalares são usados. Segundo o autor,

a distribuição da interpretação de termos escalares pode ter uma explicação muito simples e embaraçosamente discutível em termos de como a força lógica afeta o conteúdo informacional. Qualquer que seja o mecanismo por trás dos itens escalares, seu efeito é tipicamente o de reforçar uma asserção, isto é, torná-la mais informativa.<sup>100</sup> (2011:23)

Disso, Chierchia depreende a máxima “maximize a força”, que ele coloca nos seguintes termos: “Não se adiciona uma implicatura se ela leva ao enfraquecimento [de uma proposição], a não ser que você seja obrigado” (2011: 25).<sup>101</sup> O funcionamento do enfraquecimento informacional pode ser explicado, via Grice (1975), pela não violação da máxima da quantidade, ou seja, “não dê mais ou menos informação do que o solicitado”. Para Chierchia (2011), no entanto, a informatividade tem relação com as derivações semânticas que podem ser feitas das sentenças utilizadas.

Se  $\phi$  assimetricamente acarreta  $\psi$ , então  $\phi$  é mais informativo que  $\psi$  simplesmente porque  $\phi$  precisa ser verdadeira em um subconjunto adequado de situações (/mundos) em que  $\psi$  é verdadeiro. Em outras palavras,  $\phi$  elimina mais “opções vivas” que qualquer outra proposição  $\psi$  logicamente mais fraca.<sup>102</sup> (2011: 24)

Ou seja, *informatividade*, aqui, se define em termos de acarretamento: uma sentença que tenha mais acarretamentos que outra é menos informativa, porque o poder de informação que ela carrega é menor (pelo fato de poder ser verdadeira em mais contextos). Assim, uma sentença como “João comeu um sanduíche” informa mais do que “João comeu”, porque “João comeu um sanduíche” é verdadeira em menos contextos do que “João comeu”. Já para a

---

<sup>99</sup> Let us see that facts of this sort are indeed quite general. An interesting case is that of the restriction of every. Since it creates (in its first argument) a DE context, it should not only remove implicatures when present but also induce new ones. And it does. A sentence like (a) implicates (b): a. Everyone who read two papers passed the exam. b. Not everyone who read one paper passed the exam.

<sup>100</sup> The distribution of the interpretation of scalar terms may have a very simple and arguably compelling explanation in terms of how logical strength affects information content. Whatever the mechanism behind SIs, their effect is typically that of strengthening an assertion, i.e. making it more informative.

<sup>101</sup> Don't add an implicature if it leads to weakening, unless you have to.

<sup>102</sup> If  $\phi$  asymmetrically entails  $\psi$ , then  $\phi$  is more informative than  $\psi$ , simply because  $\phi$  must be true in a proper subset of the situations(/worlds) in which  $\psi$  is true. In other words,  $\phi$  rules out more “live options” than any logically weaker proposition  $\psi$ .

negação, o processo se inverte: “João não comeu um sanduíche” informa menos do que “João não comeu”, porque, como vimos, a negação acarreta para baixo. Se “João não comeu”, estamos negando todos os subconjuntos menores: “João não comeu um sanduíche”, “João não comeu um pastel”, “João não comeu um bolo” e assim por diante.

Outro exemplo interessante pode ser visto com o funcionamento do *any* (e, particularmente neste caso, também no funcionamento de *qualquer*): ele(s) restringe(m) ainda mais o conjunto e, portanto, maximizam a força da informação. Vejamos o esquema abaixo (adaptado de Chierchia, 2011: 28 e 29):

- (270a) Eu não voto em tucano.  
 $\neg \exists x \in [\text{tucano}(x) \wedge \text{Eu voto em } x]$   
 Não é o caso de que haja x [x pessoas por aqui] tal que x seja tucano e eu vote em x
- (270b) Eu não voto em **qualquer** tucano.  
 $\neg \exists t \in T \exists x \in D [\text{tucano}(x) \wedge \text{Eu vou votar em } x \text{ em } t]$   
 Não é o caso de que haja em algum tempo t [t como parte da minha vida adulta] e alguma pessoa x [x alguém em quem eu poderia votar] tal que esse x seja tucano e eu vou votar em x em t
- (270c)  $\neg \exists t \in T [\text{Eu voto em um tucano em } t]$
- (271a) Não sobrou  $[_{NP, D} \text{ bolacha}]$ .  
 $= \neg \exists x \in D [\text{bolacha}(x) \wedge \text{sobrou}(x)]$   
 Não existem coisas [nos lugares comuns da cozinha] onde existam bolachas e elas tenham sobrado (não tenham sido comidas)
- (271b). Não sobrou  $[_{DP, D'} \text{ qualquer bolacha}]$ .  
 $= \neg \exists x \in D' [\text{bolacha}(x) \wedge \text{sobrou}(x)]$   
 Não existem coisas [em lugares comuns ou incomuns da cozinha] onde existam bolachas e elas tenham sobrado (não tenham sido comidas)
- (271c)  $D \subseteq D'$

A ideia presente nos dados acima é a de que o *qualquer* faz o domínio ser ampliado e passar a conter o domínio inicial, de forma que dizer “não voto em *qualquer* tucano” significa “não voto em nenhum tucano sob hipótese alguma”; “não há *qualquer* bolacha” é “não há bolacha em lugar nenhum, nem um tipo de bolacha, nem uma muito velha, nem uma muito pequena, em nenhum lugar em que eu tenha procurado e em que eu não tenha procurado também”. Nas palavras do autor,

Dadas essas considerações, o fato de que o *any* é contrastivamente percebido como mais forte que *a/some* pode se dever à maior propensão daquele para tornar domínios maiores. (...). O que gostaríamos de dizer é que quando comparamos uma sentença com *any* a uma similar sem *any*, o domínio associado a *any* não pode ser menor que aqueles da sua classe de comparação. Em outras palavras, a propriedade distintiva de *any* parece ser a coerção das alternativas com as quais ele pode ser contrastado. Tudo isso

nos leva a considerar como as alternativas entram na caracterização do comportamento de um item.<sup>103</sup> (2011:30)

Ou seja, comparando um conjunto de alternativas possíveis, sentenças com *any* (e, como vimos, com *qualquer*) parecem ser muito mais informativas do que sentenças semelhantes sem ele. O autor aponta, porém, para uma generalização a respeito do *any* e de implicaturas escalares: “implicaturas escalares (mais comuns) são suspensas em contextos que licenciam *any* (tanto como item de polaridade negativa como de livre escolha).” (2002: 14), considerando que as implicaturas são adicionadas localmente pelo item lexical, como vimos. Neste sentido, o paralelo com o português não se aplica: se é verdade o que temos visto até aqui, *qualquer* parece justamente conter todas as alternativas possíveis dentro de si, permitindo que se faça uma escala de possibilidades aventadas e se afirmando ou negando sobre todas elas. Se é o caso de que as sentenças com *qualquer* seriam mais informativas em português, isso só poderia se dar por um efeito contextual, portanto.

Chegamos aqui às questões que mais nos interessam nessa discussão: como tratar *todo*, *cada* e *qualquer* em termos de escalaridade? Chierchia parece colocar *every* no topo da lista, mas admite que *any* possui uma força informacional muito grande. Em português, verificamos a mesma coisa, embora nossa intuição entenda que a força informacional de *qualquer* é maior que a de *todo*, como evidenciaremos no próximo capítulo.

Dissemos algo sobre *qualquer* e *todo*, mas não sabemos exatamente onde posicionar *cada* na escala. Num certo sentido, *cada* parece ter mais força do que *todo*, mas isso se deve mais ao seu traço de distributividade do que a algum acarretamento lógico uma vez que, como temos visto, a distributividade de *cada* pode estar presente em *todo* também.

(272) Procurei esse ursinho em **todo** canto da casa.

(273) Procurei esse ursinho em **cada** canto da casa.

Novamente, a intuição é de que, assim como o *qualquer*, o *cada* pode ampliar o domínio do conjunto saliente contextualmente não pela força de *widening*, como vimos, mas pela necessidade de distributividade: se eu procurei em cada canto, não posso ter deixado nenhum passar. Se, por outro lado, procurei em “*todo canto*”, posso ter apenas procurado nos prototípicos.

---

<sup>103</sup> Given these considerations, the fact that *any* is contrastively perceived as stronger than *a/some* may be due to a greater proclivity of the former to go for wider domains. (...) What we would like to say is that when we compare a sentence with *any* with a similar one without *any*, the domain associated with *any* cannot be smaller than those of its comparison class. In other words, the distinguishing property of *any* seems to be a constraint on the alternatives it can be contrasted with. All this leads us to a consideration of how alternatives enter into characterizing the behavior of an item.

Já com relação a *todo* e aos itens que se unem a ele, podemos pensar nas seguintes escalas de força informativa: *todo o* > *todo um*; *todos os* > *todo*. São duas escalas por conta da composicionalidade e do plural que, como vimos, altera os significados e os torna incomparáveis. Neste sentido, apresentamos os exemplos abaixo, já colocados na escala de força:

- (274) a. **Todo o país** chora com a perda do título. >  
b. **Todo um país** chora com a perda do título.
- (275) a. **Todos os países** choram com a perda do título. >  
b. **Todo país** chora com a perda do título.

A tentativa de colocar estas expressões em escala pretende abordar a significação do uso que comumente se faz delas, uma vez que, como vimos, a literatura já as tratou como intercambiáveis. Se, de fato, elas podem ser intercambiáveis (como o são em alguns casos), há que ter um traço de significação que aponte para a preferência na escolha de uma ou de outra nos casos em que a troca pode ser feita. Se isso acontece, deve haver algo relacionado com a força informativa (ou, de acordo com outras perspectivas teóricas, *argumentativa*) que essas expressões carregam consigo. Neste sentido, as sentenças que trouxemos no início deste texto podem ser avaliadas não só pelo valor de verdade e não só pelo conteúdo proposicional, mas pelo teor de informações que podem passar via implicatura. Revendo nosso velho exemplo:

- (276) **Toda** criança tem direito a um brinquedo.  
(277) **Cada** criança tem direito a um brinquedo.  
(278) **Qualquer** criança tem direito a um brinquedo.

Via implicatura, a interpretação que podemos fazer destas sentenças (como temos visto a partir da intuição de vários falantes que tenho testado ao longo da confecção deste trabalho) é que a sentença em (276) universaliza, não dando informações nem sobre a criança, nem sobre o brinquedo, da mesma forma que a sentença em (278). Neste sentido, as duas seriam informativamente equivalentes, tendo o mesmo significado sob uma perspectiva que contemple o potencial de alteração de contexto. (277), no entanto, parece informar que *é o direito é a um e apenas um brinquedo por criança* (o que contrasta principalmente com (276), que parece informar que “toda criança tem direito a *pelo menos um* brinquedo; no caso de sobrarem brinquedos ao final da distribuição, nada impede que uma criança possa ganhar outro”. Em (278), *qualquer* não parece ter escopo sobre “um brinquedo”.

Formulando um conjunto de alternativas (CHIERCHIA, 2002: 18), teríamos, para (276), o seguinte:

- (279) a. **Toda** criança tem direito a um brinquedo.

- b. LF:  $[\forall x \text{ } [x \text{ é criança}] \rightarrow [\text{tem direito a um brinquedo}]]]$
- c. [um brinquedo] = pelo menos um brinquedo/ ( $\neg$  o mesmo brinquedo)
- d. [toda criança tem direito a um brinquedo] ALT = {[nenhuma (criança') (tem direito a um brinquedo')], [pouca (criança') (tem direito a um brinquedo')], [alguma (criança') (tem direito a um brinquedo')], [muita (criança') (tem direito a um brinquedo')], [toda(criança') (tem direito a um brinquedo')]}]

A ideia é que em (279d) teríamos todas as formas possíveis de uma proposição raiz, ou seja, todas as alternativas de enunciar a proposição em (279a), organizadas da mais fraca à mais forte informativamente. Dentro desse conjunto de alternativas, (279a) seria escolhida por valer para menos contextos possíveis do que as outras possibilidades.

Repetindo o trabalho para (277) e (278) teríamos o seguinte:

- (280) a. **Cada** criança tem direito a um brinquedo.
- b. LF:  $[\exists x \text{ } | \forall x \exists y \text{ } | [x \text{ é criança}] \rightarrow [\text{tem direito a um brinquedo } (y) ]]]$
- c. [um brinquedo] = um único brinquedo/ ( $\neg$  o mesmo brinquedo)  $\wedge$  ( $\neg$  pelo menos um brinquedo)
- d. [cada criança tem direito a um brinquedo] ALT = {[nenhuma (criança') (tem direito a um brinquedo')], [pouca (criança') (tem direito a um brinquedo')], [alguma (criança') (tem direito a um brinquedo')], [muita (criança') (tem direito a um brinquedo')], [toda(criança') (tem direito a um brinquedo')]} ou, ainda, ALT = {[um grupo de(crianças)(tem direito a apenas um brinquedo)], [(uma criança individualmente)(tem direito a um brinquedo)]}
- (281) a. **Qualquer** criança tem direito a um brinquedo.<sup>104</sup>
- b. LF:  $[\forall x \exists y \text{ } [x \text{ é criança}] \rightarrow [\text{tem direito a um brinquedo}]]]$
- c. [qualquer criança] = qualquer tipo de criança
- d. [um brinquedo] = pelo menos um brinquedo/ ( $\neg$  o mesmo brinquedo)
- e. [qualquer criança tem direito a um brinquedo] ALT = { [somente um tipo de(criança') (tem direito a um brinquedo')], [alguns tipos de(criança') (têm direito a um brinquedo')], [quase todos os tipos de (criança') (têm direito a um brinquedo')], [todos os tipos de(criança') (têm direito a um brinquedo')]}]

Novamente, o que vemos é que, escolhendo uma alternativa que seja mais forte informativamente que as outras, eliminamos a possibilidade de a implicatura disparar qualquer interpretação que esteja abaixo ou acima na escala de força: se são todas, não podem ser algumas; se é cada criança, não pode ser um grupo composto por duas crianças; se é *qualquer criança*, não é apenas um determinado tipo de criança.

Esta tentativa de “escalarização” procura nos situar dentro dos moldes de Chierchia (2002; 2011), embora o próprio autor reconheça que as escalas não são perfeitas nem estanques, mas adaptáveis contextualmente. Mesmo assim, há padrões que podem ser reconhecidos:

<sup>104</sup> Estamos fazendo uma proposta de descrição formal para estes dois operadores buscando captar a distinção entre a pressuposição de existência envolvida no emprego de *cada* e a ausência dessa pressuposição no emprego de *qualquer*. A questão crucial, aqui, no entanto, é que o conjunto de variáveis projetadas para cada um dos operadores é ligeiramente parecido, mas a seleção que será feita entre elas não é.

Eu acredito que as razões para esse fenômeno devem ser procuradas em dois fatores. O primeiro é a “granularidade” da escala, isto é, os intervalos entre os membros da escala que são tomados como contextualmente relevantes. Por exemplo, falando de idade, tipicamente, nós não consideramos meses (a não ser que seja a de bebês); e, algumas vezes, falamos em termos de décadas. (...) Isto interage com o segundo fator, nomeadamente a polaridade em que cada termo escalar está definido. Se é positiva, a alternativa relevante será mais alta na escala. Consequentemente, não importa que granularidade seja escolhida, uma terá o efeito de “exatamente” (relativo à granularidade). Mas se a escala é definida negativamente, as alternativas relevantes (i.e., as que podem contextualmente render proposições mais fortes) devem ser procuradas mais abaixo. (2002: 16) <sup>105</sup>

Evidentemente, todas essas considerações partem do pressuposto de que os falantes estão sendo cooperativos.

---

<sup>105</sup> I believe that the reasons for this phenomenon have to be sought in two factors. The first is the “granularity” of the scale, i.e. the intervals between the scale members that are taken to be contextually relevant. Clearly, not all the alternatives in a scale are always relevant. For example, in talking of age, we do not typically consider months (unless it’s babies); and sometimes we talk in terms of decades. (...) This interacts with the second factor, namely the polarity under which the scalar term is embedded. If it’s positive, the relevant alternative will higher on the scale. Hence, no matter what granularity is chosen, one will get an “exactly” effect (relative to that granularity). But if the scale is embedded negatively, the relevant alternatives (i.e. those that can potentially yield stronger statements) have to be sought at the low end.



## 6. Considerações finais: fechando as pontas

Nos capítulos anteriores, nos dispusemos a enfrentar a maioria dos problemas que a literatura aponta para *todo*, *qualquer* e *cada* sem atar as pontas da discussão. A ideia era justamente essa: apresentar os problemas, mostrar que são muitos, identificar os pontos nevralgicos para, ao final, apresentar uma proposta que fechasse algumas das pontas soltas, mas que, principalmente, discutisse a natureza e a distinção semântica desses operadores. Neste sentido, portanto, este capítulo pretende atar o que ficou solto sob uma perspectiva que, como vimos no capítulo anterior, leva em conta parcialmente o contexto sintático mas, principalmente, o contexto semântico criado pelo encadeamento das sentenças em determinado momento de conversação.

Evidentemente, esta proposta não resolve todas as questões, mas pode jogar luz sobre alguns aspectos que até então estavam obscuros na literatura que levantamos, uma vez que, até este ponto, trouxemos autores e tratamentos teóricos que contemplaram diferentes pontos de vista em relação a ocorrências isoladas de *todo*, *qualquer* ou *cada* no interior de sentenças ou, no máximo, com escopo cruzado com definidos, indefinidos e negação. Porém, há casos em que o escopo desses operadores se cruza entre si: quando não na mesma sentença, em sentenças relacionadas. Neste sentido, o pano de fundo conversacional, como apresentado no capítulo anterior, pode jogar luz sobre tais questões.

Assim, pretendemos, neste capítulo, aplicar em sentenças sobre as quais as análises apresentadas nos capítulos 2, 3 e 4 não se mostram suficientes, o arsenal teórico levantado no capítulo anterior, a semântica dinâmica, bem como análises que considerem fatores mais discursivos do uso destes operadores, como é o caso das implicaturas escalares. Desta forma, buscamos utilizar a semântica dinâmica como uma teoria auxiliar, não como uma teoria a suplantiar as demais, ou como uma análise definitiva, mas como uma possibilidade de interpretação dos significados destes operadores em um viés que leve em consideração o contexto em que aparecem e, assim, seu relacionamento inter-frasal.

Antes disso, porém, cabe uma última discussão epistemológica que faz-se necessária neste momento a respeito da natureza dos quantificadores.

### 6.1 Indefinidos ou quantificadores?

Heim (1982 [2011]) traz à tona o conflito da literatura quando, no âmbito de estudo dos determinantes, aponta para a ambiguidade presente desde o início das teorias semânticas: se um item lexical pode ser retomado anaforicamente, ele precisa denotar uma entidade definida.

Porém, um indefinido nem sempre refere a um item específico. Assim, o tratamento dado a estes itens precisa ser capaz de contemplar uma natureza algo mutável de expressões indefinidas. Para que isto fique mais claro, vejamos o seguinte exemplo.

(282) Um cachorro entrou na sala. Ele é de Maria.

A discussão é antiga e familiar para qualquer semanticista. Não vamos aqui trazer toda ela à tona, porque não é necessário. Cabe dizer que se *um* é indefinido, ele projeta a existência de um indivíduo, mas não assegura a sua denotação. Se é possível retomá-lo anaforicamente ([ele] referencia [cachorro]), é porque a sua identidade é conhecida e está assinalada. No entanto, nem sempre é assim, como podemos ver no exemplo abaixo (adaptado de (1982 [2011])):

(283) Um cachorro está revirando minha lata de lixo. Ele rasgou algumas sacolas.

A partir dessa sentença, não é preciso necessariamente conhecer a identidade do cachorro para se fazer uma retomada anafórica. A retomada se dá apenas pela projeção de existência veiculada pela sentença: há um cachorro que está revirando o lixo e eu imagino que é esse cachorro que rasgou as sacolas, ainda que não saiba qual é o cachorro (ou que não se possa assegurar que, de fato, é apenas um). É um cachorro indefinido, mas mesmo que sua identidade seja desconhecida, é possível predicar coisas sobre ele porque, ainda que a existência não esteja denotada, a coindexação do referente é garantida estruturalmente.

A famosa explicação de Heim diz respeito à saliência contextual (e, por que não, sintático-estrutural), uma vez que o encadeamento com a estrutura subsequente depende do modo como a estrutura é configurada: o elemento anafórico só é licenciado em contextos que permitam a saliência do referente que é retomado. O exemplo clássico da autora (HEIM, 1982 [2011]) é o seguinte:

(284) Eu derrubei dez bolas de gude e encontrei todas, exceto por uma. Ela provavelmente está embaixo do sofá.

(285) Eu derrubei dez bolas de gude e encontrei apenas nove. Ela provavelmente está debaixo do sofá.

A questão que se coloca, então, é saber se indefinidos fazem ou não referência. Neste sentido, a autora apresenta diversas teorias, e, ao final, propõe que indefinidos são, na verdade, variáveis ligadas que serão atualizadas e preenchidas pelo contexto (ou por informações que venham a ser acrescentadas) e que não possuem força quantificacional. “A ideia que eu vou perseguir é que o indefinido, em si, tem basicamente o significado de uma variável” (HEIM, 2011: 85).

Além disso, cabe salientar que, para a autora,

Sempre que o indefinido parecer agir como um quantificador em qualquer elocução é realmente alguma outra coisa na elocução que é responsável pela força quantificacional. Nos exemplos que estivemos olhando, esse “algo a mais” é simplesmente outra expressão. Quando na mesma elocução, é o advérbio de quantificação. (2011: 85)

E, ainda, o que Heim pretende fazer é mais do que

(...) permitir que indefinidos se convertam de quantificadores existenciais em universais sob certas condições: eu estou negando que eles tenham qualquer força quantificacional em si mesmos. O que parece ser a força quantificacional de um indefinido é sempre contribuição de uma expressão diferente no ambiente linguístico do indefinido ou de um princípio interpretativo que não esteja ligado ao significado lexical de nenhuma expressão particular. (HEIM, 2011:81)

Como vimos até aqui, *todo* pressupõe existência, mas *cada* e *qualquer* não necessariamente; eles podem projetar intensionalmente a existência pois, como no caso dos indefinidos, não é necessária a denotação de seu referente no mundo. Novamente, parece ser um caso de uma projeção de uma variável de um indivíduo, virtual, que pode vir a ser preenchida contextualmente. Sendo assim, *cada* e *qualquer* permitem a coindexação do referente virtual. Para esclarecer, vejamos os exemplos abaixo:

(286) Qualquer que seja o professor que assuma a vaga, terá seis ementas diferentes.

(287) Cada professor que assumir a vaga terá seis ementas diferentes.

Nos exemplos acima, o que ocorre é necessariamente coindexação entre o sintagma determinado por *qualquer/cada* e o sujeito da sentença encadeada. Quem quer que venha a preencher a vaga (e mesmo que isso não venha a ocorrer), em ambos os exemplos, será, necessariamente, a mesma pessoa que terá as seis ementas. O fato de o referente ser virtual não impede a sua coindexação na estrutura.

O critério de Heim (1982 [2011]) não permite agrupar os três operadores na mesma categoria, uma vez que *qualquer* se comporta como um indefinido; *cada* apresenta um comportamento de indefinido e de quantificador e *todo* quantifica. Para a autora, os operadores ou possuem força quantificacional e são, portanto, quantificadores, ou não a possuem e são indefinidos. Uma terceira via não é permitida. Segundo o que observamos ao longo desta tese, o comportamento de *cada* oscila entre uma interpretação indefinida e uma quantificacional, o que nos conduz a uma explicação alternativa.

Assim, podemos pensar que para os nossos três operadores haverá uma interpretação de escopo amplo, na qual não é possível identificar, no mundo, quem é o referente direto. Basta entender que a projeção de existência agirá como indefinido: ela é a variável que pode ser ligada, contextualmente ou não. Demos exemplos disso nos capítulos anteriores, mas podemos

retomar alguns deles: “qualquer pessoa” não necessariamente é uma pessoa que eu sei quem é; “cada pessoa” pode se referir a cada uma das pessoas de um conjunto contextualmente saliente e assim por diante. *Todo*, se usado no singular e determinando sintagma nu, também pode ter a mesma leitura; mas, acompanhado de definido, evidentemente, não: será necessariamente tão definido quanto o próprio definido.

## 6.2 Cruzamento de escopo

Como temos afirmado reiteradas vezes, acreditamos que é desejável contribuir com uma análise unificada que busque os aspectos comuns às múltiplas ocorrências de cada operador, não por tornar essa análise melhor ou mais completa do que as outras, mas para jogar luz sobre as semelhanças mais do que sobre as diferenças. Inclusive porque, como sabemos, a tradição gramatical opera muito com exceções a regras ao invés de tentar propor uma descrição mais abrangente. Além disso, se possível, fazer uma análise que integre os três operadores focalizados neste trabalho, quando ocorrem interrelacionados em sentenças (reais ou possíveis) também é desejável.

Uma das formas de unificação que temos anunciado, ao longo do trabalho, diz respeito à teoria das implicaturas escalares, que estão no limiar da distinção habitual entre a semântica e a pragmática. A proposta da teoria das implicaturas escalares pode ser acusada de pouco explicativa porque muito ampla, mas acreditamos que suas principais virtude e importância para este trabalho são a de captar características semânticas que tenham influência sobre aspectos do comportamento pragmático dos sintagmas que tais operadores afetam.

A questão que buscamos explicitar no capítulo anterior pode ser resumida nas seguintes palavras de Chierchia (2002):

A gramática nos dá dois procedimentos interpretativos relacionados que estabelecem dois tipos de valores para cada expressão: o **valor planejado** e as **alternativas fortalecidas**. Os valores planejados são definidos da maneira habitual. As fortalecidas são definidas em termos das planejadas e no conjunto de valores de alternativas relevantes (localmente). **A recursão através da qual os valores fortalecidos são definidos é uma simples modificação do significado padrão.** Através dessa recursão, as implicaturas vêm de duas formas, correspondendo aos dois tipos de implicaturas que identificamos (...). As **implicaturas diretas** vêm na primeira posição do escopo do termo escalar, de acordo com a regra de Krifka [1979]. As **implicaturas indiretas** vêm através da interação de um operador de **acarretamento para baixo** com um termo escalar definido, através da Aplicação Forte. A introdução correta das implicaturas indiretas é monitorada a cada passo, como garantia de que o valor fortalecido/reforçado permanece, de fato, ainda mais forte. O ponto crucial é que o nível em que cada implicatura é adicionada (ou removida) não pode e não deve ser livremente atribuído, sob este ponto de vista, mas é apenas o contexto local mais relevante. Contrariamente ao ponto de vista dominante (mas consistentemente de

acordo com as nossas observações), **as implicaturas**, como o significado central, **são computadas composicionalmente de baixo para cima, fora da forma lógica**. (CHIERCHIA, 2002:21) (Grifos nossos.)

O que Chierchia nos mostra, aqui, é que o significado da expressão pode ser “fortalecido”, ou seja, uma expressão pode, a partir de seu significado planificado (inicial, literal), ser **reforçada** com um traço de significado que faz dela, em um conjunto de alternativas semelhantes e relevantes para aquele contexto, mais forte; neste caso, mais informativa. Segundo o autor, o que é mais importante nesse procedimento, além das especificidades que ele explica, é que a implicatura é calculada fora da forma lógica (e, portanto, para fora do componente semântico). Para Chierchia, a implicatura é calculada no nível sintático e, portanto, a partir do significado da palavra e da posição que ela ocupa na frase, e não depois que todo o processamento sintático já aconteceu.

Neste sentido, da mesma forma que em Legroski (2011), voltamos a entender que o significado entendido como “literal” das palavras pode ser mais abrangente do que uma definição rasteira acreditaria. Ora, se as palavras podem ter alternativas de significado mais fracas ou mais fortes que podem estar sendo deixadas de lado para o cálculo da implicatura contextualmente, não precisamos apelar para explicações pragmáticas (na acepção mais comum desses termos) para entendermos que os significados (que chamamos de) “adjetivais” de *todo*, *cada* e *qualquer* não são dados pelo uso, mas são, sim, trazidos no núcleo (ou no sentido literal) de cada uma dessas palavras. Tendo isso em vista, há alguns dados que eu ainda gostaria de discutir antes da conclusão deste trabalho.

Ouvindo um episódio de um podcast de que eu gosto muito, o Nerdcast, que versava sobre estratégias de como “pegar mulher na balada”, um dos participantes explicava que o nível de exigência que um homem deve ter na hora de escolher a sua “presa” é determinado, *grosso modo*, pelo desempenho que ele costuma ter nesse tipo de situação. Assim, ele ia dizendo sobre como alguém sem muita habilidade de conquista não pode escolher muito, sob a pena de acabar ficando sozinho. Neste contexto, ele profere uma sentença mais ou menos com a seguinte estrutura:

(288) Ou você pega **todas** e é exigente ou você não é exigente e pega **todas**.

Desde que ouvi esta sentença, fora a repulsa pelo conteúdo, me causou interesse o fato de que *todas* está sendo usado com dois diferentes sentidos contextuais: na primeira ocorrência, seu significado poderia ser parafraseado por “todas as garotas que você quer” (e isso teria como consequência “você poder ser exigente porque pode escolher quem quer pegar”); na segunda, por “todas as garotas que aparecerem/existirem” (como consequência do

fato de “você não ser exigente”). No sentido que nos interessa observar aqui, a primeira ocorrência de *todas* parece restringir o conjunto, enquanto a segunda parece ampliá-lo. É um caso muito semelhante ao que acontece no exemplo (31), repetido aqui como (289):

(289) Casamento para **todos**: um ‘não’ que veio para ficar.

(Disponível em: <<http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/3705171-casamento-para-todos-um-nao-que-veio-para-ficar>>. Acesso em 22/04/2013.)

O caso debatido na matéria é a lei que coloca em discussão o casamento civil igualitário para casais homoafetivos na França, o que contextualmente nos leva a entender que *todos*, ali, é um ampliador do conjunto dos que têm direito a se casar legalmente. Neste caso, *todos* focaliza um “conjunto máximo”, que compreende elementos deixados de lado da maioria; não só os elementos salientes – ou prototípicos, mas sim todos (nesse caso a população que preencha as condições etárias para contrair matrimônio). Isto soaria como uma obviedade mas, como vimos exaustivamente no capítulo 2, o uso de *todo(s)* compreende, muitas vezes, apenas a totalidade saliente ou prototípica do que está colocado em cena. Apenas para relembrar esta discussão, o exemplo em (290) abaixo confirma o que estamos dizendo:

(290) Entre os serviços públicos que nosso governo deveria prover para os cidadãos deveria estar o acesso à internet Wi-Fi, gratuita, para **todos**.

(Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/rede/eu-virtual/2014/06/07/wi-fi-gratuita-para-todos/>>. Acesso em 07/06/2014.)

Como espero ter deixado claro até aqui, *todos* em (290) acima não se trata da universalidade do conjunto de pessoas que habitam o mundo, nem da totalidade de elementos que formam o conjunto dos brasileiros, mas de todos os que possuem celulares, computadores, gadgets ou qualquer outro tipo de dispositivo que possa acessar a internet *via* wi-fi: ou seja, a totalidade de um conjunto discursivamente instanciado como prototípico.

No caso de (288), estão em oposição dois sentidos diferentes, com traços de significado diferentes atribuídos pela relação entre o uso de um e de outro e, aparentemente, pela inversão sintática utilizada ali. Só a inversão sintática, porém, não justifica a diferença de significado: é necessário retomar o que foi enunciado antes para ressignificar o operador.

Outra relação que podemos ver, ainda que a diferença do emprego seja mais óbvia, é uma sentença como a (291) abaixo, reproduzida de uma propaganda ouvida no rádio:

(291) Dizem que, em Curitiba, no verão, chove **todo dia**. E, no inverno, chove o **dia todo**.

Como se pode ver, estão em interação dois tipos “diferentes” de *todo*: o precedido de artigo e o não. Já vimos, no capítulo 2, como a relação entre o artigo definido (ou indefinido) se estabelece com o *todo*, também como funciona a composicionalidade ali. “O dia todo”,

portanto, se refere à totalidade de um dia (não poderia ser “\*chove dia todo”), enquanto “todo dia” se refere ao que é salientado pelo contexto (no caso, os dias do verão curitibano). A maioria dos falantes prefere a interpretação de que “chover todo dia” não significa mais chuva do que “[no inverno] chover o dia todo”, porque i) a interpretação de “chover todo dia” se mantém verdadeira no caso de que aconteça uma pancada de chuva de 1 minuto, por exemplo, todos os dias e ii) alguns falantes parecem perceber uma elipse de “todo dia” na segunda sentença, interpretando algo como “chove o dia todo [todo dia]”.

Pensando, portanto, nas implicaturas escalares, que discutimos no capítulo anterior, podemos organizar uma escala de força da implicatura: em (288), mais forte é o significado de *todas* que estreita o conjunto (“todas as que você quer”), pelo tipo de sentença e pelo conteúdo proposicional que ela veicula. No caso de (288), *todos* ampliando o conjunto tem um significado fortalecido em relação a um *todos* de conjunto estrito pressuposto que vem a ser negado mais tarde (em “casamento para todos: um não que veio para ficar”, só é possível cancelar o significado de *todos* que selecionaria um conjunto contextualmente saliente, como o do exemplo seguinte (“wi-fi para todos”), com a negação que surge na outra sentença. Se é um “não que veio para ficar”, o conjunto definido por *todos* os que **podem** se casar é acionado ao invés do conjunto de todos os que **querem** se casar, ainda que não haja comparação numérica possível entre os dois conjuntos.). Além desses, o significado de “todo dia” não é mais nem menos forte que o significado de “o dia todo” na sentença (291), deduzido do fato de que alguns falantes relataram achar impossível a comparação entre as sentenças em termos de quantidade de chuva por estação, mas compreenderam que a sentença significa que “sempre chove em Curitiba”. Neste caso, portanto, o significado fortalecido de *todo* só é dado pela sentença como um todo, no caso de a interpretação da segunda sentença possuir um movimento ou uma ligação com o “todo dia” da sentença anterior.

Sentenças com *todo* e *qualquer* na mesma posição sintática são muito comuns e amplamente utilizadas, mas um caso no qual o escopo dos dois operadores se cruza é a sentença a seguir, que foi efetivamente produzida por um falante do português, falando comigo, sem saber que estava sendo monitorado (cabe chamar aqui o conselho de ética?):

(292) **Todo mundo** se confunde com **qualquer** coisa.

Embora a sentença contenha a expressão *todo mundo*, que deixamos de lado no presente trabalho, ela poderia ser substituída pelo equivalente “todas as pessoas”, como na sentença abaixo (um pouco mais aceitável):

(293) **Todas as pessoas** se confundem com **qualquer** coisa.

A interpretação desta sentença é a da distribuição de coisas diferentes para cada uma das pessoas. Existe um conjunto de coisas (que podem confundir as pessoas ou, ainda, coisas que possam confundir algumas pessoas mas não outras) e há um conjunto de pessoas. Todos os elementos do conjunto de pessoas possuem um correspondente no conjunto de “coisas que confundem”, mas o contrário não é verdadeiro. A aleatoriedade do *qualquer* está mantida e a quantificação universal de *todas* também, mas a sentença é estranha. Tanto que se poderia argumentar que, em alguma interpretação, *qualquer* seja “enfraquecido” e perca boa parte de sua significação, restando apenas algum caráter existencial e hipotético semelhante ao que a palavra *alguma* daria nesta sentença (existe x tal que x confunda todas as pessoas). A interpretação de aleatoriedade parece perdida justamente pela quantificação definida dada pelo *todo*. “As pessoas se confundem com qualquer coisa” teria uma interpretação um pouco mais genérica, algo distributiva, menos fechada do que “todas as pessoas” tem. Parece que o sentido de “todas as pessoas” é o de um bloco fechado, como temos visto, enquanto *qualquer* precisa de indivíduos para se distribuir sobre.

Ainda sobre o *qualquer* e seus significados fortalecidos, eu estava conversando com uma amiga sobre o professor que a tinha orientado no período do sanduíche do doutorado e me espantei que ela comentou que ele entendia português, sendo que ele é americano. Perguntei para ela se seu orientador falava português e ela respondeu uma sentença como a (294) abaixo:

(294) Amiga, o João fala **qualquer** língua.

A ênfase entoacional estava no *qualquer*, mas essa informação nem é necessária para que interpretemos que a questão, aqui, não é nem a aleatoriedade da escolha e nem o significado enfraquecido que comporta apenas a ideia de existência. É um *qualquer* não aleatório porque é improvável que se verifique, para todas as línguas, mesmo em conjuntos relativamente pequenos, que João fale qualquer uma delas, qualquer uma à minha escolha. Não é um qualquer de existência porque essa proposição não faria sentido neste caso (“João fala alguma língua” seria verdadeiro neste mundo e, portanto, trivial demais para ser proferida). A ideia aqui é mais uma hipótese sobre a capacidade de aprendizado de João (algo como “ele é capaz de falar qualquer língua que você queira”) e, portanto, o sentido fortalecido da expressão leva a uma implicatura que coloca esta sentença como a mais forte dentre as outras opções, a mais informativa de todas: “João fala qualquer língua” aponta na direção de “João é capaz de aprender qualquer coisa que ele queira”.

Demos até aqui exemplos de interação entre significados (composicionais ou contextuais) de *todo* e interações não prototípicas entre *todo* e *qualquer* (a prototípica, como



em “todo e qualquer x” já foi discutida anteriormente). No entanto, é curioso observar que não são muito frequentes, na língua, casos em que exista uma interação entre estes operadores em dois sintagmas diferentes. Em retomadas anafóricas, não encontramos nenhum caso desse tipo nas nossas pesquisas pela internet, fato que nos levou a criar algumas sentenças que, apesar de serem gramaticais, soam estranhas para grande parte dos falantes.

- (295) **Cada** prato está disposto sobre a mesa. ? **Qualquer** um tem um guardanapo por cima.
- (296) **Cada** partido propõe **qualquer** candidato para as prévias eleitorais.
- (297) **Cada** membro da orquestra toca **qualquer** instrumento.
- (298) **Cada** orçamento apresentado cabe em **qualquer** bolso.

O caso parece ser o de cruzamento de escopo de distributividade, em alguns casos, e de aleatoriedade sobre distributividade, em outros. Em (398), “o bolso” em que “cada orçamento apresentado” cabe é aleatório e não designado contextualmente (é, portanto, um indefinido russeliano). Qualquer bolso, hipotético ou não, real ou não, poderia comportar cada um dos orçamentos apresentados (ou seja, todos): nesse caso, há um percurso exaustivo que o operador *qualquer* propõe, real ou virtual, portanto, intensional. Em (295), a sentença seria aceitável caso se referisse a um contexto em que, por exemplo, alguém precisasse de um guardanapo e não soubesse onde procurar. Sendo uma sentença sobre a descrição de uma mesa posta para um jantar, por outro lado, a sentença soaria muito mais estranha.

Estruturas coordenadas que apresentem *todo* e *cada* nas mesmas posições sintáticas soam estranhas, bem como sentenças em cuja distribuição esses operadores ocupem a posição, concomitantemente, de argumento interno e argumento externo.

- (299) ? **Todo** menino e **cada** menina tem direito a um brinquedo.
- (300) **Todo** o universo se modifica a **cada** segundo.
- (301) **Todo** dia, em **cada** casa brasileira, o café da manhã é pão com manteiga e café preto.
- (302) a. ? **Todo** ingresso dá direito a **cada** setor do estádio.  
b. **Todos** os ingressos dão direito a **cada** um dos setores do estádio.
- (303) a. ? **Todo** livro cabe em **cada** prateleira.  
b. **Todos os** livros cabem em **cada** prateleira dessa sala.
- (304) **Toda** viagem vale **cada** centavo economizado.
- (305) **Todo** ser humano deve respeitar **cada** ser vivo.

Na mesma posição sintática, no argumento externo, como em (299), a sentença é perfeita mas parece estranha por alguma razão pragmática ou de estilo: paralelismos normalmente são feitos com o mesmo operador. Em (300) e (301), por ocupar uma posição de adjunto, o sintagma determinado por *cada* não é atingido pela determinação do *todo*. Já quando ocorre em sentenças genéricas, *cada* prevê uma virtualidade não circunscrita (como em (304 e 305), em que as sentenças têm um valor de máxima). Contudo, quando a construção sintagmática envolve uma designação nominal mais específica, a sentença soa estranha, a

menos que se estabeleça, igualmente, uma restrição nesse domínio. Este é o caso das sentenças (302a) e (303a) que, por não apresentarem um domínio restrito e especificado, soam estranhas mas, em (302b) e (303b), quando o domínio do nome determinado pelo *todo* e pelo *cada* são especificados, a sentença é interpretável. Em (302b), é como se tivéssemos uma variedade de ingressos diferentes, com valores diferentes, mas todos dão acesso às mesmas partes do estádio; em (303b), é o conjunto de todos os livros, integralmente, que cabe em uma prateleira da sala por vez.

A partir desses dados, podemos pensar naquilo que Chierchia chamou de “atribuição local”, como vimos no outro capítulo, ainda que não em termos de escala, mas em termos de implicaturas (particulares) de cada um destes termos sendo atribuídas e acionadas localmente, independentemente do contexto em que aparecem.

Procurando entender justamente a implicatura localmente atribuída de *or*, Chierchia (2002: 11-13) propõe alguns testes que replico, abaixo, para testar as implicaturas dos operadores em questão neste trabalho. Enquanto o autor testou as implicaturas **exclusiva** e **inclusiva** de *or* em determinados contextos sintáticos e semânticos, usarei esses mesmos contextos para os operadores em jogo aqui. O meu objetivo não diz respeito às implicaturas que as construções podem acarretar, mas na relação entre as diferentes implicaturas deflagradas por cada um destes operadores, para testar em que medida o uso de cada um deles pode ou não implicar em significados veiculados pelos demais. Os contextos selecionados por Chierchia (2002) buscavam explicitar possíveis bloqueios de implicaturas escalares e, por essa razão, são contextos que vetam o acarretamento para baixo. No nosso caso, não é esse o foco, não é a escalaridade que está em jogo, mas sim a relação entre as implicaturas que eles deflagram sobre os demais e entre si.

O teste funciona assim: explicita-se o contexto sintático-semântico; apresenta-se a sentença e negam-se suas implicaturas. As sentenças que não podem ser negadas porque aquela implicatura não pode ser cancelada estão marcadas com #; as que não são implicaturas estão marcadas com ?. A implicatura mais básica é marcada na sequência da sentença com o símbolo =>.

#### (1) Predicados que acarretam negação.

a. Dubitativos: duvidar, negar

João duvida que **todos os** amigos estejam naquela sala. => Ele acredita que nem todos os amigos estão.  
Ele não duvida que qualquer amigo esteja.  
# Ele não duvida que cada amigo (dele) esteja.

João duvida que **qualquer** amigo esteja naquela sala. => Ele acredita que nenhum amigo está na sala.  
# Ele não duvida que todos os amigos estejam.  
# Ele não duvida que cada amigo (dele) esteja.

João duvida que **cada** amigo (dele) esteja naquela sala. => Ele acredita que nem todos os amigos estejam.  
# Ele não duvida que todos os amigos estejam.  
Ele não duvida que qualquer amigo esteja.

b. Factivos negativos: se arrepender, lamentar

João lamenta que **todos os** amigos estejam naquela sala.  
# Ele não lamenta que qualquer amigo esteja.  
# Ele não lamenta que cada amigo (dele) esteja.

João lamenta que **qualquer** amigo esteja naquela sala.  
Ele não lamenta que todos os amigos estejam.  
? Ele não lamenta que cada amigo (dele) esteja.

João lamenta que **cada** amigo (dele) está naquela sala.  
# Ele não lamenta que todos os amigos estejam.  
? Ele não lamenta que qualquer amigo esteja.

c. Atitudes proposicionais negativas: temer, reclamar

João teme que **todos os** amigos venham.  
Ele não teme que qualquer amigo venha.  
? Ele não teme que cada amigo venha.

João teme que **qualquer** amigo venha.  
# Ele não teme que todos os amigos venham.  
# Ele não teme que cada amigo venha.

João teme que **cada** amigo (dele) venha.  
# Ele não teme que todos os amigos venham.  
Ele não teme que qualquer amigo venha.

d. Predicados de exigência mínima: ser suficiente, bastar

? **Todas (essas) as** bebidas são suficientes para estes convidados.

**Qualquer** bebida é suficiente para estes convidados.  
? Nem todas as bebidas são suficientes para estes convidados.  
\* **Nem cada bebida é suficiente para estes convidados.**

? **Cada** bebida é suficiente para estes convidados.

(2) Comparativos

João é mais alto que **todas as** pessoas presentes nessa sala.  
# João não é mais alto que qualquer pessoa.  
# João não é mais alto que cada pessoa.

João é mais alto que **qualquer** pessoa presente nessa sala.

# João não é mais alto que todas as pessoas.  
# João não é mais alto que cada pessoa.

João é mais alto que **cada** pessoa presente nessa sala.  
# João não é mais alto que todas as pessoas.  
# João não é mais alto que qualquer pessoa.

### (3) Verbos de comparação: preferir

? Eu prefiro João a **todos os** médicos.  
Eu prefiro João a **qualquer** médico.  
? Eu prefiro João a **cada** médico (que já me atendeu).

O que esse teste nos revela?

- Em primeiro lugar, que, em termos de implicatura, *todo* pode implicar *cada* e *todo* pode implicar *qualquer*, mas *qualquer* e *cada* não implicam um ao outro e nem se comparam em termos de seleção de escopo. Ainda, *cada* implica *todo*, mas *qualquer* não o faz. Além disso, a correlação entre esses operadores é de implicatura, mas não de escalaridade;

- Em segundo lugar, que, considerando-se os contextos bloqueadores de implicaturas escalares para *ou*, os operadores focalizados nesta tese não apresentam o mesmo comportamento daquele conectivo, o que pode ser uma evidência de que eles não sejam itens de escalaridade ou de que a teoria deva ser ampliada para dar conta também desses dados.

Sendo assim, os testes parecem replicar a conclusão que estamos ensaiando até aqui, a respeito da existência de um relacionamento entre os conjuntos selecionados contextualmente pelos significados prototípicos dos nossos operadores. Ainda, salientamos o fato de que rodamos os testes com os significados prototípicos por entender que os outros são decorrentes destes; como vimos, por meio do fortalecimento ou enfraquecimento dos significados.

Além disso, se é verdade que as atribuições de implicaturas podem ser feitas localmente, também é verdade que parte do significado “de uso” de *todo*, *cada* e *qualquer*, que eu chamei de adjetival, é atribuído localmente, numa dinâmica entre os significados dados pelo uso que vão se incorporando ao significado das palavras, da mesma forma que ampliações de sentido acontecem com outras palavras. Sendo assim, as palavras trazem em si alguns significados que vão sendo derivados pelo uso e passam a integrar a sua denotação. O uso adjetival de *cada* (até mais que o de *qualquer*) pode ser explicado por esse entendimento.

### 6.3 Propondo uma categorização

Temos, ao longo deste trabalho, tentado deixar claro quais posicionamentos endossamos para a nossa tentativa de análise que, muito mais do que resolver os problemas e esgotar as possibilidades, pretende acrescentar um ou outro ponto à discussão. Neste sentido,

cabe ressaltar, mais uma vez, e de forma mais concisa, o que temos em mente quando criticamos ou apoiamos as diferentes perspectivas teóricas percorridas.

Antes de pensarmos na relação dos operadores uns com os outros, cabe reiterar que aspectos estamos levando em conta para fechar a análise para cada um deles.

Nossa proposta busca dar conta de uma análise unificadora dos três operadores em tela, aproximando-os pela sua natureza quantificacional; mas, igualmente, pretendemos demonstrar as suas diferenças levando em conta suas peculiaridades e nuances de significação que é o que justifica a existência/persistência no sistema linguístico do português.

Nesse sentido, temos entendido **todo** como um operador que seleciona a totalidade do conjunto, de cima para baixo, podendo compreender os indivíduos e as somas menores passíveis de serem detectadas dentro do conjunto, porém não necessariamente selecionando atomicamente um a um.

De uma perspectiva sintática, *todo* aparece sempre como determinante de nome, em sintagmas nominais, tanto em posição de argumento interno quanto de argumento externo. Levando-se em conta a composicionalidade, ao lado de artigos que exercem codeterminação, *todo* significa a inteireza de uma unidade: especificada, quando ao lado de um sintagma definido; não especificada quando ao lado de um sintagma indefinido.

Contextualmente, *todo(s)* pode selecionar tanto a inteireza do conjunto saliente discursivamente quanto pode ampliar o domínio desse mesmo conjunto, como vimos nos exemplos “casamento para todos: um não que veio para ficar”, em que o operador permite a leitura de ampliação do conjunto máximo: o conjunto dos que podem se casar x o conjunto das pessoas que querem se casar; e “todos vieram a festa”, por exemplo, em que *todos* seleciona o conjunto (contextualmente saliente ou, ainda, acomodado) de pessoas convidadas para a festa.

A significação de **qualquer** tem sido por nós entendida como sendo de livre escolha: um operador que denota a aleatoriedade e varre o conjunto percorrendo indivíduo a indivíduo, sem ordem determinada.

Sintaticamente, pode aparecer nas posições de argumento interno e externo, e pode apresentar a distribuição adjetiva, antes ou depois do núcleo do sintagma. Quando aparece na construção “um N qualquer”, denota um item não especificado, ainda aleatório. Porém, em contextos sob escopo de negação (“não um N qualquer”), a interação da aleatoriedade do *qualquer* e da negação deixa a construção ambígua entre “nenhum” (escopo da negação sobre o N, que nega a existência do item) e “um tipo específico” (escopo da negação sobre *qualquer*, nega a aleatoriedade da escolha). Nesse caso, podemos perceber claramente o deslocamento do escopo da negação em relação aos ‘traços’ semânticos de *qualquer*, ora sobre sua universalidade, ora sobre sua aleatoriedade.

Contextualmente, *qualquer* continua se comportando como item de livre escolha, porém relativo ao que quer que seja apresentado no contexto extralinguístico. No entanto, o mais interessante a respeito do contexto é seu papel na desambiguação no caso da negação. Trazemos, aqui, novamente os exemplos (138) e (141), transcritos abaixo como (306) e (307):

(306) Chega de maconha vagabunda, eu não sou como **qualquer** coisa, não saio com **qualquer** mulher e não quero mais fumar **qualquer** maconha.

(307) Não como **qualquer** carne vermelha, nem carne de **qualquer** tipo. Simplesmente não como animais.

Não fosse a ancoragem interpretativa que os trechos “chega de maconha vagabunda” e “simplesmente não como animais” permitem, as sentenças não apresentariam interpretações opostas e permaneceriam ambíguas entre as duas possibilidades. O que se nota aqui, porém, é o fato de que este problema decorre da interação com a negação, cujo escopo pode ser alçado tanto para a interpretação de existência quanto para a livre escolha que o operador carrega, e não por um problema específico do *qualquer* em si.

Com relação a *cada*, temos argumentado que, como operador, ele seleciona de baixo para cima os membros do conjunto individualmente para, então, entregar a totalidade do conjunto por meio da soma de seus indivíduos. Este operador pode percorrer o conjunto átomo por átomo, independentemente de sua composição estrutural - unitária ou de cardinalidade especificada conforme o índice numérico que a ele se junte composicionalmente (“cada criança”, “cada duas crianças”, “cada cinco crianças”), mas a predicação normalmente se estabelece sobre todos os elementos do conjunto sobre o qual *cada* opera.

Em termos sintáticos, ele pode aparecer tanto no argumento interno quanto no argumento externo e, normalmente, se liga composicionalmente às preposições *em* e *a*, em construções como “x em/a cada y”.

Em alguns casos, a operação que *cada* faz é parecida com a de um adjetivo, como em “é cada coisa que eu ouço”, porém essa operação pode ser contextualmente interpretada como sendo subserviente ao traço de individuação que este operador carrega. É como se, contextualmente, se escolhessem apenas os indivíduos mais salientes no conjunto e a ocorrência do operador funcionasse como um intensificador do núcleo do sintagma.

Para uma visão mais simplificada, a tabela abaixo sintetiza nossa análise:

Operador (es)	Significação
<b>Todo / todos os</b>	Totalidade de um conjunto
<b>Todo o</b>	Totalidade de uma unidade determinada / integralidade
<b>Todo um</b>	Totalidade de uma unidade abstratamente considerada

<b>N + todo</b>	Integralidade de N
<b>Qualquer + N</b>	Escolha aleatória de N/ valor indefinido
<b>Qualquer um</b>	Escolha aleatória com reforço do indefinido
<b>Um N qualquer</b>	Escolha aleatória de N / reforço da aleatoriedade do indefinido
<b>¬ (N) qualquer/ ¬ qualquer (N)</b>	Ambíguos entre $\neg\exists$ e $\neg$ aleatório/deslocamento escopo da negação
<b>Cada (N)</b>	Individualizador e totalizador
<b>Cada (N/uma/coisa)</b>	Intensificador do núcleo do sintagma

Tabela 1: Gatilhos de composicionalidade.

Outra possibilidade de categorização desses operadores seria nos moldes de Levy (2008: 18), que apresentamos no capítulo 3, aqui retomada:

**Categoria sintática de *todo* (s):** (pré) determinante. Pode acompanhar definidos e indefinidos e sintagmas nus.

**Função semântica de *todo*:** quantificação universal.

**Condição de licenciamento que *todo* proporciona:** Pode cruzar escopo com *cada* e *qualquer* desde que em posição de dominância. Normalmente, aciona a implicatura de “todos os elementos salientes contextualmente”.

**Categoria sintática de *cada*:** (pré) determinante.

**Função semântica de *cada*:** indefinido distributivo.

**Condição de licenciamento que *cada* proporciona:** aciona a implicatura de distribuição e integralização de um conjunto.

**Categoria sintática de *qualquer*:** (pré) determinante.

**Função semântica de *qualquer*:** indefinido de livre escolha.

**Condição de licenciamento que *qualquer* proporciona:** aciona a implicatura de aleatoriedade e distribuição. Aciona a implicatura de não excepcionalidade, o que garante maior força argumentativa do que *todo*.

Evidentemente, nem todos os aspectos que tentamos contemplar podem ser expressos em uma ficha deste tipo, porque ela simplifica a pluralidade que tentamos ressaltar ao longo deste trabalho. Por outro lado, por sistematizar alguns comportamentos, ela permite, mais uma vez, a visualização de traços de significado diferentes nesses operadores. Assim, não são diferenças de significado pragmáticas, como os primeiros exemplos que trouxemos podiam dar a entender, mas diferenças sistemáticas que se manifestam em diferentes níveis de análise.

Disso tudo, podemos concluir que *todo* e *cada* são operadores que recobrem conjuntos inteiros, mas desempenham operações diferentes: *todo* seleciona o conjunto, enquanto *cada* seleciona átomos que integralizam o conjunto – *todo* vai da totalidade para o particular, enquanto *cada* vai do individual para a totalidade; por outro lado, *qualquer* seleciona átomos isoladamente e pode significar a totalidade pela impossibilidade de exclusão de qualquer elemento do conjunto, mas não pela soma de seus átomos. Nesse caso, a remissão é aleatória e individual; a totalidade é tomada como cenário, mas a referência é atômica. Com *cada*, a

referência é individual, mas a integralização do conjunto é prevista; a operação do pensamento que *cada* contempla é indutiva (a predicação é atribuída a partir de todos os elementos percorridos pela operação) e a de *qualquer* é dedutiva (a partir da totalidade assumida extrai-se aleatoriamente um elemento eventual do conjunto). O comportamento destes itens não é distintivo em todas as ocorrências, mas são necessárias condições sintáticas muito específicas para que eles possam ser intercambiáveis. Mesmo quando o são, o significado e as implicaturas geradas não são completamente equivalentes.



## Referências bibliográficas

ALI, Said. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

\_\_\_\_\_. Todo o Brasil e todo Portugal. In: ALI, M. Said. **Dificuldades da Língua Portuguesa: Estudos e observações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008. p. 121-134. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/antigo/media/Dificuldades da Lingua Portuguesa - CAMS - PARA INTERNET.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa: Curso único e completo**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.

BARBOSA, Jeronimo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Tipografia da Academia das Sciencias, 1822. Disponível em: <[http://purl.pt/128/5/I-296-v\\_PDF/I-296-v\\_PDF\\_24-C-R0072/I-296-v\\_0000\\_capa-guardas2\\_t24-C-R0072.pdf](http://purl.pt/128/5/I-296-v_PDF/I-296-v_PDF_24-C-R0072/I-296-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2014.

BARWISE, Jon; COOPER, Robin. Quantifiers and natural language. **Linguistics And Philosophy**, Dordrecht, v. 02, n. 04, p.159-219, 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25001052>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CASTILHO, Ataliba de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHEMLA, Emmanuel (2009). "Similarity: towards a Unified Account of Scalar Implicatures, Free Choice Permission and Presupposition Projection". No prelo. Disponível em: <<http://www.emmanuel.chemla.free.fr/Material/Chemla-SlandPres.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. (Tradução de Luis Arthur Pagani, Ligia Negri e Rodolfo Ilari). Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, PR: Eduep. 2003.

\_\_\_\_\_. Scalar Implicatures, Polarity Phenomena, and the Syntax/Pragmatics Interface. In: BELLETTI, Adriana. **Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures**. Oxford: Oxford University Press, 2004 [2001]. p. 1-51. Disponível em: <<http://stuff.mit.edu/afs/athena/course/24/24.954/OldFiles/www/files/chierchia.scalarimplicature.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CHIERCHIA, Gennaro; FOX, Danny; SPECTOR, Benjamin. The Grammatical View of Scalar Implicatures and the Relationship between Semantics and Pragmatics. In: MAIENBORN, Claudia; VON HEUSINGER, Klaus; PORTNER, Paul. **Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning**. Berlim: De Gruyter, 2011. Disponível em: <[http://semanticsarchive.net/Archive/WMzY2ZmY/CFS\\_EmbeddedSIs.pdf](http://semanticsarchive.net/Archive/WMzY2ZmY/CFS_EmbeddedSIs.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2013.

FAUCONNIER, Gilles. Pragmatic Scales and Logical Structure. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 06, n. 03, p.353-375, 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4177882>>. Acesso em: 22 abr. 2013

von FINTEL, Kai. Whatever. In: JACKSON, Brendan e MATTHEWS, Tanya. (orgs.). **Proceedings of X SALT**, 2000. Nova York: Ithaca, 2000. p. 27 - 39. Disponível em: <<http://mit.edu/fintel/fintel-2000-whatever.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

GOMES, Ana Paula Quadros. **“Todo”, “cada” e “qualquer”: exigências sobre a denotação nominal e a verbal**. 2004. 405 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Departamento de Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. Trad. João Wanderley Geraldi. In: *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. Marcelo DASCAL (ORG). Vol. IV. Campinas: Unicamp, 1982.

GROENENDIJK, Jeroen & MARTIN Stokhof. *Changing the context: Dynamics and discourse*. In DORON, E. & WINTNER, S. (orgs.), **IATL 3: Proceedings of the 11th annual conference and of the workshop and discourse**. p. 104–128. Disponível em: < <http://dare.uva.nl/document/3650>>. Acesso em 06 mar. 2014. (Paginação diferente do original.)

GUIMARÃES, Márcio Renato. **DOS INTENSIFICADORES COMO QUANTIFICADORES: OS ÂMBITOS DE EXPRESSÃO DA QUANTIFICAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL**. 2007. 186 f. Tese (Doutorado) - Ufpr, Curitiba, 2007. Disponível em: <[http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/11306/GUIMAR%C3%83ES\\_2007\\_TESE.pdf?sequence=1](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/11306/GUIMAR%C3%83ES_2007_TESE.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. SOBRE O COMPORTAMENTO SEMÂNTICO DE "QUALQUER". **Letras**, Curitiba, n. 44, p.59-66, 1995. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewArticle/19067>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

HEWINGS, Martin. **Advanced grammar in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HEIM, Irene. **The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases**. 1982 [2011]. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, University Of Massachussetts, 1982. Disponível em: <[http://semarch.linguistics.fas.nyu.edu/Archive/jA2YTJmN/Heim Dissertation with Hyperlinks.pdf](http://semarch.linguistics.fas.nyu.edu/Archive/jA2YTJmN/Heim%20Dissertation%20with%20Hyperlinks.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2015.

ILARI, R. Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um tema de todo mundo. In:\_\_\_\_\_. *Linguística: questões e controvérsias*. **Série Estudos 10**. Fac. Integrada de Uberaba. p. 83-97, 1984.

KADMON, Nirit. *Formal Pragmatics: Semantics, Pragmatics, Presupposition, and Focus*. Blackwell Publishers. 2001.

LEAL, António José Rodrigues. **Semântica aspectual e nominal: Contributo das expressões nominais para a construção aspectual das frases**. 2009. 464 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Departamento de Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <[https://www.academia.edu/1881287/Semantica\\_aspectual\\_e\\_nominal\\_-\\_contributo\\_das\\_expressoes\\_nominais\\_para\\_a\\_construcao\\_aspectual\\_das\\_frases](https://www.academia.edu/1881287/Semantica_aspectual_e_nominal_-_contributo_das_expressoes_nominais_para_a_construcao_aspectual_das_frases)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LEGROSKI, M. C. . A interpretação dinâmica das expressões definidas. In: XIX Seminário do CELLIP, 2009, Cascavel. Anais do ... Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná, 2009.

LEVY, Alissa. **Towards an unified approach of the semantics of 'any'**. 2008. 190 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Department Of English, Bar-ilan University, Israel, 2008. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/mFiZjFmY/a%20Unified%20Approach%20of%20the%20Semantics%20of%20any.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

LEWIS, David. Adverbs of Quantification. In: PORTNER, Paul; PARTEE, Barbara H.. **Formal semantics: The essential readings**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 178-188.

MARTINS de OLIVEIRA, Daiane. **Tudo: Multifuncionalidade e definitude**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88697/226909.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

MOIA, Telmo. *Aspectos da Semântica do Operador Qualquer*. **Cadernos de Semântica**, Lisboa, v. 5, p.1-46, 1992. Disponível em: <[http://www.clul.ul.pt/files/telmo\\_moia/tmoia\\_qualquer1992.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/telmo_moia/tmoia_qualquer1992.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2014.

MORAES de CASTILHO, Celia M. Quantificadores indefinidos. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 137-155.

MORTARI, Cezar. **Introdução à lógica**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2001.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. Editora Ática: São Paulo. 1995

PIRES de OLIVEIRA, Roberta. O menino tá todo triste: uma reflexão sobre a quantificação universal no pb. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, p. 191-210, 2003. Disponível em: <[http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf\\_revistas/pires.pdf](http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/pires.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. "Qualquer" e o conceito de livre-escolha. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 02, n. 21, p.251-277, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v21n2/a05v21n2.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; SOUZA, Luisandro Mendes de. O singular nu e a comparação: uma proposta de derivação semântica. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 01, p.31-54, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica/wp-content/uploads/2013/06/revista-linguistica-v9-n1-o-singular-nu1.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2013.

QUIRK, Randolph. **A comprehensive grammar of the English language**. New York: Longman, 1985.

**VENDLER,**

VICENTE, Helena da Silva Guerra; GOMES, Ana Paula Quadros. Um tratamento unificado de grau para o quantificador flutuante e o intensificador todo. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Volume 9, número 1, junho de 2013. <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>

WACHOWICZ, Teresa Cristina. Uma fundamentação da noção de evento para a linguística. **Revista Letras**, Curitiba, n. 54, p.143-160, 2000. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/viewFile/18680/12138>>. Acesso em: 09 jan. 2014.